

PROJECTO DE UMA IGREJA

DEDICADA AO

S^o BOM JESUS

DO

BRAZ

ELEVACÃO



Paróquia Bom Jesus do Brás:

arqueologia da paisagem e camadas de historicidade

Alice Pereira Barreto

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo
São Paulo, 2022

Trabalho Final de Graduação (TFG) apresentado à Faculdade de Arquitetura
e Urbanismo da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para
obtenção do título de Arquiteta e Urbanista

Paróquia Bom Jesus do Brás:

arqueologia da paisagem e camadas de historicidade

Alice Pereira Barreto

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora:

Professora Doutora Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno

Convidados:

Professor Doutor Luciano Migliaccio

Professor Doutor Lindener Pareto Junior

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo
São Paulo, 2022

Agradecimentos

À Deus, acima de todas as coisas.

Aos meus pais, Vera e Adhemar, pelo apoio e incondicional amor que me deram durante toda a trajetória na faculdade e na vida. Os conselhos, as conversas, orientações e direcionamentos me acompanharam durante todo o processo.

À minha orientadora, Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, por reembarcar comigo nessa jornada final, iniciada já em meados da graduação durante minha iniciação científica, sempre com muito entusiasmo e zelo pelo meu trabalho desde o primeiro dia.

A todos os amigos imprescindíveis que fiz durante a graduação, pelas conversas, brincadeiras, refeições, conselhos, trabalhos em grupo e ajuda nesse e em outros trabalhos, durante todo o período que pudemos ficar juntos.

Aos professores Luciano Migliaccio e Lindener Pareto Junior por aceitarem fazer parte da minha banca.

A todos os professores da FAU que marcaram minha graduação.

Aos Srs. Jair e Tomico, arquivistas do Arquivo Metropolitano da Cúria e do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, respectivamente, que muito solícitos foram nas minhas idas aos acervos, e foram fundamentais para que grande parte deste trabalho fosse realizado.

Muito obrigada!

Resumo

Utilizando como objeto de estudo a Paróquia Bom Jesus do Brás, inaugurada no ano de 1903, o presente TFG propõe explorar as potencialidades heurísticas de documentação primária visual e textual entrecruzada ao estudo da materialidade do edifício e sua ambiência, no âmbito da metodologia da “Arqueologia da Paisagem”, tal como formulada por Beatriz Bueno e seu grupo de pesquisa. O estudo da igreja é um pretexto para revolver camadas de historicidade da paisagem do Brás em diversas temporalidades, bem como analisar representações e refletir sobre o processo de patrimonialização e monumentalização de ícones da paisagem urbana.

Por outro lado, busca pôr luz nos construtores envolvidos com o projeto e a obra da igreja, à luz da produção arquitetônica dos construtores não diplomados no período, culminando em proceder à análise crítica do restauro em curso.

Assim, mescla discussões teórico-metodológicas sobre urbanização, paisagem, arquitetura, agentes produtores e preservação, por meio do estudo empírico do processo de formação da freguesia, da paróquia e do bairro do Brás, buscando descortinar os significados ali amalgamados que tornam o objeto passível de patrimonialização e vetor de memória.

Palavras-chave: Patrimônio arquitetônico, urbanização, arqueologia da paisagem, restauro.

Abstract

Using as an object of study the Paróquia Bom Jesus do Brás, inaugurated in 1903, the present TFG proposes to explore the heuristic potentialities of visual and textual primary documentation, intertwined with the study of the materiality of the building and its ambience, within the scope of the methodology of “Landscape Archeology”, as formulated by Beatriz Bueno and her research group. The study of the church is a pretext for revolving layers of historicity of the landscape of Brás in different temporalities, as well as analyzing representations and reflecting on the process of patrimonialization and monumentalization of icons of the urban landscape.

On the other hand, it seeks to shed light on the builders involved with the design and work of the church, in the light of the architectural production of non-graduated builders in the period, culminating in a critical analysis of the ongoing restoration.

Thus, it mixes theoretical-methodological discussions about urbanization, landscape, architecture, producing agents and preservation, through the empirical study of the process of formation of the parish, the parish and the neighborhood of Brás, seeking to uncover the amalgamated meanings that make the object passable. of patrimonialization and memory vector.

Key-words: Architectural patrimony, urbanization, landscape archeology, restoration.

Sumário

Introdução	05
Capítulo 1: o Brás, de freguesia a bairro: camadas de historicidade e representações	
1.1. Antes do Bairro do Brás: o processo de urbanização da região	17
1.2. Paisagens toponímicas: em busca das preexistências e das camadas de historicidades na cartografia histórica	46
1.3. A configuração do bairro à luz das representações: de memorialistas à historiografia sobre História Urbana de São Paulo.	68
Capítulo 2: a Paróquia e os autores: estudo sobre a construção da igreja e a atuação de diplomados e não diplomados	
2.1. A edificação da paróquia	77
2.2. Construída por muitas mãos	113
2.3. O edifício da igreja - o projeto arquitetônico	
2.3.1. Acervo artístico - esculturas, afrescos e o patrimônio arquitetônico	121
2.3.2. O patrimônio religioso - devoção ao Bom Jesus de Matosinhos (origem, propagação, ícones)	128
Capítulo 3: Análise do atual processo de tombamento	
3.1. Análise do pedido de tombamento pelo CONPRESP	130
3.2. O andamento do processo de tombamento	143
3.3. Considerações críticas do processo	152
Considerações Finais	153
Referências Bibliográficas	156

Introdução

Este trabalho foi realizado para a conclusão do curso de graduação na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Enquanto proposta para o Trabalho Final de Graduação tem como inspiração e motivação principal uma narrativa urbana, cuja protagonista é uma antiga paróquia - a Paróquia Bom Jesus do Brás - localizada no atual bairro do Brás. O interesse específico por esta igreja nasceu de uma experiência da própria autora que – ao contrário do que se poderia pensar - não frequenta nem habita o bairro, mas distraidamente percorreu a Avenida Rangel Pestana para participar de missa celebrada na igreja - até então desconhecida para ela – e, ao adentrar, surpreendeu-se com a arquitetura motivando-se à estudá-la.

Da mesma forma, surpreendeu-se com a paisagem urbana do entorno, pela monumentalidade da igreja, especialmente em relação às construções vizinhas, pelas marcas antigas da construção e pelo Ecletismo presente em fachada ornamentada e interior repleto de pinturas e corado por uma grande cúpula ricamente ornamentada. Nas naves laterais, sobressaem altares ocupados por farta imaginária e belos vitrais, pelos quais a luz passa e ilumina o ambiente escuro da igreja. De fato, foi uma experiência estética e transcendente com a arte e a arquitetura que suscitaram o interesse de estudar a história e todos os detalhes construtivos e estéticos referentes à igreja e seu significado para o bairro, especulando em última instância sobre seu processo de tombamento e restauro.

Tornava-se extremamente atraente a cada detalhe que se apercebia: o altar minuciosamente ornamentado, as cores aplicadas às paredes e colunas, os detalhes arquitetônicos, a acústica, o rito da liturgia durante a missa celebrada. E, enfim, o estado de conservação de cada um desses elementos. Visto que grande parte das mencionadas pinturas e afrescos estavam em um certo nível de deterioração, formulou-se a hipótese de que a paróquia poderia ser um bem tombado. Se fosse, quando teriam iniciado o processo? Como estaria o processo em si, parado ou ativo? Estes questionamentos, aliados às curiosidades e impressões foram o suficiente para iniciar as pesquisas iniciais.

A motivação e o interesse foram recebidos e compreendidos pela professora Beatriz Bueno, orientadora de minha Iniciação Científica com bolsa CNPq-PIBIC envolvendo temática vinculada à Preservação de Paisagens Culturais – com foco no Caminho do Viamão - cuja abordagem implicava no uso de metodologia específica para o estudo da história das paisagens e da história urbana, em busca das camadas de historicidade e de representações numa espécie de Arqueologia, metodologia do Grupo de Pesquisa “Arqueologia da Paisagem” registrado no CNPq liderado pela orientadora. Foi precisamente por esta pesquisa que a referida professora foi escolhida para me orientar no estudo da Matriz do Brás em meio ao processo de formação e transformação da própria paisagem envoltória e afirmação da freguesia/paróquia na lógica de urbanização de São Paulo. Desvelar as camadas de tempo ali amalgamadas, da escala do edifício à escala da freguesia/bairro

nos pareceu um desafio instigante mobilizando os recursos metodológicos da Arqueologia da Paisagem, com foco no processo de urbanização de São Paulo e freguesias do seu entorno depois convertidas em bairros.

No contexto histórico da cidade de São Paulo, o Brás pode ser considerado um bairro antigo, o que o torna uma área de muitas camadas de historicidade. Nesse sentido, este TFG insere-se numa pesquisa de memória urbana. Ao lado dos bairros da Mooca, Belenzinho, Barra Funda e Bom Retiro, o Brás comumente é associado à uma identidade de “bairro operário e fabril”, marcado por forte presença imigrante italiana principalmente no fim do século XIX.

Tal como um arqueólogo, o desafio deste TFG é desvelar camadas de tempos invisibilizadas pela História e historiografia, partindo do objeto edificado, tal como se encontra no presente, em busca das inúmeras camadas mais fundas que o explicam e que, tal como uma sinédoque visual explicam a historicidade do próprio bairro, nos termos dos seus elementos identitários. A dispersão da documentação histórica nos obriga a funcionar recolher caquinhos e retecer o mosaico de informações vinculadas às diversas camadas de historicidade, em busca de vestígios dos diversos passados que possam explicar o presente. Em paralelo, desafio igualmente importante é desvelar narrativas entretecidas à materialidade, lugares comuns que obnubilam o entendimento do objeto e seu entorno, convertidas em lugares comuns reproduzidos acriticamente pela História e pela historiografia da cidade e do bairro.

Paratanto, valendo-se da metodologia em Arqueologia da Paisagem ensaiada na iniciação científica, buscar-se-á neste TFG explorar as potencialidades heurísticas de diversas fontes (visuais e textuais)

entrecruzadas, valendo-se da seriação da cartografia antiga, à seriação da iconografia, bem como dos projetos arquitetônicos dos imóveis do Largo do Brás recolhidos à Série Obras Particulares do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, até o projeto arquitetônico da matriz, registros dos profissionais envolvidos com a obra, culminando no dossiê de tombamento por parte do DPH/ Conpresp que justifica a proteção da matriz do Brás como bem de valor cultural para a cidade.

A pesquisa apresenta assim três escalas: a) a escala do bairro, em seu processo de formação e transformação de freguesia a bairro; b) a escala da igreja, de capela à matriz, do projeto à construção; c) a escala do processo de patrimonialização, finalizando com o tombamento. Há uma relação dialética entre as camadas de historicidade amalgamadas na materialidade do edifício e do bairro e as representações a elas associadas, muitas inclusive mobilizadas no discurso que justificou o processo de patrimonialização e restauração do edifício como símbolo do bairro. Boa parte da documentação aqui compulsada é inédita, recolhida no Arquivo da Cúria e no Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. Da mesma forma, o exercício de método mostra-se desafio instigante, aqui realizado em caráter experimental, como síntese de uma trajetória na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Desse modo, o trabalho se insere dentro do grupo de estudos, encabeçado pela professora Beatriz Bueno, juntamente a outros realizados por seus orientandos, a começar pela tese de livre-docência da própria orientadora, passando pela dissertação de mestrado Philippe Artur dos Reis (2017) sobre o bairro do Brás, o mestrado e o doutorado de Sheila Schneck (2010/2016) sobre o Bexiga

e o mestrado e o doutorado de Lindener Pareto Junior (2011/2016) sobre os construtores não diplomados e a produção da cidade na Primeira República em meio às disputas para exercício da profissão entre engenheiros, arquitetos e construtores práticos de suma importância para compreensão dos responsáveis pela edificação da matriz em causa.

De acordo com Ulpiano Bezerra de Meneses (2002), para compreender a paisagem deve-se compreender antes as circunstâncias históricas, sociais e culturais envolvidas no seu desenvolvimento. A paisagem em si contém pistas materiais e resquícios históricos que revelam suas ocorrências, e por meio do estudo sobre estes, é possível entender a formação geomorfológica da paisagem contemporânea e das que antecederam a atual, ao longo do tempo.

Também Ulpiano Bezerra de Meneses (2002) fala da importância da eleição das fontes matérias na pesquisa histórica, sendo os objetos materiais testemunhos de práticas sociais no espaço.

Aos autores supracitados, soma-se como referencial teórico os trabalhos do Professor Nestor Goulart Reis Filho¹ sobre história da urbanização, entendida como processo social, linha teórica interdependente a uma metodologia que se vale prevalentemente da seriação e espacialização de imagens, aqui abraçada pelo fato do estudo não se limitar a um espaço singular, mas à história de São Paulo em seu processo de metamorfose, considerando-se a cidade e suas freguesias e o lugar do Brás no processo de povoamento da urbe.

Em meio ao processo de materialização da freguesia e sua matriz somam-se representações genéricas que homogeneizam a paisagem com alguns estereótipos, num efeito em cascata que contamina

a História e a própria historiografia sobre o Brás e a cidade.

Philippe Arthur dos Reis, em seu mestrado, partiu das representações e dos lugares comuns replicados desde estudos clássicos como os de Ernani da Silva Bruno (1954), como a História do Brás escrita por Maria Celestina Teixeira Mendes Torres para o DPH em 1985, buscando realizar uma nova história do bairro pautada em fontes primárias capazes de demonstrar a diversidade de usos e pluralidade de atores para além do estereótipo bairro operário e fabril.

Nessa chave interpretativa, propomos aprofundar, com foco num recorte espacial menor - o Largo e a Matriz do Brás - e num recorte temporal mais alargado.

Para o desenvolvimento do trabalho, delimitou-se a área do Brás, partindo dos limites administrativos atuais, em busca de uma análise retrospectiva - por meio de cartografias regressivas - desde meados do século XVIII até os dias atuais.

Na escala urbana, pretende-se visualizar o largo e a capela em seu processo de metamorfose de matriz de uma freguesia (em meio a um rosário de outras que orbitavam a capital) à matriz de um bairro, comparando seu papel nas lógicas de urbanização da própria cidade como um todo, portanto, valendo-se da seriação da cartografia e iconográfica para tanto.

Ao utilizar a cartografia como ferramenta de análise, consequentemente o olhar se detém sempre sobre o todo o urbano, ainda que o olhar se referencie no Brás constantemente. Nenhuma região da cidade se mantém absolutamente isolada e sem relações com seu entorno: o Brás não é diferente, tendo em vista que orbitou no entorno da cidade por longas décadas, sendo uma das principais entradas e saídas da cidade, especialmente para os viajantes oriundos da Penha e do Rio de Janeiro.

Nesse diapasão, no Capítulo 1, a seriação da cartografia e da iconografia permitirá compreender o processo de formação e transformação do Brás dos caminhos primitivos, às primeiras ruas e formação do largo junto à capela, até o parcelamento do solo no presente e mudanças nos usos dos espaços, com foco nessa centralidade em meio a novas centralidades no próprio Brás.

No Capítulo 2 procederemos à análise da matriz, do projeto à construção, focando os arquitetos e construtores envolvidos, como base em dados obtidos no Acervo da Cúria Metropolitana e no Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.

No Capítulo 3 focalizaremos o processo de tombamento e patrimonialização da matriz pelo DPH/ Conpresp ao restauro em curso.

O estudo iniciado pela escala urbana - com esse recorte maior - se faz necessário tendo em vista tratar-se da Paróquia do Brás, portanto de uma freguesia na hierarquia eclesiástica. Analogamente a um “sobrevôo de pássaro” sobre a região, a ideia é acompanhar a capela metamorfosear-se em matriz em meio ao largo situado fronteiro a um dos principais caminhos de acesso a São Paulo. Pautados em Ulpiano Bezerra de Meneses², têm-se em mente o entendimento do objeto de estudo – a igreja – como produto e vetor nessa longa história de freguesia à paróquia de bairro, numa mútua interdependência.

Utilizando um conjunto de plantas da cidade de São Paulo de 1810 à 1916, é possível reconstituir hipotética e regressivamente o processo de urbanização da cidade, verificando como o largo foi sendo rodeado de moradias configurando-se como tal, bem como aferindo mudanças no skyline em meio a alterações

nas tipologias e usos das edificações ao longo do tempo.

A metodologia de seriação cartográfica ancora-se em trabalho semelhante realizado por Gabriela Petter Viana (2021), em TFG sobre o Bairro do Bom Retiro, também orientado por Beatriz Bueno. Da mesma seriação dos projetos arquitetônicos da Série Obras Particulares alicerçada em Philippe Arthur dos Reis (2017), Gabriela Petter (2021) e Sheila Schneck (2011/2016). Da mesma forma, ancorados no doutorado de Jorge Lody (2015), orientado por Beatriz Bueno, um balanço da amostragem de 1906 a 1915 digitalizada no âmbito do Projeto de Pesquisa em Políticas Públicas “Arquivo Municipal Washington Luís: a cidade e sua arquitetura”, financiado pela FAPESP e coordenado pela orientadora (www.projetosirca.com.br), uma análise comparativa entre bairros permite supor que, no período entre 1906 e 1915, o bairro do Brás teve por volta de 4.603 solicitações de permissão para construção enviadas à Prefeitura Municipal, sendo o maior número entre os bairros fabris. O bairro, portanto, passou por intensas transformações no período contemporâneo à construção e reformas da nova Paróquia do Bom Jesus em linguagem Eclética.

A coleção “História dos Bairros de São Paulo”, junto ao trabalho de Philippe Artur e os escritos de Leonardo Arroyo, autor do livro “Igrejas de São Paulo”, serão nossas principais fontes secundárias testadas à luz das fontes primárias para orientar uma compreensão histórica do processo de urbanização do bairro do Brás.

O primeiro resulta de um concurso público organizado pelo Departamento de Patrimônio Histórico da Prefeitura de São Paulo, com autoria de Maria Celestina Torres, intitulado “História do Brás”, de 1985.

Já o mestrado de Philippe Arthur dos Reis e “Igrejas de São Paulo” pautam-se em farta documentação primária que subsidiaram a presente pesquisa à luz de outras tantas. O estudo de Maria Celestina criou uma narrativa para a cidade, tendendo a conceitos de desenvolvimento e de progresso, ao passo que os trabalhos de Philippe Arthur dos Reis, Lindener Pareto Junior e Arroyo inserem-se em uma nova historiografia que busca desmistificar narrativas e vasculhar fontes documentais para compreender o processo de urbanização, fora da chave do progresso, da ideia de uma São Paulo de vila a metrópole tal como cunhada por Ernani da Silva Bruno a partir do IV Centenário do Aniversário da cidade (1954).

Para delimitação da área de estudo partimos da Paróquia do Bom Jesus, em sua gestação de capela à freguesia, período no qual é impossível delimitar sua área de irradiação com precisão. A capela alinhava-se ao caminho que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro, envolto por chácaras e não constada na Planta da Cidade de São Paulo de 1810 (Figura 1), porque era zona situada no periurbano mais distante, com rala urbanização.

Não sabemos a delimitação administrativa da Freguesia, mas fica claro que o recorte geográfico da pesquisa situa-se na porção leste da cidade, após a Várzea do rio Tamanduateí, junto ao eixo viário que partia do Convento do Carmo (visível no topo da Planta de 1810), principal acesso à colina na qual assentava-se a cidade para quem vinha do Rio de Janeiro.

Recorte temporal, Recorte Espacial e Estrutura dos Capítulos

O recorte temporal eleito é amplo - de 1744 a 1950 - decorrente

dos primeiros vestígios da capela que deu ensejo à freguesia à conclusão da nova matriz monumental e eclética, explorando-se complementarmente as justificativas mobilizadas no seu processo patrimonialização. Na periodização levamos em consideração os documentos históricos mais antigos analisados - as Atas da Câmara - até os documentos mais atuais, da década de 1950, que dizem respeito à última intervenção na Igreja Matriz, anterior ao tombamento da edificação.

Com base em iconografia antiga, sabemos que a Várzea do Rio Tamanduateí (Figura 2) – ainda não retificado - era de difícil transposição e o acesso realizado por meio de ponte de madeira, tratando-se dos limites do perímetro urbano definido pela Décima Urbana em 1809 (Beatriz Bueno, Anais do Museu Paulista, 2005), rodeado por cinturão de chácaras.

Na Planta “São Paulo: Chácaras, Sítios e Fazendas” (Figura 3 e 4), pertencente ao Arquivo Aguirra do Museu Paulista – USP, vemos três chácaras alinhadas junto do caminho para o Rio de Janeiro na zona denominada “BRAZ”: a Chácara do Mons. Andrade, a Chácara do Ferrão e a Chácara do Bispo.

Sem datação precisa, o mapa representa as chácaras existentes em meados do século XVIII e início de XIX. Revela como as terras do Rossio e do Termo - ao redor da cidade - foram concedidas em sesmarias e constavam nas mãos de proprietários particulares.

O Brás se insere, portanto, nessa lógica de bairros derivados de um movimento expansionista da cidade, para além da colina histórica, no “cinturão das chácaras” que rodeava os rios Anhangabaú e Tamanduateí até o Tietê e o Pinheiros.

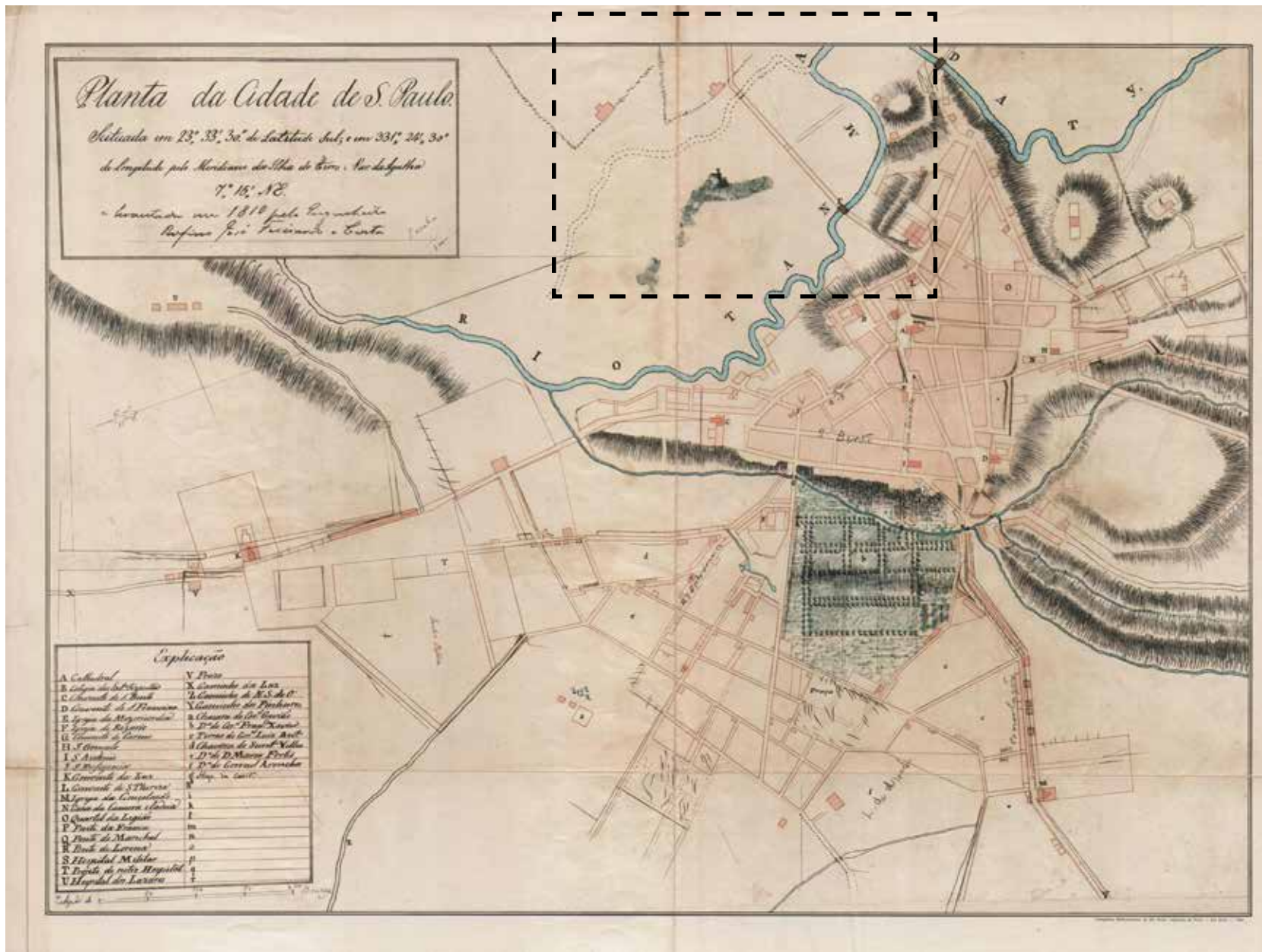


Figura 1: Primeira Planta da Cidade de São Paulo, nota-se na parte superior (pontilhado) o caminho que partia do Convento do Carmo em direção ao Rio de Janeiro. “Planta da Cidade de São Paulo, levantada em 1810 pelo Engenheiro Rufino José Felizardo e Costa.” Escala 1:3000, dimensões originais: 595 x 645 mm. Acervo: Acervo Aguirra Museu Paulista - USP - Reprodução a partir da versão publicada pelo IV Centenário, 1954.



Figura 2: Na pintura de José Wasth Rodrigues. “Várzea do Carmo e Rio Tamanduateí, 1858”, é possível notar o relevo mais acidentado, na porção inferior ao convento e Igrejas do Carmo, com a traseira das casas e quintais do centro urbano de São Paulo. Acervo Museu Paulista – 1922



Figura 3: O presente mapa “São Paulo: Chácaras, Sítios e Fazendas”, no acervo do Museu Paulista, Acervo Aguirra, foi organizado pelo engenheiro Gastão Cezar Bierrenbach de Lima para a exposição do IV Centenário de São Paulo, apoiado nos documentos do Arquivo Aguirra - 2005

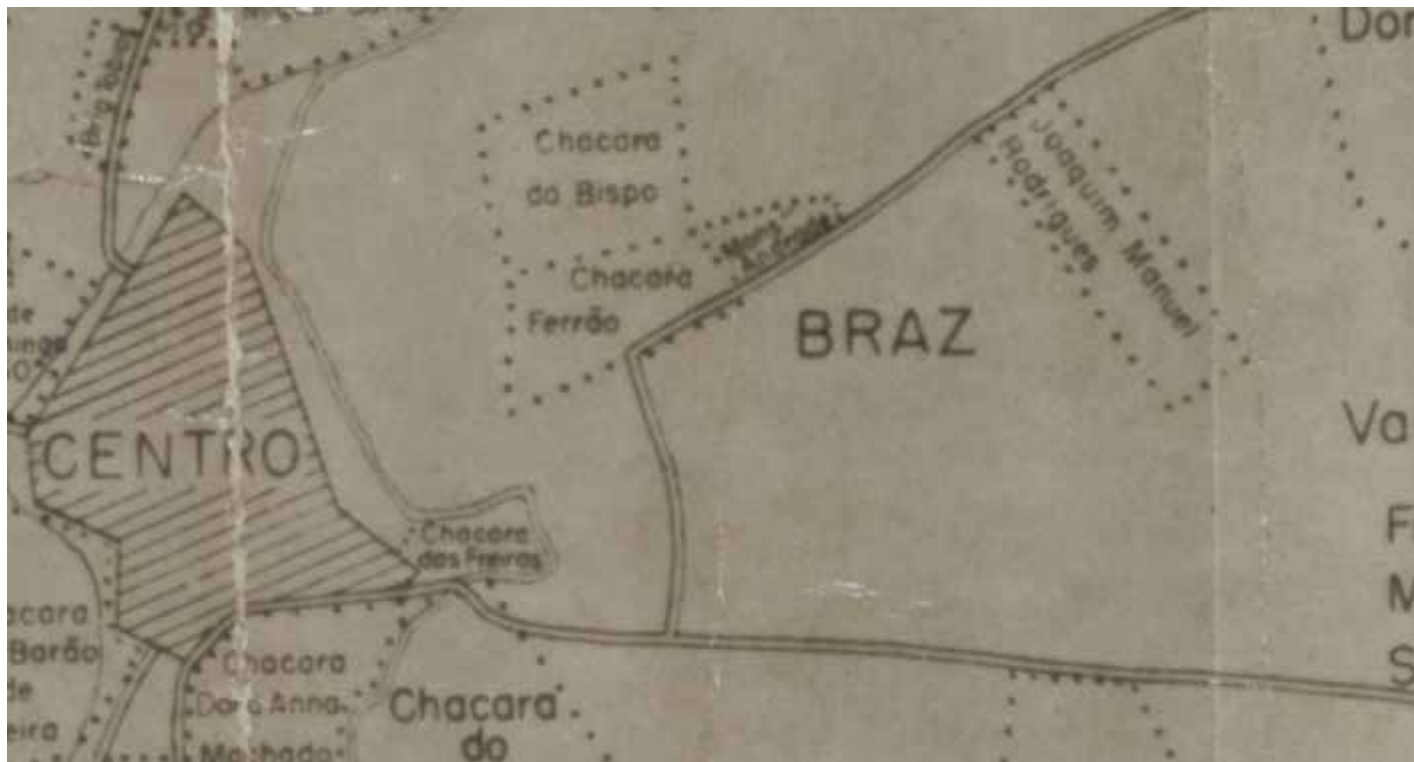


Figura 4: Recorte da reprodução da Planta “São Paulo: Chácaras, Sítios e Fazendas”. Acervo Aguirra Museu Paulista.

Como dissemos, ao verificar o mapa “São Paulo - Chácaras, sítios e fazendas ao redor do centro (desaparecidos com o crescer da cidade)”, é possível encontrar a área do Brás entre três chácaras - a Chácara do Bispo a Chácara do Ferrão e a Chácara Monsenhor Andrade.

Na primeira, residia o cônego e primeiro vigário da Paróquia, Joaquim José Rodrigues; na segunda, o proprietário José da Silva Ferrão, eternizado na toponímia de uma das três pontes que ligava a região da Várzea do Carmo até a chácara, entre as décadas 1740 e 1760; e a terceira pertencia ao monsenhor Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade, português nascido na Ilha da Madeira e nomeado, em 1796 como cônego

da Sé, posteriormente também vigário geral de São Paulo e meio a outros cargos eclesiásticos.

Por sua vez, a Planta da Cidade de São Paulo levantada pela Divisão Cadastral em 1916 (Figura 5) registra pela primeira vez os perímetros central, urbano, suburbano e rural, e permite constatar que o Brás integrava a zona suburbana da cidade, nessa época já em processo de urbanização.

Entrecruzada à Série de Obras Particulares do Arquivo Histórico Municipal, é possível delinear o perfil arquitetônico das residências ali instaladas e perceber as dinâmicas e o ritmo do processo de mudança na arquitetura da área e perfil do largo da matriz.



Figura 5: “Planta da cidade de São Paulo” Levantada pela Divisão Cadastral da 2ª Seção da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal. 1916. Escala 1:20.000. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Com base no Código de Posturas de 1886 e no Código Sanitário de 1894, trata-se de edificações de tijolos, construídas paulatinamente em meio aos novos alinhamentos de ruas solicitados. Lote a lote, vê-se que as novas edificações do início do século coincidem posteriormente com aquelas enquadradas no processo de tombamento, selecionadas para compor a área envoltória com gabarito máximo permitido para construção.

O Brás se encontrava em posição privilegiada no que se diz respeito ao desenvolvimento da mancha urbana de São Paulo, uma vez que, como mencionado, a sua estreita relação com a Freguesia da Penha e o acesso ao Rio de Janeiro, aliado à presença do rio Tamanduateí e das áreas de várzea, foram permitindo que ali se instalassem ferrovias e fábricas, por conseguinte moradias para operários e membros dos setores médios e baixos da população, especialmente imigrantes a partir da primeira onda imigratória na Primeira República (1889-1930).

As novas moradias misturavam-se às já existentes, misturando-se assim também as temporalidades, arquitetônicas e urbanísticas. Ferrovia e fábricas polarizaram pessoas que lá se fixaram, mas a existência prévia de uma cultura local, fortemente envolta na religiosidade, entrelaçava-se à vida civil, para além do comércio e atividades fabris cada vez mais efervescentes, dando identidade à comunidade local que futuramente reivindicaria o registro do bairro. A “região do Brás” já tinha uma certa delimitação, mesmo administrativa ou no imaginário popular, desde a elevação da capela em matriz sede de freguesia/paróquia, no ano de 1818.

A dinâmica de jogos de escalas mobilizada nesta pesquisa partirá da capela ao largo da matriz com base nas Atas da Câmara, na Série Obras Particulares do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo e fotografias antigas,

documentação esta entrecruzada à seriação cartográfica. Ano a ano é possível acompanhar petições para edificação, reparos, abertura de vias. E assim, é possível “ir desenhando” ou “especializando” a história do entorno da paróquia e mapeando o processo de metamorfose do largo, de residências a imóveis de uso misto, imaginando coincidir com as metamorfoses no bairro como um todo, tal como uma sinédoque visual. Outras fontes, como os almanaques comerciais e jornais de época darão vida e pormenores sobre os usuários dos espaços.

No capítulo 1, o exercício de retrospectão em caráter experimental e hipotético enquadra-se na metodologia de Arqueologia da Paisagem, mobilizada pela orientadora e seu grupo de pesquisa, e visa compreender o processo de urbanização, desde a materialização da capela em matriz à gestação do largo em meio ao bairro como um todo, em busca das narrativas que justificaram seu processo de patrimonialização.

Por sua vez, no capítulo 2, as diversas fases de construção da igreja acompanham o processo de urbanização, e sua monumentalidade representa – tal como uma metáfora – um maior número de fiéis e dinâmicas urbanas que justificam uma matriz cada vez maior e mais refinada, envolvendo linguagem eclética e projetos assinados por diversas mãos, desde os Irmãos Calcagno, passando por George Krug até o projeto derradeiro de Giuseppe Sachetti.

Deste modo será possível, especular sobre os produtores da cidade, muitos invisibilizados pela história e pela historiografia.

A toponímia e ruas e lugares eternizou os homens de maior renome, mas outros invisibilizados serão trazidos à luz. Para além do círculo de arquitetos e engenheiros, sobressaem não “diplomados”

assinando os projetos e orientando o canteiro. E quantos outros?

O resultado atual da edificação conta uma história, portanto, que se iniciou no século XVIII. Ao olhar para a atual fachada da paróquia, um pouco desgastada pelo tempo e pela intervenção do homem - com pichação e depredação - adentramos uma construção que é um “produto” - de muitas mãos, nacionais e estrangeiras – e simbolicamente representativa da importância de muitos fiéis de uma paróquia cada vez mais efervescente.

O trabalho mostrará que de uma pequena capela erguida em devoção ao Senhor Bom Jesus de Matosinhos, devoção esta de origem lusa, serão sobrepostas diversas camadas de historicidade, até chegar nos dias atuais, onde será possível observar, tendo percorrida toda a história documentada, as condições atuais de manutenção, preservação e conservação da paróquia. Desse modo, será possível olhar com profundidade a história da paróquia, desvendando as cortinas históricas que velam os detalhes. No começo do século XXI, abriu-se o processo para o tombamento da Paróquia, o que levará o trabalho para o Capítulo 3, terceiro e último, em que serão analisadas as justificativas para o tombamento como patrimônio cultural para a cidade de São Paulo (DPH/ Conpresp).

O Brás é conhecido popularmente pelo seu caráter extremamente comercial, sendo atualmente ponto de muitos movimentos de venda e comércio de grande circulação. Até hoje, é um bairro multicultural e movimentado, assim como foi desde o início. Algumas denominações poderiam diminuir a riqueza de detalhes e minúcias que a história do bairro nos diz, como o “bairro italiano”, o “bairro operário”, ou se limitando apenas ao seu caráter comercial. A Paróquia Bom Jesus do Brás, para alguém que desconheça a história do bairro,

poderia vir a ser considerada como “mais um” elemento religioso na paisagem urbana, sem a devida importância. No entanto, esse estudo e trabalho se faz necessário para demonstrar precisamente o contrário. Conhecida nos arquivos da Cúria³ como Paróquia “do Bom Jesus do Matosinhos”, a história desta paróquia nos dirá muito mais sobre a história do bairro do que se conhece popularmente.

Em paralelo, nos falará de mãos que ajudaram a construir a cidade. Falará da igreja do Brás como uma obra coletiva, resultante de diversos projetos com múltiplas autorias, do geral aos pormenores, cada qual envolvendo repertório construtivo, técnico e estético específico, pensando também no lento processo de materialização de um projeto em obra construída.

Metáfora do tempo, a igreja e o largo nos ensinam a pensar a produção da cidade e da arquitetura de forma processual, contrapondo-se às visões demiúrgicas e anacrônicas que buscam “a autoria” ou a ilusão de paisagens “ex-nihilo”. Trata-se, como se verá, de processos de longuíssima duração, envolvendo múltiplos atores e autorias e, portanto, múltiplas memórias e pertencimentos.

NOTAS

1. REIS, Nestor Goulart. São Paulo: vila, cidade e metrópole. São Paulo: Bank Boston, 2004.

2. MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo. Turismo e Paisagem, pp. 29-64. São Paulo, 2002.

3. Acervo da Cúria da Arquidiocese de São Paulo, Ipiranga.

O BRÁS, DE FREGUESIA A BAIRRO: CAMADAS DE HISTORICIDADE E REPRESENTAÇÕES

1.1. Antes do Bairro do Brás: o processo de urbanização da região.

Philippe Arthur dos Reis trouxe luz à uma conhecida visão a respeito do bairro do Brás, como um bairro fabril, comercial, vinculado à linha férrea, com casas para operários marcadamente imigrantes. No imaginário popular, essa paisagem cultural firmou-se contaminando a historiografia. Na contramão dessas narrativas sedimentadas na longa duração, o autor demonstrou-se tratar-se de uma paisagem material e social mais plural do que parecia à primeira vista. Nessa direção, o propósito do presente TFG é recheiar o debate, revolvendo camadas de historicidade mais fundas em busca de outras representações que abranjam a pluralidade de agentes sociais ali amalgamados.

A Várzea do Carmo

A colina histórica de São Paulo é conhecida por reter em si o núcleo urbano inicial da capital. Para além das várzeas dos rios Tamanduateí e Anhangabaú deu-se a expansão da mancha urbana. A freguesia do Brás era uma entre muitas que orbitavam ao redor do perímetro urbano, e meio à Freguesia da Penha, do Ó, entre outras. Era a primeira após a interposição da Várzea, não por acaso alcunhada de Várzea do Carmo em homenagem ao Convento Carmelita situado na borda leste da colina.

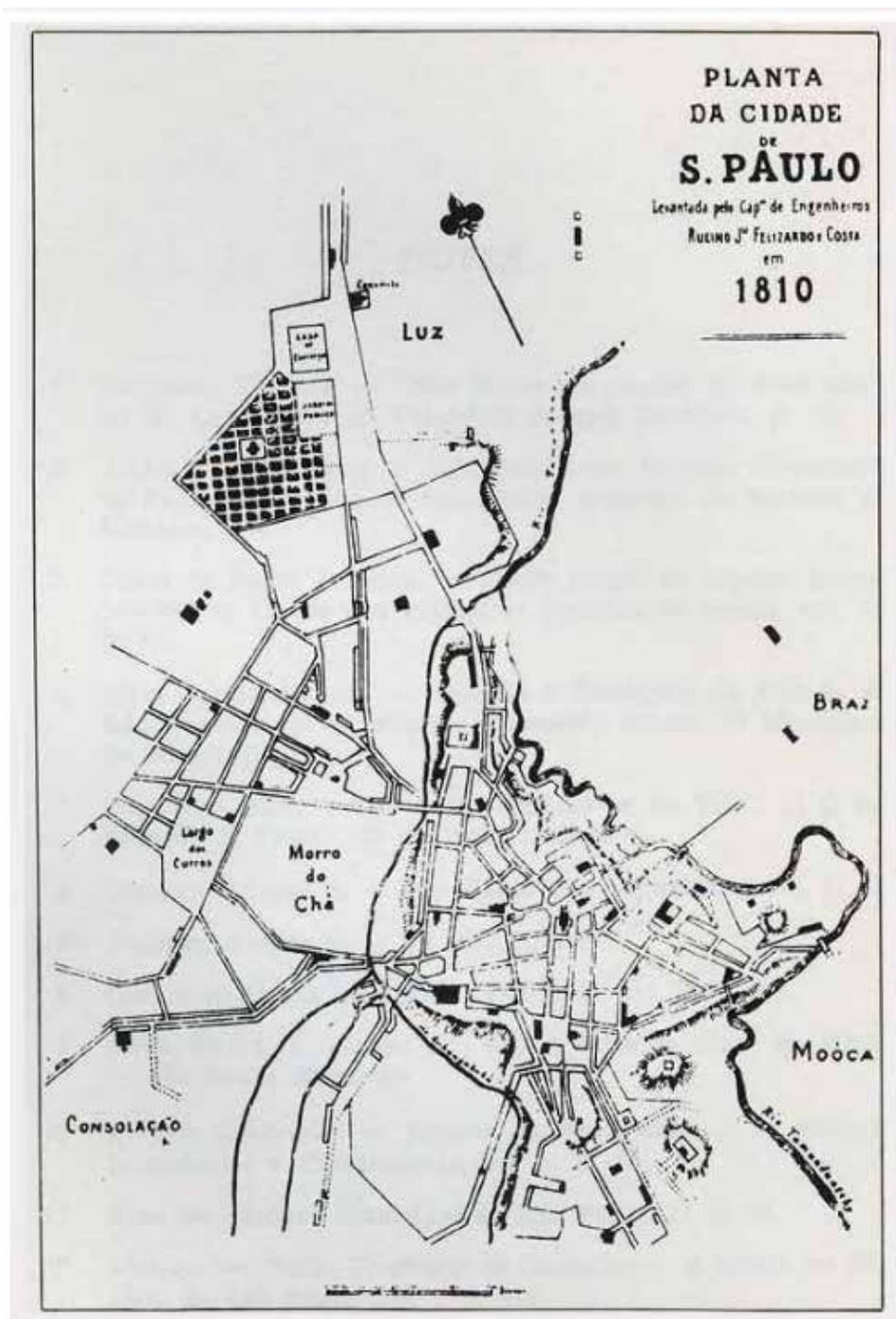
A geomorfologia explica a toponímia de meados do século XIX. O “Aterrado do Brás” era pouco ou quase nada atrativo para a vinda de moradores em quantidade, posto que era uma área de brejo e alagadiça pela proximidade do rio Tamanduateí, merecendo aterramentos frequentes para mitigar as frequentes inundações. Situado no rossio da cidade, desenvolvia-se à medida em que eram concedidas as datas de terra junto do alinhamento conferido pelo caminho que ligava São Paulo ao Rio de Janeiro.

O “Braz” aparece como um vazio na margem leste do rio Tamanduateí, na Planta da Cidade de São Paulo de 1810 (Figura 6), simples topônimo, tal como a Mooca, com duas pontuações soltas alinhavadas pela tênue linha que esboça o acesso à cidade via Ladeira do Carmo.

Os caminhos percorridos por tropeiros partindo e chegando a São Paulo direcionaram a expansão urbana, transformando-se posteriormente em vias “arteriais” de futuro tráfego intenso. Avenidas importantes, como a atuais Rangel Pestana e Celso Garcia, no Brás eram antigas radiais conhecidas por formarem a estrada da Penha.

Em termos de relevo, a extensa área de terras planas - com pouca variação de altitude – era propícia às inundações, mas também o lugar mais fácil para se assentarem caminhos e a futura ferrovia. A várzea era pouco atraente à instalação de moradias e assim sua ocupação foi “lenta e irregular”. O pequeno centro urbano era rodeado por sítios e chácaras.

Até o início do século XIX, as sesmarias e datas terras eram concedidas pela municipalidade, predominando ali propriedades rurais, onde se cultivavam agricultura miúda de horta e pomares, de modo a favorecer o abastecimento interno da cidade.



É o que afirma Denise (MOURA, 2002), quando ao analisar a produção de aguardente na Freguesia do Ó, no período de 1765 a 1822, alega que entre o final do século XVIII e o início do XIX, o movimento da economia da capitania não foi de evolução progressiva da agroexportação, mas de retração desse setor e de expansão mais segura do abastecimento interno. No entanto, com base nos Maços de População, a autora revela plantio de cana-de-açúcar nos sítios e chácaras da Freguesia do Ó para produção de aguardente destinado ao Porto de Santos e ao tráfico negreiro clandestino com Buenos Aires. Ou seja, o periurbano envolvia atividades econômicas de múltiplas naturezas à despeito de sua aparente vida pacata.

E, assim, configurou-se o início do que hoje é o bairro do Brás: uma área com chácaras e sítios pertencentes a poucos proprietários, habitações dispersas e raras casas modestas de taipa ao longo do caminho para a Penha. No Caminho para Penha foi erigida uma “capelinha” em devoção ao “Senhor Bom Jesus dos Matozinhos”, pelo português José Brás, ao qual credita-se a toponímia do lugar de acordo com as fontes históricas e a cultura popular.

Dessa forma, entre as duas colinas - a da cidade e da Penha - havia a “paragem do Brás”, não apenas com caráter de pouso, mas considerada a partir de então como uma espécie de marco a polarizar paulatino povoamento ao redor.

Figura 6: “Planta da cidade de São Paulo” Levantada pelo engenheiro Rufino José Felizardo e Costa em 1810. Sendo uma das plantas mais antigas da cidade de São Paulo, é possível ver assinalados os conventos, igrejas, caminhos e chácaras principais, e no Brás, somente alguns elementos como referência urbana. Possivelmente, na época, poderia uma delas corresponder à velha Matriz do Brás, edificada em 1803. Fonte: “História dos Bairros”, Maria Celestina Torres.

A “Paragem de José Brás”

Quem foi José Brás? De acordo com Torres (1985), a mais antiga referência ao nome de José está nas Atas da Câmara Municipal de São Paulo, data de 4 de março de 1769, em uma petição para edificação de pontes no caminho entre as chácaras de José Brás e Nicolau, hoje correspondentes ao trecho entre o Pari e Brás. De acordo com Leonardo Arroyo (1966), em 1784 outra petição solicita um aterrado para as pontes do caminho. A ponte do Ferrão é uma das mais antigas construídas no caminho, seguida por outra ponte referenciada a José Brás, mas que não se encontra em mapa. O caminho que ligava o centro urbano de São Paulo à Penha, também tido como caminho para o Rio de Janeiro, era composto por “capoeiras e matagais” (TORRES, 1985).

Há poucas menções a José Brás, mas muitos à paragem, ao caminho e à Capela do Bom Jesus dos Matosinhos, que também levam o seu nome. Outro autor, ao referir-se à Capela, Azevedo Marques (1952), alega que ela foi erguida nos subúrbios da cidade por José Brás, sendo reedificada por José Corrêa de Moraes, tenente-coronel da época, com título de capela do “Senhor Bom Jesus de José Brás”.

Esta reedificação teve início na data de 05 de abril de 1800 após petição de José Correa, na qual menciona-se “edificar uma capela na saída da cidade para a Penha”. A reedificação foi concluída três anos depois, em 01 de janeiro de 1803, data de sua inauguração. Em 08 de junho de 1818, por alvará régio e provisão do bispo D. Mateus de Abreu Pereira, foi criada a Freguesia do Brás, sendo a capela investida do status de matriz

e de paróquia autorizada a registrar nascimentos, óbitos e casamentos, dotada de um amplo território para acudir espiritualmente seus fregueses.

Ao redor, próximo à chácara do Bispo - o cônego Joaquim José Rodrigues e primeiro vigário da Capela - solicitou terras ao longo do caminho em direção à Moóca. Ao longo do arruamento ainda impreciso em meio às chácaras foram sendo construídas modestas casas de taipa, fora do alinhamento das ruas irregulares que marcavam a paisagem próxima à Capela. Torres (1985), em seus escritos, alega que algumas datas, mais vastas, foram requeridas para abrigar atividade de agricultura - seja de hortas e pomares, seja de economias de abastecimento como as su-
pracitadas. Nomes como do Cel. José Vaz de Carvalho (importante tropeiro da cidade), D. Manoela Joaquina Rodrigues, João José Rodrigues e D. Maria Caetana de Toledo aparecem entre os donos de grandes propriedades na região. São nomes que Allan Kato (doutorado, FAUUSP, 2017) e Beatriz Bueno (Anais do Museu Paulista, 2005) identificaram entre os grandes negociantes e famílias detentoras de grande cabedal nas Décimas Urbanas de 1809 e 1929 e nos Maços de População do período.

“Uma data de 148 braças que fica para a frente dos valos da Chácara do tenente Gabriel Roiz [Rodrigues], e da estrada que vai desta cidade para Caguaçu e 173 braças de fundo, que faz frente para a estrada que vai do Senhor Bom Jesus para São Caetano, é concedida a Gertrudes Tereza Gonçalves, que ali pretende construir uma chácara de vivenda e cômodo de numerosa família é registrada a 16 de janeiro de 1811”
(TORRES, 1985, p. 49)

É possível visualizar, portanto, do lado esquerdo do caminho para a Penha, a Matriz do Bom Jesus de Matosinhos, configurada como o centro de um pequeno aglomerado de casas

junto da Chácara do Bispo. A “Freguesia do Senhor Bom Jesus de Matozinhos” contava, até meados do século XIX, com a “capelinha branca com campanário” (TORRES, 1985), casas de taipa coberta de telhas (segundo as Cartas de Datas), ao lado de chácaras.

Esta era a paisagem da “paragem do Brás” no início do século. A partir de 1830, dezenas de petições encaminhadas à Câmara de São Paulo solicitaram terras na região. O nome “Freguesia do Senhor Bom Jesus” passou a ser utilizado nos registros a partir do ano de 1819 a cada nova data concedida, porque justamente situava-se no território da freguesia relacionada à matriz ali instalada.

Também era intensa a relação com a Freguesia da Penha de França, e pouco a pouco, nos anos seguintes ao estabelecimento da Freguesia do Brás a paisagem tornou-se cada vez mais edificada e, desse modo, contínua, à medida em que novas “datas de terras” foram sendo concedidas na estrada que ligava as duas Freguesias. (TORRES, 1985)

Verifica-se que, por meio de intensa atuação do poder público e de agentes privados, a região passou por intensas mudanças nas últimas três décadas do século XIX até o início do século XX. Tais mudanças, do ponto de vista político em um primeiro momento, ancoram-se em três fatores: a abolição da mão de obra escrava e adoção da livre; a presença cada vez maior de imigrantes no contingente populacional; e a mudança governamental que torna o Brasil uma República. Esta última, vale ressaltar, culminou na criação do Conselho de Intendência em São Paulo, que governou o município e até a introdução do cargo de Prefeito em 1899.

A partir de 1870, a municipalidade passou a obrigar a necessidade de pedido de alinhamento para toda nova edificação e,

já na República, a partir de 1893, passou a obrigar que as novas edificações ou reformas fossem requeridas e acompanhadas de projetos, configurando a Série Obras Particulares do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo.

Parcialmente informatizada por Beatriz Bueno e Nestor Goulart Reis Filho no âmbito do Projeto de Pesquisa em Políticas Públicas “Arquivo Histórico Municipal: a cidade de São Paulo e sua arquitetura”, financiado pela FAPESP (www.projetosirca.com.br), a seriação dos projetos arquitetônicos e informações contidas nos requerimentos permite mapear o processo de urbanização e aquilatar o perfil da paisagem urbana em gestação em diversas partes da cidade.

Sob orientação de Beatriz Bueno, Philippe Arthur dos Reis demonstrou empiricamente o “processo” de formação do bairro do Brás, um entre vários bairros cujas transformações se deram num curto período de tempo por meio do loteamento de antigas chácaras e prolongamento do alinhamento de vias já existentes. Na série documental informatizada, que abrange o período de 1906 a 1915, houve um número elevado de solicitações à prefeitura municipal para edificação de residências comuns em meio a edifícios de uso misto e fábricas de pequeno porte.

O levantamento empírico facultou a Philippe Arthur dos Reis dar visibilidade à descrição do jornalista Ernani da Silva Bruno, em História e Tradições da cidade de São Paulo (1953), que caracterizou o bairro do Brás, até meados do século XIX, como sendo um local com pouca relevância do ponto de vista econômico e social, cujas edificações resumiam-se a habitações dispersas, precárias, insalubres e mal edificadas, além das chácaras que beiravam a antiga Estrada Geral, futura Avenida Rangel Pestana. A instalação de iluminação pública, implantação de arborização,

como parte do projeto de “embelezamento urbano” dos governos republicanos foram alterando essa paisagem.

No que se refere ao imaginário popular, já mencionado anteriormente, Ernani da Silva Bruno se utiliza de referências literárias e de viajantes que mencionam em seus relatos a região do Brás, a saber: o viajante português Augusto Zaluar, que realizou viagens ao Rio de Janeiro em 1860, e os escritores José de Alencar e Bernardo Guimarães. Vale destacar as impressões:

*“[O Brás] é considerado um dos arrabaldes mais belos e concorridos,
notável pelas suas chácaras onde residem
muitas famílias abastadas”
(Augusto Zaluar)*

*“[Há] casas-grandes abarrancadas ‘ao gosto paulista’
(José de Alencar, ao descrever chácara na região)*

*“A capela de São Brás, com seu campanário branco, e aquelas casas dispersas
pela planície, exalam um perfume idílico que enleva a imaginação”
(Bernardo Guimarães, 1883)*

Viajantes e escritores também fazem menção à povoação do Brás, tendo-a como “nem numerosa nem industriosa”, portanto, uma área com ocupação rarefeita e pouco produtiva, e a presença das chácaras conservando certos traços rurais. No entanto, Ernani da Silva Bruno não descarta o futuro parque fabril que se instalaria no Brás,

a começar pelas primeiras chaminés - instalações até hoje presentes na paisagem urbana - e como o autor teria para si a concepção do Brás como uma área vocacionada ao comércio e à produção industrial.

É comum, para que uma região receba essas determinadas características, que ela tenha em si alguma facilidade para esse desenvolvimento industrial: no caso do Brás, para quem vinha do Rio de Janeiro ou Penha, era uma “porta de entrada” da cidade. Como tal, em seus primórdios, o “Largo da Matriz do Brás” abrigava armazéns, lojas de fazendas (fazendas secas) e oficinas de selaria e artigos de couro (ERNANI, 1954), polarizando fabricantes de arreios, estribos, caçambas de prata, além de funcionar como um pouso, um local de parada. A foto de Militão Augusto de Azevedo de 1862 (Figura 7) dá a ver essas características.

Por sua vez, Philippe Arthur dos Reis analisa as representações mobilizadas no livro “O Bairro do Brás”, da série “História dos Bairros de São Paulo” (TORRES, 1985), primeiro volume eleito por meio de concurso para a série “História dos Bairros de São Paulo”, publicada pela Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de São Paulo, no ano de 1968.

Surpreende na narrativa eleita pela autora a tese de que no Brás o desenvolvimento adveio da indústria e da imigração, munindo-se de farta documentação iconográfica para dar a ver a mudança da paisagem, de paisagem rural a bairro industrial e operário.

A autora acrescenta um ingrediente importante para o entendimento do significado em importância da “Paragem do Brás”, demonstrando que desde fins do período colonial por ali passavam inúmeras procissões e peregrinações de fiéis de Nossa Senhora da Penha em direção à Igreja da Sé, em São Paulo, por meio da Estrada da Penha.



Figura 7 : Fotografia obtida no Arquivo da Cúria da Arquidiocese Metropolitana de São Paulo, por Militão Augusto de Azevedo. Na imagem, além da relação com o entorno, é possível observar a primitiva capela feita de taipa de pilão, em um piso pouco mais elevado que o nível da rua. Largo e Rua do Brás 1862-63. Notar a ausência de calçamento nas vias e a presença de edificações vizinhas à Igreja.

Se de um lado, a região do Brás ligava-se à colina de Nossa Senhora da Penha de França, do outro, estava ligada à colina originária da cidade, por meio de um percurso religioso, trajeto de procissões importantes, especialmente uma realizada por ocasião das pestes.

Até meados do século XIX a então presença de fábricas, como pontuado por Bruno, era de pouca relevância. Este cenário altera-se com a vinda das ferrovias São Paulo Railway e Estrada de Ferro D. Pedro II (Central do Brasil), seja na valorização dos terrenos, seja por polarizar parte dos trabalhadores atraídos pela oferta de trabalho e pelo baixo preço de terrenos insalubres (visto as inundações a que estava sujeitos) para instalação de suas moradias. Se a proximidade com a ferrovia e as estações condicionou mudanças, pontos periféricos onde a linha férrea não atingia mantiveram-se como pouso de tropas e tropeiros, como as Freguesias de N. S. da Penha de França e Nossa Senhora do Ó.

A mão de obra empregada nas fábricas ali instaladas, em especial a têxtil, polarizou população imigrante, grande “personagem responsável pelo povoamento da cidade e do bairro do Brás” (TORRES, 1985). Assim, o vínculo entre a fábrica e a residência operária se estreita nas narrativas sobre o bairro, pois a fixação desta população no local decorre do processo de instalação das fábricas e, por sua vez, disso decorre o adensamento construtivo de residências comuns para atendê-la.

Entre os anos de 1870 e 1914, por meio de um estudo contabilizando um determinado número de processos de ruas contidas na Série Obras Particulares (REIS, 2017), chegou-se à conclusão de que o bairro do Brás, nesse período, era predominantemente residencial e de uso misto, com uma parcela significativa de imóveis utilizados para comércio e serviços.

Cerca de 70% dos proprietários da região eram detentores de um imóvel, 16,5% detentores de dois imóveis, e o restante detinha três ou mais imóveis, que poderiam estar destinados à locação.

A pesquisa permitiu encontrar um proprietário em específico, João Ferreira, que se destacou por deter 27 imóveis, com grande número de residências distribuídas em uma única rua (Rua Inácio de Araújo), distanciando-se de outros nomes que detinha por volta de 10 imóveis.

A pesquisa permitiu esboçar o perfil social dos proprietários do Brás, e sobretudo mapear a geografia das fábricas, moradias, e edificações de uso misto. Outro aspecto evidenciado foi o perfil dos construtores do bairro, personagens que se destacam na produção “não-monumental” (REIS, 2017) da cidade, ocupando-se da construção principalmente residências, imóveis de uso misto, fábricas, armazéns, cocheiras, etc. Nomes como José Kanz, Fernando Simões e Raul dos Santos (construtores não diplomados), retirados do anonimato por Lindener Pareto Junior, em seu mestrado e doutorado (PARETO JR, 2011, 2016), marcadamente vinculados à produção do grosso da cidade que, como veremos, também estarão vinculados à construção da igreja matriz em linguagem eclética e monumental.

1.2. Paisagens toponímicas: em busca das preexistências e das camadas de historicidades na cartografia histórica

A cartografia histórica é fonte privilegiada para estudos em “Arqueologia da Paisagem”. Documentação capaz de dar a ver relações sociais no espaço, auxilia na percepção do “processo de produção social da cidade na escala do edifício, das ações individuais, da arquitetura comum” (BUENO, 2016), permitindo conhecer o caráter dos lugares e atores neles envolvidos na toponímia dos arruamentos, nos modos de representação gráfica, na relevância e hierarquização representadas em cada mapa, entre outros aspectos possíveis de serem extraídos.

Carta de 1810

A começar pela “Planta da Cidade de São Paulo” de 1810 (Figura 8), a primeira a representar a cidade e seus arrabaldes. Segundo o Informativo do Arquivo Histórico de São Paulo, fonte de onde coletamos a maioria dos mapas a seguir, foi em 1807 (CAMPOS, 2008) que o engenheiro militar Rufino Felizardo e Costa deu início ao levantamento da planta da cidade de São Paulo, o que sugere que em 1810 - data inscrita no mapa - seja aquela atribuída ao ano de conclusão.

Deparamo-nos pois com a cidade de São Paulo no alto da colina, organizada e duas freguesias - Sé e Santa Ifigênia -, que o Maço de População de 1808 contabiliza 7 mil habitantes em 1281 imóveis situados no perímetro urbano definido pelas “Décimas”, imposto predial da época (BUENO, 2016). Uns poucos arruamentos escapam à colina ladeada pelos rios Tamanduateí e Anhangabaú.

A legenda do mapa revela uma paisagem marcada por alguns edifícios religiosos e institucionais que se destacam em meio ao casario predominante que Beatriz Bueno mostrou ser predominante térreo com base na Décima Urbana de 1809. Nos arredores do perímetro urbano, as construções religiosas do Convento da Luz, Igreja da Consolação e pousos sobressaem entre chácaras e pontes.

Pode-se verificar a representação de pontes, na parte superior do mapa, sobre o Rio Tamanduateí, próxima da região do Convento do Carmo, que faziam a ligação da área urbana com o que viria a ser a Paragem do Brás, ainda não aparente na planta em questão.

No contexto histórico, este núcleo urbano - até então pouco expressivo - envolvia-se cada vez mais no crescimento da economia açucareira, o que lhe seria importante para o comércio regional ganhar relevância.

Alguns caminhos que se irradiavam para as demais direções podem ser visualizados no mapa, seja para o norte - o caminho em direção ao Sul de Minas; para oeste - em direção à Jundiaí e Goiás; para o sul - no caminho de Santo Amaro; ou para leste, ao incipiente arrabalde do Brás, que na sua extensão alcançava a região da Penha e o Rio de Janeiro.

Neste último, é possível encontrar a antiga Ladeira do Carmo (conhecida, hoje, por Avenida Rangel Pestana). Em particular, esta região distava muito da cidade, pois o Tamanduateí tinha uma ampla várzea alagadiça, impeditiva para a expansão urbana da Capital na direção leste. Mas, verifica-se a presença de uma ponte que conectava a região à cidade, o que já aponta um caminho percorrido.

Nesse caminho há uma linha pontilhada e curvilínea saindo como uma ramificação do Rio Tamanduateí, próximo à uma ponte e

edificação representada em vermelho, de certa relevância. As edificações destacadas com círculo preto no mapa referem-se à construções pertencentes às chácaras - Chácara do Bispo e Chácara da Marquesa, localizadas na porção imediata após as pontes.

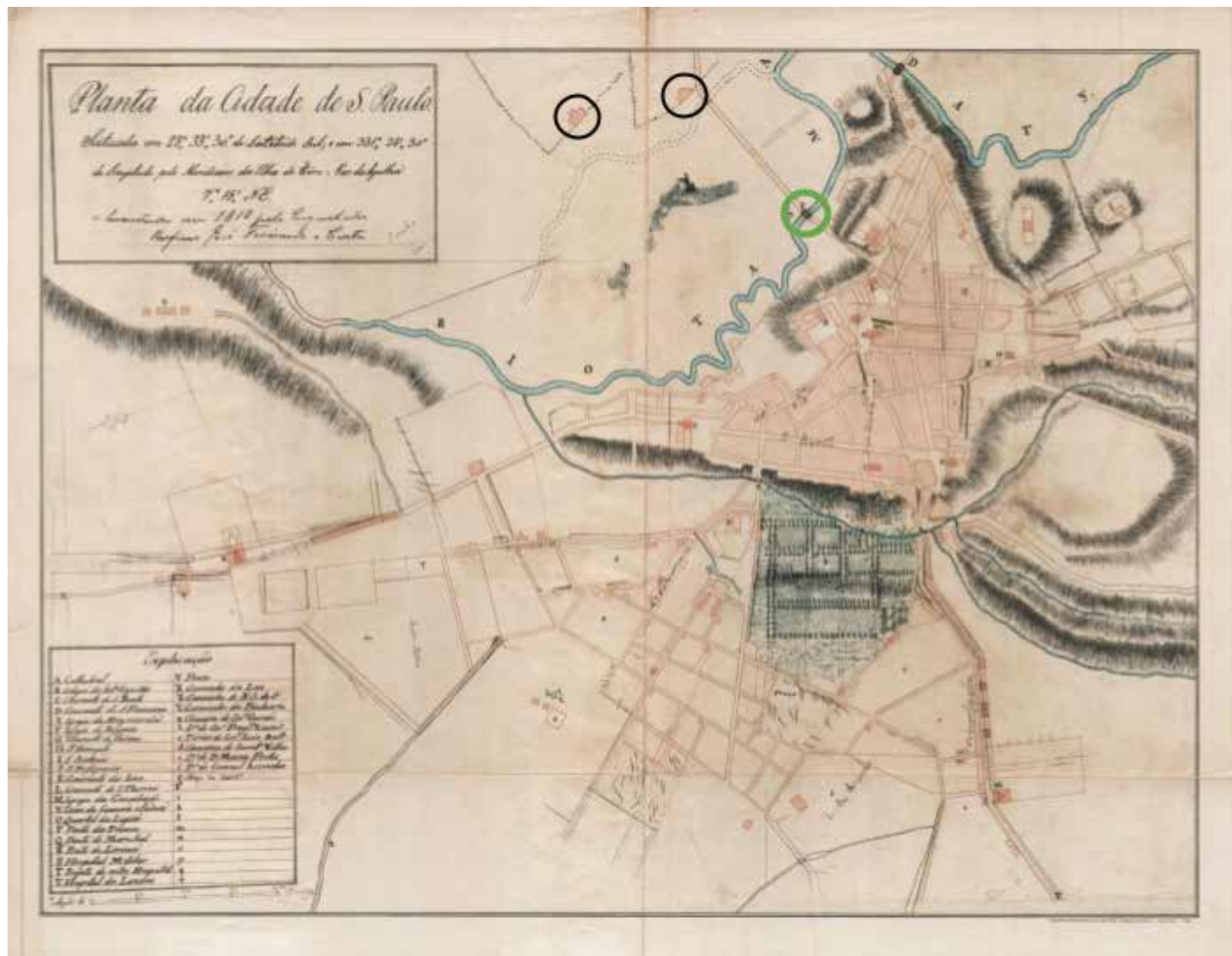


Figura 8: “Planta da Cidade de São Paulo”. Em verde, a ponte utilizada para cruzar o Rio Tamanduateí para quem viesse do Carmo até a porção leste da cidade. Acervo: Museu Paulista - USP.1954

Carta de 1841

A carta seguinte data de 1841 (Figura 9 e 10) e é de autoria do engenheiro Karl Abraham Bresser (1804-1856). Após três décadas, se percebe um ligeiro espraiamento da mancha urbana, esta ainda concentrada dentro do perímetro urbano central. Ao norte, estendeu-se para além do Convento da Luz; ao sul, até o Córrego Lavapés, no caminho de Santos; a leste, vê-se o aumento dos arruamentos e demarcação de quadras nesta direção do rio Tamanduateí, sendo que este configurava um entrave para o desenvolvimento urbano além-rio. Na Planta é possível observar as primeiras vias urbanas na região do Brás, responsáveis pela ligação da mesma com a cidade, e a demarcação da “Igreja do Bom Jesus do Braz” (nº. 35 no mapa), elevada à matriz em 1818, status este extensivo à povoação do Brás, elevada à categoria de freguesia.

Vê-se que o caminho entre a Igreja do Brás e o Convento do Carmo é marcado por três pontes: Ponte do Irmão (nº. 19, nome correto “Ponte do Ferrão”), Ponte do Meio (nº. 20) e Ponte do Carmo (nº. 21), e a Igreja encontra-se na “Freguezia do Braz” (nº. 36), próximo à Chácara do Bispo (º. 37), e cujas vias principais são o Caminho para a Penha (nº. 18) e o Caminho para a Mooca (nº. 17). Ainda, verifica-se a Chácara do “Vigário do Braz” (nº. 5), também conhecida como a Chácara do Bispo. Também associadas à essas Chácaras, vemos algumas edificações ao longo do caminho.

A instalação da ferrovia de Santos a Jundiaí (1860-1867), incluindo a inserção das fábricas e das moradias nas adjacências, foi uma das muitas transformações ocorridas no século XIX. Do ponto de vista da morfologia urbana, iremos constatar que as chácaras foram sendo loteadas em diferentes períodos, o que culminará



Figura 9: Detalhe da “Planta da cidade de São Paulo, por C.A. Bresser”, 1841, Acervo Museu Paulista. É possível observar a delimitação das chácaras, e no círculo preto a edificação da Paróquia do Bom Jesus.

numa mancha urbana “colcha de retalhos”. Será possível acompanhar, na análise das cartografias de época, que todas essas chácaras foram loteadas, não necessariamente acompanhadas do planejamento ou legislação urbana vigente, resultando em um tecido fragmentado, onde cada loteamento optou pelos interesses particulares. Além disso, é sabido que os limites das chácaras respeitavam, na sua maioria, acidentes geográficos, como fundos de vale, cursos d’água, o que veremos nos anos sucessivos da urbanização que não foi sempre observado.

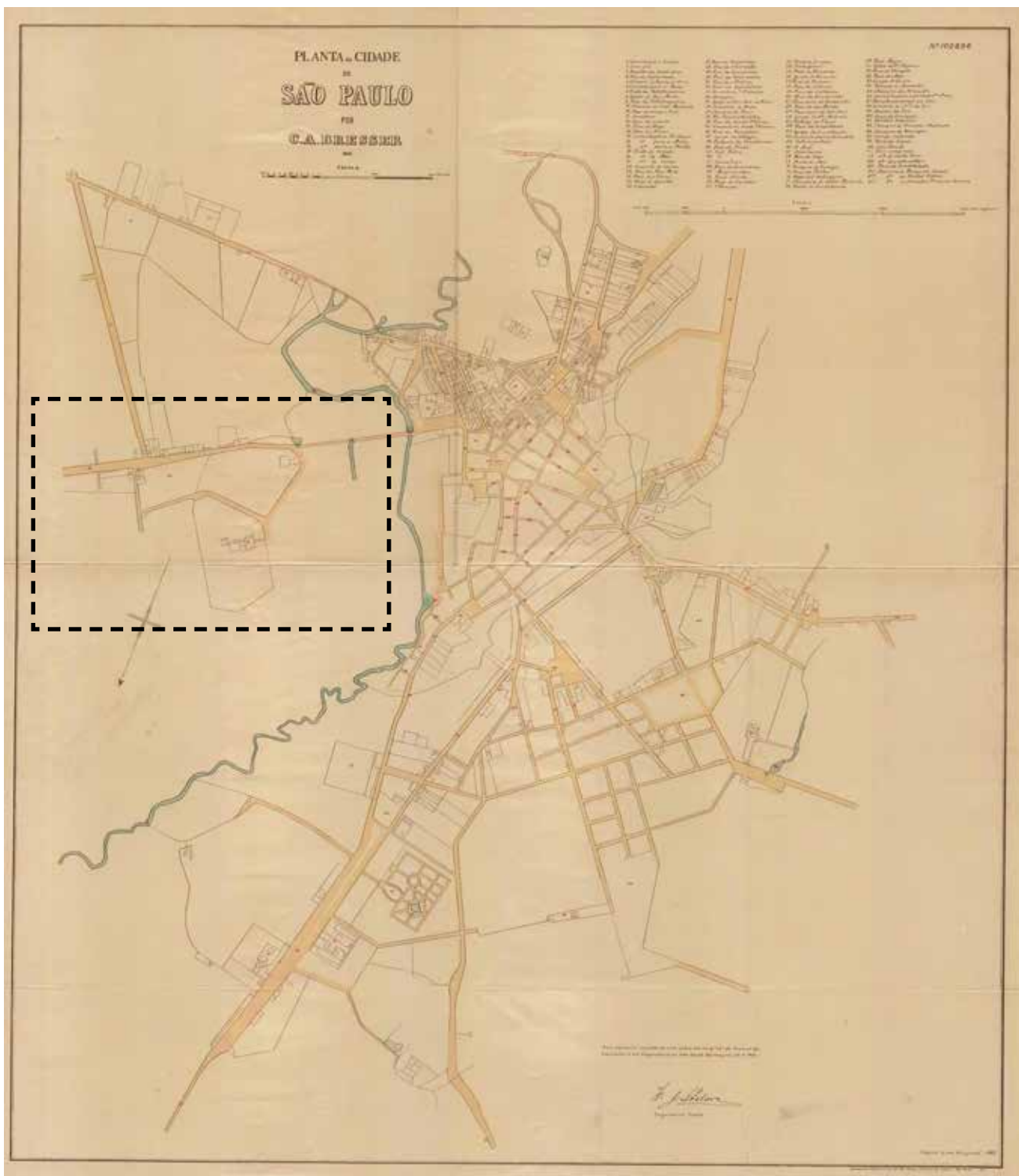


Figura 10: “Planta da Cidade de São Paulo” 1841. Em destaque a região das chácaras no Brás. Reprodução a partir da versão publicada pela Comissão do IV Centenário, em 1954. Acervo: Museu Paulista - USP.

Carta de 1842

No ano seguinte, em 1842, ao analisar a Carta da cidade (Figura 11 e 12), percebe-se maior precisão na representação dos elementos de vegetação, a denominação “Caminho do Brás” e “Caminho da Moóca”, vistos na parte superior do mapa. Sem numeração como o documento anterior, o autor pontua por escrito os elementos urbanos principais. A peculiaridade desta planta é que, no ano de 1842 eclode um conflito interno, a “Revolução de 1842”, e era preciso orientar a fortificação e proteção da cidade que estava sob ameaça de invasão. Espécie de muralha foi proposta em torno da capital paulista pelas forças imperiais que, embora não foi realizada, mostra o que era considerado perímetro urbano em distinção aos subúrbios e arredores.

Embora incluísse a Luz e Santa Ifigênia, as muralhas projetadas não incluíam a região do Brás, marcado pelo “Caminho do Brás”, três pontes transpõe área brejosa, e grandes chácaras.



Figura 11 e 12: Acima detalhe da “Carta da Capital de São Paulo”, 1842. Em tracejado o perímetro para a região das chácaras na região do Brás, onde é possível observar a delimitação das terras e a edificação da Paróquia do Bom Jesus, desenhada e legendada. À direita, a Carta inteira, cuja reprodução original pertencente ao Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. Reprodução a partir da versão publicada pela Comissão do IV Centenário, em 1954.

Campos Bosques e Alagadizos de Rio Tietê Tamarandá

Smesmas Campos Lagos e Bosques do Lago de Barro

1842

CARTA
DA CAPITAL DE
SÃO PAULO

O Sr. Vis. Barão de Vasconcelos mandou circular pelo Engenheiro da Colúmbia

Joaquim da Costa Garque
Intendente da Capital

Esta carta foi feita em 1842, e representa a cidade de São Paulo, como se achava então. Não se acham nela as alterações feitas desde então, nem as que se farão no futuro. A escala é de 1:50,000. A direção dos ventos é indicada pelas setas. A cor verde representa os campos e bosques, a cor azul os lagos e rios, e a cor amarela as áreas urbanas. A linha tracejada indica a fronteira da cidade.



Carta de 1847

Já no “Mappa da cidade de São Paulo e seus Subúrbios” (Figura 13 e 14), datado de 1847, observa-se um primeiro esboço de demarcação dos lotes e a denominação dos principais lugares, vias e regiões da cidade. A Igreja aparece denominada de maneira abreviada “Ig. do Bom Jezus”, em frente à via denominada “Caminho da Mooka”. Vê-se também a delimitação da Chácara do Bispo e a representação em linha fina de alguns loteamentos adjacentes à via em frente à igreja.

O nome da freguesia como “Freguesia do Braz” aparece no mapa com uma letra em caixa alta, como se fosse um território em expansão que delimita uma determinada região a partir da Igreja, que está no eixo do caminho para o Rio de Janeiro.



Figura 13 e 14: Acima detalhe aproximado do mapa “Mappa da cidade de São Paulo e seus Subúrbios”, 1847, em seu formato original à direita. A representação expressiva ao título da Freguesia, a delimitação das chácaras e a referência à Igreja do Bom Jesus, agora estão acompanhados de alguns lotes, representados por uma linha fina ao longo do Caminho do Brás. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Reprodução a partir da versão publicada pela Comissão do IV Centenário, em 1954.



CIDADE DE SÃO PAULO
e seus
Subúrbios

Feito por Ordem do Ex.^{to} S.^{to} P.^{to} e a Marçal de Campos
Manoel da Fonseca Lima, e Silva

Na Imprensa de



Escala de 5000 Palmos



Carta de 1855

No “Mappa Imperial da cidade de São Paulo”, (Figura 15 e 16) de Carlos Rath, datado de 1855, vemos indícios de crescimento da mancha urbana, em um ritmo pouco mais acelerado do que até então observado. No ano seguinte, em 1856, decidiu-se pela construção da ferrovia Santos-Jundiaí, e essa infraestrutura parece ter trazido maior dinamismo e movimentação comercial. Também a cidade de São Paulo - limitada ao seu núcleo central denso e pouco expressivo - sofreria a influência de uma nova rotina comercial urbana a partir de então.

As décadas seguintes aos anos 1850 são marcadas por transformações urbanísticas importantes, visto que o desenvolvimento comercial implicou em mudanças físicas e demanda de infraestrutura capaz de atendê-las. Durante a gestão do Presidente da Província João Teodoro (1872-1875), um novo Código de Posturas datado de 1875 estabelece que as novas ruas tenham 16 a 22m de largura, que sejam calçadas e tenham passeios laterais, que sejam arborizadas, e que as casas sigam o padrão municipal. Projeto de Embelezamento foi realizado para urbanização da Várzea do Tamanduateí (1859), buscando maior disciplinamento do espaço.

Dentre os melhoramentos viários que se estenderam no ano de 1855 até 1875, destaca-se a execução do primeiro anel perimetral da cidade (CAMPOS, 2008), cujo objetivo era alcançar a interligação das várias saídas da cidade e assim, promover a circulação de mercadorias na Capital, operada por carros de boi e tropas de mula.

Observa-se, no mapa, o predomínio de um traçado urbano mais retilíneo nas áreas de expansão, especialmente na “Freguesia de Santa Ifigênia” e na “Freguezia do Braz”,

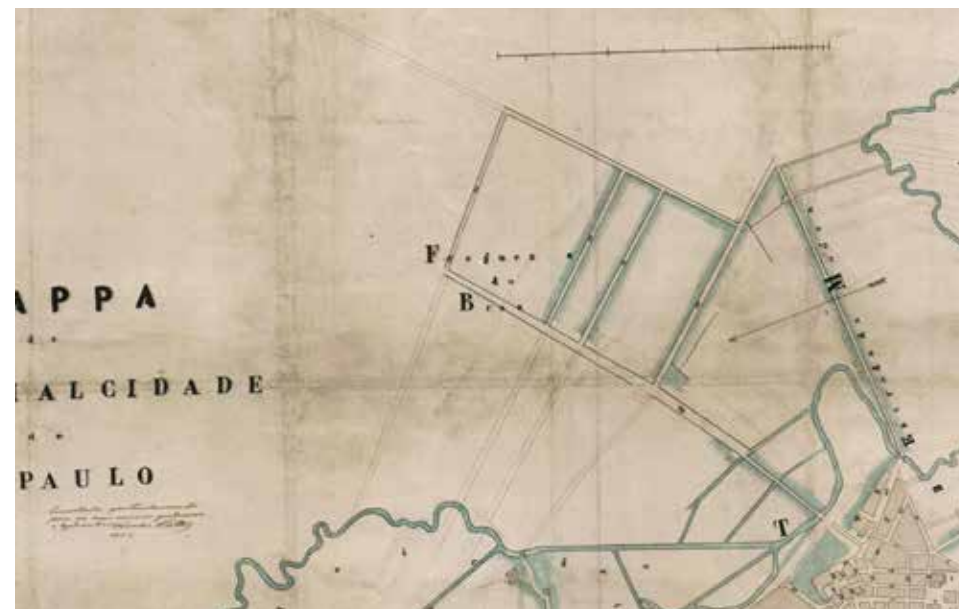
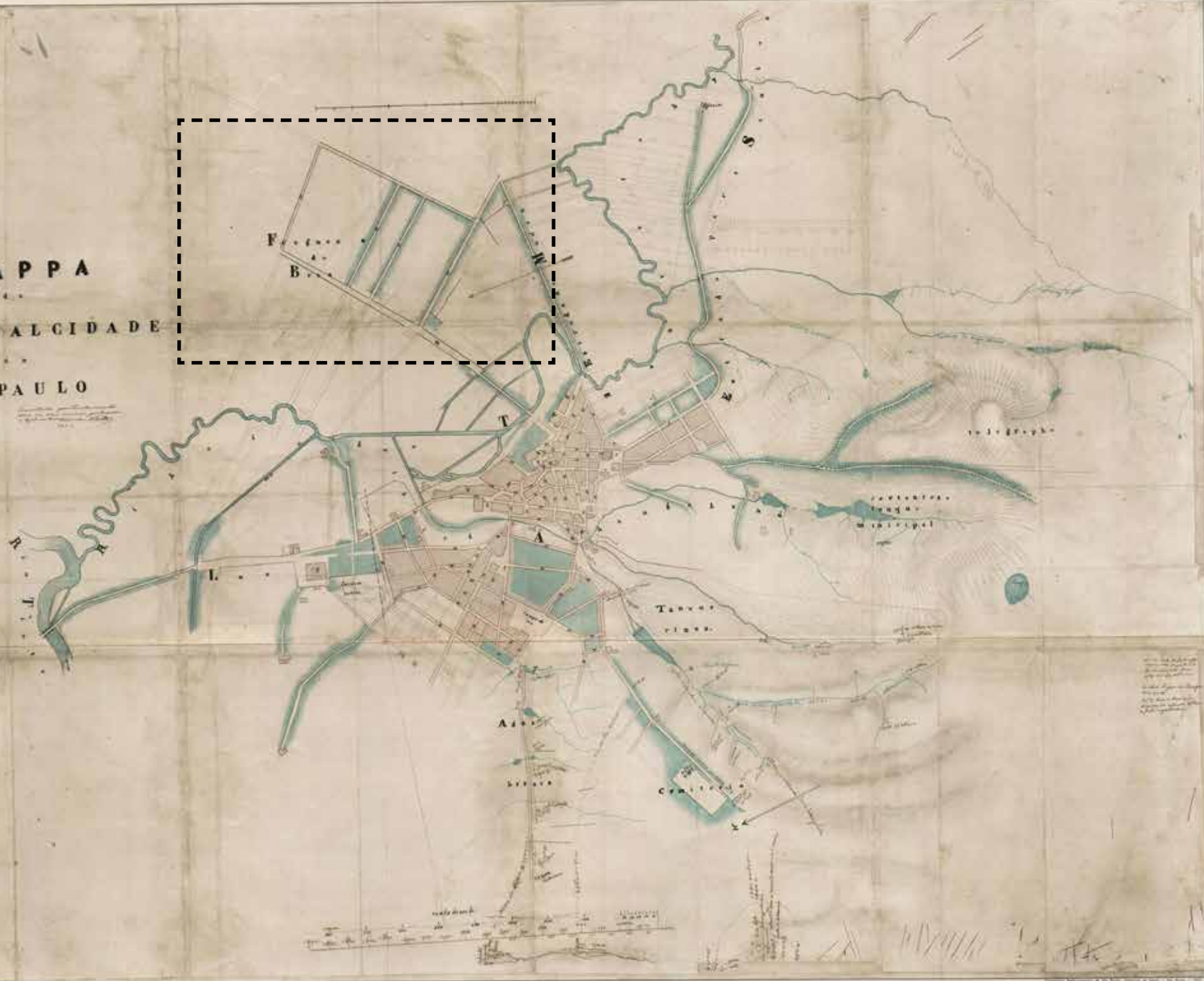


Figura 15 e 16: Ampliação do Mappa Imperial. Detalhe para o desenho feito à lápis, próximo à indicação do Norte, das três vias contínuas às feitas de caneta, e a representação da igreja do Bom Jesus na esquina da via principal. À direita, o mapa em seu formato original.

que aparece com três quadras grandes ladeando o Caminho, nomeadas em letras maiores, com certo destaque. A cor azul ressalta os elementos de água que permeavam a mancha urbana. Parte da motivação por trás da realização deste mapa é a preocupação com o abastecimento d’água, por isso muitos estão assinalados. Trata-se de um plano para o abastecimento da cidade, realizado pelo engenheiro Carlos Rath.

De maneira quase imperceptível, dentre alguns dos traços feitos à lápis pelo autor deste mapa, encontra-se a Igreja do Bom Jesus, localizada após as três pontes e próximo à “Estrada da Moóca”. Também chama atenção uma linha reta em cor preta, que indica o futuro percurso da ferrovia de Santos a Jundiaí, próximo à Chácara do Bispo.

M A P P A
IMPERIALCIDADE
S P A U L O



Carta de 1868

Por sua vez, a “Planta da Cidade de São Paulo” de 1868 (Figura 17 e 18) revela pouco alargamento da mancha urbana, mas faz notar o projeto de canalização do Rio Tamanduateí, aparecendo com um traçado retilíneo na região da Freguesia do Brás e da Luz. Outro elemento relevante é a linha fina para representar a Estrada de Ferro São Paulo Railway, a primeira estrada de ferro paulista. Aproxima-se da Capital ao passar a Várzea do Rio Tamanduateí, na região do Brás, segue na região da Luz e segue caminho em direção noroeste, a Jundiaí. A São Paulo Railway foi construída no período aproximado entre 1862 e 1867.

Na legenda da planta, percebe-se que as igrejas, conventos e edifícios públicos destacam-se ainda como os principais elementos da paisagem urbana. No entanto, notam-se surgir outros elementos, como sedes de jornais, colégios, boticas, o que indica uma maior intensidade na vida urbana.

O impacto da linha férrea foi de extrema importância. Ligando o interior paulista, produtor de café, ao porto exportador, a ferrovia fez da Capital um centro de comércio e serviços relacionados à economia do café, pólo de atração de mão-de-obra.

Do ponto de vista cultural e populacional, a Capital recebeu não só a passagem de produtos, empresários, mas principalmente novos moradores, trabalhadores atraídos pela expansão do comércio, serviços e das fábricas, e que habitariam as áreas menos valorizadas.

Nota-se, enfim, que regiões da cidade - até então isoladas umas das outras - conectaram entre si, como a região da Luz e do Brás e lotes com casinhas foram margeando os alinhamentos das vias outrora definidas. Vemos ruas novas desenhadas e nomeadas a lápis, ruas estas futuramente



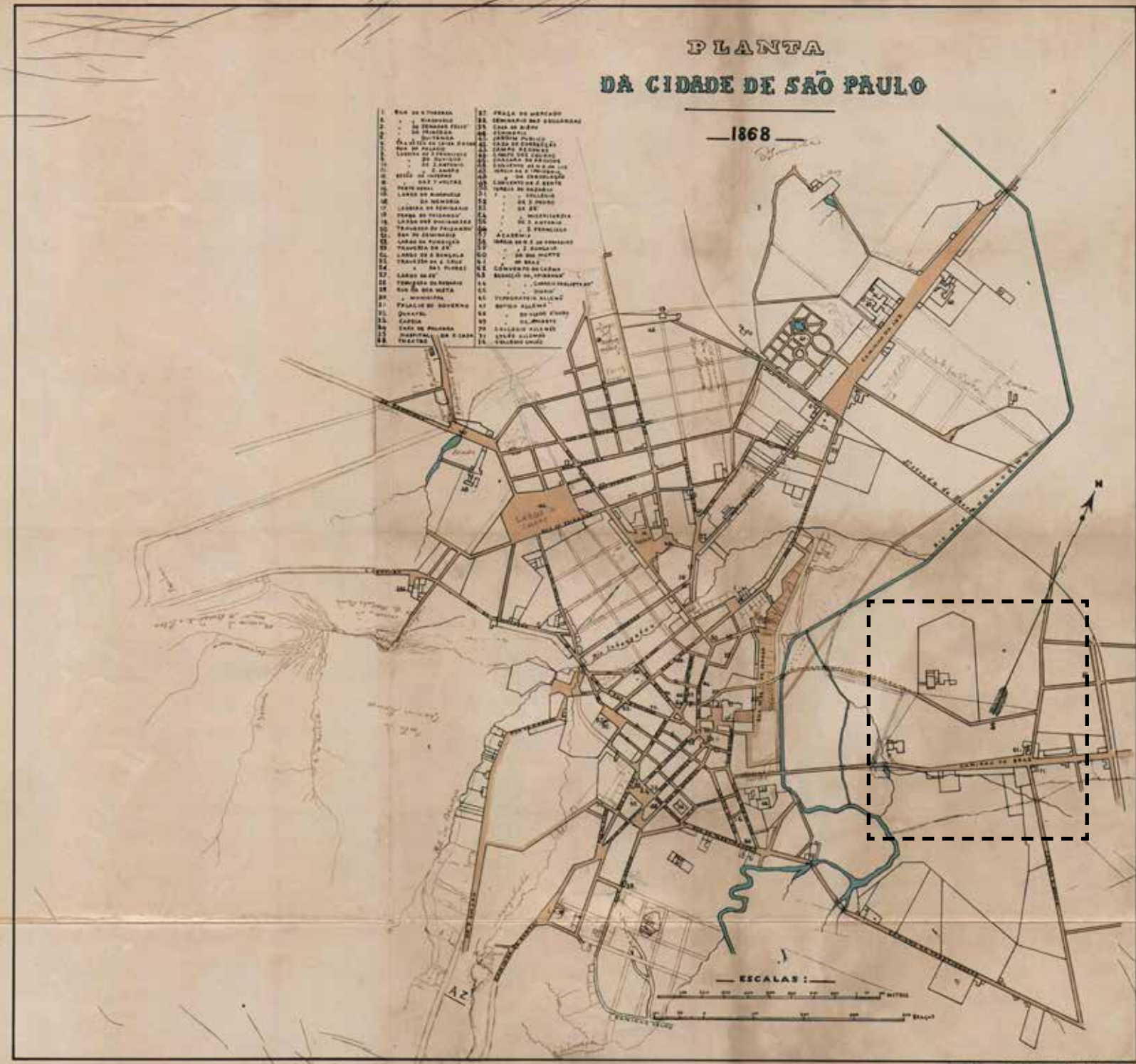
Figura 17 e 18: Detalhe da parte superior da “Planta da Cidade de São Paulo”, 1868, em seu formato original à direita. Veem-se ruas a lápis, especialmente a Rua João Teodoro, próxima à região da Luz, em direção à região do Brás. Reprodução original pertencente ao Museu Paulista-USP. Reprodução a partir da versão publicada pela Comissão do IV Centenário, em 1954.

importantes, como por exemplo, a rua João Teodoro, na parte superior da planta.

PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO

1868

- | | |
|----------------------|--------------------------------|
| 1. Rua de S. Theresa | 27. Praça do Mercado |
| 2. " de S. Antonio | 28. Cemeterio de S. Bernardino |
| 3. " de S. Francisco | 29. Casa de S. Joao |
| 4. " de S. Paulo | 30. Casa de S. Joao |
| 5. " de S. Pedro | 31. Casa de S. Joao |
| 6. " de S. Joao | 32. Casa de S. Joao |
| 7. " de S. Joao | 33. Casa de S. Joao |
| 8. " de S. Joao | 34. Casa de S. Joao |
| 9. " de S. Joao | 35. Casa de S. Joao |
| 10. " de S. Joao | 36. Casa de S. Joao |
| 11. " de S. Joao | 37. Casa de S. Joao |
| 12. " de S. Joao | 38. Casa de S. Joao |
| 13. " de S. Joao | 39. Casa de S. Joao |
| 14. " de S. Joao | 40. Casa de S. Joao |
| 15. " de S. Joao | 41. Casa de S. Joao |
| 16. " de S. Joao | 42. Casa de S. Joao |
| 17. " de S. Joao | 43. Casa de S. Joao |
| 18. " de S. Joao | 44. Casa de S. Joao |
| 19. " de S. Joao | 45. Casa de S. Joao |
| 20. " de S. Joao | 46. Casa de S. Joao |
| 21. " de S. Joao | 47. Casa de S. Joao |
| 22. " de S. Joao | 48. Casa de S. Joao |
| 23. " de S. Joao | 49. Casa de S. Joao |
| 24. " de S. Joao | 50. Casa de S. Joao |
| 25. " de S. Joao | 51. Casa de S. Joao |
| 26. " de S. Joao | 52. Casa de S. Joao |
| 27. " de S. Joao | 53. Casa de S. Joao |
| 28. " de S. Joao | 54. Casa de S. Joao |
| 29. " de S. Joao | 55. Casa de S. Joao |
| 30. " de S. Joao | 56. Casa de S. Joao |
| 31. " de S. Joao | 57. Casa de S. Joao |
| 32. " de S. Joao | 58. Casa de S. Joao |
| 33. " de S. Joao | 59. Casa de S. Joao |
| 34. " de S. Joao | 60. Casa de S. Joao |
| 35. " de S. Joao | 61. Casa de S. Joao |
| 36. " de S. Joao | 62. Casa de S. Joao |
| 37. " de S. Joao | 63. Casa de S. Joao |
| 38. " de S. Joao | 64. Casa de S. Joao |
| 39. " de S. Joao | 65. Casa de S. Joao |
| 40. " de S. Joao | 66. Casa de S. Joao |
| 41. " de S. Joao | 67. Casa de S. Joao |
| 42. " de S. Joao | 68. Casa de S. Joao |
| 43. " de S. Joao | 69. Casa de S. Joao |
| 44. " de S. Joao | 70. Casa de S. Joao |
| 45. " de S. Joao | 71. Casa de S. Joao |
| 46. " de S. Joao | 72. Casa de S. Joao |
| 47. " de S. Joao | 73. Casa de S. Joao |
| 48. " de S. Joao | 74. Casa de S. Joao |
| 49. " de S. Joao | 75. Casa de S. Joao |
| 50. " de S. Joao | 76. Casa de S. Joao |
| 51. " de S. Joao | 77. Casa de S. Joao |
| 52. " de S. Joao | 78. Casa de S. Joao |
| 53. " de S. Joao | 79. Casa de S. Joao |
| 54. " de S. Joao | 80. Casa de S. Joao |
| 55. " de S. Joao | 81. Casa de S. Joao |
| 56. " de S. Joao | 82. Casa de S. Joao |
| 57. " de S. Joao | 83. Casa de S. Joao |
| 58. " de S. Joao | 84. Casa de S. Joao |
| 59. " de S. Joao | 85. Casa de S. Joao |
| 60. " de S. Joao | 86. Casa de S. Joao |
| 61. " de S. Joao | 87. Casa de S. Joao |
| 62. " de S. Joao | 88. Casa de S. Joao |
| 63. " de S. Joao | 89. Casa de S. Joao |
| 64. " de S. Joao | 90. Casa de S. Joao |
| 65. " de S. Joao | 91. Casa de S. Joao |
| 66. " de S. Joao | 92. Casa de S. Joao |
| 67. " de S. Joao | 93. Casa de S. Joao |
| 68. " de S. Joao | 94. Casa de S. Joao |
| 69. " de S. Joao | 95. Casa de S. Joao |
| 70. " de S. Joao | 96. Casa de S. Joao |
| 71. " de S. Joao | 97. Casa de S. Joao |
| 72. " de S. Joao | 98. Casa de S. Joao |
| 73. " de S. Joao | 99. Casa de S. Joao |
| 74. " de S. Joao | 100. Casa de S. Joao |



Carta de 1877

O “Mappa da Capital da Província de S. Paulo - seus Edifícios públicos, Hoteis, Linhas ferreas, Igrejas, Bonds Passeios, etc.” de 1877 (Figura 20) dá a ver a vitalidade em curso. Trata-se de um mapa turístico, demonstrativo dos principais atrativos da capital. Desenhado pelo litógrafo francês Jules Martin, neles uma série de novos ícones sobressaem em meio às igrejas, conventos, estações da estrada de ferro, demais órgãos públicos e as primeiras fábricas (a vapor) da Capital. Também destaca-se as Linhas de Bonds recém instaladas na gestão do Presidente da Província João Teodoro.

Há uma “intenção” nesta planta (CAMPOS, 2008) em ser uma orientação às pessoas vindas do Interior de São Paulo para na Capital resolverem os seus negócios. Muitos foram atraídos para a Capital e nela decidiram expandir seus negócios, dedicando-se às atividades econômicas urbanas. O progresso da economia agro-exportadora do café proveniente do Oeste paulista, associado às concessões do Poder Público, levou muitos empresários a investirem na infra-estrutura da cidade, seja no serviço de transporte coletivo (bonds à tração animal), seja nos serviços de iluminação a gás, rede de água e esgotos, todos operados inicialmente por particulares.

A introdução do tijolo nas edificações e sua obrigatoriedade a partir do Código de Posturas de 1875, reeditado em 1886, deu nova feição às edificações, inspiradas na estética do neoclassicismo vigente na Corte do Rio de Janeiro.

Por outro lado, a “Varzea do Braz” converte-se em “Varzea do Gazometro” em alusão à Casa das Retortas onde era processado o carvão mineral trazido da Inglaterra pela ferrovia para converter-se em gás.

Embora brejosa, a várzea aparece recortada por dois “boulevares”. Há uma clara delimitação natural da cidade a partir do rio Tamanduatéi, que margeia o núcleo urbano condensado, com ruas e quadras definidas, e concentrando edificações de relevância, mas cuja margem direita mostra-se brejosa, desurbanizada, pontuada por algumas fábricas e delimitada ao norte pela linha da Estrada de Ferro representada por uma máquina à vapor em operação, seccionado em trechos “Para Santos”, “para Jundiahy e Campinas”, “Para Sorocaba e Ypanema”.

O detalhe a seguir (Figura 19), remete aspectos da paisagem natural da região do Brás. No “Aterrado do Braz” e na “rua do Braz” destacam-se ruas arborizadas. A “várzea do Carmo” ou do “Gazômetro” encontra-se em processo de conversão em “jardim projetado”. Na lateral direita do mapa, alguns ícones foram exacerbados: o número “21” corresponde à “Figueira do Braz”. Acima, o algarismo romano “VI” representa “Edifícios fora da cidade” e letra “K” nomeia a “Igreja do Braz”. A ilustração coincide com a arquitetura da igreja tal como fotografada à época (Figura 21).

Difere da imagem veiculada pelo fotógrafo Militão Augusto de Azevedo, em 1862, onde aparecia como uma simples capela de taipa com torre sineira coberta de telha capa e canal e frontão triangular igualmente coberto de telhas para ser protegido da água da chuva.

No mapa de Jules Martin, assim como na foto (Figura 21), a igreja parece ter sido encamisada de tijolos, ganhando torre sineira coberta, com cúpula e outras em processo de construção. A existência das duas torres e o alteamento insinuam mudanças em curso na Freguesia do Brás coetâneas à chegada da ferrovia em 1867.

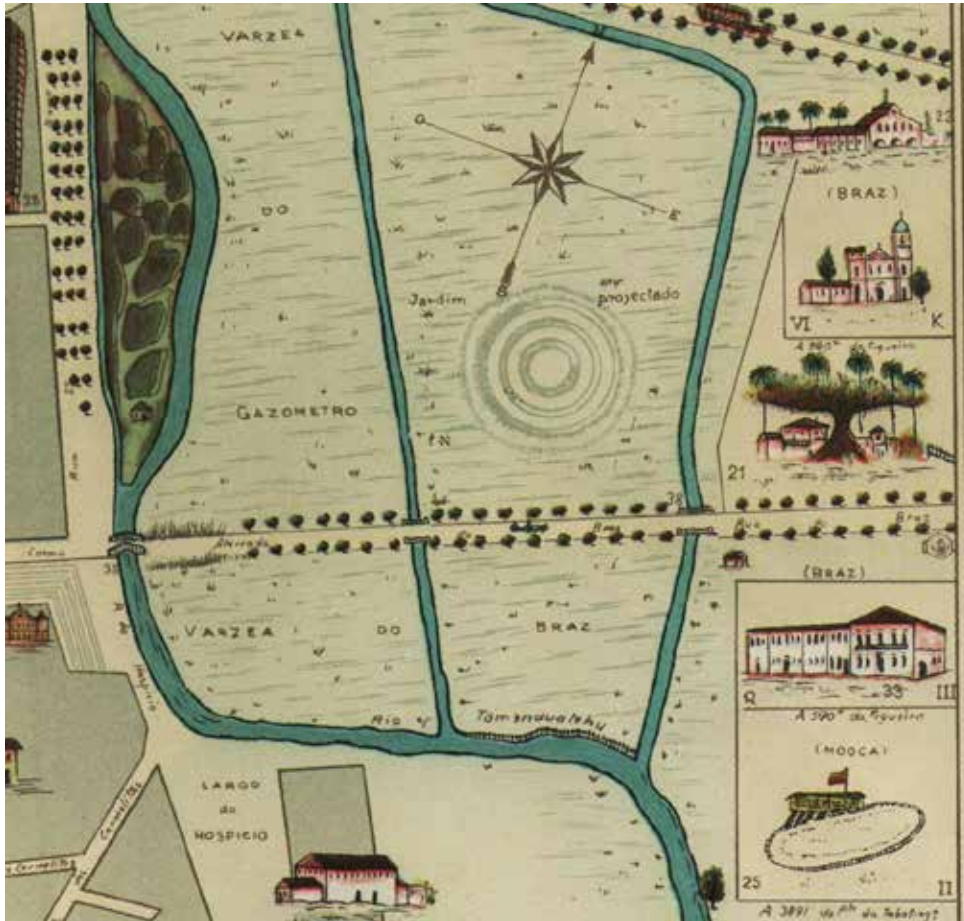


Figura 19: A ampliação remete aspectos da paisagem natural da região do Brás. No “Aterrado do Braz” e na “rua do Braz” destacam-se ruas arborizadas.

Dez anos depois, era natural que a área mudasse.

O motivo pelo qual o autor gravou, entre os pontos turísticos da cidade de São Paulo, também a Figueira da Chácara Marquesa de Santos (indicada como “Figueira do Braz”) talvez seja explicado porque se trata de um ponto de referência na entrada da cidade, marco indicativo de

que se estava aproximando da área urbana, embora situada “fora da Cidade” junto de outras referências situadas nos “subúrbios” como o Palácio Episcopal e a Igreja do Brás.



Figura 20: “Mappa da Capital da Provincia de S. Paulo - seos Edifícios publicos, Hoteis, Linhas ferreas, Igrejas, Bonds Passeios, etc.” de 1877. A intenção do engenheiro Fernando de Albuquerque e do litógrafo Jules Martin nesta planta era certamente orientar as pessoas do Interior que vinham tratar de negócios em São Paulo e os estrangeiros que chegavam para trabalhar na Capital. Afinal, o presidente da Província João Teodoro Xavier (1872-1875) iniciara durante seu governo uma campanha de embelezamento da cidade, pensando especialmente nos fazendeiros de café que com regularidade vinham a São Paulo ou até mesmo se mudavam para cá. Reprodução a partir da versão publicada pela Comissão do IV Centenário, em 1954.



Figura 21 : Reprodução de fotografia de Militão Augusto de Azevedo, intitulada como “Matriz do Brás remodelada em 1871”. Arquivo da Cúria da Arquidiocese Metropolitana de São Paulo.

Carta de 1881

A “Planta da Cidade de São Paulo” de 1881 (Figura 22 e 23) difere-se da carta de 1847, posto que nela vê-se a área total da cidade urbanizada, com uma delimitação expressiva dos lotes e expansão do arruamento. Trata-se de um mapa realizado pela Cia Canteira de Águas e Esgotos e o destaque para os lotes deve-se ao fato de tratar-se de uma planta destinada a orientar cobrança dos serviços prestados pela Companhia de capital privado aos usuários. No mapa supracitado, é possível observar o aumento na quantidade de lotes urbanos no perímetro urbano de São Paulo para além da colina, na direção da Liberdade, Santa Ifigênia e Luz. Ademais, o limite da cidade à leste, na Freguesia do Brás, estendeu-se além trilhos da ferrovia, sendo a “Praça da Concórdia” a mais nova referência, polarizando arruamento ocupado por uma poucas casinhas em seu entorno, configurando uma nova centralidade.

A Igreja do Bom Jesus aparece destacada em preto - “Igreja do Braz” -, numerada junto a outros edifícios públicos principais. Se a intenção da Companhia da Cantareira era averiguar as áreas supridas por água encanada, é possível associar o Brás ao Reservatório da Mooca e imaginar que ao menos as fábricas pudessem estar sendo supridas com água encanada. As fábricas, antes localizadas próximas aos cursos d’água para e utilizar dessa força motriz como energia, lançando mão da energia à gás produzida no Gazômetro podiam dilatar-se para além dos rios, preferencialmente alinhando-se junto às ferrovias. O Brás junto do Gasômetro tinha energia garantida atraindo novas fábricas. Mas nos interstícios entre a cidade e o subúrbio do Brás havia muitas chácaras.

Pode-se verificar o “evidente caminho” (TORRES, 1985) que



Figura 22 e 23: Detalhe da parte superior da “Planta da Cidade de São Paulo”, 1881, em seu formato original à direita. Na região do Brás, já se nota a representação de um número de loteamentos ao longo da Rua do Brás, com a urbanização se estendendo para a Praça da Concórdia.

havia entre a região do Brás e o núcleo urbano e como ele mantinha sua função como abastecedor do mercado miúdo de São Paulo, tendo em suas chácaras a presença de hortas, pomares, etc, ainda que o bairro estivesse desenvolvendo atividades relacionadas ao comércio e à indústria. A autora percebe, nesta planta, a distribuição do casario pelas ruas e poucas travessas atreladas ao eixo principal do caminho para a Penha.

De acordo com as determinações do Código de Posturas de 1875, a linha férrea configurava o novo perímetro da cidade e disciplina o que podia ou não ficar dentro dele. Nota-se a presença de atividades indesejadas deslocadas para os subúrbios, como as fábricas e também o Hospital dos Alienados. Erguido na década de 1850, enquadrava-se no rol das construções a serem edificadas afastadas da cidade propriamente dita.

PLANTA DA CIDADE DE SÃO PAULO

ELABORADA PELA
COMPANHIA GANTAREIRA E ESGOTOS

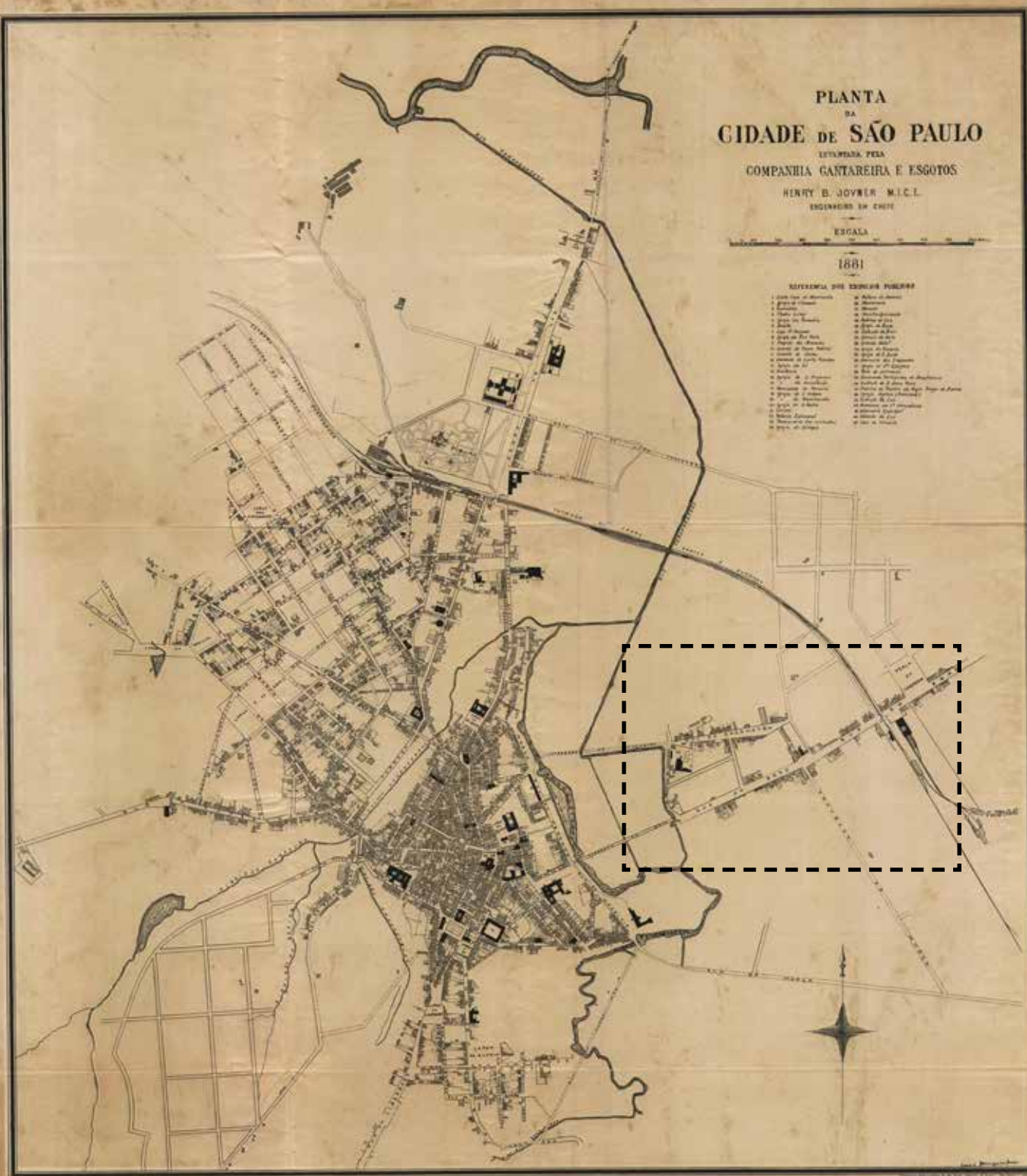
HENRY B. JOYNER M.C.E.
ENGENHEIRO EM CHEFE

ESCALA

1881

REFERENCIA DOS ENDREÇOS PUBLICOS

1. Praça da Bandeira	11. Praça da Bandeira
2. Praça do Comércio	12. Praça do Comércio
3. Praça da Freguesia	13. Praça da Freguesia
4. Praça da Liberdade	14. Praça da Liberdade
5. Praça da República	15. Praça da República
6. Praça da Sé	16. Praça da Sé
7. Praça do Estado	17. Praça do Estado
8. Praça do Imperador	18. Praça do Imperador
9. Praça do Mar	19. Praça do Mar
10. Praça do Meio	20. Praça do Meio
21. Praça do Povo	22. Praça do Povo
23. Praça do Trabalho	24. Praça do Trabalho
25. Praça da Paz	26. Praça da Paz
27. Praça da Esperança	28. Praça da Esperança
29. Praça da Fé	30. Praça da Fé
31. Praça da Caridade	32. Praça da Caridade
33. Praça da Verdade	34. Praça da Verdade
35. Praça da Justiça	36. Praça da Justiça
37. Praça da Modéstia	38. Praça da Modéstia
39. Praça da Pureza	40. Praça da Pureza
41. Praça da Castidade	42. Praça da Castidade
43. Praça da Fortitude	44. Praça da Fortitude
45. Praça da Coragem	46. Praça da Coragem
47. Praça da Honra	48. Praça da Honra
49. Praça da Glória	50. Praça da Glória
51. Praça da Vitória	52. Praça da Vitória
53. Praça da Liberdade	54. Praça da Liberdade
55. Praça da República	56. Praça da República
57. Praça da Bandeira	58. Praça da Bandeira
59. Praça do Comércio	60. Praça do Comércio
61. Praça da Freguesia	62. Praça da Freguesia
63. Praça da Liberdade	64. Praça da Liberdade
65. Praça da República	66. Praça da República
67. Praça da Sé	68. Praça da Sé
69. Praça do Estado	70. Praça do Estado
71. Praça do Imperador	72. Praça do Imperador
73. Praça do Mar	74. Praça do Mar
75. Praça do Meio	76. Praça do Meio
77. Praça do Povo	78. Praça do Povo
79. Praça do Trabalho	80. Praça do Trabalho
81. Praça da Paz	82. Praça da Paz
83. Praça da Esperança	84. Praça da Esperança
85. Praça da Fé	86. Praça da Fé
87. Praça da Caridade	88. Praça da Caridade
89. Praça da Verdade	90. Praça da Verdade
91. Praça da Justiça	92. Praça da Justiça
93. Praça da Modéstia	94. Praça da Modéstia
95. Praça da Pureza	96. Praça da Pureza
97. Praça da Castidade	98. Praça da Castidade
99. Praça da Fortitude	100. Praça da Fortitude
101. Praça da Coragem	102. Praça da Coragem
103. Praça da Honra	104. Praça da Honra
105. Praça da Glória	106. Praça da Glória
107. Praça da Vitória	108. Praça da Vitória
109. Praça da Liberdade	110. Praça da Liberdade
111. Praça da República	112. Praça da República
113. Praça da Bandeira	114. Praça da Bandeira
115. Praça do Comércio	116. Praça do Comércio
117. Praça da Freguesia	118. Praça da Freguesia
119. Praça da Liberdade	120. Praça da Liberdade
121. Praça da República	122. Praça da República
123. Praça da Sé	124. Praça da Sé
125. Praça do Estado	126. Praça do Estado
127. Praça do Imperador	128. Praça do Imperador
129. Praça do Mar	130. Praça do Mar
131. Praça do Meio	132. Praça do Meio
133. Praça do Povo	134. Praça do Povo
135. Praça do Trabalho	136. Praça do Trabalho
137. Praça da Paz	138. Praça da Paz
139. Praça da Esperança	140. Praça da Esperança
141. Praça da Fé	142. Praça da Fé
143. Praça da Caridade	144. Praça da Caridade
145. Praça da Verdade	146. Praça da Verdade
147. Praça da Justiça	148. Praça da Justiça
149. Praça da Modéstia	150. Praça da Modéstia
151. Praça da Pureza	152. Praça da Pureza
153. Praça da Castidade	154. Praça da Castidade
155. Praça da Fortitude	156. Praça da Fortitude
157. Praça da Coragem	158. Praça da Coragem
159. Praça da Honra	160. Praça da Honra
161. Praça da Glória	162. Praça da Glória
163. Praça da Vitória	164. Praça da Vitória
165. Praça da Liberdade	166. Praça da Liberdade
167. Praça da República	168. Praça da República
169. Praça da Bandeira	170. Praça da Bandeira
171. Praça do Comércio	172. Praça do Comércio
173. Praça da Freguesia	174. Praça da Freguesia
175. Praça da Liberdade	176. Praça da Liberdade
177. Praça da República	178. Praça da República
179. Praça da Sé	180. Praça da Sé
181. Praça do Estado	182. Praça do Estado
183. Praça do Imperador	184. Praça do Imperador
185. Praça do Mar	186. Praça do Mar
187. Praça do Meio	188. Praça do Meio
189. Praça do Povo	190. Praça do Povo
191. Praça do Trabalho	192. Praça do Trabalho
193. Praça da Paz	194. Praça da Paz
195. Praça da Esperança	196. Praça da Esperança
197. Praça da Fé	198. Praça da Fé
199. Praça da Caridade	200. Praça da Caridade



Carta de 1890

A primeira carta executada no contexto da República é a “Planta da Capital do Estado de São Paulo e seus arrabaldes, desenhada e publicada por Jules Martin” (1890) (Figura 24) atesta o acelerado desenvolvimento econômico da capital em decorrência da prosperidade na economia agro-exportadora do café que envolvia o oeste do Estado de São Paulo. A planta mostra o avanço dos limites urbanos, com relação à planta de 1881, e, de acordo com Eudes Campos Junior (2008), o objetivo da criação deste documento cartográfico era a orientação de estrangeiros. Portanto, assim se justifica a trama viária simplificada e sem hierarquia, com os principais edifícios da Capital em destaque, e os pontos de parada dos bondes da Companhia Ferro Carril de São Paulo.

Na região do “Braz”, vê-se uma expansão do arruamento em torno da Estação do Norte (1877) e da Hospedaria dos Imigrantes (1885-1886), articulando-se à trama de novos arruamentos no “Pary”, “Mooca” e “Luz”. Curioso perceber que a inscrição “Braz” aparece contígua à Praça da Concórdia, em detrimento do Largo da Matriz, representando o desejo de expansão em curso.

Jules Martin, autor da planta, coloca em detalhe no canto superior do mapa, a reprodução da planta de 1810, de modo que o público pudesse estabelecer uma comparação e constatar o desenvolvimento da capital paulista.

Apesar de não estarem enumeradas na planta, há um elevado número de construções recém-construídas ou em fase de conclusão. Obras públicas de grande porte - com o Viaduto do Chá -, edifícios públicos de relevância - Secretaria de Fazenda, Hospedaria dos Imigrantes, Teatro

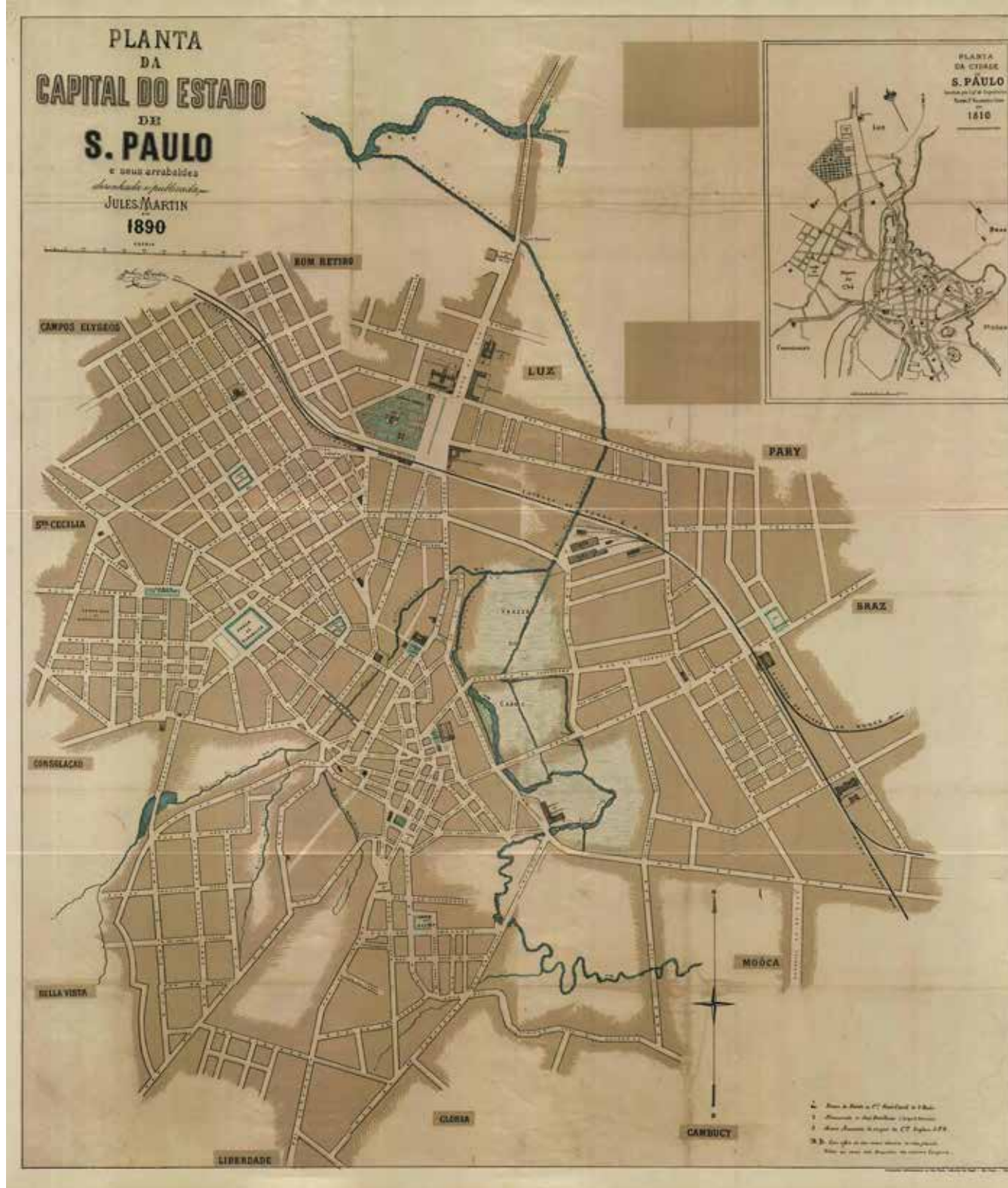
São José, Hospital da Santa Casa de Misericórdia - e outros diversos que demonstram o quão dinâmica encontrava-se a cidade nessa altura.

Torres (1985), ao comentar esta planta, observa como é possível observar as novas ruas abertas em direção à Praça da Concórdia, à rua da Mooca e ao Pary, com aglomeração de construções residenciais nas proximidades da estação do Norte e do Gasômetro.

Recorrendo à espacialização dos pedidos de construção e reforma solicitados nos anos em ao mapa (1890), com base no mestrado de Philippe Arthur dos Reis, verifica-se que outras áreas do Brás tiveram “explosão de novas construções” (ERNANI, 1954), ainda que não estivessem registradas na cartografia.

Percebe-se que a Igreja do Brás, bem delimitada na quadrícula viária, não é o tipo de Igreja rodeada por um largo, onde há uma certa centralidade ao seu redor. Localizada e posicionada recuada em lote retangular junto ao Caminho do Brás, tinha certa visibilidade em relação à rua denominada à essa altura “Rua do Braz” - via plana, sem grandes desníveis.

Figura 24: “Planta da Capital do Estado de São Paulo e seus arrabaldes, desenhada e publicada por Jules Martin” (1890). É possível ver uma certa aglomeração de construções residenciais nas proximidades da estação do Norte e do Gasômetro. Exemplar impresso pertencente ao Museu Paulista-USP. Reprodução a partir da versão publicada pela Comissão do IV Centenário, em 1954.

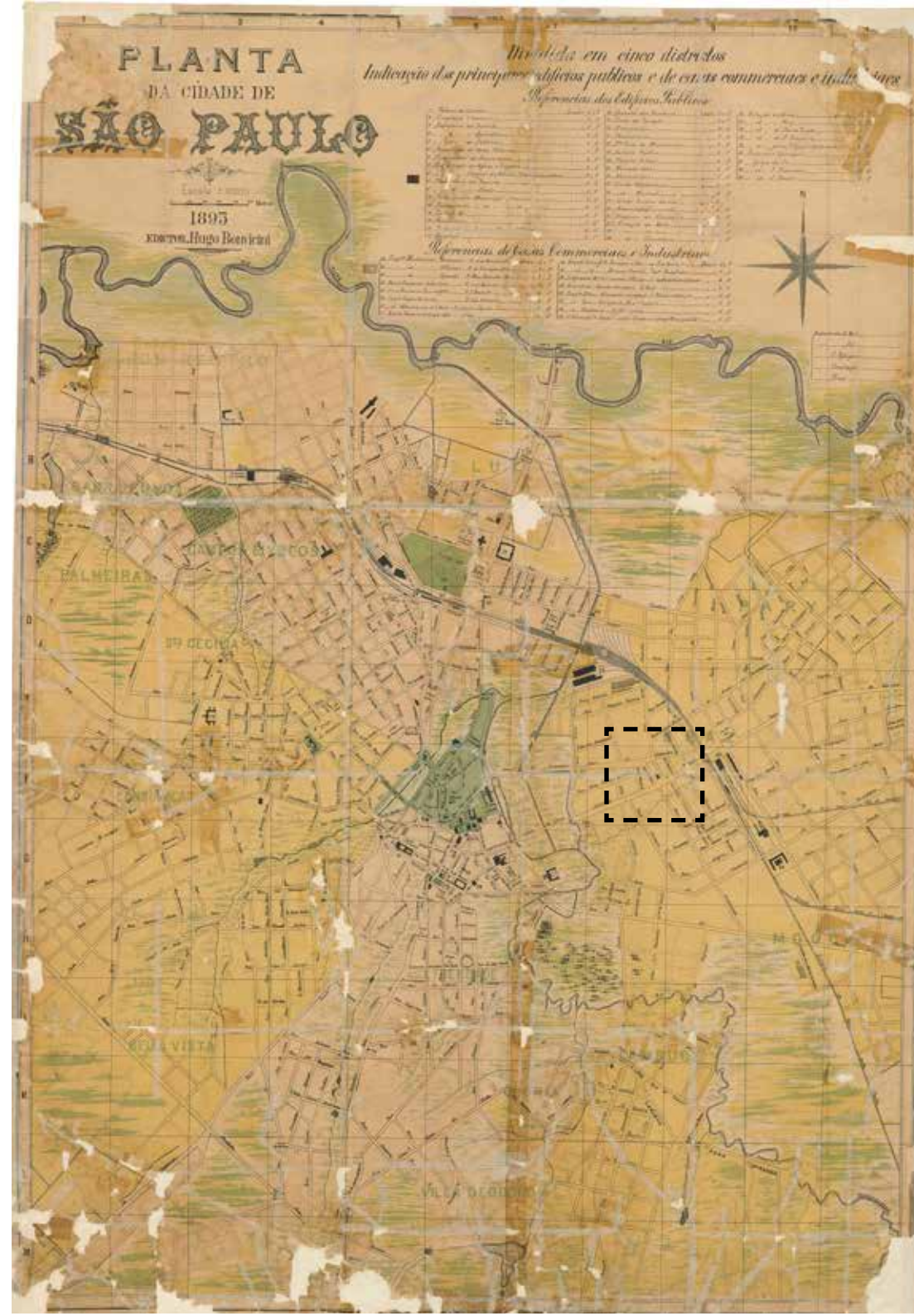


Carta de 1895

Na “Planta da Cidade de São Paulo”, (Figura 25) feita por Hugo Bonvincini à serviço da Comissão Geográfica e Geológica em 1895, ao contrário da anterior (um mapa turístico), resultou de minucioso levantamento de campo e revela – num intervalo de cinco anos – o crescimento pormenorizado da malha urbana. Alguns bairros já se encontravam consolidados, como é o caso do Bom Retiro, Campos Elísios, Barra Funda, terrenos estes que eram os mais procurados para a expansão da capital, situado à oeste. À leste, o Brás (escrito “Braz”), o “Pary” e a “Mooca”, ainda que situados em regiões desfavoráveis por serem áreas inundáveis, cresceram muito além ferrovia, devido à polarização das primeiras fábricas de porte da cidade, com consequente surgimento das moradias para a classe trabalhadora, com ênfase em terrenos concedidos aos imigrantes deste 1876.

A Igreja do Bom Jesus aparece como “Igreja do Braz”, com um destaque em preto para a edificação.

Figura 25: “Planta da Cidade de São Paulo” (1895). É possível ver o crescimento da malha urbana e a consolidação de alguns núcleos, que viriam a se tornar os bairros. Exemplar impresso pertencente ao Museu Paulista-USP. Reprodução a partir da versão publicada pela Comissão do IV Centenário, em 1954.



Carta de 1897

Na “Planta Geral da Capital de São Paulo”, (Figura 26) feita por Gomes Cardim, em 1897, é possível observar a grande expansão dos limites urbanos da Capital, revelando a explosão urbana da última década do século XIX, quando, no período de 1890 até 1900, a cidade saltou de 65.000 para 240.000 habitantes.

A geografia condiciona polaridades em uma clara sociotopografia. Chácaras à norte e oeste, em terras altas, polarizam as elites para os bairros da Luz, Santa Ifigênia, Campos Elíseos e Vila Buarque.

As regiões menos favoráveis seriam aquelas encontradas em terrenos alagadiços, regiões ribeirinhas, tal como o Brás, Bom Retiro, Pari, Mooca, que polarizaram as camadas mais pobres e os setores médios da população. Os terrenos eram transpassados pelas linhas férreas e adquiridos pelas indústrias. Nota-se um mosaico de loteamentos e muitos vazios nos interstícios, fruto de uma especulação imobiliária e de um mercado imobiliário rentista que atendia as demandas por novas moradias de forma pouco disciplinada.

A área central especializava-se pouco a pouco com edificações devotadas ao comércio e aos serviços, renovando-se em arquitetura com base no Código de Posturas de 1886 (Bueno, A Cidade como negócio, 2018). Sedes de bancos e palacetes comerciais rompem o skyline outrora marcado pelas igrejas.

Carta de 1905

A “Planta Geral da Cidade de São Paulo”(Figura 27), levantada e organizada pelo engenheiro Alexandre Mariano Cococi e Luiz Frutuoso e Costa, em 1905, também sob encomenda da Comissão Geográfica e Geológica, também representa expressivo aumento da mancha urbana e o canal projetado do Rio Tamanduateí. O grafismo hachurado para indicar as áreas com edificações é algo novo na representação cartográfica até então. Na totalidade, a planta nos mostra no que consistia, de fato, a mancha urbana em 1905. Semelhante à carta de 1897 em escala, permite ver a extensão geográfica da cidade. Assim como a planta de 1897, mostra na parte superior o rio Tietê como limite urbano, rio até então inexistente nas plantas anteriores. Nota-se que os loteamentos vão sendo aos poucos “preenchidos” com edificações, existindo muitos loteamentos desocupados.

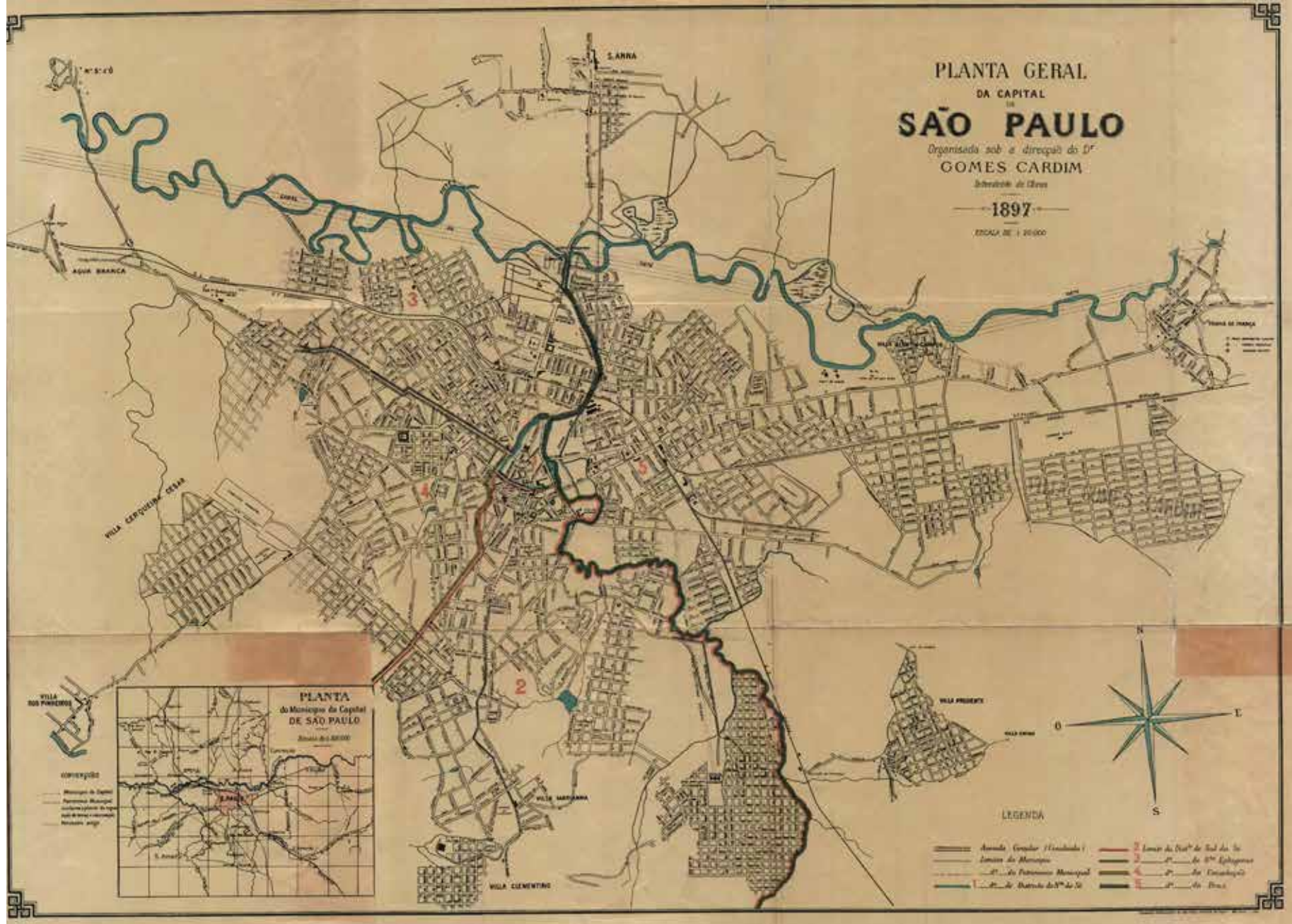


Figura 26: “Planta Geral da Capital de São Paulo”. A Igreja do Bom Jesus aparece diminuta, com um destaque em preto, junto a outras edificações principais da Capital. “Gomes Cardim”, sobrenome de Pedro Augusto (1864-1932) também deu o nome ao bairro (antigo loteamento privado de sua propriedade) mais à leste localizado no mapa, e junto à Penha, tornam-se os limites da cidade na região leste. Exemplar impresso pertencente ao Museu Paulista-USP. Reprodução a partir da versão publicada pela Comissão do IV Centenário, em 1954.

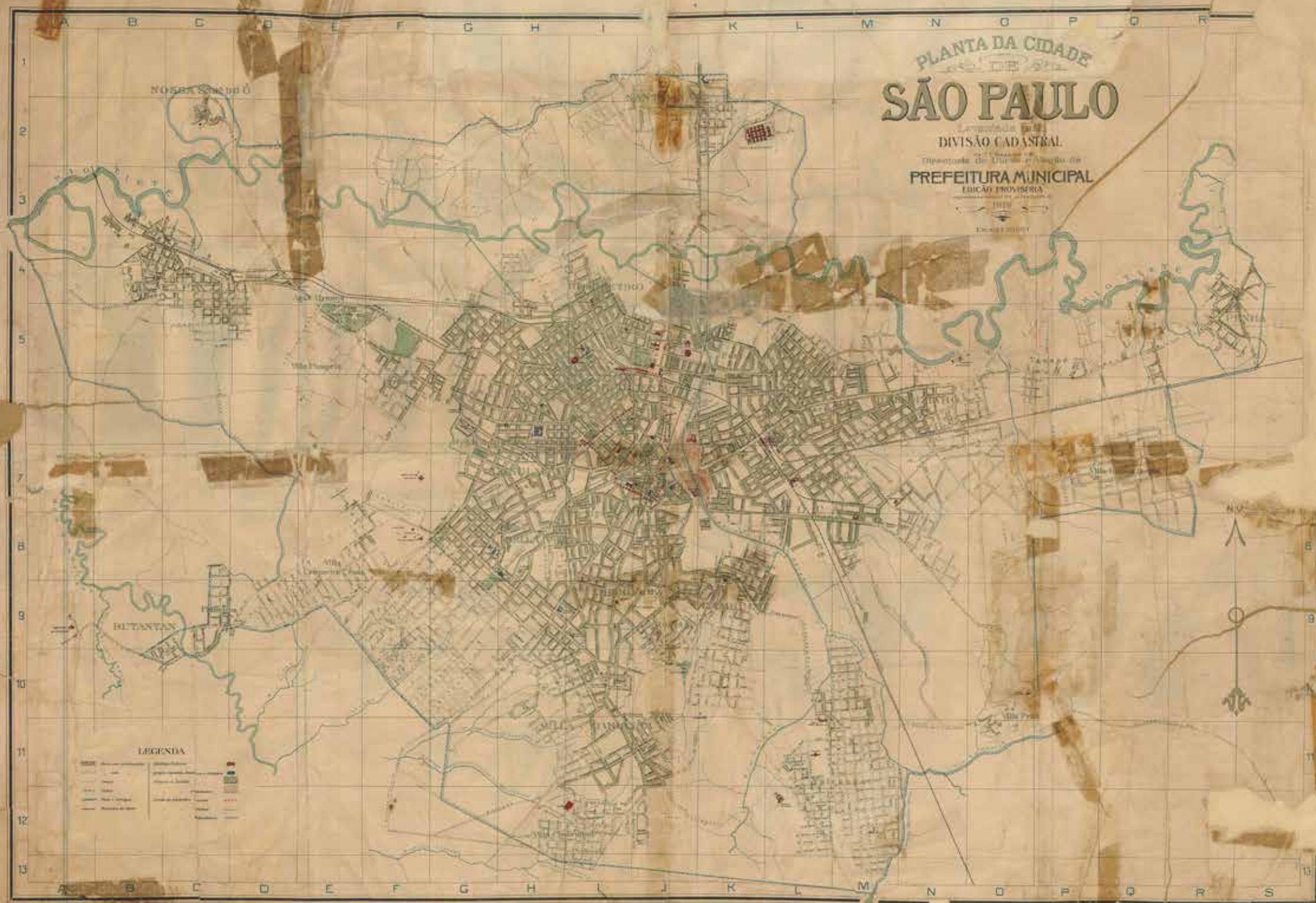
Carta de 1916

Por fim, a “Planta da Cidade de São Paulo” (Figura 28), levantada pela Divisão Cadastral da 2ª Seção da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal, aprovada em 1916, difere das anteriores por ser elaborada para fins de comercialização, tal como guia de ruas, e por trazer os perímetros recém definidos: central, urbano, suburbano e rural.

Nela sobressai o Rio Tamanduateí já canalizado (1886) e os três perímetros da cidade: o perímetro central está delimitado por pequenas cruces vermelhas; o perímetro urbano por um traçado em cor verde; e o perímetro suburbano por um traçado azul de círculos.

Na região do Brás, a Igreja do Bom Jesus não aparece mais como edificação em destaque, mas a ênfase é dada para o Palácio das Indústrias, a Casa de Imigração. Se antes, nas primeiras plantas, ela detinha certo destaque por ser uma das principais e mais antigas construções de relevância na Capital, agora plenamente inserida na mancha urbana desaparece em meio a outros tantos novos ícones. Se antes era tomada como elemento de referência na paisagem, tal qual a Figueira, a partir de então converte-se em referência local. Nota-se que o Brás ocupa o perímetro suburbano e isso lhe impõe um caráter fabril e de casas “padrão mínimo” ou “Padrão operário” conforme o Código de Posturas de 1886 e o Código Sanitário de 1894.

Figura 28: A “Planta da Cidade de São Paulo” (1916). Levantada pela Divisão Cadastral da 2ª Seção da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura Municipal. Escala 1:20.000. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.



PLANTA DA CIDADE
DE
SÃO PAULO

Divisão da
DIVISÃO CADASTRAL
do Serviço de
Distribuição de Urbanização da
PREFEITURA MUNICIPAL
EDIÇÃO PROVISÓRIA

1:50,000
Escala

LEGENDA

- | | |
|------------------------|-----------------------------|
| Linhas de Fim de Bloco | Linhas de Fim de Quilômetro |
| Linhas de Fim de Rua | Linhas de Fim de Quilômetro |
| Linhas de Fim de Rua | Linhas de Fim de Quilômetro |
| Linhas de Fim de Rua | Linhas de Fim de Quilômetro |
| Linhas de Fim de Rua | Linhas de Fim de Quilômetro |
| Linhas de Fim de Rua | Linhas de Fim de Quilômetro |
| Linhas de Fim de Rua | Linhas de Fim de Quilômetro |
| Linhas de Fim de Rua | Linhas de Fim de Quilômetro |
| Linhas de Fim de Rua | Linhas de Fim de Quilômetro |
| Linhas de Fim de Rua | Linhas de Fim de Quilômetro |

O Largo do Brás

Ocupam inúmeras prateleiras do Arquivo Histórico Municipal os cadernos da Série de Obras Particulares de 1895 a 1905, e caixas e caixas de 1906 a 1935, que guardam requerimentos para edificar na cidade de São Paulo, contendo projetos arquitetônicos a partir da República (1893).

Para a compreensão do que estava a ser edificado no Brás, especificamente no Largo do Brás, contemporaneamente à construção da nova Matriz da Igreja do Brás, foi imprescindível consultar a Série Obras Particulares para se ter maior clareza de como se deu o processo de urbanização da área.

Constamos que, num curto período de tempo, o bairro do Brás recebeu um elevado número de solicitações e recebeu muitos novos edifícios de uma arquitetura não-monumental: variando de casas em série, sobrados de uso misto (loja em baixo e residência no andar superior), pequenas fábricas de móveis, carpintaria, cocheiras, entre outras. Foi possível constatar a tipologia dos imóveis a partir das plantas, cortes e elevações anexadas às solicitações.

Associadas à iconografia, cartografia histórica e almanaques comerciais, foi possível observar uma certa materialidade ganhando forma, posto que as fontes nos revelam detalhes despercebidos no processo de formação e transformação das áreas, sobretudo os agentes produtores deste espaço urbano. Por meio do Sistema de Registro, Controle e Acesso ao Arquivo (www.projetosirca.com.br), plataforma digital e online na internet disponível para consulta, resultante do projeto FAPESP coordenado por Beatriz Bueno, inúmeras informações a respeito das construções de época saltam aos olhos do pesquisador: data de solicitação, o proprietário,

o construtor, o requerente, o endereço, a numeração da época. Esse acervo documental permitiu conhecer as diferentes tipologias, seus programas edilícios, localizando alguns de seus usos nos respectivos endereços da época. Assim foi possível reconstituir o perfil das ruas adjacentes ao Largo da Matriz, em planimetria e volumetria, salvo exceções que não foram encontrados documentadas durante a pesquisa.

O Largo da Matriz entre 1906 e 1915, período cuja documentação encontra-se digitalizada e disponível online (www.projetosirca.com.br) era cercado por quatro ruas: Avenida Rangel Pestana, Rua Jairo Góis (antiga Travessa do Brás), Rua do Gasômetro e Rua Monsenhor Andrade. A toponímia da República altera nomes relacionados à história mais antiga do lugar. A Estrada da Penha, convertida em Rua do Braz, tornou-se a avenida Rangel Pestana. A travessa do Brás, uma das primeiras a corte o eixo principal, ganhou nome de algum personagem da República. E o Largo permaneceu nomeado como Largo do Braz, mas mudou o perfil tipológico das edificações no entorno da Matriz.

Lembram-se das fotos antigas mostradas acima? Era rodeado de lojas destinadas ao comércio de artigos de couro, atendendo aos tropeiros apeados na “paragem do Brás” para pouso ou destino à capital.

Por sua vez, a Série de Obras Particulares revela que contemporaneamente à construção da Nova Matriz, o perfil das edificações começa a mudar, fazendo jus à arquitetura eclética e monumental da Igreja e da Escola do Brás recém construída com assinatura do Escritório Técnico F. P. Ramos de Azevedo & Cia.

A metodologia para espacialização dos desenhos (Figura 29) é complexa e para aferir a numeração antiga das edificações no Largo da Matriz,

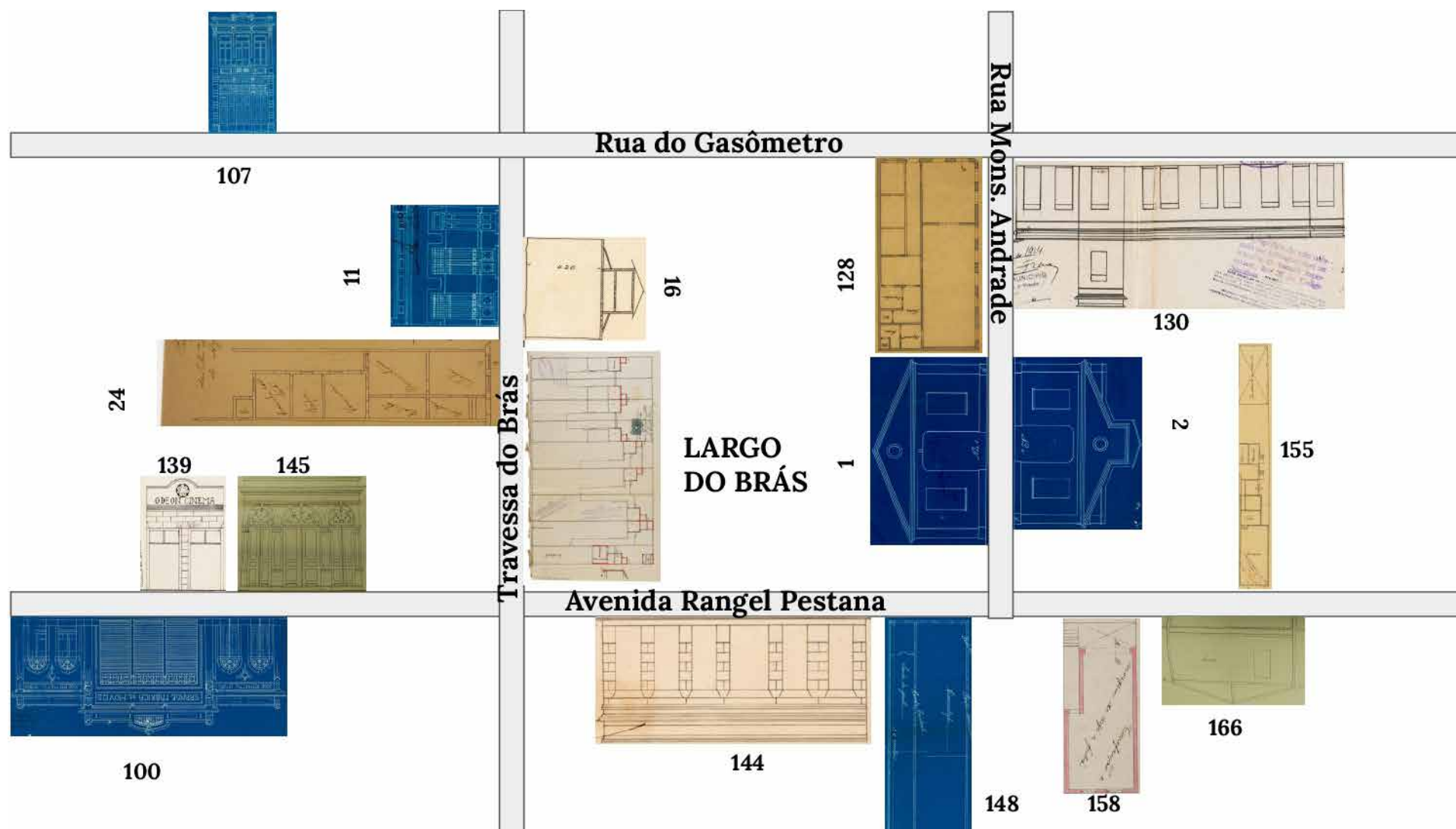


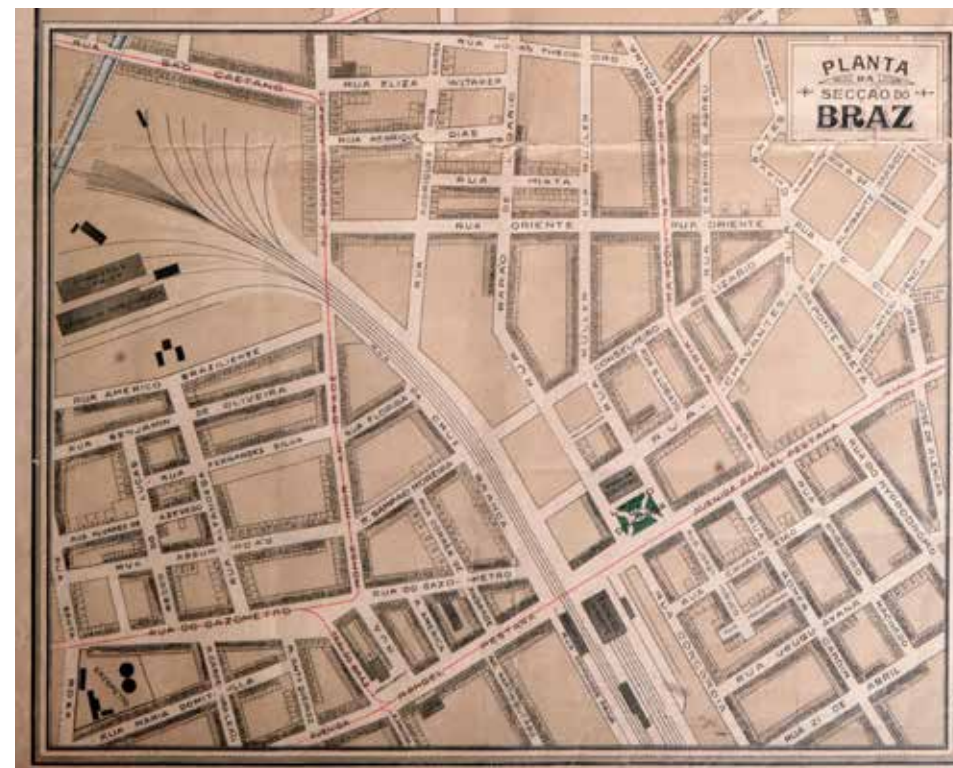
Figura 29: Fachadas das ruas do Brás. Através das plantas e fachadas obtidas no acervo digital do Projeto Sirca, associados à numeração antiga obtida pelo

recorremos à Planta Cadastral e Comercial de São Paulo (Arquivo Museu Paulista – USP), datada de 1911 (Figuras 30 e 31), disponibilizada pela Professora Beatriz, cotejando-a à Planta Cadastral do Sara Brasil, de 1930, a fim de mapear e identificar os lotes e a numeração exata a ser cotejada com os desenhos da Série Obras Particulares, em busca das construções do entorno da Matriz.

Durante a pesquisa, também foram observadas as alterações nos nomes das vias. No que diz respeito à Avenida Rangel Pestana e a Rua Monsenhor Andrade, estas não sofreram alterações no período pesquisado na plataforma do SIRCA (1906 até 1915), diferentemente da Rua do Gasômetro e da Rua Jairo Góis. A pesquisa pelos nomes “Rua do Gazômetro” e “rua do Gasômetro” trouxe resultados complementares, e a pesquisa por “Rua Jairo Góis” (com variações para “Góis”, “Goes”) não trouxe resultado algum. Somente quando, em seu lugar, pesquisou-se “Travessa do Brás” é que foi encontrado, variando também para “Travessa do Braz”, como era sua antiga escrita.

A pesquisa se iniciou pela Avenida Rangel Pestana, que configurou por muitos anos o único e principal caminho que se tinha do Centro à região do Brás, percorrido por inúmeros viajantes a caminho ou saindo de São Paulo. Em um nível maior na hierarquia viária, a longa avenida nasce da bifurcação da rua lateral à atual Praça da Sé, próximo à Igreja da Ordem Terceira do Carmo e, após cruzar o Rio Tamanduateí, já serve o Brás para conectar-se às outras regiões na zona leste.

Nos anos analisados, a Avenida Rangel Pestana registrou um número significativo de edificações a serem utilizadas para o uso comercial



Figuras 30 e 31: (Acima) Mapa comercial disponibilizado pela professora Beatriz Bueno, no ano de 1911, com a situação e a numeração dos lotes datados da época. (À dir.) detalhe para a Freguesia do Brás e o Largo do Brás delimitado. É possível haver um descompasso com os tamanhos reais dos lotes e a sua quantidade.

Um tipo de edificação recorrente são os armazéns, utilizados para diferentes fins: depósito de material de construção (madeira, ferreagens, camas de ferro), marmoraria, carpintaria e cocheira. Também se registrou a existência de açougues, confeitarias, a presença de um hotel, padaria e salão para bilhares, casa de fotografia.

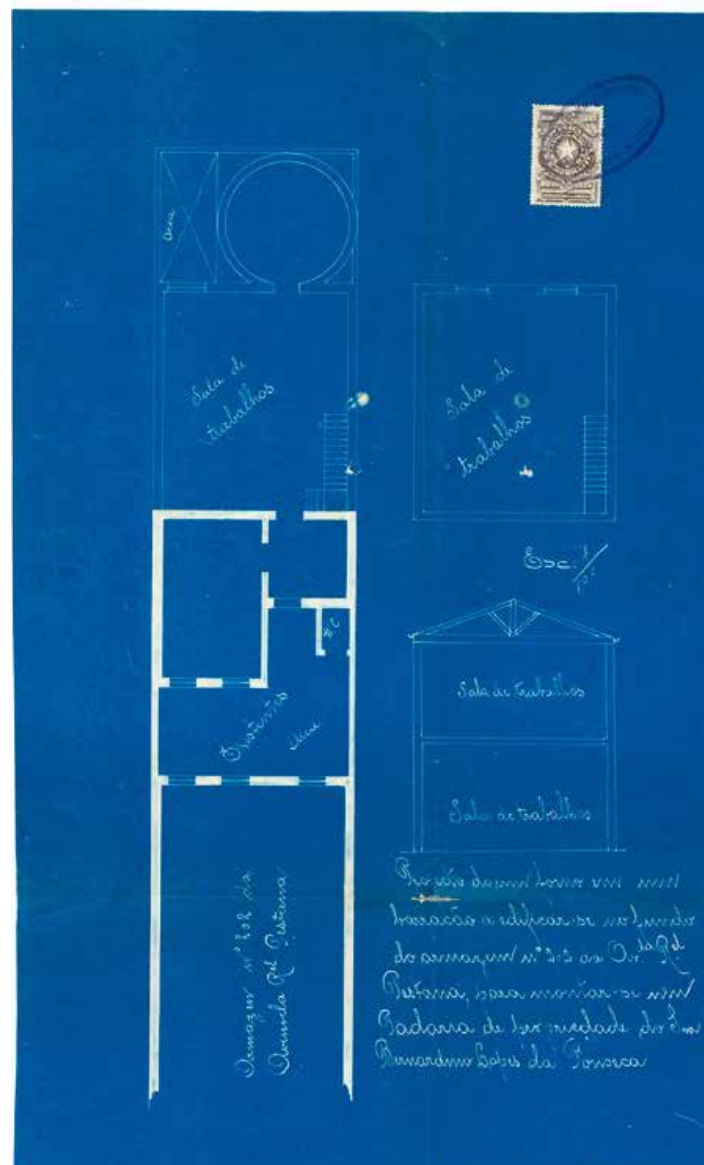
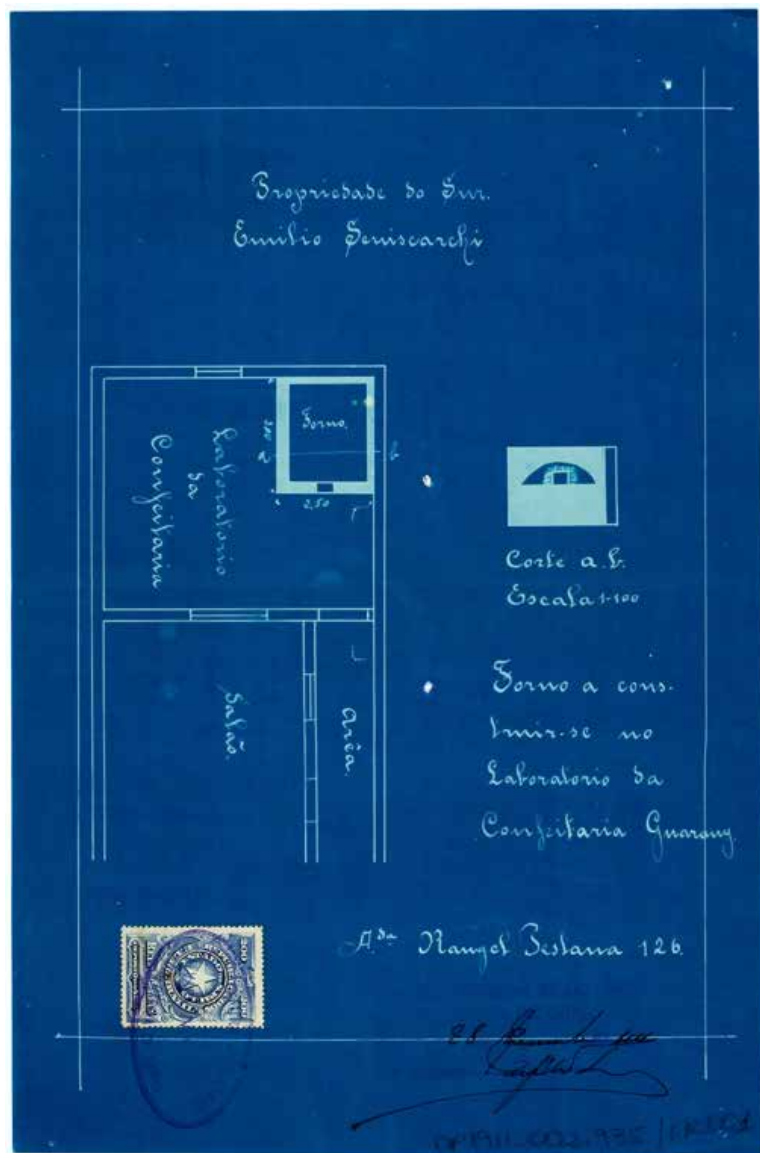


Percebeu-se, portanto, na amostragem recolhida que não se trata de grandes edifícios comerciais. Salvo o “Grupo Escolar do Brás”, o “Hotel das Famílias do Brás” e a Nova Matriz, o grosso são edificações conforme o Código de Posturas, térreas, com pé-direito de 5m e de tijolos. Os sobrados, em geral de uso misto, associam residência e loja no térreo.

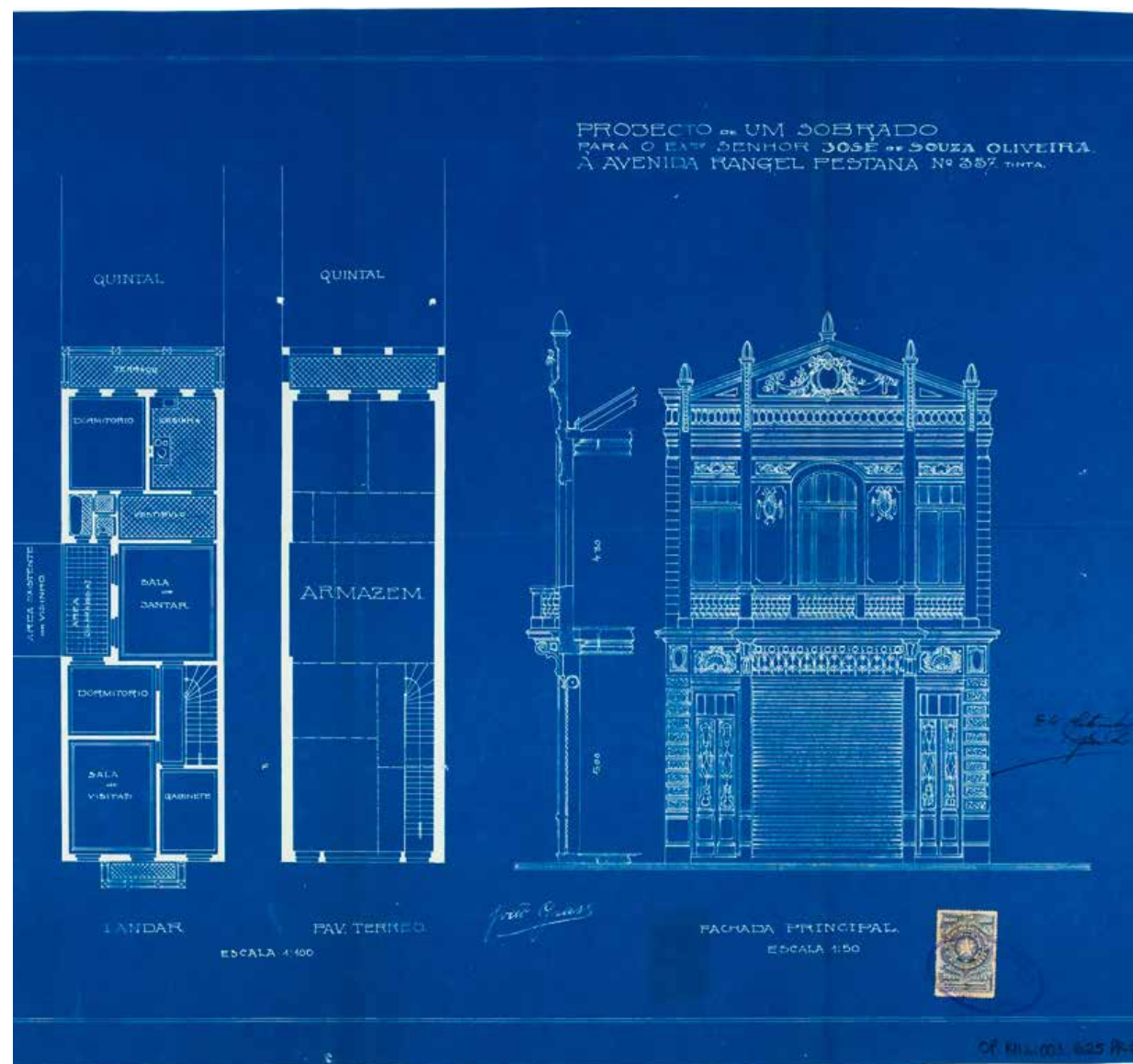
O uso misto era comum na Avenida Rangel Pestana, seja em sobrados, seja nos imóveis térreos que mesclavam loja na frente e moradia subsequente (Figuras 32 e 33). Raros os exemplares de casas térreas ou sobrados exclusivamente residenciais, embora existissem na Avenida. Portanto, pode-se deduzir que a Avenida cumpria uma função principalmente comercial para a região, misturando comércio e moradia e atendendo majoritariamente o bairro.

O estudo da Avenida Rangel Pestana permitiu a visualização das fachadas dos edifícios à época, o partido arquitetônico predominante. Nas imagens é possível perceber a ornamentação, utilização dos arcos plenos, frontão e colunas, remetendo-se à arquitetura do Eclesiasticismo, o mesmo encontrado na Nova Matriz do Brás (Figuras 34 e 35).

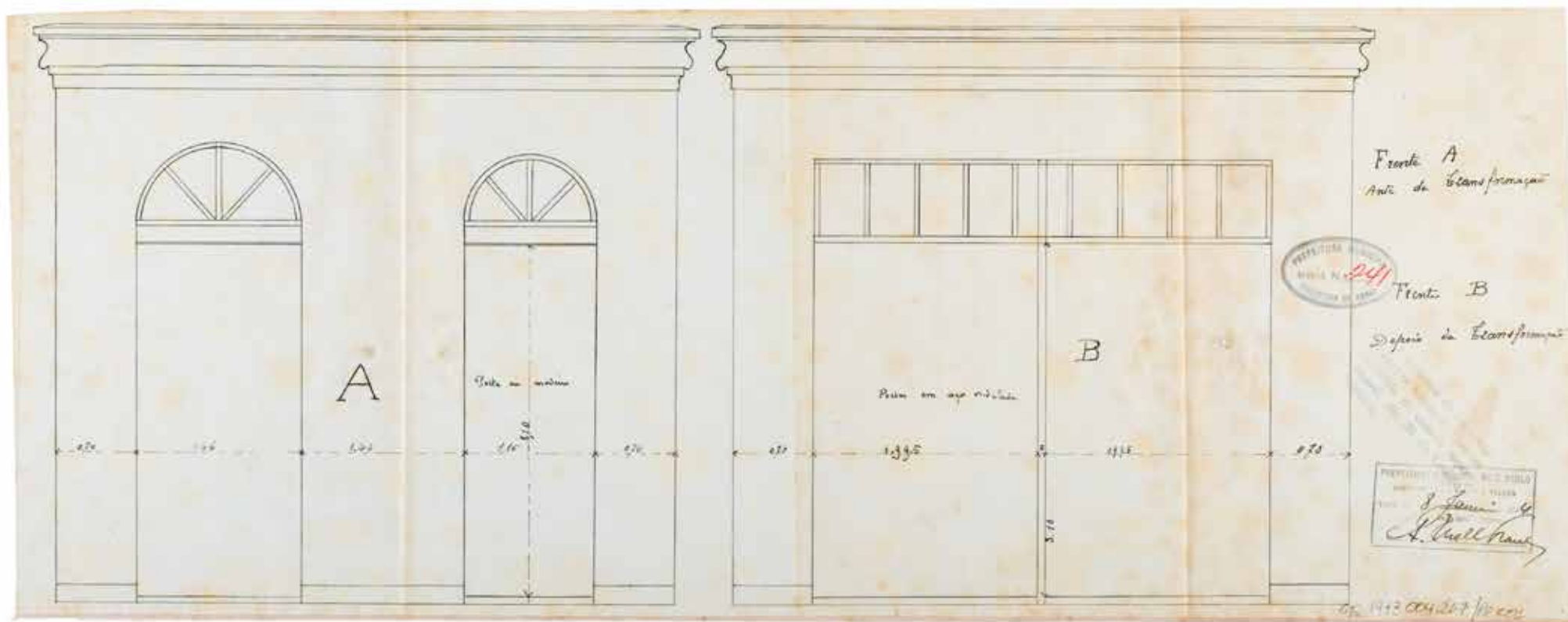
Com isso, percebe-se que a coleta das imagens acaba trazendo informações que muitas vezes não são documentadas. A mudança dos elementos de fachada, a escolha por um determinado material ou estilo, os tipos de reformas e ampliações - seja para aumentar o armazém, o depósito, o quintal, ou para a construção de um segundo andar residencial - o que acaba por revelar indiretamente mudanças que estavam ocorrendo no bairro como um todo. (Figura 36 a 38)



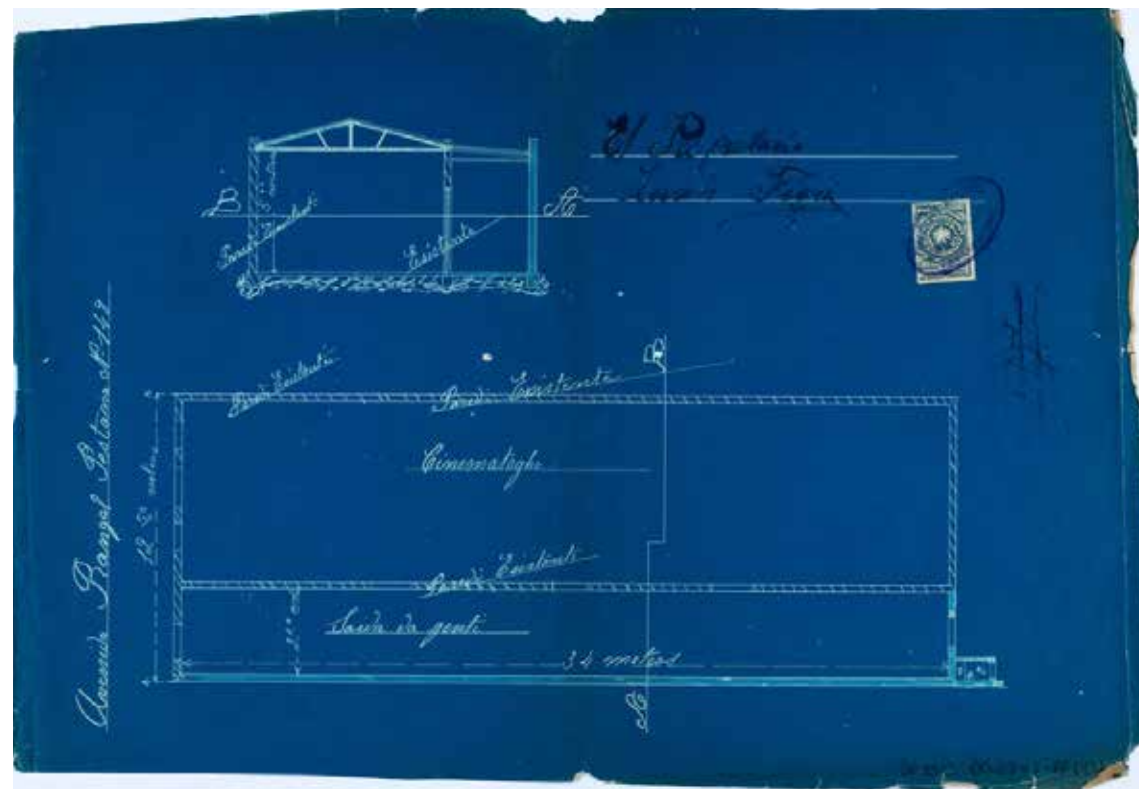
Figuras 32 e 33: À esquerda, lê-se “Fosso a construir-se no Laboratório da Confeitaria Guarany”, e à direita “projeto de um fosso em um barracão a edificar-se no fundo do armazém nº 202 da Avenida Rangel Pestana (1904), para montar-se uma padaria de propriedade do Sr. Bernardino Lopes da Fonseca”. Acervo: SIRCA.



Figuras 34 e 35: Desenhos respectivos às fachadas de dois sobrados na Avenida Rangel Pestana. Acervo: SIRCA.



Figuras 36: Elevações A e B, segundo solicitação para modificar as aberturas existentes (leia-se “porta de madeira” na elevação A e “porta de aço ondulada” na elevação B. Acervo: SIRCA.



Figuras 37 e 38: À esquerda, a “Grande Fábrica de Móveis” de José Refinetti & Irmãos como demonstração da ampliação do comércio e mudança na fachada - adição de elementos metálicos na fachada, portão de ferro. Tudo com o advento da economia e do comércio na região, que certamente impulsionou a muitos proprietários a aumentarem o próprio comércio. À direita, uma planta de um local de cinema, cujo nome é desconhecido, e na mesma avenida também encontrava-se o Cinema Odeon. Acervo: SIRCA.

Analisando a via paralela à Avenida Rangel Pestana - a Rua do Gasômetro -, a toponímia auxiliará a compreender um pouco do perfil e da vocação da via. Em 1916 oficializou-se o logradouro como “Gasômetro”, e o nome diz respeito à edificação responsável pela produção do gás hidrogênio, inaugurado no ano de 1872, no âmbito dos Melhoramentos Urbanos do Governo de João Teodoro relacionados à iluminação pública a gás.

Na rua do Gasômetro encontramos principalmente imóveis relacionadas ao setor fabril: casas e galpões de máquinas, depósitos de ferragens, madeira e cimento, barracões para máquinas, fábrica de cigarros, lojas com residência no andar superior, ou no mesmo andar ao fundo do terreno, oficinas mecânicas, etc. (Figuras 39 e 40)

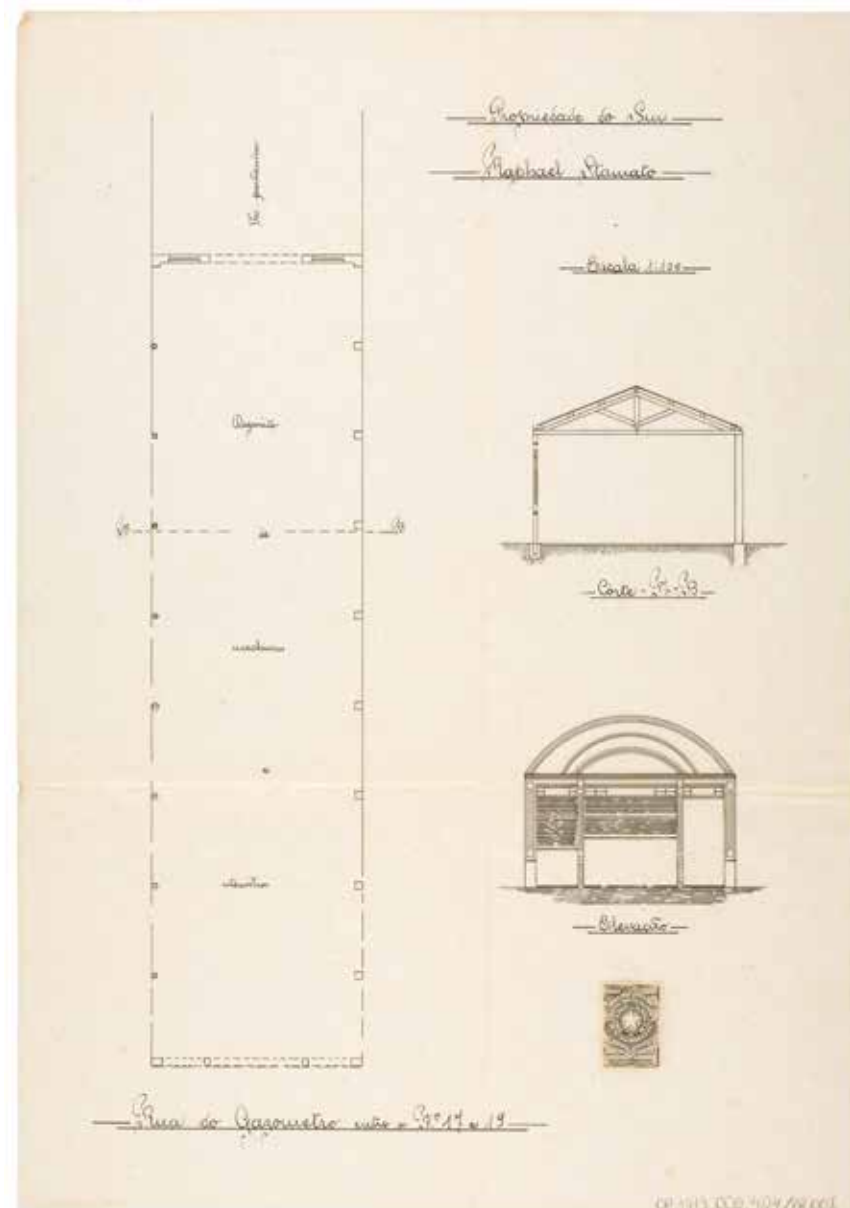
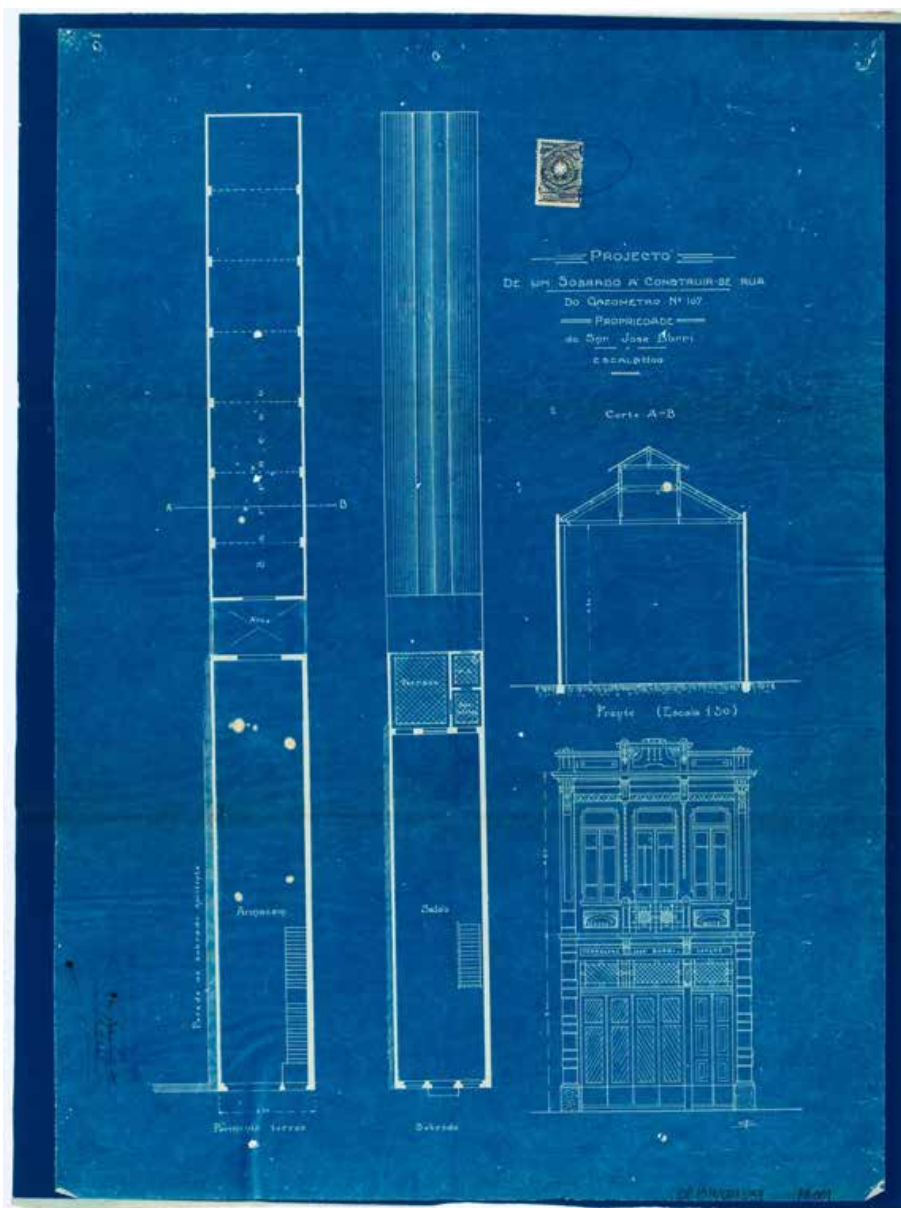
No que diz respeito ao conjunto de edificações imediatas ao Largo da Matriz, não foram encontrados os lotes correspondentes à numeração da época. No entanto, supõe-se, pelo perfil encontrado no restante da rua, que seguiram o padrão da Rangel Pestana, uso misto, com ofícios de carpinteiro, marmoraria, ferragens.

Ambas as vias citadas até agora são de maior largura, hierarquicamente superiores se comparadas às outras duas vias que circundam o Largo - a antiga Travessa do Brás e a Rua Monsenhor Andrade. Estas duas, por sua vez, são mais estreitas, não sendo próprias para passar o bonde como na Avenida Rangel Pestana. Na seriação das Obras Particulares, no que diz respeito à numeração das edificações envoltórias à Matriz, não foram encontrados todos os projetos na Travessa do Brás e na Rua Monsenhor Andrade. No entanto, aqueles que foram encontrados nos dizem muito sobre tipo de construção ali predominante. (Figuras 41 e 42)

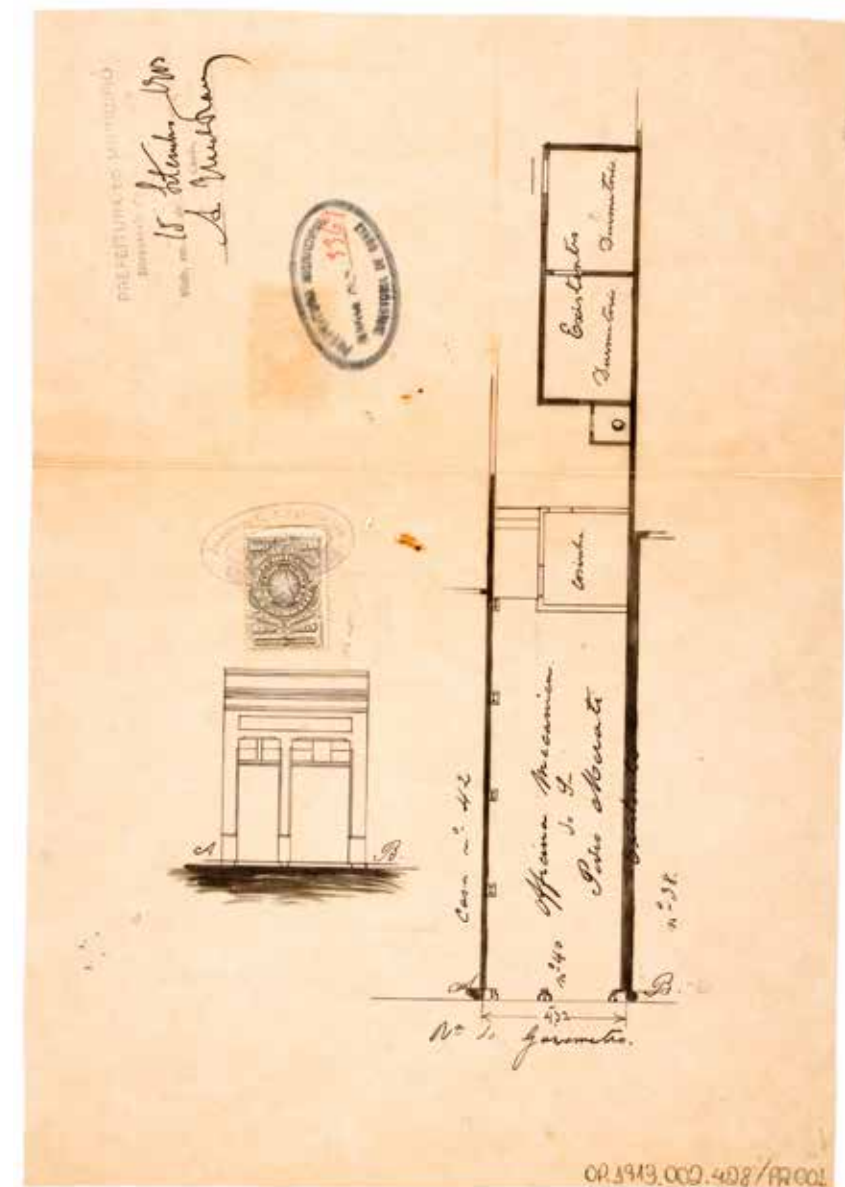
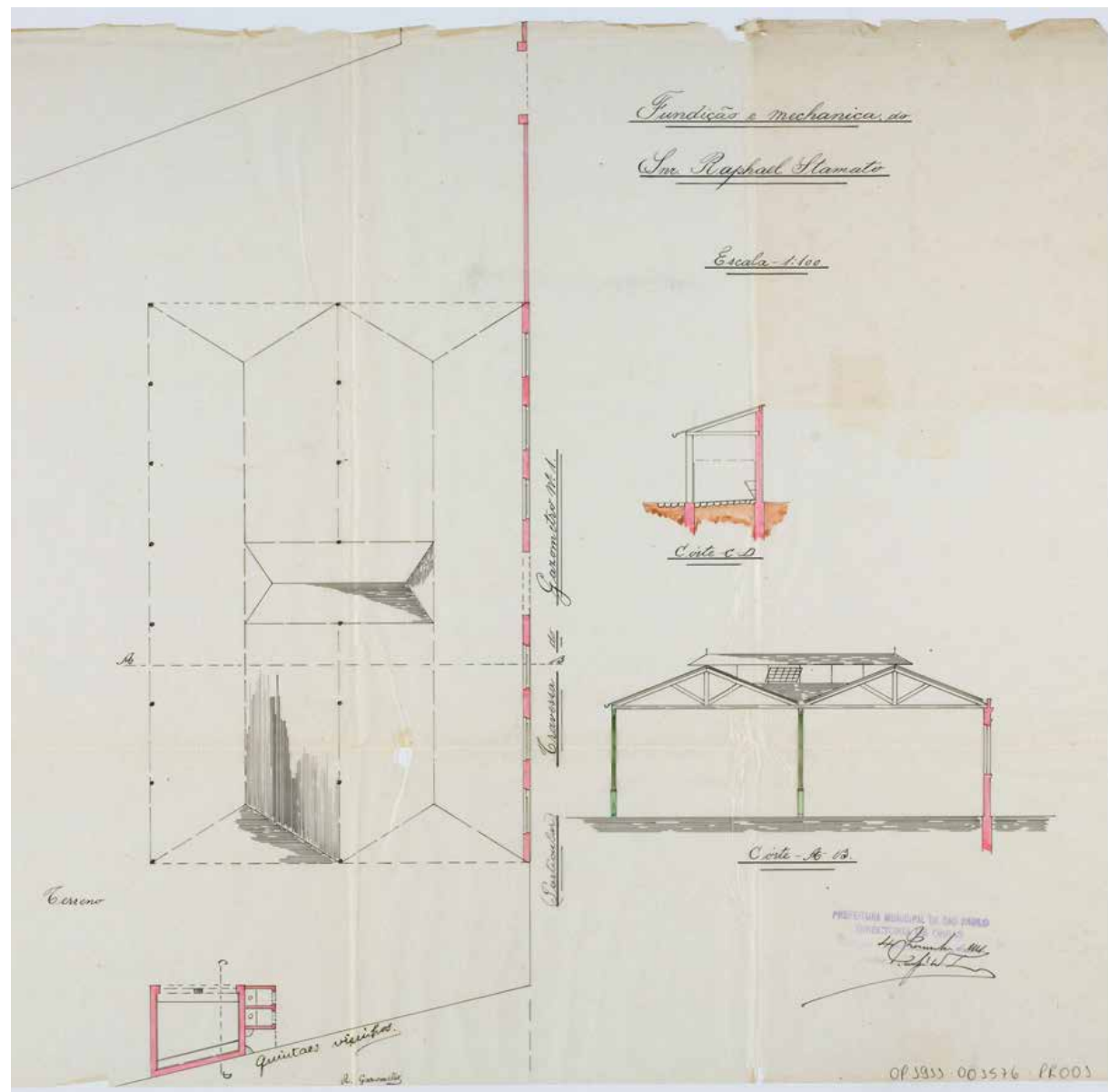
Encontrou-se, na Travessa do Brás, algumas edificações térreas e de sobrado similares às encontradas nas Avenidas, predominando armazéns e lojas na parte da frente das construções térreas e residência contígua. Notam-se casas em série, com moradias “padrão mínimo” para renda de aluguel. (Figuras 43 a 46)

A Série Obras Particulares do Arquivo Histórico Municipal, entre os anos 1906 e 1915, revela o perfil dos construtores, predominando os não diplomados (PARETO JR, 2011/ 2016).

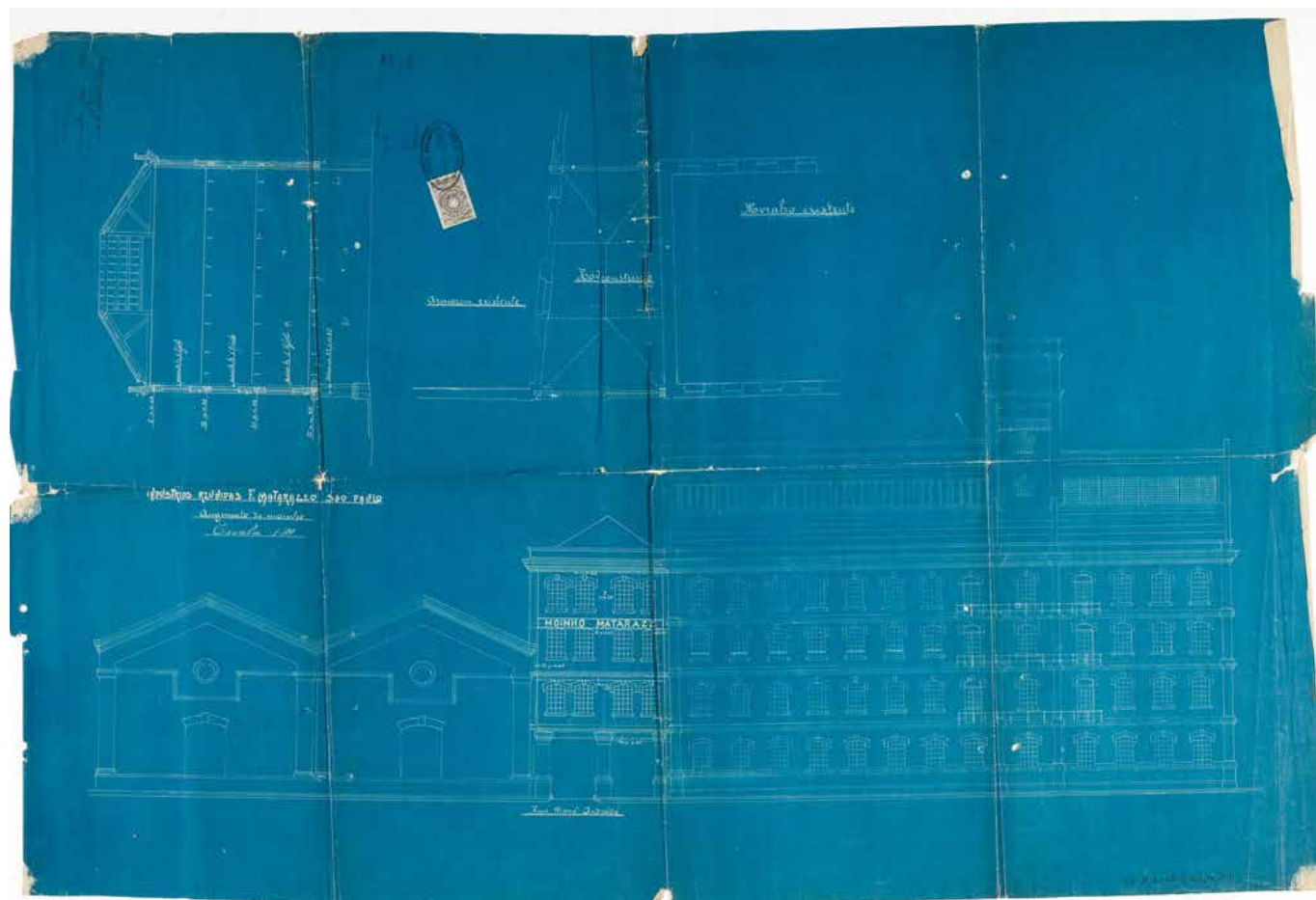
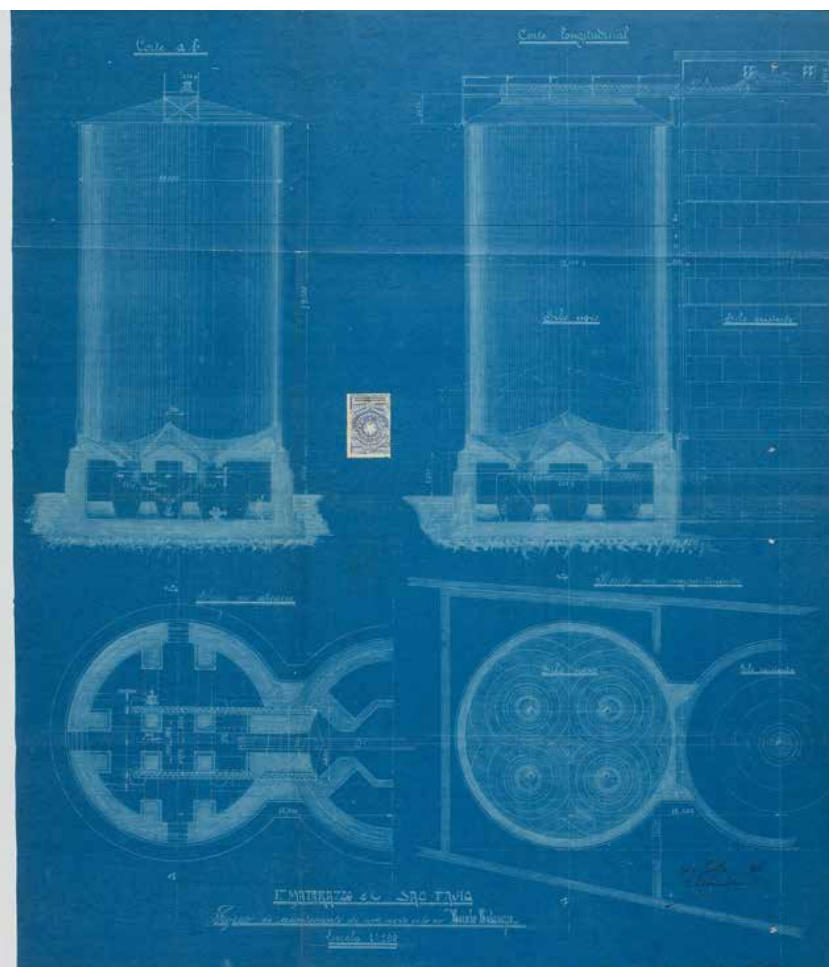
É possível ver a “cidade viva”, edificada por práticos, escutar o bulício das ruas, o ressoar do sino da Nova Matriz na hora do Angelus, ou às três ou seis horas da tarde, enquanto prosseguem os afazeres, atendimentos e ofícios, e assim vai se marcando a rotina dos moradores e trabalhadores locais.



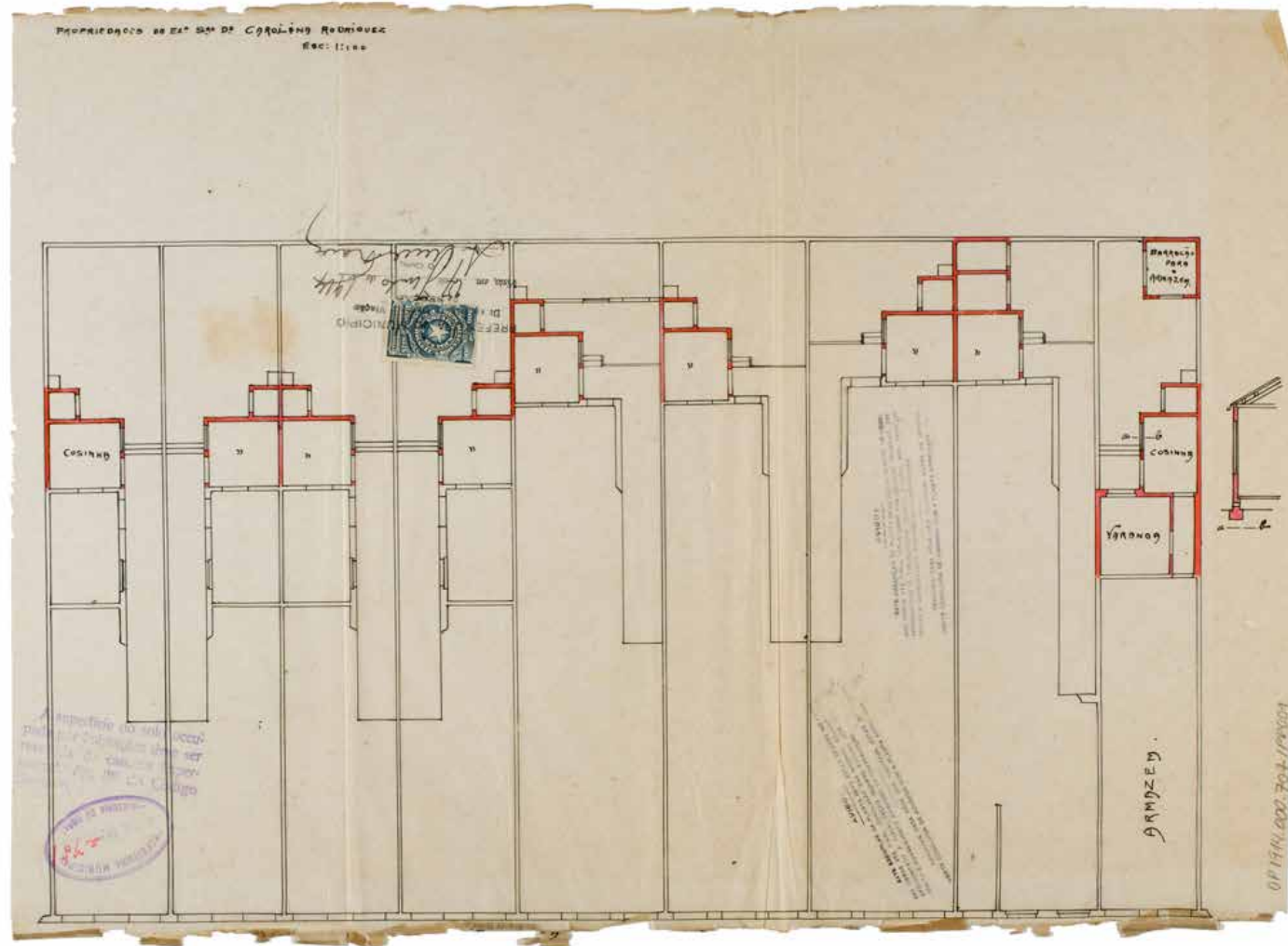
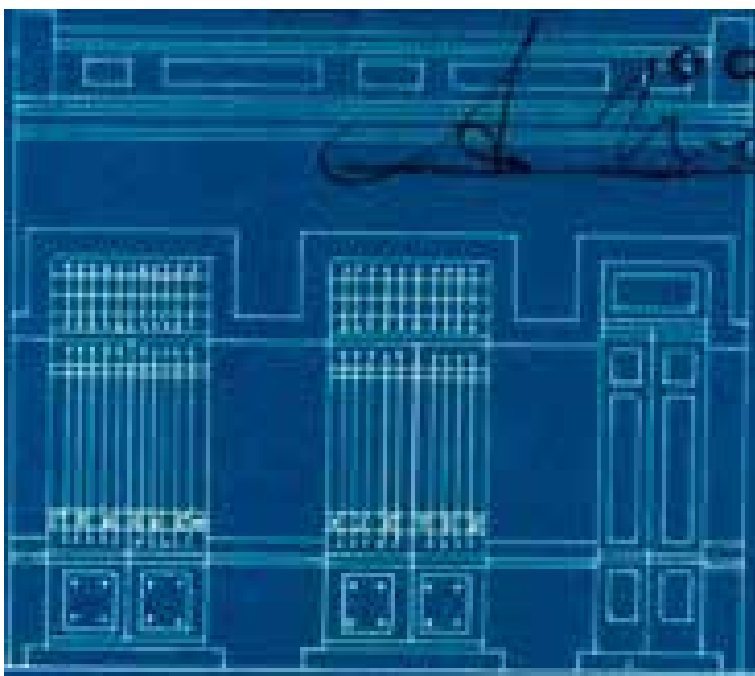
Figuras 39 e 40: (Esq.) Lê-se “utensílios, máquinas, depósito” nos nomes dos ambientes da edificação em questão. Nota-se a fachada ampla, alta, com aberturas largas e no estilo “fabril”. Também a estrutura treliçada, comuns nos galpões industriais, diz respeito à um tipo de edificação mais comum à essa rua, especialmente se mais próxima à edificação do Gasômetro. (À dir.) Um exemplo de sobrado edificado em um terreno comprido, onde no térreo há um armazém e um barracão atrás, e no andar superior um salão. Acervo: SIRCA



Figuras 41 e 42: A casa de Fundição e mecânica, localizada na R. do Gasômetro nº1, e ao lado direito a existência de uma oficina mecânica (edificação sem número). Também o comércio está inteiramente relacionado à linha ferroviária na região próxima, servindo-o nos produtos comercializados e no que era ali fabricado. Acervo: SIRCA



Figuras 43 e 44: As duas imagens fazem menção à construções na Monsenhor de Andrade, e que dizem respeito a obras públicas de grande porte: o Moinho do Matarazzo e os silos. Ocupando uma numeração distante da quadra em análise, subentende-se que a via cumpre uma importante função para a Empresa Matarazzo, por abrigar outros exemplares dos seus projetos. Acervo: SIRCA.



Figuras 45 e 46: A elevação (Travessa do Brás, nº 11) e a planta ao lado (Direita) nos fazem compreender pelo exemplo que a Travessa do Brás era uma rua que mesclava o comércio com o residencial, possivelmente ganhando outras características à medida que a Travessa se afastava do Largo. Do ponto de vista econômico, fazia sentido aos proprietários do Brás que priorizassem as Avenidas e vias maiores para estabelecerem os respectivos comércios, deixando as construções unicamente residenciais para regiões com menor movimento e menos presença comercial. Acervo: SIRCA.

Os Almanques Comerciais

Juntamente à cartografia e a Série Obras Particulares, para dar vida aos afazeres cotidianos, fonte primorosa são os almanques comerciais, que trazem usos e usuários aos espaços.

Os Almanques (1857, 1884, 1890) localizados no acervo da Biblioteca Mário de Andrade e no IEB-USP, além da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do RJ, são anuários estatísticos importantes para identificar os nomes e respectivos endereços dos principais negócios na cidade. Tais atividades são categorizadas - comerciais, de serviço, fabris - e referenciadas geograficamente - por distrito, província, freguesia - , mencionando-se a razão social da firma ou dos indivíduos vinculados a cada negócio.

“Os Primeiros Almanques de São Paulo” (CAMARGO, 1983), reúne em reprodução fac-símile os dois primeiros almanques da cidade: *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1857* e do *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Província de São Paulo para o anno de 1884*, ambos disponíveis no acervo da Biblioteca Mário de Andrade.

Averiguando o almanaque referente ao ano de 1857, com o olhar atento para menções à região do Brás e redondezas, edificações próximas à Paróquia Bom Jesus do Brás revelam as atividades presentes antes da ferrovia.

De início, ajustando a escala para nível municipal, é interessante observar as despesas ocorridas no município. De acordo com a Figura 47, a Capital tem o segundo lugar entre as províncias com maiores despesas, e dentre essas, de acordo com a Figura 48, nota-se o valor referente às despesas com Culto Público e Catequese, despesas típicas paroquiais, que configuram um baixo valor perante o montante das demais.

Vê-se que a Capital dispôs de muito mais investimento e gasto com obras públicas, policiamento, instrução e administração pública e estradas, criação de infraestrutura viária.

ALMANAK PAULISTANO. 199

Resumo da Lei n. 31 de 20 de março de 1856.

(Firma a Despesa, e orga a Receita provincial para o anno financeiro de 1856 - 1857.)

DESEPEA.

Representação provincial.	27.1552900
Secretaria do Governo.	9.2002000
Administração e arrecadação das rendas.	83.1502000
Culto Publico.	12.7932000
Fuerça policial.	131.1182150
Instrução publica.	103.8792974
Jardim publico.	2.5002000
Vaccina.	1100000
Iluminação da Capital.	17.0322000
Cathequese.	2.0002000
Obras da casa de caridade de Ubatuba.	1.5002000
Confundio da dita de Iguape.	3.0002000
Seminario de educandos de Ito.	1.0002000
Beto de meninos de dito.	1.0002000
Aposentados.	8.4302317
Divida publica.	2.7082852
Imprensa de actos do Governo.	1.7002000
Sustento e vestuario de presos pobres.	15.0002000
Engenheiros.	19.3822544
Supplemento as povoações de marinha.	3.9420000
Hospicio de alienados.	5.2515400
Casa de Correção.	9.8350000
Escola de pintura.	8000000
Obras do rio de Santos.	3.0002000
Despesas eventuales.	2.0002000
Obras publicas.	60.8002000
	540.888550
Despesa com estradas.	282.862880
	823.551430

ALMANAK PAULISTANO. 203

Resumo da Lei n. 30, de 6 de maio de 1856.

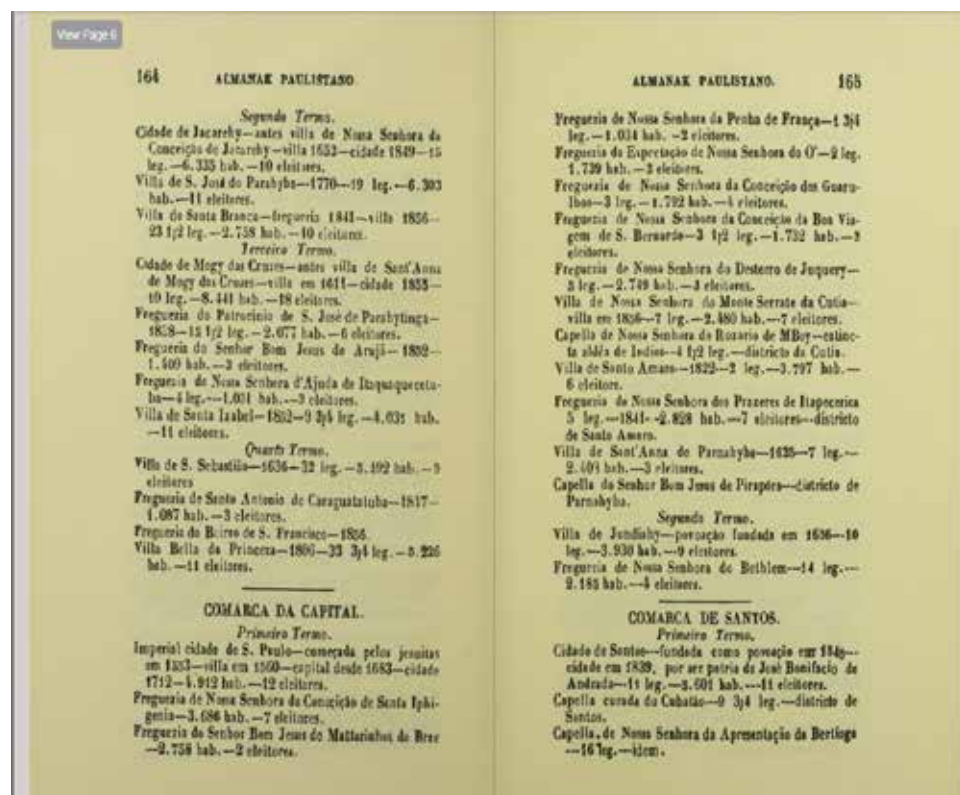
(Firma a Receita e Despesa municipal para o anno financeiro de 1857.)

CIDADES.

Capital.	12.9500000
Santos.	6.3280074
Taubaté.	4.0790412
Pindamonhangaba.	3.5113000
Jacarehy.	2.9178000
Ito.	3.3028852
Campinas.	4.5385999
Mogy das Cruzes.	2.7135664
Ubatuba.	14.5000000
Sorocaba.	2.7800000
Guaratiguera.	2.1500000
Regencia.	2.2832627
Boquai.	11.6500000
Mogy-mirim.	5.0732717
Hipotenisinga.	1.2653000
Franca.	1.0364570
Castilho.	2.8782048
Iguape.	2.1740000
Lorena.	3.3780043
	89.1928038

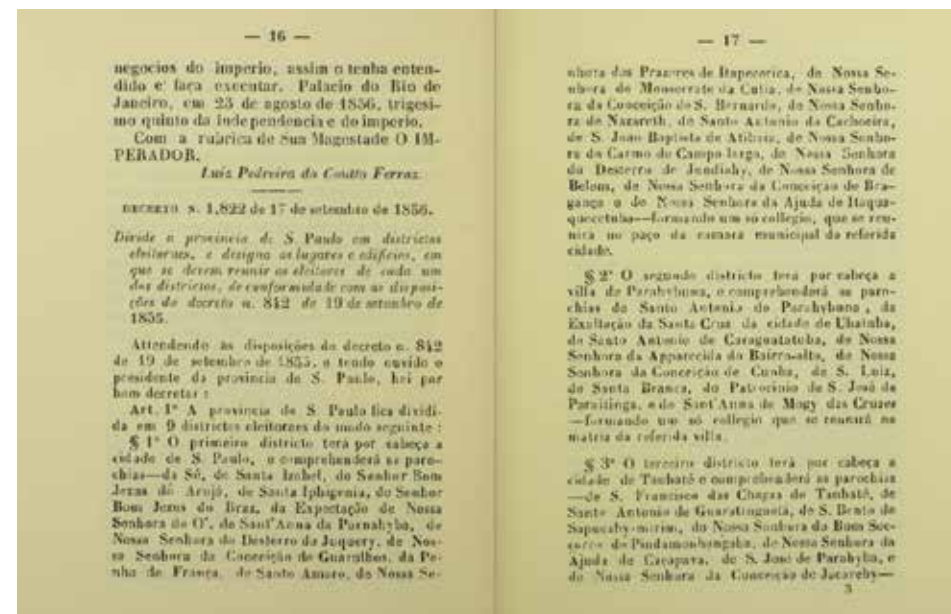
Figuras 47 e 48: Páginas do Almanaque Comercial de 1857 referentes às despesas ocorridas no município. Acervo: Biblioteca Mário de Andrade.

Pode-se destacar outro aspecto do Almanaque, que diz respeito às divisões provinciais de São Paulo, suas povoações e serviços: a Freguesia do Brás é mencionada, no capítulo “Divisões da Província e Povoações”, no subcapítulo “Comarca da Capital”, como “Freguesia do Senhor Bom Jesus de Mattozinhos do Braz”, incluindo o dado de ter em seus limites administrativos o número de “2758 habitantes e 2 eleitores”, conforme Figura 49 Em comparação com as demais percebe-se que apresenta um número significativo de habitantes.



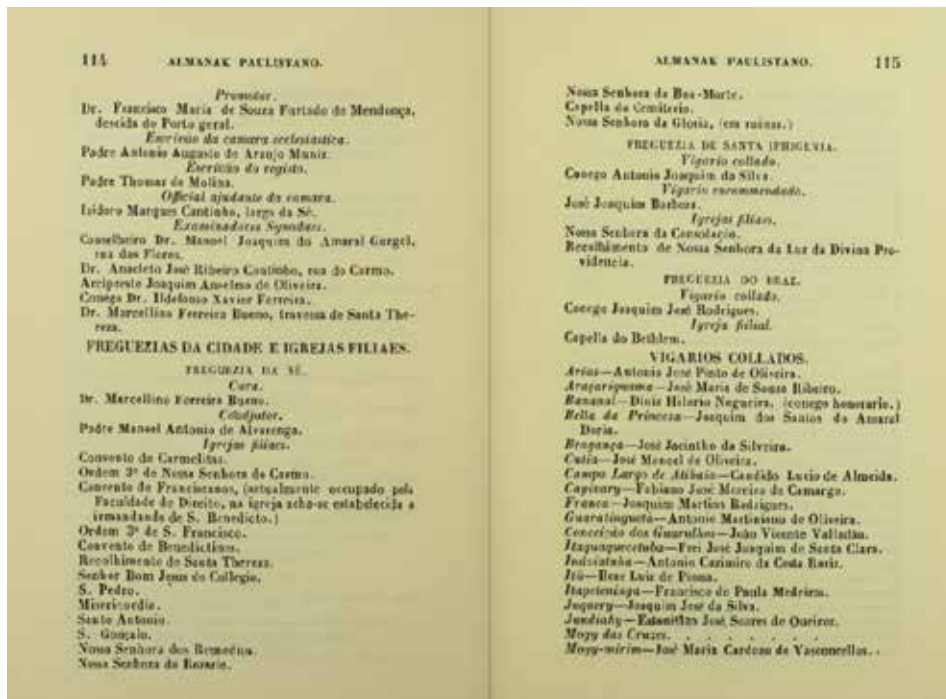
Figuras 49: Páginas do Almanaque Comercial de 1857 referentes à quantidade de habitantes do município. Acervo: Biblioteca Mário de Andrade.

No que diz respeito à divisão dos distritos eleitorais para a Província de São Paulo, a freguesia do Brás insere-se no Primeiro Distrito – entre nove distritos - como vê-se na página a seguir na Figura 50.



Figuras 50: Páginas do Almanaque Comercial de 1857 referentes à divisão administrativa e eleitoral do município. Acervo: Biblioteca Mário de Andrade.

A subdivisão em freguesias, até então resultava em três: Freguesia da Sé, Freguesia de Santa Efigênia e Freguesia do Brás. Nesta ordem, conforme a Figura 51, pode-se ver de que maneira a Freguesia da Sé é a única a ter um Cura e um Coadjutor, com diversas igrejas filiadas. A Freguesia da Santa Ifigênia vem em seguida, com menção à um “Vigario collado” e um “Vigario encomendado”, com apenas duas igrejas filiadas. Por fim, a Freguesia do Brás apresenta o Cônego Joaquim José Rodrigues, com uma igreja filiada - a “Capella do Bethlem”.

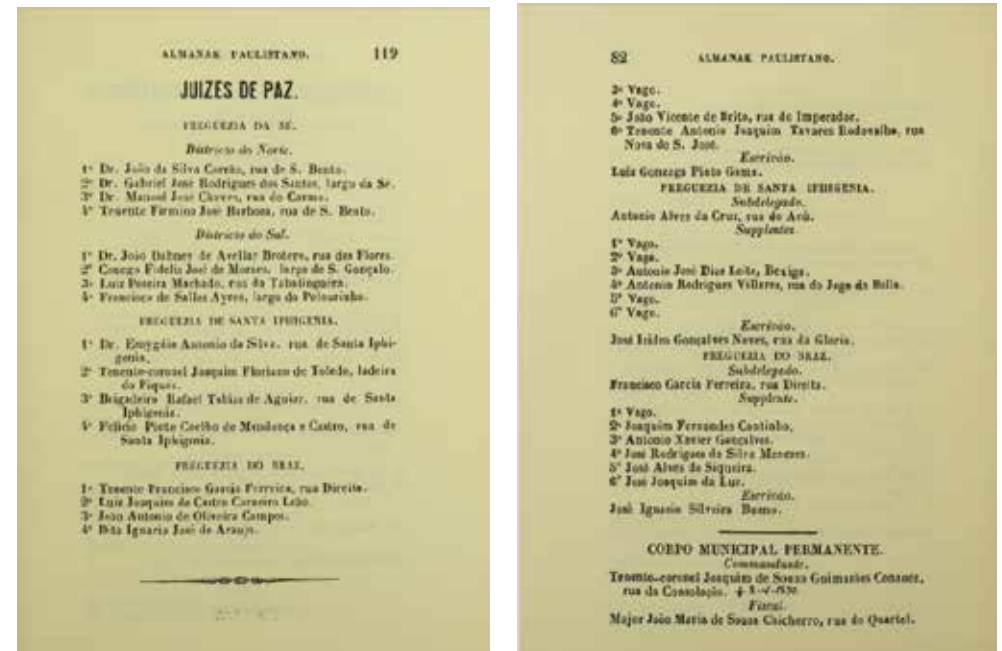


Figuras 51: Páginas do Almanaque Comercial de 1857 referentes às igrejas filiadas de cada freguesia. Acervo: Biblioteca Mário de Andrade.

No âmbito dos cargos públicos, pode-se averiguar os juízes de paz e o corpo policial presente na Freguesia do Brás nas Figuras 52 e 53.

Finalmente, no que diz respeito ao comércio local e comerciantes, pode-se observar a presença de tavernas (10) na rua do Braz, configurando, inclusive, a via com maior número deste estabelecimento entre as demais (conforme Figura 54). Dentre os tipos de profissões, encontra-se, nos “Carpinteiros e mestres de obras” (Figura 55), Manoel Joaquim Coelho (Rua do Brás); nos “Fabricantes de Chá”, Ignacio José de Araujo e João Antonio Mendes Pereira (Freguesia do Brás); nas “Fábricas e Destilações de Licores”, Henrique Wieman (Brás), nome também presente dentre os

“Fabricantes de Velas”; entre os “violeiros da oficina”, Francisco Antonio Leme (Brás).



Figuras 52 e 53: Páginas do Almanaque Comercial de 1857 referentes aos juízes de paz. Acervo: Biblioteca Mário de Andrade.

José Maria Bitancourt, rua do Commercio.
 José Paulino Braga, rua das Cazinhas.
 José Gregorio Rodrigues, rua das Cazinhas.
 José Pinto Nunes, rua da Quitanda.
 José Antonio de Souza Portugal, rua da Quitanda.
 José Ribeiro de Queiroz, Piques.
 José Joaquim de Oliveira Porto, rua Alegre.
 José Joaquim de Oliveira, rua Alegre.
 Jorge Greiner, rua Alegre.
 Luiz Antonio da Silva, rua da Quitanda.
 Luiz Carlos Fuchs, rua do Commercio.
 Leonardo Loskiell, Piques.
 Luiz Pacheco de Toledo, rua Alegre.
 Mathias Schier, rua de S. Bento.
 Manoel Marcellino da Silva, rua do Commercio.
 Manoel Joaquim de Andrade, largo de S. Gonzalo.
 Manoel José de Azevedo, rua Direita.
 Manoel da Luz, rua Formosa.
 Mariano da Purificação Fonseca, rua das Cazinhas.
 Mariano Antonio Pedrosa, rua do Acú.
 Philippe Rose, rua do Principe.
 Pedro Rostauscher, rua do Piques.
 Paulo José de Abreu Guimarães, rua das Cazinhas.
 Pedro da Rocha Pimental, rua do Acú.
 Querrino José Rodrigues, rua das Cazinhas.
 Romualdo Augusto de Oliveira, Bexiga.
 Tibúrcio José de Mello, rua do Piques.
 Tristão da Cunha Cavalheiro, rua de S. José.
 Vicente Antonio dos Santos, rua da Cadeia.
 Viuva Bresser, largo de S. Francisco.
 Viuva Mattos, rua da Quitanda.
 Victorino de Sousa Carvalho, rua da Quitanda.

Tabernas.

Rua de Santa Thereza.....	3
Ponte do Carmo.....	3
Ponte do Fonseca.....	3
Rua do Quartel.....	5
Rua do Imperador.....	2

Rua do Principe.....	1
Rua da Freira.....	1
Rua da Cadeia.....	4
Descida do Piques.....	1
Descida do Bexiga.....	1
Rua da Boa Vista.....	2
Rua de S. Bento.....	3
Rua da Constituição.....	4
Rua Nova de S. José.....	2
Rua do Piques.....	6
Rua da Palha.....	2
Rua de S. João.....	3
Rua do Acú.....	3
Rua Alegre.....	3
Rua do Braz.....	10

INDUSTRIA ARTES, E OFFICIOS.

Abredores em metaes.

Felix Lecointe, rua Direita.
 Henrique Schroeder, rua de S. Bento.

Alfaiates.

Antonio Ferreira Barboza, rua Direita.
 Felicissimo José do Rozario, rua das Cazinhas.
 Fresneau, rua da Imperatriz.
 José Roberto de Carvalho e Abreu, rua Direita.
 Jeronimo Musseler, largo da Sé.
 José Cardozo Espindola, rua Direita.
 José Ribeiro de Castro, rua do Imperador.
 Luiz Delfino de Araujo Cuyabano, rua da Imperatriz.
 Manoel de Jesus Lustosa, rua do Ouvidor.
 Manoel Antonio de Lima, rua da Imperatriz.
 Mariano da Purificação Fonseca, rua das Cazinhas.
 Nicolão Schmidt, rua de S. Bento.

Francisco Antonio de Oliveira, rua do Imperador, rua do Principe.
 Joaquim Corrêa Bueno, rua do Carmo.
 Joaquim Rodrigues Funchal, rua de Santa Thereza, rua das Cazinhas.
 Joaquim Bueno da Silva, rua da Quitanda.
 João Antonio Borba, rua da Imperatriz, rua das Cazinhas.
 João José de Brito, rua do Commercio.
 José Domingues, rua do Ouvidor.
 Manoel Joaquim dos Santos Boiadeiro, rua de Santa Thereza.

Carpinteiros e mestres de obras.

Antonio de Padua Lisboa, rua de Santa Cruz.
 Antonio Benedicto, descida de S. Francisco.
 Bernardo José Francisco, Polvora.
 Francisco José Bernardes, ladeira de S. Francisco.
 Joaquim Cezar do Espirito Santo, becco da ladeira do Porto Geral.
 Joaquim da Costa Silveira, largo da Luz.
 José Joaquim de Carvalho, (alferes) rua da Boa Vista.
 José Germano, rua da Boa Vista.
 Manoel Antonio Pereira, rua da Quitanda.
 Manoel Joaquim Coelho, rua do Braz.
 Manoel Joaquim Theodoro, rua do Curro.

Coleheiros.

Nicolão Gomes Pereira, rua da Imperatriz.
 Martins & Sobrinho, canto da rua do Ouvidor.

Curtidores e Surradores.

Domingos Sertorio, descida do Piques.
 Manoel Joaquim dos Santos Boiadeiro, Subida do Curral.
 Silvestre Joaquim de Souza, rua do Acú.

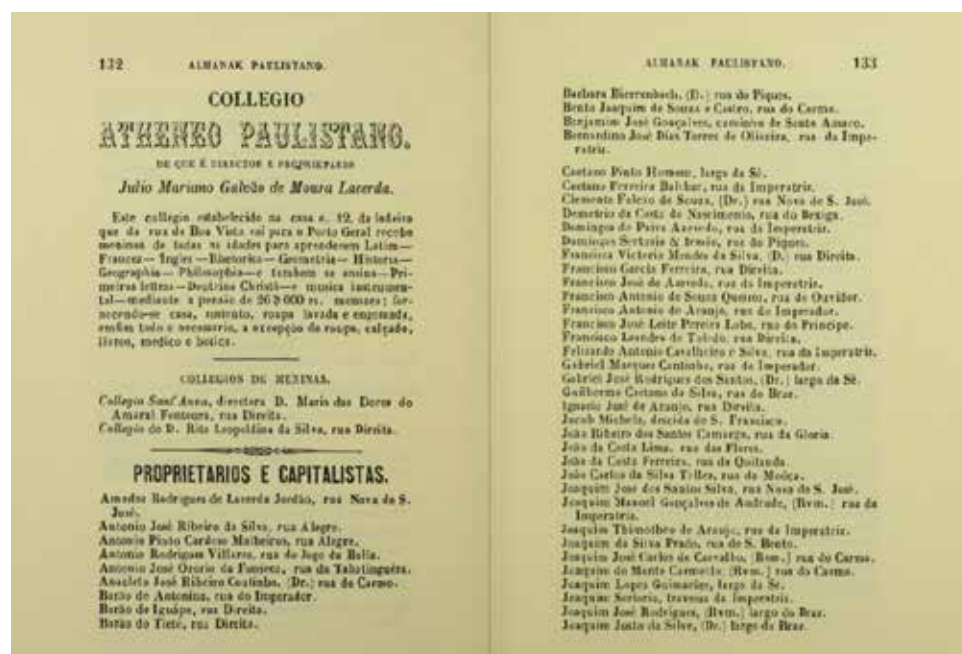
Caldeireiros.

Inocencio José de Brito, rua de S. Bento.

Figuras 54 e 55: Páginas do Almanaque Comercial de 1857 referentes às profissões. Acervo: Biblioteca Mário de Andrade.

E na listagem dos Proprietários e Capitalistas (Figura 56), verificamos um número aproximado de uma centena, e deste montante, cinco nomes referem-se ao Brás, com o respectivo endereço: Guilherme Caetano da Silva (Rua do Brás); Joaquim José Rodrigues (Rvm.) (Largo do Brás); Joaquim Justo da Silva (Dr.) (Largo do Brás); Joaquim Manoel Rodrigues (Brás); e Manoel Rodrigues Jordão (Largo do Brás). Conforme visto, o nome de Joaquim José Rodrigues (Rvm.) é o nome do Cônego da Matriz do Brás, portanto, nesta região o Cônego detinha também propriedades, como é o caso de sua Chácara. Ainda, outro nome que merece destaque é o de Ignácio José de Araújo, endereçado na Rua Direita, e tido como detentor de uma Fábrica de Chá na região do Brás.

É possível, pois, compreender, que o número de proprietários e capitalistas, bem como presença de serviços na região do Brás, ainda era muito reduzido e incipiente comparativamente à cidade (Rua Direita, Rua do Carmo, Travessa da Imperatriz, Largo da Sé, rua do Ouvidor, Rua do Piques).



Figuras 56: Páginas do Almanaque Comercial de 1857 referentes aos proprietários e capitalistas. Acervo: Biblioteca Mário de Andrade.

1.3. A configuração do bairro à luz das representações: de memorialistas à historiografia sobre a História Urbana de São Paulo

A criação de narrativas

As narrativas são a maneira fundamental pela qual organizamos a vida e a história. Por meio dela, não apenas contamos aos outros, mas a nós mesmos, o que somos e o que almejamos; o que herdamos e o que queremos legar. Edifícios importantes lembram uma sequência de coisas, como se fosse uma história. Através dos séculos, as narrativas foram as ferramentas que estabeleceram unidade e coesão. Participar da liturgia é, dessa maneira, participar da cultura.

Quão transformadores podem ser as pequenas ações quando manifestadas em uma comunidade? Jane Jacobs soube reconhecer, em um sentido mais profundo, a importância da participação não apenas individual de uma pessoa ativa em sua cidade, mas também da própria atuação humana. Com a colaboração com Timothy Patitsas, desenvolveu a ideia da “cidade como liturgia”. Em sua obra, “Morte e Vida de Grandes Cidades”, Jacobs descreve as cidades como se fossem vastas “liturgias”, no conceito de que todo hábito social tem algo de “ritualístico” em um certo ponto. Há rotinas, datas e ações humanas que se repetem em todas as cidades, de acordo com a época do ano, o horário do dia.

O exemplo da Figueira em São Paulo

As figueiras-bravas, espécies nativas em regiões de floresta tropical e subtropical, propiciaram, sob suas imensas copas, espaços de sociabilidade em muitos núcleos urbanos (D’ELBOUX, 2018).

Também atuantes como marcos paisagísticos, inevitavelmente influenciaram de alguma maneira na configuração dos espaços urbanos, e a chamada Figueira do Braz não escapa à regra.

Tais plantas podem atingir grandes dimensões: na altura superam os dez metros, podendo chegar a vinte, com tronco de até 1,80m de diâmetro. Produzem, em si, grande área de sombra com densa copa e galhos grossos, apropriada para ser um local de proteção ao sol, e as raízes volumosas acima da terra também podem servir para descanso ou para amarrar animais. Por serem árvores de longa duração, tornam-se uma referência paisagística e adentram a memória urbana para os habitantes da localidade ou passantes da região.

A “Figueira do Braz”, localizada na várzea do Carmo, desempenhou por muito tempo um papel de marco de entrada e saída da cidade, pois sinalizava a transição entre as áreas aterradas na várzea do Brás, e a área urbana da cidade propriamente dita. Além disso, estava inserida, no final do século XIX, no cinturão de chácaras que envolvia a cidade.

Na toponímia, vê-se que a figueira-brava em questão batizou a rua ou caminho lindeiro ao sítio em que se encontrava, como é possível identificar atualmente na Rua da Figueira, no Brás. A despeito do nome da planta, também é conhecida como “Figueira da Marquesa” ou “Figueira da Chácara do Ferrão”. De acordo com D’Elboux, a planta cresceu dentro dos limites da antiga chácara de D. Domitila de Castro e Canto Melo, Marquesa de Santos. Este espaço também era conhecido como “Pouso do Ferrão”, nome referido ao antigo proprietário de outra chácara detentora de pouso, José da Silva Ferrão.

Inserida como elemento paisagístico no caminho proveniente do Rio de Janeiro até a capital, para os que vinham da Penha, também atuava como local de parada para os viajantes “se confortarem após a viagem e ingressarem na cidade” (ERNANI, 1954). O dito Pouso do Ferrão era local de cobrança de impostos sobre as mercadorias ou animais comercializados no núcleo da cidade de São Paulo, cobrado na freguesia do Brás, em frente ao pouso, vulgo Chácara da Figueira.

A existência de abrigo sobre a ponte estabelecida diante desta propriedade [...] é reflexo da longa permanência de representantes do governo inspecionando cargas de tropas [no local].
(‘D’ELBOUX, 2018)

Entre esses viajantes, muitos pintores escolhiam esse ponto para o registro da chegada em São Paulo. Podemos mencionar Thomas Ender (1817), Julien Pallière (1821), Debret (1825), Charles Landseer (1827) e William John Burchell (1827). Nem todos incluíram a Figueira da Marquesa nas imagens produzidas, porém um antigo registro da chácara na qual estava inserida foi feito por Thomas Ender, em 1817.

Vê-se que se trata de um exemplar de grande porte, e acaba por comprovar que a Figueira era de fato centenária quando, no início do século XX, foi cortada. Na Planta da Cidade de São Paulo de 1810 consta a casa-sede da chácara da Figueira, propriedade de José da Silva Ferrão desde a primeira metade do século XVIII. Já nesta época a chácara era conhecida como “da Figueira”, o que mostra há quanto tempo a Figueira já incorporava a paisagem urbana.

William Burchell, em 1827 também produziu excelentes registros

da figueira, como se pode verificar nas imagens em sequência (Figura 57 a 60) e o nível de representação empregado pelo autor torna-se importante no contexto anterior ao desenvolvimento da fotografia. A “Vista tomada do caminho para o Rio” e a “São Paulo vista do caminho do Rio” mostram a figueira em toda sua magnitude.

Com o advento da fotografia é possível obter imagens que confirmam a precisão dos desenhos artistas supracitados. Fotografia de Militão Augusto de Azevedo, de 1862, revela a “Ladeira do Carmo” (Figura 63) e, ao fundo, à esquerda e o volume considerável da figueira.

Em 1887, outra fotografia de Militão de Azevedo da Várzea do Carmo (Figura 61 e 62) demonstra transformações na região da chácara, e a figueira cercada por edifícios fabris do complexo do Gasômetro em meio à chaminé do complexo em instalação (Figura 65). Na fotografia permite presumir que, em breve, a chácara e a figueira cederiam espaço para uma paisagem urbana edificada sobre a camada natural anterior.

Percebe-se, pelas fotografias, de que se tratava de uma várzea constantemente inundada. Até então, essa característica servia como uma barreira geográfica ao avanço da urbanização para além do rio Tamanduateí, com conexões feitas apenas por pontes e travessias entre a região do Carmo e a região do Brás. No entanto, torna-se um problema a ser resolvido no momento em que o crescimento industrial concentrava-se justamente nesta porção contígua à várzea. Benedito Calixto, na tela “Inundação da Várzea do Carmo”, de 1892 (Figura 64), representa a chácara e sua sede.

A chácara da Marquesa (antiga Chácara do Ferrão) foi uma das últimas chácaras remanescentes no início da República (ERNANI, 1954).



Figuras 57: Thomas Ender. “Convento do Carmo em São Paulo”, 1817, aquarela, 19,20 x 30,60 cm.
Detalhe para a chácara da Marquesa (posterior ao do Ferrão). Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural.



Figura 58: William John Burchell. “Vista tomada do caminho para o Rio”, 1827, aquarela sobre papel, 15,50 x 49,50cm. Acervo Instituto Moreira Salles.



Figura 59: William John Burchell. “São Paulo vista do caminho do Rio”, 1827, aquarela sobre papel, 15,50 x 49,50cm. Acervo Instituto Moreira Salles.

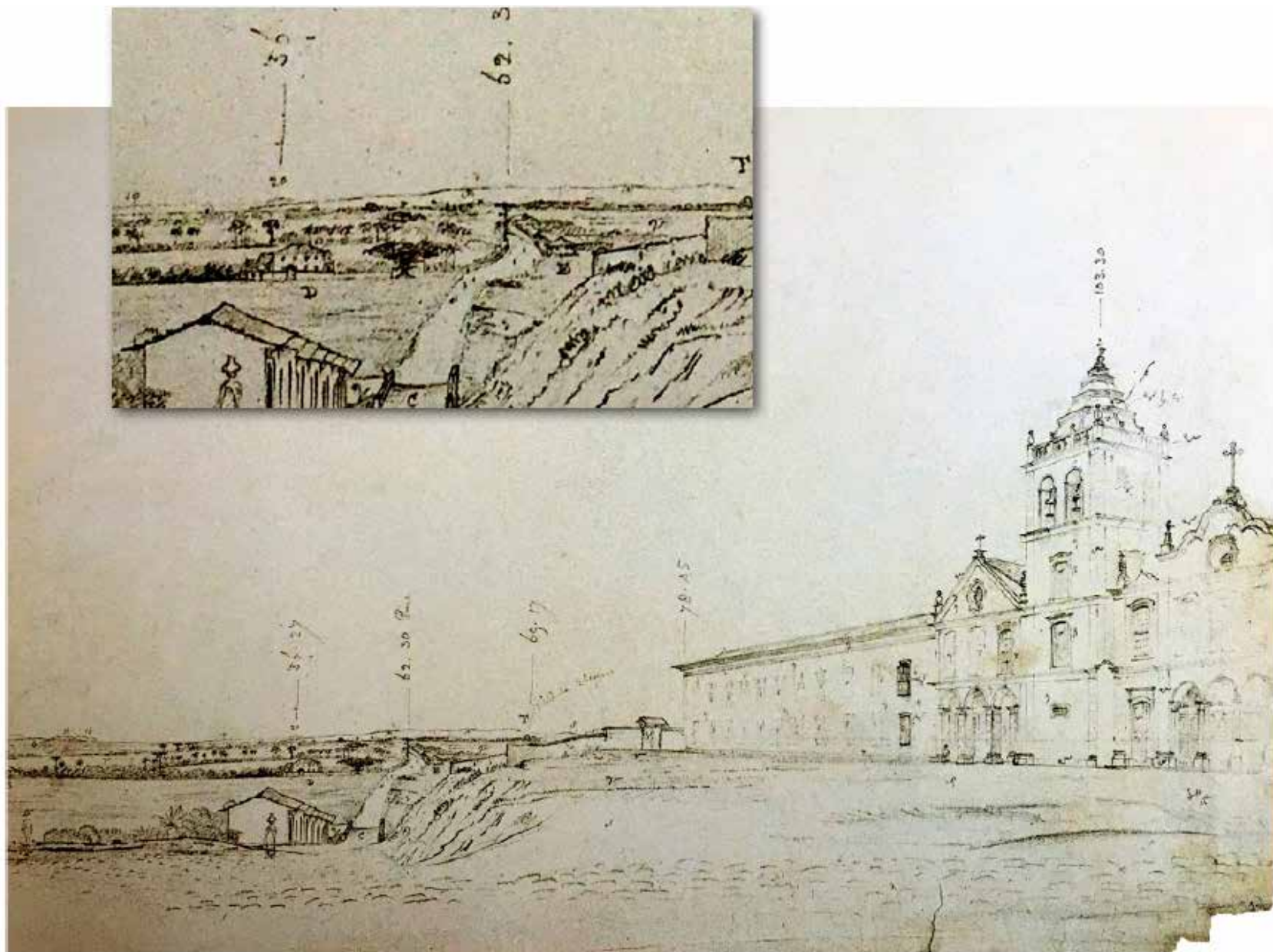


Figura 60: “Um Edifício Religioso”, de William John Burchell, 1827. No detalhe, vê-se a Chácara do Ferrão e a figueira-brava. Esta última foi realizada de um ponto de vista muito similar ao de Ender, produzida praticamente uma década antes.

Figura 61 e 62: Militão Augusto de Azevedo. Fotografia tomada dos fundos do Palácio do Governo, em direção a Várzea do Carmo, 1887. Negativo de vidro. No detalhe acima, a chácara da Marquesa e sua figueira-brava. Fonte: Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.



Figura 63: Ladeira do Carmo, 1862, Militão Augusto de Azevedo. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

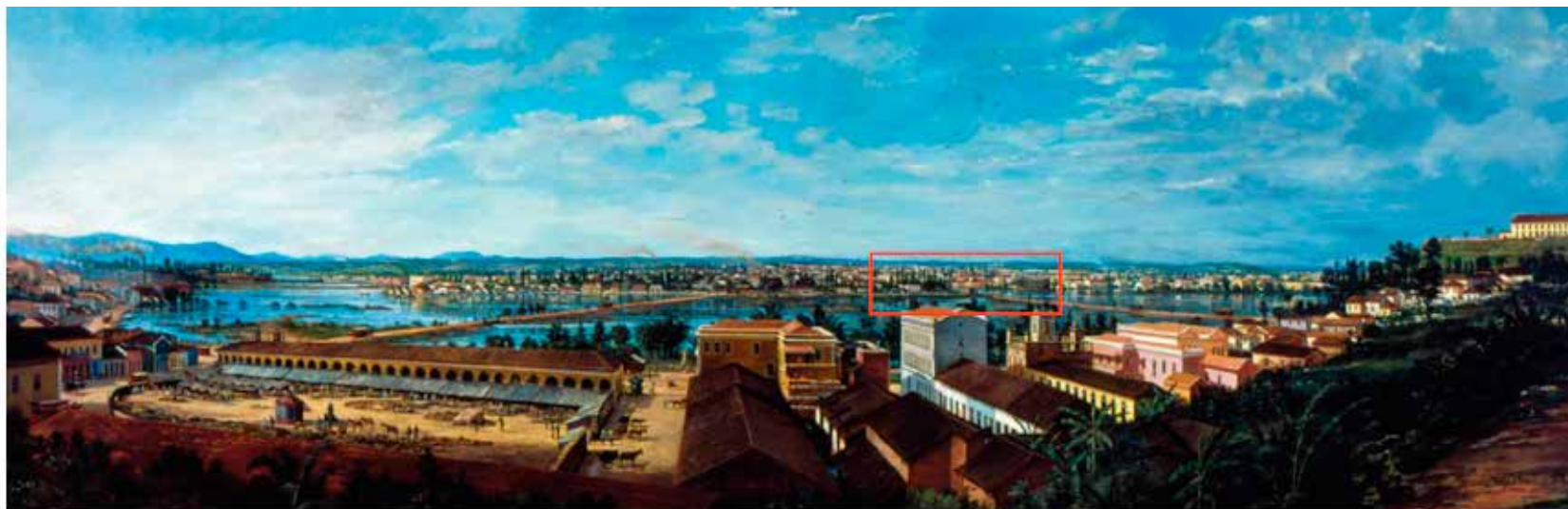


Figura 64: Benedito Calixto. Inundação da Várzea do Carmo, 1892, óleo sobre tela, 125 x 400 cm. No detalhe abaixo aproximado, a chácara da Marquesa com sua figueira-brava e o balão de gás nº 1, do complexo do Gasômetro. Fonte: Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.



Figura 65: Construção do tanque de água do balão de gás n. 1, na rua da Figueira, Brás. 1895. Atrás, ao lado direito, vê-se a figueira-brava. Fonte: Acervo Fundação Energia e Saneamento.

O poder público fez da várzea um de seus alvos nas políticas de Melhoramentos Urbanos, elaborando diversos projetos de drenagem e retificação dos meandros do rio Tamanduateí, de modo a favorecer sua transposição e diminuir a distância entre a área central da cidade e seu entorno.

A implantação do complexo do Gasômetro ao lado da Chácara da Marquesa e outras intervenções na área, na virada do século, pressionaram o proprietário a ceder e vendê-la.

Assim, vemos a derrubada da figueira-brava, a figueira da Marquesa, no âmbito das melhorias na várzea do Carmo. O processo de industrialização e urbanização demandou uma ampliação da rede de infraestrutura, bem como na ampliação do gasômetro. É possível que estes sejam um dos últimos registros fotográficos conhecidos e divulgados da figueira que, nesse sentido, era também um testemunho da vida da São Paulo colonial e imperial que se esvaía nos alvares da República.

Como exemplo de reminiscência, a rua ao lado da chácara recebeu em 1884 o nome de “Rua da Figueira”. A fitonímia costuma ser utilizada como referencial em processos de toponimização (ANTUNES, 2007). É possível, pela “cristalização” destes referenciais, verificar muitas antigas coberturas vegetais, bem como recuperar registros de línguas e fatos históricos.

Um elemento em si pode ser tão ou mais importante na memória cotidiana, que o desaparecimento do elemento em si não interfere no imaginário popular. A investigação de uma paisagem urbana construída em desiguais de camadas, permite verificar os vestígios da história que foi encoberta, “demolidas” ou “derrubada”, mas que ainda compõem a paisagem toponímica insistindo em resistir à passagem do tempo.

Ao fim do século XIX, em frente à chácara da Marquesa,

ergueu-se uma pequena capela requerida por José de Souza Ribeiro, antigo proprietário da chácara, conhecida como “capela da Figueira”.

A Comissão de Obras Publicas, no requerimento de José de Souza Ribeiro em que pede permissão para edificar [sic] uma Capella à Santa Crús, na Freguezia do Braz, logo adiante da ponte do Ferrão a beira da estrada, é de parecer que se defira o requerimento do Supplicante, marcando-se na paragem designada um espaço de terreno para a edificação da Capella que alli se propoem levantar o Supplicante e outros; mas de modo que dê a frente do edeficio para o lado da rua, e o fundo para o lado do caminho de Santos. Sam Paulo 19 de Outubro de 1876 – Indalecio R. F. de Aguiar— Bento Alves de Siqueira Bueno

— *Approvado.*⁵⁴

A pequena ermida preservou-se até o início da década de 1960, quando cedeu espaço e foi demolida em função das obras viárias realizadas no parque Dom Pedro. Ela marca a origem da rua Santa Cruz da Figueira, atual Capitão Faustino Lima.

Dos vestígios do passado distante, resiste na paisagem urbana a nova Matriz do Brás, monumentalizada nos alvares da República, cujo processo de monumentalização será tema do Capítulo 2 e o processo de patrimonialização alvo do Capítulo 3.

NOTAS

1. SÃO PAULO (Município). Annaes da Camara 1910. São Paulo: Graphica Paulista: 1910. Atas da Câmara da Cidade de São Paulo de 1860 a 1890. São Paulo: Departamento de Cultura, 1946. v. 62.

A PARÓQUIA E OS AUTORES: ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DA IGREJA E A ATUAÇÃO DE DIPLOMADOS E NÃO DIPLOMADOS

2.1. A edificação da paróquia

Em um primeiro momento, lançou-se mão da cartografia disponível em acervo digital, juntamente às informações no banco de dados do SIRCA e do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, a fim de encontrar as informações referentes à escala da cidade, bairro e largo. Mas, em seguida, não se encontrou material referente à paróquia, especialmente na Série de Obras Particulares. Por recomendação da bibliotecária do Arquivo e sob indicação da professora orientadora é que se realizaram as visitas ao Arquivo da Cúria da Arquidiocese, localizado no Ipiranga, em São Paulo.

O arquivista contactado, Sr. Jair Mongelli Júnior, alegou que o Arquivo havia sido fechado para consulta durante dois anos, reabrindo em maio do ano presente, 2022. Em três visitas realizadas ao Arquivo para coletar as informações, foram consultados:

No dia 13/05/2022, o Livro do Tombo da Paróquia Bom Jesus do Matosinhos, documento manuscrito, feito pelo pároco vigente, contendo todas as informações, acontecimentos e questões relacionadas à paróquia, incluindo suas reformas. Na semana seguinte, dia 20/05/2022, foram consultadas as pastas e álbuns de fotografias antigas, referentes à paróquia. Na sua maioria, registradas por Militão de Azevedo no século XIX.

Nesta última, o arquivista mencionou serem aqueles os únicos documentos catalogados referentes à paróquia, não sabendo informar o local onde estariam resguardados os desenhos originais de projeto da edificação.

Não obstante, o Sr. Jair se lembrou em seguida de haver recebido, no ano 2008, uma pasta organizada pelo arquiteto Paulo Bastos, contendo um compilado de plantas e desenhos referentes à Igreja do Bom Jesus. O material, segundo uma carta de identificação feita pelo próprio arquiteto, afirma ser fruto de uma organização para implantar um projeto cultural para o restauro da Igreja. Jair alegou, ainda, que era um material que não estava setorizado nos índices de materiais referentes àquela igreja, e que conseguiu me informar apenas pela própria “memória”, de quando o mesmo recebeu a doação.

Então, no dia 03/06/2022, foi realizada a terceira e última visita ao Arquivo, coletando plantas, elevações, detalhamentos, com autoria ou sem, na sua maioria sendo cópias heliográficas ou desenhos originais.

O arquiteto Paulo de Mello Bastos, então diretor do escritório Paulo Bastos e Associados Ltda., entregou ao Arquivo Metropolitano da Arquidiocese de São Paulo, em 10 de outubro de 2008, uma documentação da Igreja do Bom Jesus do Brás que estava sob sua guarda desde 2002. O mesmo arquiteto fez o compilado em vistas de montar um projeto cultural para o restauro da paróquia, que mesmo sendo aprovado, não foi levado a efeito pela respectiva paróquia. Os seguintes documentos estavam sob sua guarda:

1. Três desenhos originais, em cartolina, de vitrais, da Casa Conrado
2. Texto manuscrito encontrado, autoria desconhecida

3. Um desenho original do altar, em papel canson, autenticado
4. Orçamentos originais do concerto do órgão
5. Desenho original da cúpula, sobre tecido - assinado pelo Arq. Jorge Krug
6. Desenho original da fachada, sobre tecido - assinado pelo Arq. Jorge Krug
7. Desenho original (esboço) da cúpula, sobre tecido, sem assinatura
8. Desenho original da vista da cúpula, sobre tecido, da planta - sem assinatura
9. Desenhos originais em vegetal de armários, estante para livros e tapa-vento
10. Quatro cópias de fotos de pinturas e seis fotos externas da Igreja
11. Seis cópias heliográficas de desenhos diversos assinados pelo Arq. José Sacchetti
12. Sete cópias heliográficas de desenhos de Ulrico Edler Ltda.
13. Oito desenhos sem autoria
14. Desenho do Altar-mor em cópia heliográfica - Autoria de Bertoni
15. Desenho original de perspectiva do altar, em papel canson - assinatura ilegível
16. Desenho original do altar, em papel canson - autenticado por Marino Del Fávero
17. Desenho original da fachada principal, em papel canson - assinado por Calcagno e Irmão

18. Desenho original de planta, em papel canson, de Calcagno e Irmão, autenticada.

Portanto, o estudo a seguir se dará, em grande parte, a partir do material ali recolhido, e que será abordado novamente no terceiro capítulo deste trabalho.

Partindo da escala urbana e macro da cartografia histórica, aproximamos a lupa de pesquisa para o Largo que deu ao lote a nomenclatura de Largo do Brás. A diferir de outros Largos da cidade, o que abriga a Paróquia do Bom Jesus não se encontra em uma posição de topografia mais elevada na cidade, nem abriga à sua frente uma praça, mas sim uma avenida, larga e importante, e contém à sua volta um entorno residencial, edificado ao longo das décadas, e que pode ou não ter sido mais antigo que as reconstruções da mesma paróquia, mas que compõem este Largo junto ao passeio de pedestres que por ali passavam - e até hoje o fazem. Fato é que, neste largo, assim como se averiguou na análise cartográfica e na passagem dos anos entre cada mapa, a partir do momento em que se estabeleceu com maior clareza a hierarquia urbana, com a criação dos passeios laterais, o leito carroçável central, novas modalidades de pavimentação, é que é possível se aproximar do nível do lote onde assentou-se a paróquia Bom Jesus do Brás.

A escolha da localização da paróquia, que permaneceu separada do núcleo urbano de São Paulo por um terreno de várzea, tendo acesso durante décadas apenas por três pontes, no caminho de entrada do Rio de Janeiro, e próximo à Penha de França, traz inquietações em um primeiro momento por essas circunstâncias mencionadas. Verificou-se estar próxima a algumas chácaras, especialmente a Chácara do Bispo,

da Marquesa e à do Vigário do Brás, a paróquia - que por algumas décadas era apenas uma capela - o que traz uma possibilidade de associação entre os poucos moradores locais, a considerar o clero, os donos das chácaras e os que por ali passavam todos os dias, e por algum motivo faziam dali um lugar de pouso.

No entanto, a elevação e a reconstrução da primeira capela em uma paróquia de maior porte, edificação que necessariamente abriga um maior número de pessoas, e que detém maior relevância urbana em si, maior destaque na paisagem, simultaneamente ao momento em que o número de residências e comércios no Brás aumentava, põe em prática um conceito de Ulpiano Bezerra, posto que a paróquia configurava-se um produto de sua paisagem local e também um vetor. E, na relação dialética entre um e outro, é possível ler as etapas das construções e re-edificações da paróquia e das residências como um todo, um organismo vivo - a cidade em si, e contendo a vida, que seria própria dos indivíduos que ali formavam os frequentadores da paróquia e os moradores locais.

Na direção que se deu ao aproximar a lente de estudo histórico para a escala do lote da Paróquia, torna-se possível a leitura do seu entorno imediato por meio da Série de Obras Particulares, fruto de uma organização arquivística e documental, produzida desde 1870 pela Câmara (1870-1890), Intendência (1890-1898) e Prefeitura Municipal (1899-1921). Nos inúmeros volumes encadernados, inseridos nas caixas-arquivos, encontram-se os processos e os pedidos de alinhamento, os requerimentos para abertura de vias, petições para alterações nas fachadas das casas, construções junto aos limites dos lotes etc. Em 1893, a Intendência exigiria por legislação a aprovação de plantas das novas

edificações. Esse material possibilita a visualização das construções de época, os indivíduos que faziam parte do cotidiano da cidade.

A documentação permite encontrar, simultaneamente, desde nomes de grandes empreendedores até indivíduos comuns, imigrantes ou não, que pretendiam edificar uma casa de poucos cômodos. Complementado por uma peça cartográfica de 1911, a Planta de São Paulo, a qual contém a numeração de época, foi possível desenhar o conjunto de construções no Largo do Brás e, assim, formar um imaginário sobre a relação da Paróquia com as tipologias adjacentes e vizinhas.

Há uma primeira dificuldade em estudar a história e as características do processo construtivo da Paróquia Bom Jesus do Brás, que resulta da época em que primeiramente foi edificada. Não se trata de uma edificação única, no sentido de ter sido projetada e edificada por um único arquiteto e seu conjunto de construtores, com algumas possíveis alterações e intervenções ao longo dos anos. A primeira manifestação intencionada de um indivíduo, para se erguer um altar devocional ao Bom Jesus se fez em meados do século XVIII, e os relatos e escritos utilizados para compreender esse fato foram principalmente as Atas da Câmara dos Vereadores, no intervalo de 1744 até 1770.

No entanto, a documentação rarefeita permite apenas captar alguns detalhes do que se tratava, de fato, deste primitivo altar. Trata-se de uma documentação baseada, entre outros assuntos, em discussões e solicitações públicas feitas à sede administrativa da cidade, e nela encontram-se alguns comentários a respeito da primeira capela edificada em devoção ao Bom Jesus de Matosinhos.

Uma segunda dificuldade se dá em saber com exatidão

o autor original da capela primitiva anterior à igreja, dado que de acordo com os arquivos e documentos que se detêm na sua historiografia, tanto pelos escritos de Leonardo Arroyo quanto pelo Livro do Tombo (nos períodos de 1800-1802 e 1890-1903) da igreja, a paróquia nomeada como Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos - a Igreja do Brás - não tem sua origem atribuída a um nome específico, sendo somente citado o nome de José Brás, natural de Portugal, como possível autor da primeira capela edificada no local, segundo afirmações do historiador Azevedo Marques, afirmando em sua obra *Apontamentos Históricos* que a capela do Senhor Bom Jesus de Matosinhos do Brás era uma capela ereta nos subúrbios da cidade de São Paulo por José Brás, sendo reedificada pelo tenente-coronel José Corrêa de Moraes, sob o título de capela do Senhor Bom Jesus de José Braz. Ainda de acordo com esta fonte, José Brás era domiciliado e negociante na região, e responsável pela construção da ermida.

Segundo a tradição que atribui a edificação da capela no ano de 1769, pelas mãos de José Brás, seria ele o primeiro cidadão a erguer um sinal religioso e devocional na região. Tal responsabilidade também perdurou a ponto de o bairro ganhar o seu sobrenome, ele que residia no local no mesmo contexto na qual a capela haveria de ser erguida. Por não haver uma comprovação documentada, a tradição popular e a memória acabam por imortalizar o seu nome em referência à Igreja, o que nos mostra, atualmente, como ainda as camadas mais antigas da história influenciam as mais atuais.

O nome “Braz” é encontrado pela primeira vez nas Atas da Câmara, no termo de vereança de 4 de março de 1769. Essa documentação

das Atas foi amplamente consultada e averiguada, posto que traz em si uma série de petições e escritos feitos pela administração pública, cujos assuntos variam entre obras públicas, atividades comerciais etc. No caso, o nome de José Brás aparece em uma petição para os moradores do Pari construírem uma ponte “entre o caminho de José Bráz até a chácara do Nicolau”. Ainda, o nome volta a aparecer quando se pede para “se passarem dois mandados, um para os moradores do Pari e Nicolau ajudarem os moradores de São Miguel a fazer o aterrado que fica desde a ponte do Ferrão até o Nicolau, e nomearam para cabo José Braz”, e outras associações do seu nome à ponte futuramente edificada.

Não é possível afirmar convictamente, a partir da documentação disponível, a atribuição assegurada a José Brás a respeito da fundação da igreja do Brás, nem foi encontrado no Arquivo da Cúria da Arquidiocese. De acordo com Arroyo, é possível afirmar, com mais precisão, que a devoção ao Bom Jesus em São Paulo já era anterior a este período, cujo legado da imagem apareceu em alguns documentos testamentários nos anos em torno de 1730.

O que se pode afirmar precisamente é a existência de uma capela em honra ao Senhor Bom Jesus, na segunda metade do século XVIII. Pela localização e referências, é possível que ficasse no caminho em direção à Penha. De acordo com alguns memorialistas utilizados para compreender os aspectos históricos do desenvolvimento urbano do bairro, um grande número de fiéis e viajantes que realizavam a travessia da Penha até São Paulo, ou até provenientes do Rio de Janeiro, ali na região do Brás passavam, provavelmente para descansar, posto que era conhecido como “Pouso do Brás”. Também realizava-se uma procissão entre a

Catedral da Sé e a Igreja de Nossa Senhora da Penha que passava pela capela. Essa frequente “visita” à capela no Brás, ainda que fosse para um breve descanso, é algo que enfatiza e promove a importância deste determinado lugar, e que o insere na memória urbana de quem por ali passava.

Ainda sobre as Atas da Câmara, é possível associar outros nomes relacionados à região, ao caminho até lá ou até a algum proprietário de chácara local, que complementam a narrativa a respeito da capela. Sabe-se que a região ligava-se ao núcleo urbano da cidade por pontes, até meados do século XIX (mapa de 1847) (Figura 66).

A região, tida como alagadiça e de várzea, o “Aterrado do Bráz” era percorrido pelas pontes, aparecendo na cartografia e na documentação escrita.

Nas Atas, encontramos um termo de vereança (1746) declarando um mandado para edificar uma ponte da Igreja de Nossa Senhora do Carmo, até a principal entrada da cidade - a entrada proveniente do Rio de Janeiro. Esta é uma das importantes e primeiras conexões com a região do Brás, seguida por outro termo de vereança (1747) que solicita a construção de um caminho da Penha até a chácara de José da Silva Ferrão, morador local. Em 1750, esta petição novamente se repete, e quinze anos depois, em 1765, verificamos uma petição na Ata mencionando a ponte do Ferrão como ponto de referência, além de uma solicitação para que ela fosse restaurada, dado seu estado precário no momento.

Em uma das Atas da Câmara de 1765, no dia 27 de abril, a Câmara de São Paulo recebe a petição para se realizar um caminho desde a capela do Senhor Bom Jesus até a “freguesia de Juquery”. Portanto,

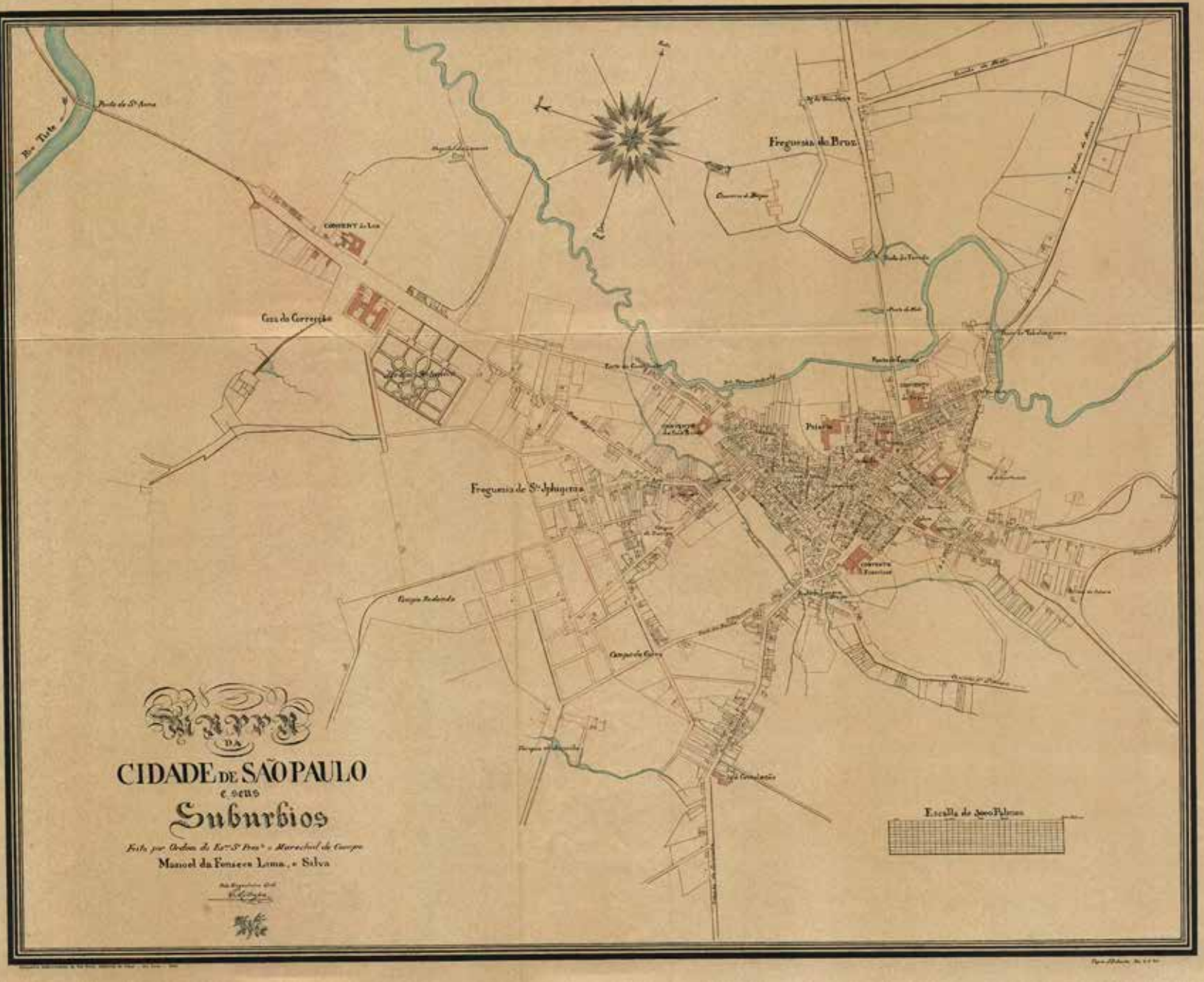


Figura 66: Mapa: “Cidade de São Paulo e seus Subúrbios” por Manoel da Fonseca Lima e Silva. É possível ver, na porção superior do mapa, a delimitação das chácaras, a via principal do Caminho do Brás e as pontes nomeadas que fazem ligação da região ao centro urbano. Acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Reprodução a partir da versão publicada pela Comissão do IV Centenário, em 1954.

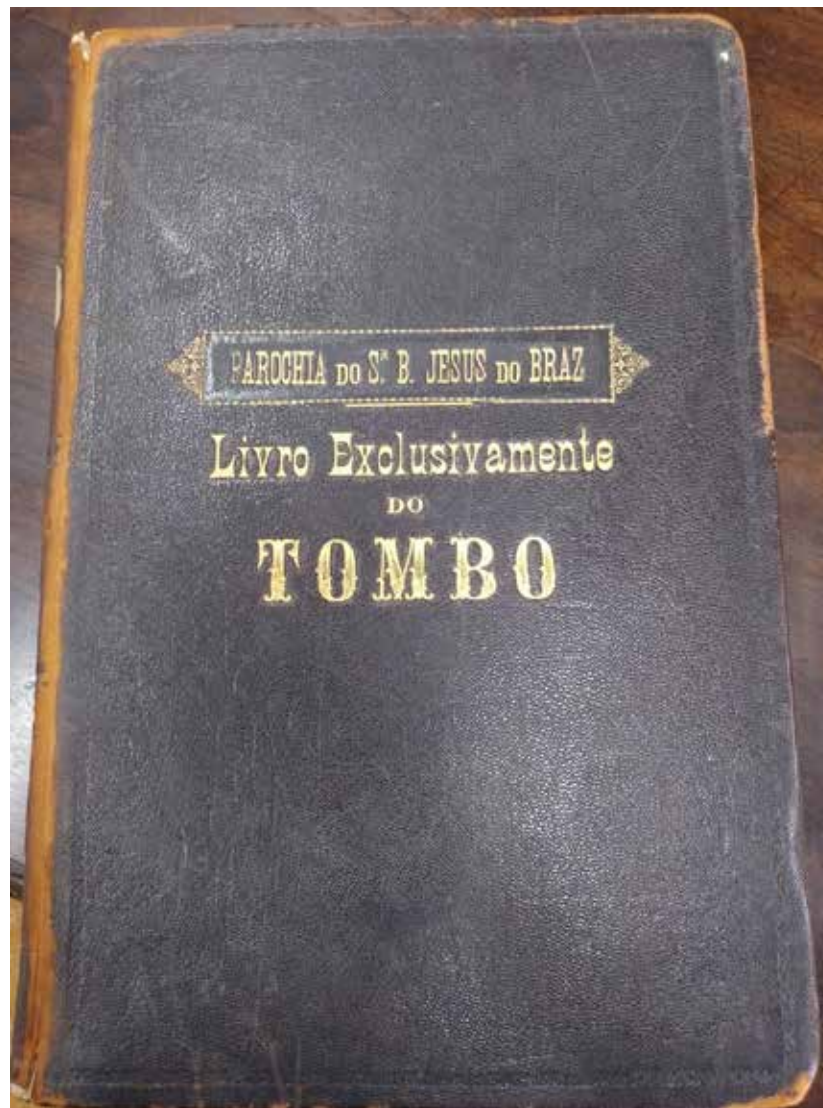


Figura 67 e 68: Registro de Alice Barreto da capa referente ao Livro do Tombo utilizado e o seu selo tipográfico na contra-capa. Maio de 2022, acervo do Arquivo da Cúria da Arquidiocese.



Figura 69: Fotografia de Militão Azevedo. Na imagem, além da relação com o entorno, é possível observar a primitiva capela feita de taipa de pilão, em um piso pouco mais elevado que o nível da rua. Largo e Rua do Brás 1862-63. Notar a ausência de calçamento nas vias e a presença de edificações vizinhas à Igreja. Acervo do Arquivo da Cúria da Arquidiocese Metropolitana de São Paulo.



Figura 70: Largo e Matriz do Brás - Pintura de Benedito Calixto retratando a Igreja do Brás e o Caminho para o Brás (atual Rangel Pestana) e as edificações vizinhas em 1862. Óleo sobre tela, s/d, 50x65cm Acervo do Museu Paulista da Universidade de São Paulo.

avermos não apenas a real existência da capela, mas sendo ela também uma referência da paisagem urbana local para a administração pública e pelos habitantes das proximidades.

O acervo da Cúria da Arquidiocese guarda, entre outros documentos, o Livro do Tombo da Paróquia (Figura 67 e 68), livro de registros variados - despesas, festas paroquiais, visitas episcopais, reformas e reparos, batizados, casamentos -, e nele encontra-se citado o nome de José Correia de Moraes, que na data de 03 de abril de 1800, realiza uma petição para edificar uma capela na Várzea do Carmo, à frente da chácara de sua propriedade, na região da saída da cidade em direção a Penha. A capela seria dedicada à devoção ao Senhor Bom Jesus de Matosinhos, e na referida petição, contida no livro, alega que o tenente-coronel José de Moraes era o “Protetor e fundador da Capela do Senhor Bom Jesus de Matosinhos”, e na provisão feita pelo vigário do Brás na época - o monsenhor José Marcondes - aferia a necessidade do lugar de construção da capela ser alto, a fim de evitar contato com a umidade e garantir a salubridade, não estando em um lugar despovoado.

Pode-se observar, de acordo com as fotografias antigas, adquiridas no próprio Arquivo, a igreja isolada, com um grande pátio à sua frente e amplas ruas laterais. A primeira representação da Igreja é através da fotografia de Militão Augusto de Azevedo de 1862 (Figura 69), feição esta igualmente registrada na tela de Benedito Calixto (Figura 70), neste mesmo ano.

Dois anos após a petição ser feita, o tenente-coronel José Correia de Moraes já havia iniciado as obras para edificação da capela. A transferência de propriedade entre o tenente e D. Maria Bueno da Conceição foi feita em 1798, e no dia 1º de fevereiro

de 1803, inaugurada a capela do Senhor Bom Jesus de Matosinhos. A imagem, cujo proprietário é desconhecido, foi colocada pelo próprio tenente no altar-mor.

Não havendo fotografias anteriores à de 1862, é possível compreender que externamente a capela tinha uma fachada simples, humilde, de cor branca. Em resumo, uma arquitetura modesta, apenas se erguia uma torre sineira. Coincidia em parte com o seu entorno, também com um aspecto construtivo muito similar. À esquerda, de acordo com Arroyo, localizava-se a casa do Monsenhor Anacleto Ribeiro Coutinho, possuidora de inúmeros cômodos para abrigo de enfermos e necessitados, e à frente, o primeiro sobrado do Brás, propriedade do vigário Joaquim José Rodrigues. Diz ainda o memorialista que três anos após a inauguração da capela, o bairro já era chamado com o nome de “Brás”.

A capela do Brás foi elevada à condição de Freguesia após o alvará régio de 8 de junho de 1818 e provisão do bispo D. Mateus de Abreu Pereira, em 1819, que marcou os limites da Paróquia, desmembrando para isso o território da Paróquia da Sé e da Penha. No livro do Tombo, a Paróquia e futura Freguesia do Brás tinha os limites primitivos na divisa do Rio Tamanduateí com a Sé, o Aricanduva com a Penha, e o Rio das Pedras com São Bernardo.

O reverendo Joaquim José Rodrigues foi o primeiro vigário da então paróquia do Brás, permanecendo até o ano de 1865, e pouco a pouco a região foi ganhando maior relevância para localidades vizinhas, como é o caso da Penha. Após a inauguração da igreja do Bom Jesus, esta oficialmente torna-se um ponto de pouso na procissão que se fazia na época, da Penha à Sé, com a imagem de Nossa Senhora da Penha.

A primeira reforma da igreja após a sua edificação ocorreu por volta do ano de 1839, com reparos que a edificação solicitava na época. Um dos personagens responsáveis pela reforma, José Alves Siqueira, tido como “o Fabriqueiro”, permaneceu por muitos anos no cuidado da edificação, reparos e cuidados necessários da paróquia, até o ano de 1865. Na época, ainda na primeira metade do século XIX, a população residente no Brás era muito baixa, não havendo mil habitantes, o que significaria também um nível baixo de fundos da própria paróquia, sob direção do vigário. Por isso, os recursos que custearam esses processos eram provenientes, principalmente, dos rendimentos do próprio tenente José de Moraes. Foi assim descrita pelo vigário Monsenhor José Marcondes Homem de Mello:

“É uma igreja velha, situada na Avenida Rangel Pestana em frente à Escola Modelo. Tem cinco janelas de frente, três portas e a torre do lado esquerdo. Seu interior é feio. Tem a capella-mor com quatro tribunas e um altar do Senhor Bom Jesus de Matosinhos. No corpo da Igreja há quatro tribunas, dois púlpitos e dois altares, um de S. Joaquim e outro do Sagrado Coração de Jesus.”
(ARROYO, 1966, p. 214)

Alguns anos a frente, no ano de 1871, ocorre a segunda reforma conforme documentado no Livro do Tombo. À esta altura, a população já alcançava a casa de duas mil pessoas, e os limites novos da paróquia após a reforma ocorrida permanecerão até o ano de 1896, quando se sucederá uma reconstrução. À medida em que a Rua do Brás foi ganhando uma dinâmica mais agitada,

com um maior número de passantes, a presença dos carro de bois, e assim alargando até obter um tamanho parecido com uma via principal (como virá a ser a futura Avenida Rangel Pestana, Figura 71), as reformas ocorridas parecem acompanhar o mesmo ritmo. A ampliação da fachada ganha novas aberturas e a construção experimenta de outros materiais construtivos, como o tijolo cerâmico.

Nota-se para as alterações com relação à igreja anterior, ainda sendo de taipa de pilão - pela espessura das paredes (Figura 72), os esteios no telhado - e no lugar da torre sineira, com a inserção do tijolo na sua reforma, tem-se a torre. Nota-se, na imagem, a sacristia na região posterior da paróquia, sendo necessária sua razão de ser a partir do momento em que uma capela se torna paróquia. É na sacristia que se registram os nascimentos, casamentos e óbitos, sendo esse o papel da Freguesia.

A Paróquia parece receber o que se entende por um “encamiamento”, ou reforço estrutural, pois se nota na fotografia (Figura 72) a capela primitiva, feita de taipa de pilão, com as paredes grossas, mas com elementos da reforma no seu entorno, no que se refere à torre e as bases de tijolo, onde os operários se encontram na foto. Portanto, neste momento, não se havia ainda demolido a construção originária do tenente José, podendo ter ocorrido após a edificação no seu envoltório, assim tendo o seu tamanho ampliado e assim, a remodelação da fachada, como pode ser visto na fotografia (Figura 73).



Figura 71: Largo do Brás, Igreja do Bom Jesus de Matosinhos. Igreja do Brás reformada com arruamento e lampiões, provavelmente à gás, inaugurados na região em 1872. A frente da igreja um quiosque. Militão de Azevedo.

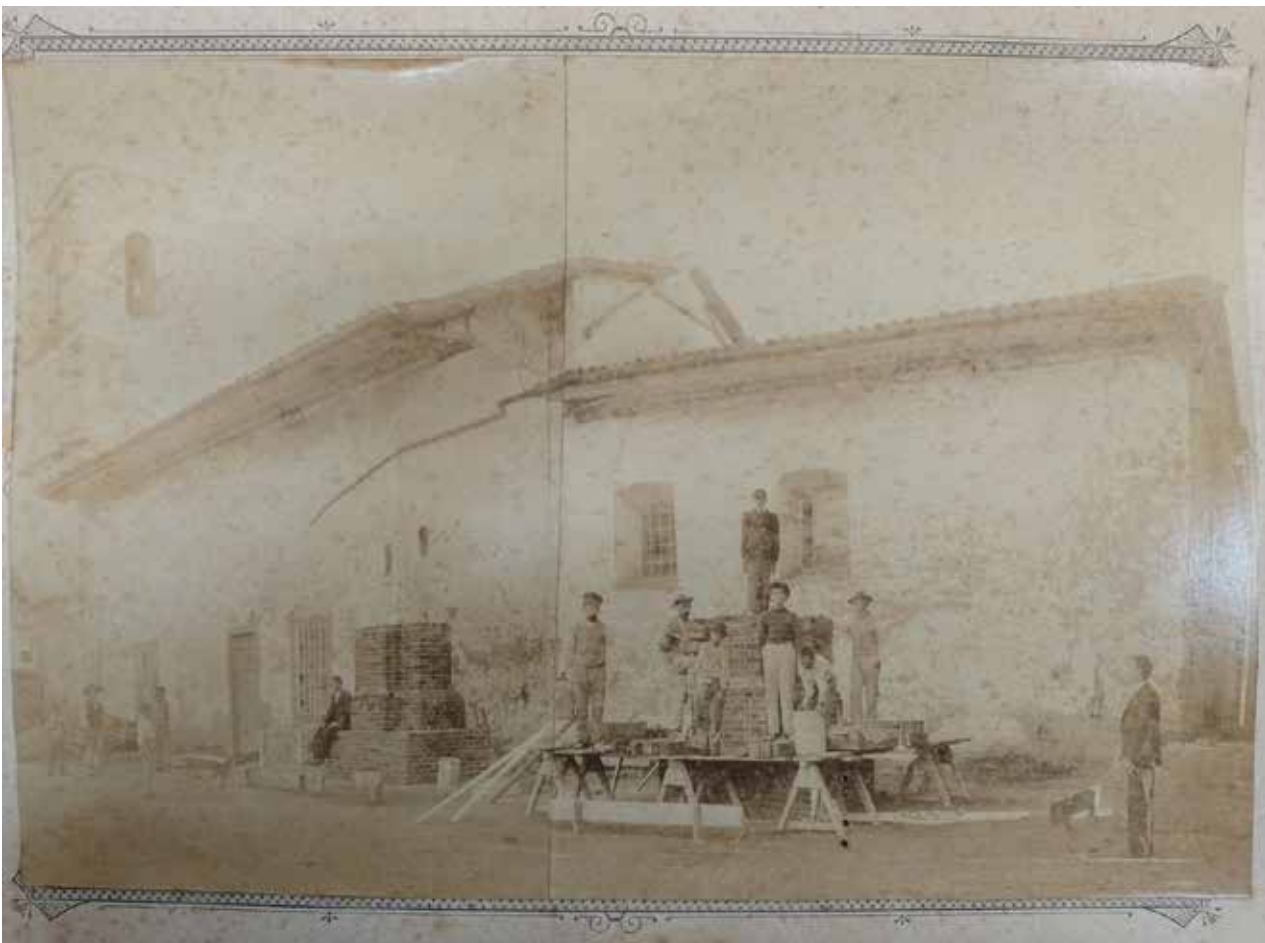


Figura 72: “Matriz do Brás, remodelada em 1871.” Militão de Azevedo.
Fonte: Arquivo da Cúria



Figura 73: Primitiva igreja matriz do Brás e largo fronteiro. Fonte: Arquivo da Cúria

As construções, por volta do ano de 1886, já precisam seguir as diretrizes do Código de Posturas, o próprio edifício ao lado da paróquia já demonstra o uso de outra materialidade - o tijolo - justamente pela presença dos arcos-pletos, que não são possíveis de serem feitos com taipa. Tal edifício era um Armazém de Couros, o que faz compreender um fato histórico que é a região do Brás ser uma região de entrada da cidade, onde chegavam as tropas de animais, e esses apetrechos tornavam-se necessários. A região do Largo do Brás ganha certa centralidade a partir do momento em que precisa vender coisas para este público. A análise do SIRCA permitiu localizar muitos imóveis no entorno do Largo com uso de cocheira - antigos espaços destinados a guardar animais como cavalos e mulas necessários para um transporte predominante de tração animal. Eram os estacionamentos da época e também abrigavam carroças e outros veículos.

Se aparentemente a paróquia se faz modesta exteriormente, com um frontão triangular no seu frontispício e uma única torre coberta de telha, à moda das capelas antigas ou as que se encontravam no ambiente rural de São Paulo, interiormente a paróquia demonstrava um refinamento. Pelas imagens (Figura 74 e 75) é possível perceber a presença de um altar-mor muito trabalhado, separado da nave por um arco cruzeiro igualmente trabalhado.

Ainda sobre a ornamentação, notam-se as capelas laterais ao altar-mor extremamente detalhadas, os retábulos em talha pintada remetendo a alguns aspectos do Rococó, o forro pintado, e toda a ornamentação reunida em uma construção de taipa de pilão, coberta por um telhado.

Posteriormente, no ano de 1888, foi encontrado no Livro do Tombo o seguinte dizer, do Monsenhor Homem de Mello:

“Ao tomar conta desta paróquia em 1888, percebi que não podia descuidar da obrigação de empregar todos os esforços para edificar uma nova Igreja Matriz, em razão de ser a existente acanhada, ruim e velha. O primeiro esforço foi em resultados práticos, pois sobrevivendo acontecimentos imprevistos de ordem econômica, julguei prudente esperar confiando em um futuro mais próspero (...) Tomei por isso novo rumo e achei ocasião propícia para recomençar, e esta não podia ser melhor do que a Visita Pastoral aberta nesta paróquia, em 15 de março de 1896 pelo Excelentíssimo Bispo Dioscesano D. Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti.

“Com efeito, o Prelado Diocesano encerrando a Visita Pastoral em 22 de março deixou aos fiéis desta Paróquia como última recomendação a edificação de uma Nova Matriz. Esta nova semente lançada então já trazia as bênçãos do enviado de Deus. Era tempo de começar, mãos à obra.”
(Livro do Tombo, 1890-1903)

A benção mencionada ocorre no dia 9 de maio de 1896, sendo neste dia lançada a pedra fundamental do novo templo, por iniciativa do Monsenhor José Marcondes Homem de Mello, que o levou a encarregar os Irmãos Calcagno, construtores, para realizarem o projeto arquitetônico, e assim foi iniciada a construção de um novo templo, provavelmente ao lado da antiga igreja, no mesmo Largo do Brás.

“Aos nove dias do mês de maio de 1896 às cinco horas da tarde, no terreno que fica nos fundos da velha Matriz, que foi antigamente Cemitério Paroquial, foi pelo Prelado Diocesano benta pontificamente a pedra fundamental da Nova Matriz, e foi pelo mesmo Prelado colocada no ângulo da Capela-mor do lado da epístola.

A pedra fundamental que em de canto lavrada levou uma tampa de mármore branco que tinha em relevo “1896”. Dentro foi colocada uma caixa de zinco encerrando uma ata de solenidade escrita em pergaminho, assinada pelo Prelado Diocesano, clero e povo presentes. Levou também os jornais do dia, moedas de prata, níquel e cobre de diversos valores.”

(Livro do Tombo, 1890-1903)

A pedra fundamental foi abençoada pelo então bispo e futuro Cardeal Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcanti, a quem também se deve a criação e organização de outras paróquias na capital. Na época de sua inauguração, o citado Monsenhor Homem de Mello assim descrevia a igreja:

“Eles (os irmãos Calcagno) saíram-se galhardamente da tarefa, planejaram uma igreja vasta e monumental em severo estilo romano em forma de cruz latina com 9 naves, tendo 57 metros de comprimento, 23 de largura nos braços e 18 metros de largura nas naves”

(Livro do Tombo, 1890-1903)

A nova igreja foi inicialmente projetada com os “desenhos executados pelos construtores Irmãos Calcagno”(Figura 76 a 78). Ainda de acordo com o Livro do Tombo, a nova Matriz seria edificada no mesmo lugar da antiga igreja, e em todo o terreno livre que a cercava, que antigamente havia sido Cemitério Paroquial. Em 1904, a capela original do tenente José Correia de Moraes haveria de ser inteiramente demolida para dar origem à nova. Esta, por sua vez, seria “quatro vezes maior que a velha”, em estilo clássico-renascença e monumental.

Notam-se, nesta elevação, muitas alterações na fachada original da velha matriz para a nova, a começar pela torre principal, na qual era lateral e agora tem-se o princípio de centralizá-la. Pela planta é possível ver a estrutura do tijolo autoportante, com pilares bem grossos, a presença dos altares laterais e o reforço estrutural para suportar a nova torre.

“Sendo a Igreja Matriz desta paróquia muito pequena para a população que ia sempre em aumento, tratei de fazer outra nova no mesmo local, aproveitando um velho cemitério que existia no fundo da velha igreja.”

(Livro do Tombo, 1890-1903)

Ainda nos registros do Monsenhor Homem de Mello, o sacerdote ressalta a importância dos doadores e financiadores da obra da paróquia. Os nomes de Francisco de Paula Mayrink e esposa foram expressamente mencionados nos registros da Igreja em homenagem à sua doação:

“Para sempre constar e para edificações dos vindouros fica consignada nestas páginas a doação que a virtuosa senhora Dona Maria José Paranhos Mayrink (1848-1909), esposa do Conselheiro Francisco de Paula Mayrink (1839-1906), do Rio de Janeiro, fez a esta Matriz do terreno contíguo à velha Matriz que faz Canto no Largo do Brás com a Rua Monsenhor Andrade, terreno este de valor inestimável, porque com ele se formou o plano magnífico e grandioso da Nova Matriz.”

(Livro do Tombo, 1890-1903)



Figura 74 e 75: Fotos de vistas internas da Matriz do Brás. Fonte: Arquivo da Cúria

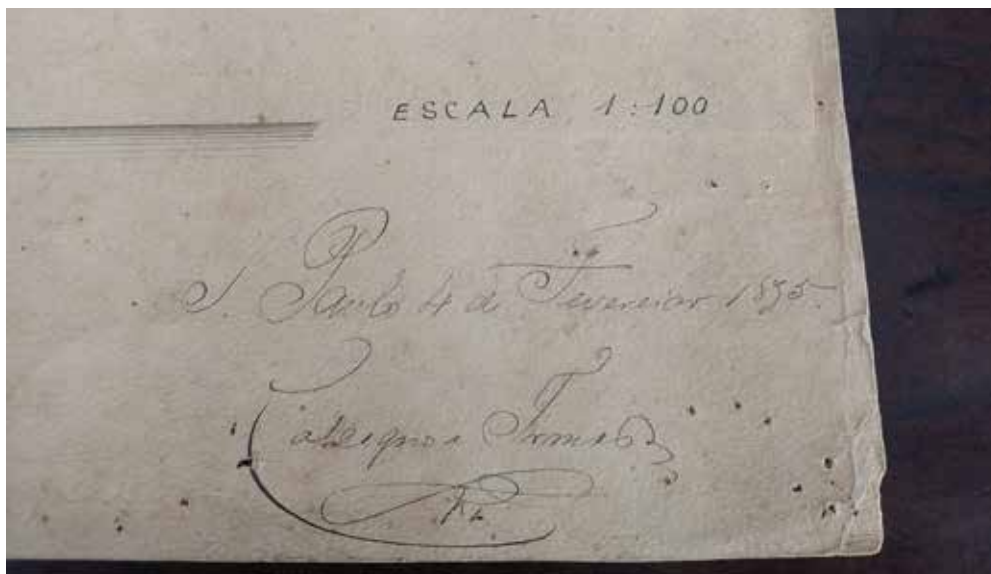


Figura 76: Desenho original contendo a assinatura do escritório “Calcagno e Irmão”, responsável pelo primeiro projeto da nova Matriz a ser edificada. Desenho datado de 04 de fevereiro de 1895. Fonte: Arquivo da Cúria

Porém, com retorno dos engenheiros à Itália antes do término das obras, assumiu o projeto o engenheiro George Krug (Figura 79 e 80), que alterou o plano inicial de projeto, e entre essas alterações, houve a introdução de uma cúpula. O engenheiro planejou “uma formosa e alevantada cúpula, modificou a fachada dando feição mais monumental, e planejou oito capelas, fora das naves laterais, formando externamente pequenas rotundas, dando assim um toque gracioso à construção” como descrito no Livro do Tombo.

Evidentemente, para a edificação de uma cúpula com essas dimensões, seria preciso um esforço de cálculo estrutural (Figura 81 e 82), para averiguar o tamanho e o peso máximo que a cúpula deveriam suportar.

A partir do ano de 1895 as obras foram iniciadas, a começar pelos alicerces das portas compreendidas pelo transepto, capela-mor e sacristias. O Monsenhor alega “esmolar pela Paróquia em favor da edificação da Nova Matriz”, tal era sua dedicação, zelo e vontade em erguer uma nova igreja. Nos registros do Tombo, demonstra grande entusiasmo espiritual para dar seguimento à construção, em finalizar e “não descansar sem ter levantado a Casa de Deus.”

A construção monumental foi dividida em duas partes, a iniciar pela Capela mor, com as duas sacristias laterais, os transepto com a cúpula, e a metade da nave central inaugurada. O evento se deu em 1 de janeiro de 1903, portanto o templo novo foi inaugurado ainda que inacabado, em comemoração ao centenário da velha Matriz fundada pelo tenente-coronel José Correia de Moraes.

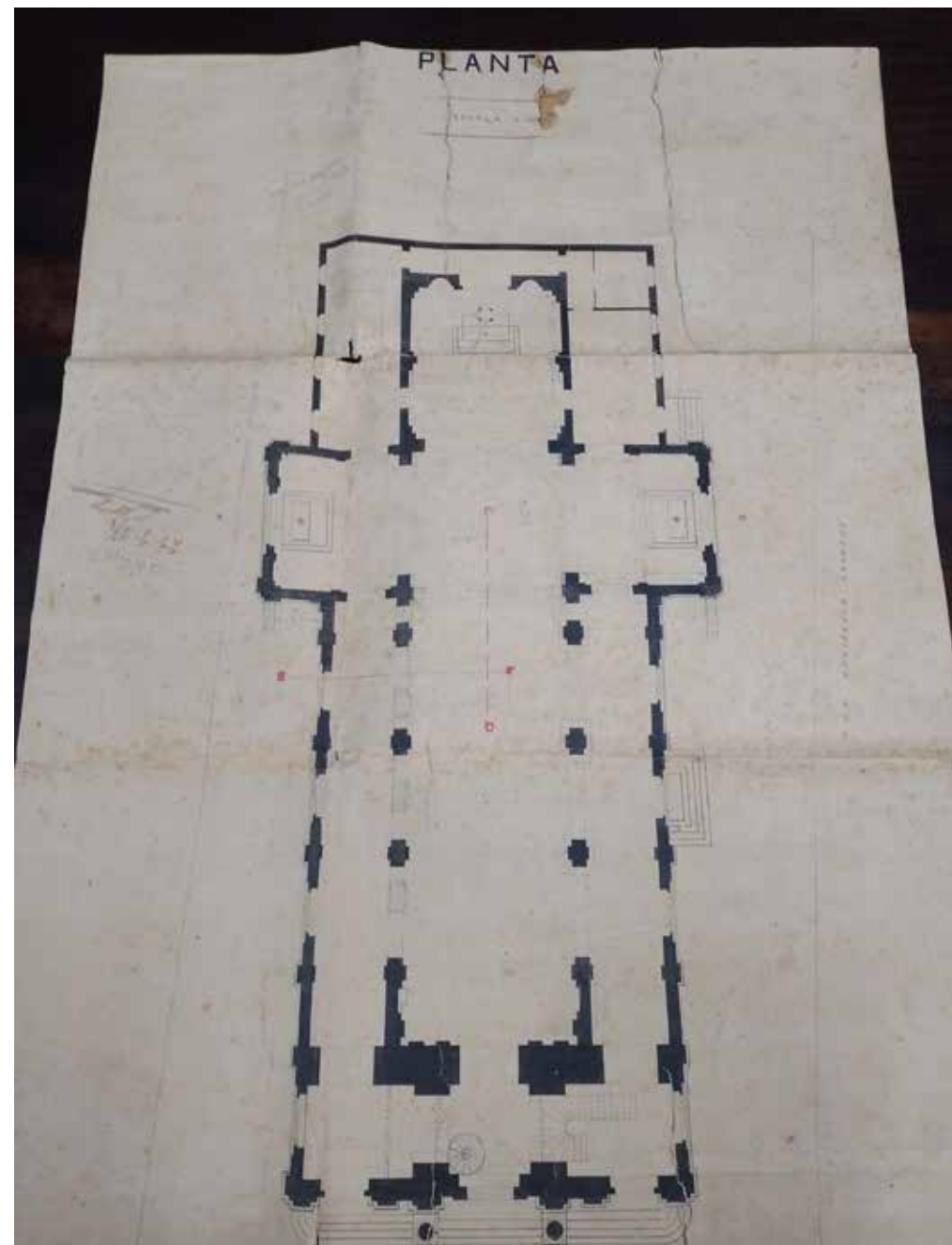
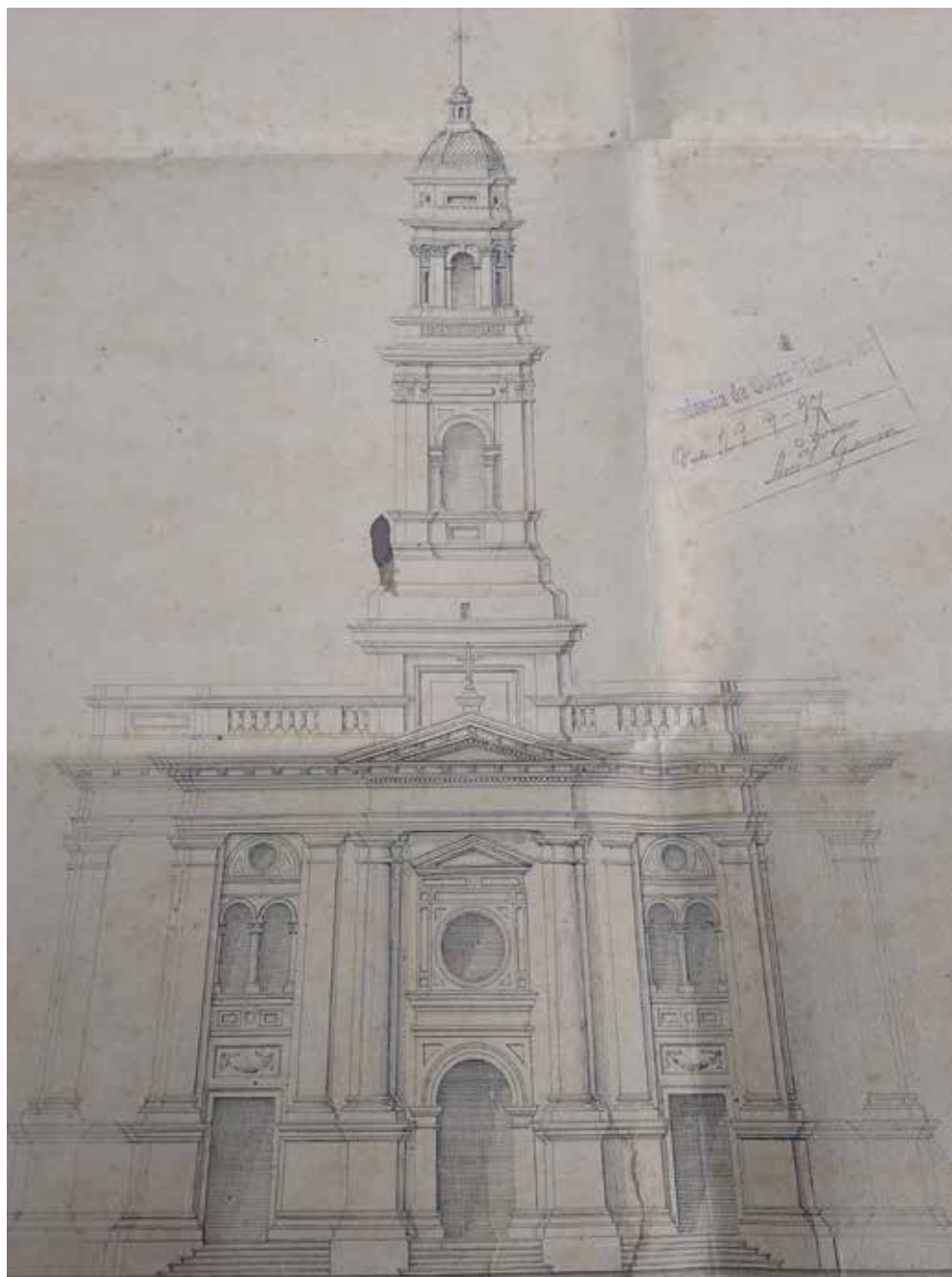


Figura 77 e 78: Fachada original projetada pelos Irmãos Calcagno para a nova Matriz a ser edificada. Desenho datado de 04 de fevereiro de 1895. À direita, a planta original (escala 1:100) pelos engenheiros. Nota-se a nave central e as duas laterais. Fonte: Arquivo da Cúria

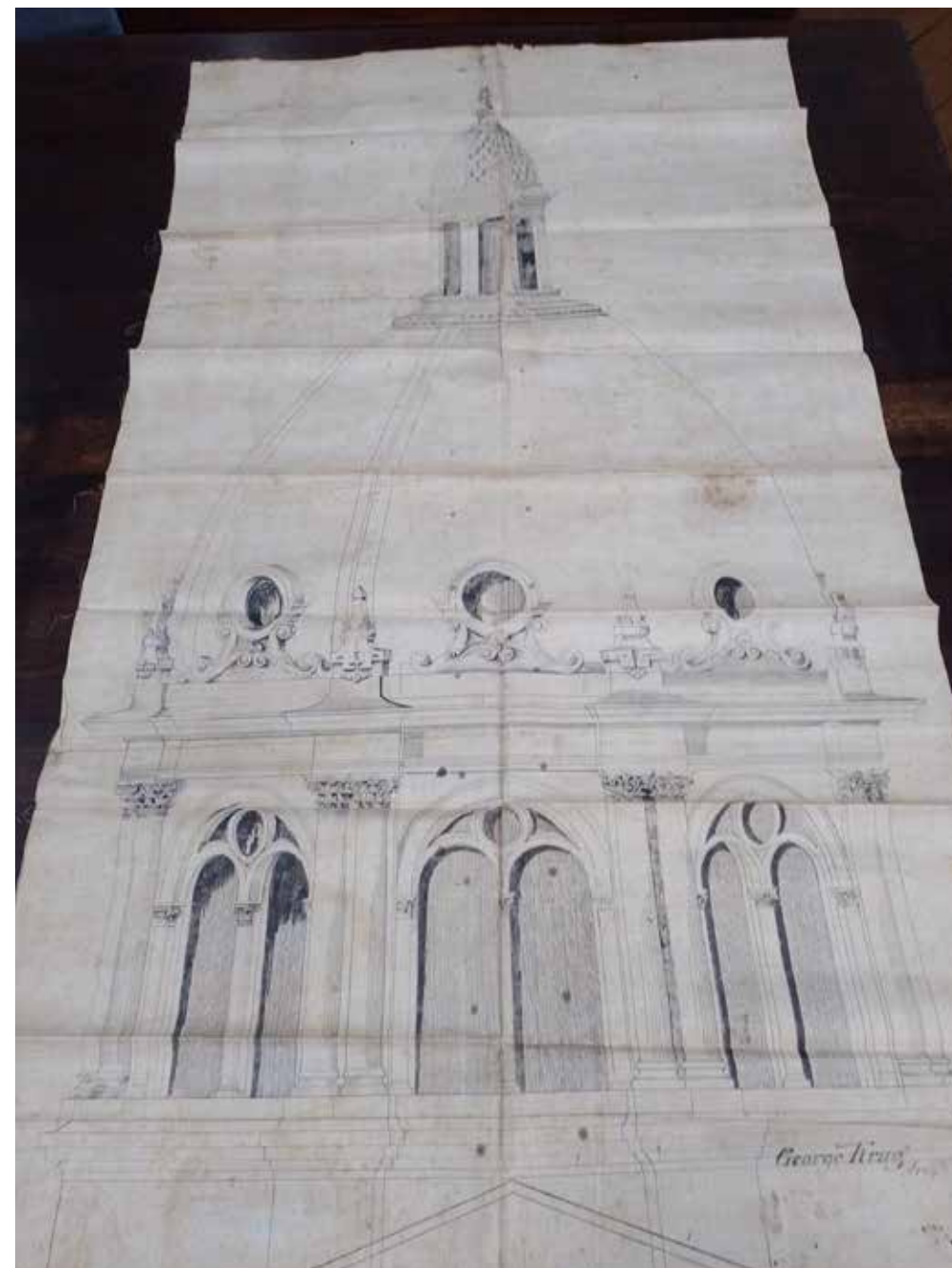


Figura 79 e 80: À direita, sua assinatura com menção à profissão de arquiteto. À esquerda o desenho original em tecido feito por George Krug, para a cúpula da nave central.
Fonte: Arquivo da Cúria



Figura 81: Fotografia lateral da construção da cúpula, recebendo o devido reforço estrutural para escorar-se na estrutura dos pilares da igreja edificada. (1899) Fonte: Arquivo da Cúria

Figura 82: Fotografia frontal da construção da cúpula, recebendo o devido reforço estrutural para escorar-se na estrutura dos pilares da igreja edificada. (1899) Fonte: Arquivo da Cúria

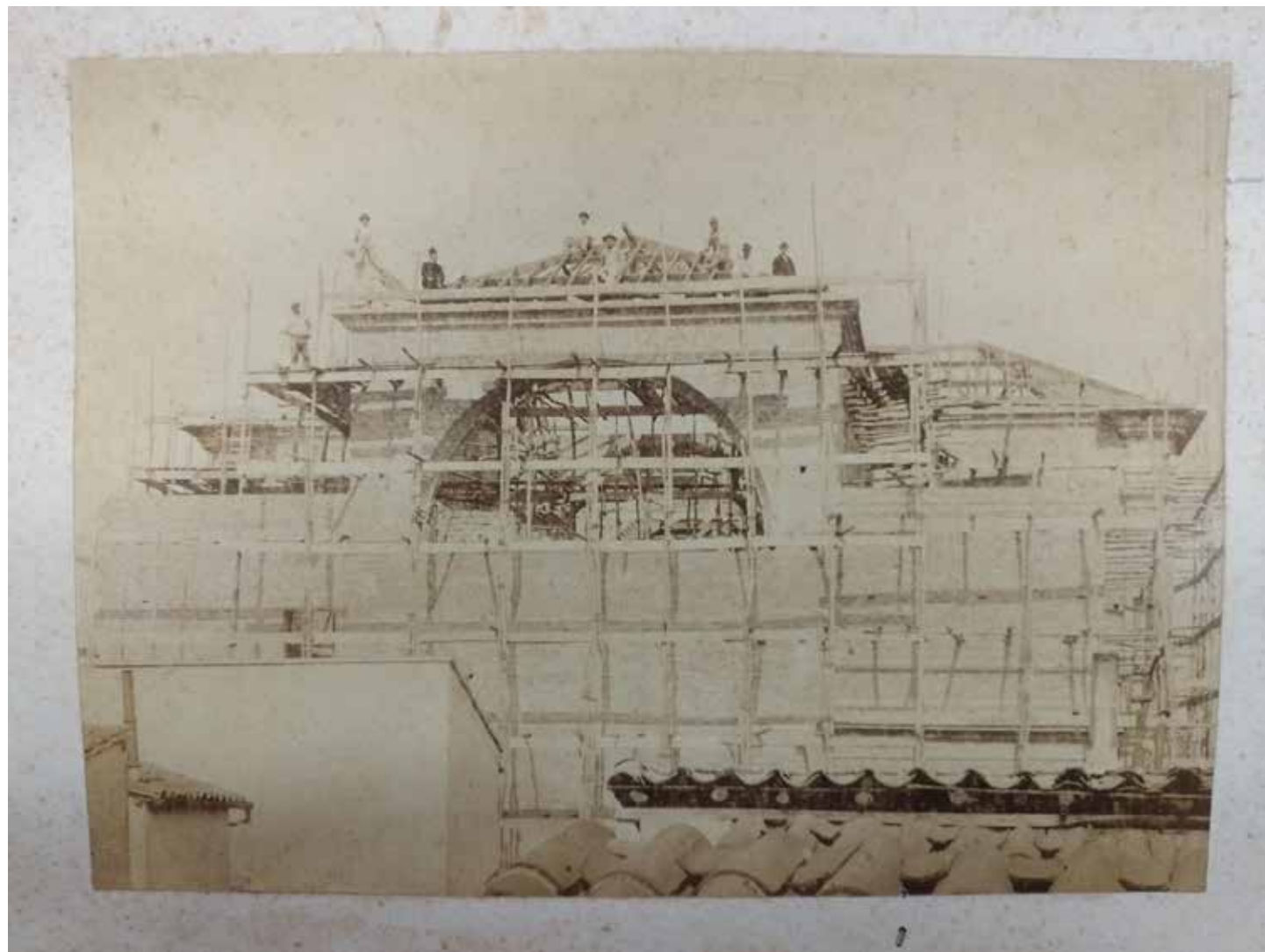




Figura 83: Fotografia no final do século XIX, 1899, já com o andamento das obras para a nova Matriz. Os carros movidos à tração animal já percorrem a via principal. Nota-se, na foto, a fachada da velha matriz e ao fundo, no local onde se localizava o Cemitério Paroquial, o erguimento do corpo central e do embasamento para a cúpula da futura matriz. Fonte: Arquivo da Cúria.

A casa de comércio ao lado direito, onde é possível ler “Fazenda” e “Casa Africana” supõe ser dedicada à venda de couros, o que remete ao tropeirismo anterior às ferrovias, e também ao escravismo vigente até a Abolição da Escravidão. É como se o Largo rememorasse uma camada temporal de transição do império para a República.

Como uma metonímia urbana, onde a parte explica o todo, a nova Matriz parece puxar o local para um novo tempo, mudando o tom e trazendo consigo uma nova fase para a cidade, pois onde o entorno ainda permanece com um ar provinciano, simples, a paróquia parece chamar as construções para esse novo tempo.

Para edificar a metade da nave central e erguer a fachada monumental, além das duas naves laterais e suas capelas, neste mesmo ano de 1903 a antiga edificação foi demolida (Figura 84). A inauguração não se deu com a igreja totalmente edificada, mas o suficiente para permitir a realização dos ofícios religiosos que a data comemorativa requeria. Assim ficou registrado:

“No dia primeiro de janeiro de 1903 em que se celebrava nesta paróquia o centenário da velha Igreja Matriz que tinha sido benta e aberta ao culto em igual dia de 1803, foi também solenemente e festivamente inaugurada a parte já construída da Nova Igreja Matriz. Esta parte consta da Capela-mor, o transepto e uma metade da nave Central, e duas sacristias ao lado da capela.”

(Livro do Tombo, 1890-1903)

Krug faz o projeto de uma fachada bombeada, com as janelas na porção da fachada em frente à nave. Ele delineia toda a ornamentação, a qual era costume se fazer sobre o revestimento de pedras ornamentais,

feita sob a construção de tijolos. Krug desenhou tudo o que os frentistas haveriam de executar na fachada. Também se deve notar o reforço de aço que Krug insere na fachada, posto que para um edifício com estas dimensões, apenas o tijolo não seria o suficiente para resistir ao próprio peso. Por isso, Krug escreveu “três vigas de aço” (Figura 85) na fachada, a fim de reforçá-la estruturalmente.

Três fotos foram coletadas do processo de tombamento da Igreja do Bom Jesus (Figuras 86 a 88), e aferem a maneira como foi edificada a fachada, segundo projeto de George Krug, assim como a cúpula central.

Em torno de oito anos após a inauguração da Igreja, foi solenemente inaugurada a nave lateral esquerda, no dia 14 de maio de 1911, sob posse e direção do então vigário da época, o padre Ignácio de Campos, que recebeu a provisão de vigário no mesmo ano.

No ano seguinte, com a presença da nave central e esquerda da paróquia edificadas, a nave lateral direita foi solenemente inaugurada, juntamente à instalação elétrica em substituição ao gás utilizado o, que garantiu à igreja uma “farta e esplendorosa iluminação”. No dia da inauguração que completava a construção da nova Matriz, registrou-se no Livro do Tombo que:

“De manhã, às 8 horas, o Excelentíssimo Sr. Arcebispo celebrou a pauta e distribuiu a comunhão em grande número fiéis. À tarde oficiou-se o Excelentíssimo Monsenhor Dr. Arcebispo Francisco de Paula Rodrigues, vigário geral do arcebispado, o qual fez uma eloquente alocução ao povo, entoando em seguida o “Te Deum”.

(Livro do Tombo, 1890-1903)



Figura 84: Fotografia no início do século XX, 1903, onde se vêem as duas igrejas no ano de inauguração da nova Matriz e celebração do centenário da velha. Fonte: Arquivo da Cúria

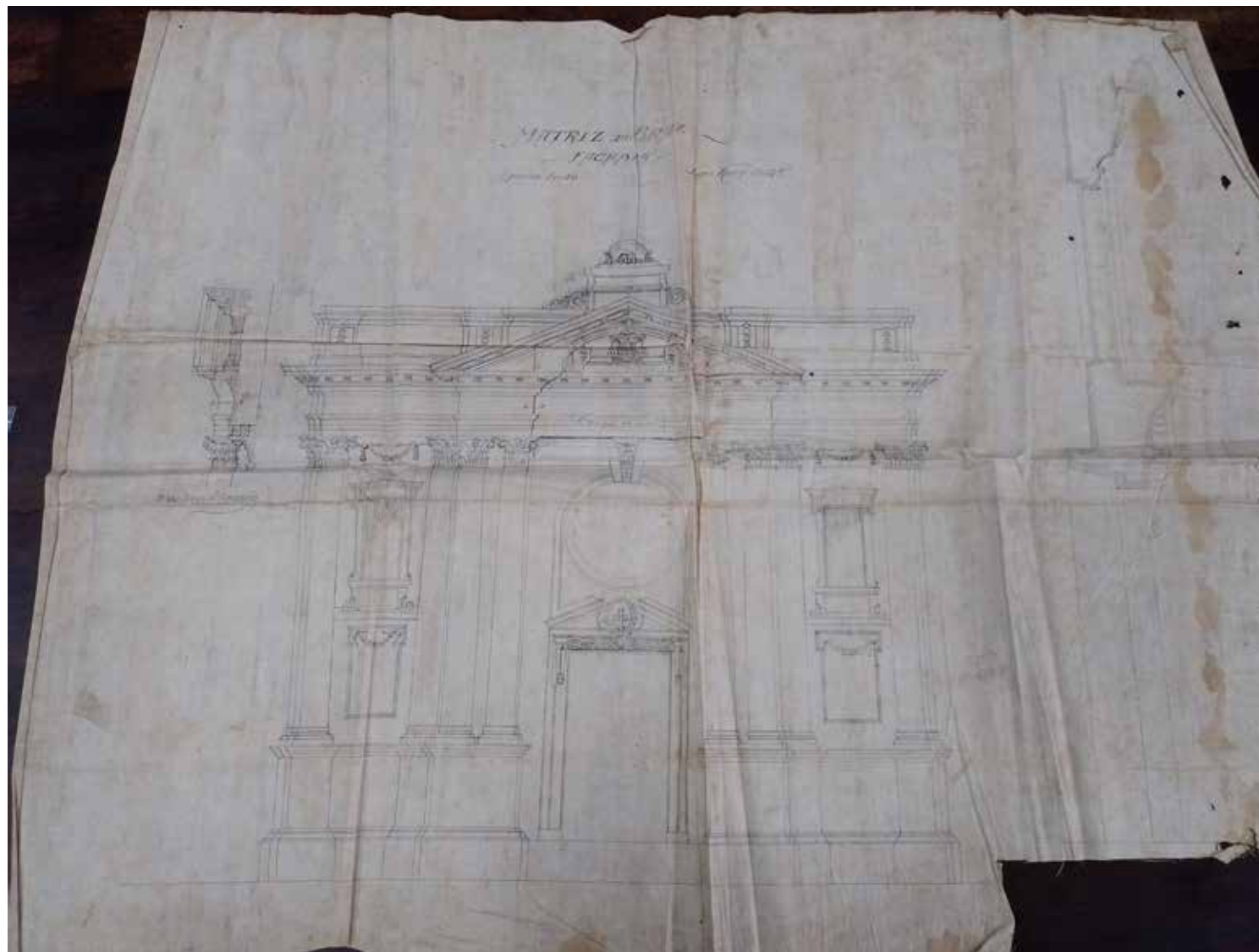


Figura 85: Fachada projetada por George Krug, início do século XX. Irá ser edificada, até que passe pelos reforços estruturais e novo escoramento da fachada. Fonte: Arquivo da Cúria

Ainda um outro registro no livro, ao reafirmar a demolição da antiga igreja, aponta de que maneira vinham os recursos para as intervenções realizadas na paróquia, contando com doações de particulares abastados, e também o auxílio do cabido, como exposto no excerto:

“Tendo de ser demolida a velha catedral pedi e obtive que o cabido (conjunto dos clérigos de uma catedral, igreja ou colegiada) fizesse uma doação a esta igreja do material da instalação de luz elétrica, existente na catedral. Para reformar este antigo material, comprar o que faltava, fazer as acomodações necessárias e a devida instalação, dispensei-se a quantia de três contos e duzentos mil réis.

Brás, 28 de abril de 1912

Assinado por: Vigário Cônego Hygino de Campos”

Nos anos que se seguiram, por volta de 1917 e 1918, as obras persistiram no interior da igreja. No Livro do Tombo, é referido o nome do engenheiro Gustavo de Lara Campos como responsável por dirigir as obras dos revestimentos internos da matriz, realizando as obras para o forro da nave central, lateral, do côro e da sacristia, além dos revestimentos das paredes e as áreas de ladrilhamento, como o batistério. Avalia o vigário Hygino de Campos que o aspecto da matriz se apresentava dessa maneira “imponente e majestoso”.

Ainda, mencionando nominalmente e em agradecimento aos benfeitores da matriz para que as obras fossem realizadas, encontram-se o Conde Alexandre Siciliano, responsável por fornecer a maior parte do cimento, cal, areia, madeiras etc; o Conde de Lara, “maior benfeitor desta paróquia”, fornecendo grande parte da

madeira para o andaime; J. José Rodrigues, Coronel Pereira Netto e Sr. Francisco de Sampaio Moreira, todos com doações monetárias.

Para a descrição das obras ocorridas até a década de 20 no século XX, pôde-se utilizar todos os registros do Livro do Tombo. No entanto, para compreender as obras que se deram posteriormente, por volta dos anos 40 e sob autoria de Giuseppe Sachetti, lançou-se mão dos desenhos encontrados no Arquivo da Cúria, uma vez que o memorialista Leonardo Arroyo não o menciona explicitamente, nem o livro do Tombo o registrou. Também o Processo de Tombamento da paróquia registra apenas uma fotografia, datada da década de 40, com a fachada da igreja completamente remodelada e com duas torres novas. (Figuras 86 a 88)

Os desenhos assinados por Giuseppe Sacchetti (Figuras 89 a 92) revelam a remodelação realizada na fachada anterior, projetada por Krug.

No ano seguinte, com a presença da nave central e esquerda da paróquia edificadas, a nave lateral direita foi solenemente inaugurada, juntamente à instalação elétrica em substituição ao gás utilizado o, que garantiu à igreja uma “farta e esplendorosa iluminação”. No dia da inauguração que completava a construção da nova Matriz, registrou-se no Livro do Tombo que:

De manhã, às 8 horas, o Excelentíssimo Sr. Arcebispo celebrou a pauta e distribuiu a comunhão em grande número fiéis. À tarde oficiou-se o Excelentíssimo Monsenhor Dr. Arcebispo Francisco de Paula Rodrigues, vigário geral do arcebispado, o qual fez uma eloquente alocução ao povo, entoando em seguida o “Te Deum”.

(Livro do Tombo, 1890-1903)



Figura 86: Igreja Bom Jesus do Brás, por volta de 1912 (autor desconhecido). Podemos observar a igreja já praticamente concluída, mesmo sem as torres, futuro projeto do arquiteto Giuseppe Sacchetti. Fonte: Processo de Tombamento



Figura 87 e 88: (Acima) Vista da Rangel Pestana, com trecho da Igreja do Brás, ainda sem as torres, por volta de 1920. (autor desconhecido). (Abaixo) Largo do Brás, por volta de 1914 (Autor desconhecido). Fonte: processo de tombamento





Figura 89 e 90: Cópias heliográficas dos desenhos originais do Giuseppe, onde se percebe um aumento da fachada para comportar o embasamento das duas torres adicionadas.
 Fonte: Arquivo da Cúria.

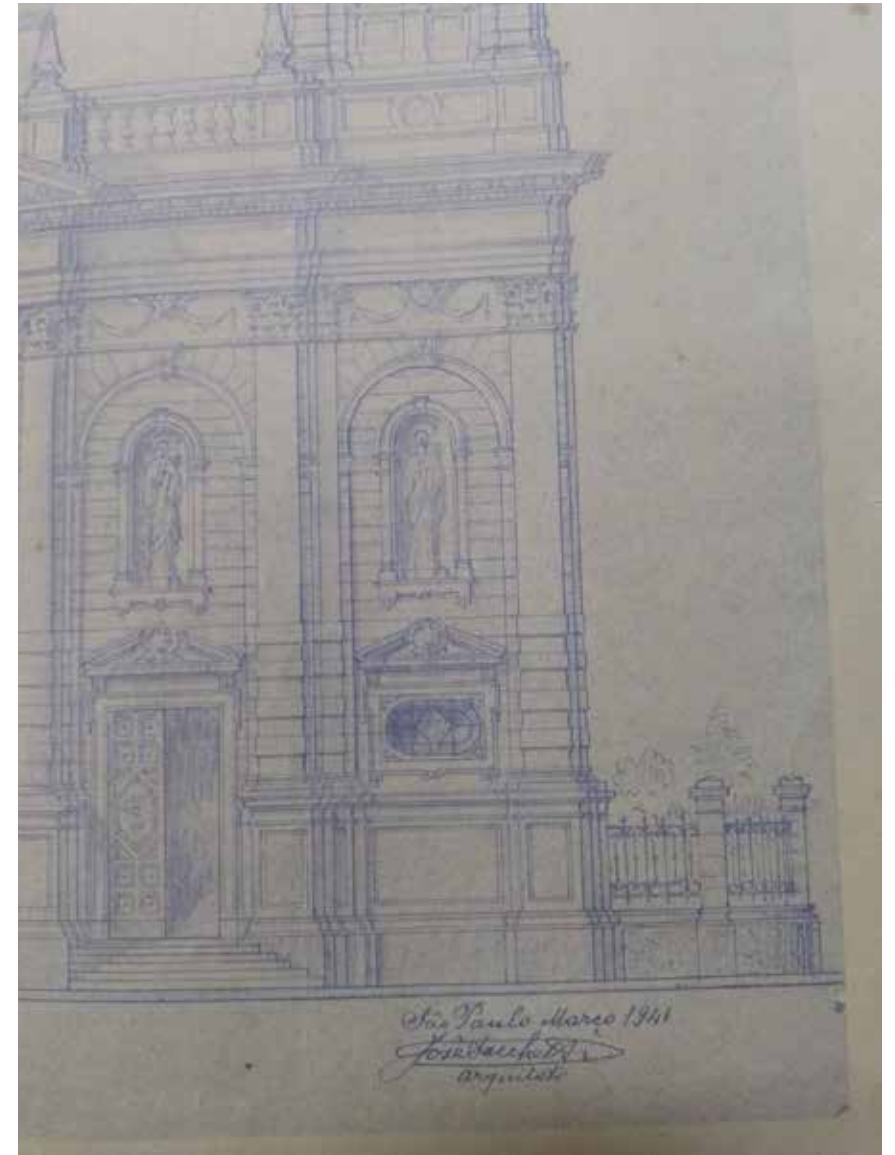
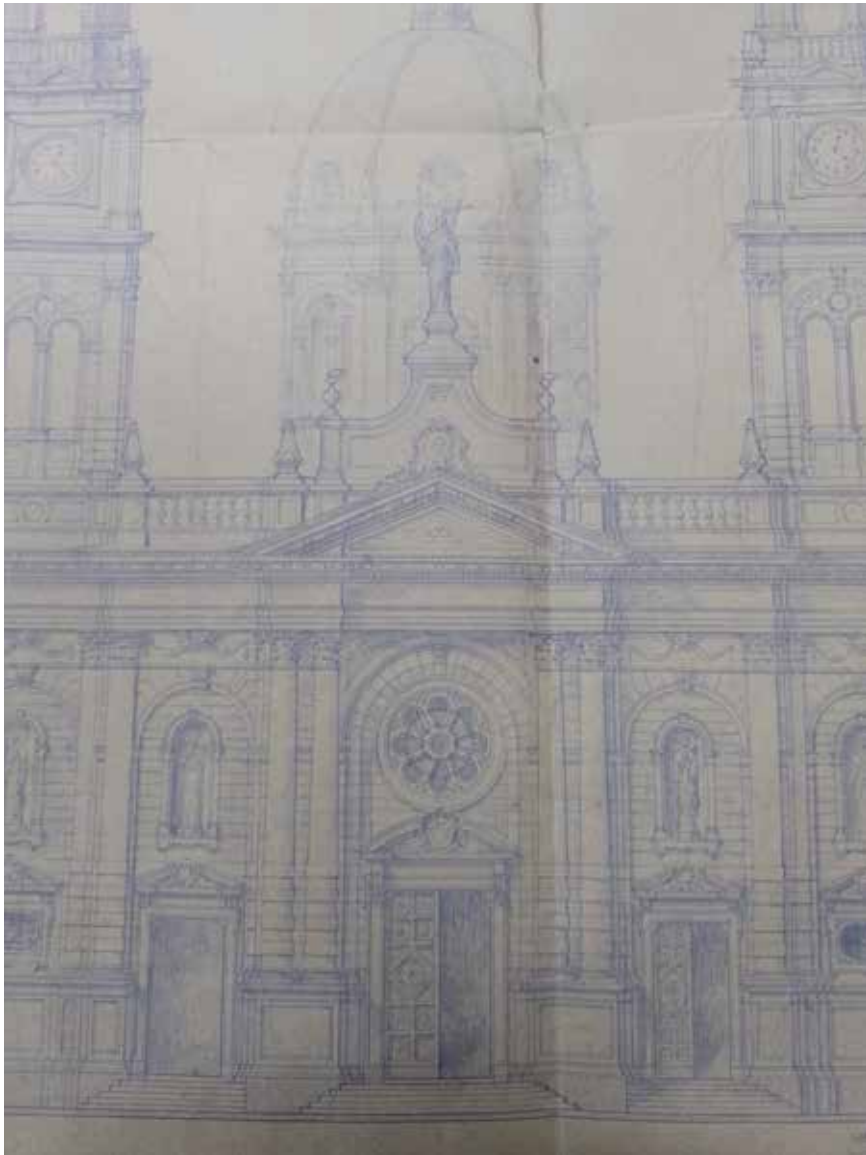


Figura 91 e 92: Cópias heliográficas dos desenhos originais do Giuseppe, onde se percebe um aumento da fachada para comportar o embasamento das duas torres adicionadas.
 Fonte: Arquivo da Cúria.

A fachada apresenta a rosácea principal - elemento de herança dos outros projetos - a platibanda e a balaustrada, a verga das janelas circular - no lugar da retangular na fachada de Krug. George fez o corpo central da fachada, aproveitado por Sacchetti, além das duas torres laterais. Nota-se, também, a rusticação feita na fachada, que consiste em um processo de simulação, como se fosse na própria pedra, para gerar um efeito de textura.

A fachada é seccionada verticalmente em três: o corpo principal, com elementos salientes, marcado por um frontão, a portada e acima desta a rosácea e dois corpos laterais simétricos. Os corpos adjacentes a estes serão o embasamento das duas torres.

Da mesma maneira, no plano horizontal, a fachada apresenta a base principal, o corpo e o coroamento, com o frontão, platibanda e as duas torres propostas.

A edificação das duas torres requereu um estudo próprio, como foi possível observar também na visita ao Arquivo da Cúria, onde estavam disponíveis desenhos e cortes estruturais (Figuras 93 e 94), e no verso dos mesmos estava descrito ser um cálculo grafo-estático da estabilidade das torres da Igreja Matriz do Brás, cuja assinatura era de Ulrico Edler, pertencente à “Sociedade de C. C.” O nome referido “Ulrico Edler Ltda” aparece no verso dos desenhos, sendo mencionado em um jornal de época na seção dos engenheiros em São Paulo, residente provavelmente na Rua Quintino Bocaiúva, segundo documentação do Almanaque.

Além do “macro”, também se deu atenção aos pormenores da paróquia, em especial o detalhamento das portas, os detalhes do altar. Foram encontrados, junto aos desenhos técnicos da edificação, alguns outros referentes a detalhamento e ornamentação do altar (Figuras 95 a 100).

A Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, embora tenha esse nome como registro nos índices dos arquivos da Cúria, popularmente nos dias de hoje é conhecida como a Paróquia Bom Jesus do Brás. Após a intervenção de Sacchetti, não há registros nominais de outros que teriam modificado sua arquitetura, à exceção do que se refere aos artistas, responsáveis pelas imagens, ícones e vitrais. Tais nomes serão vistos posteriormente, mas aqui serve para registrar que a paróquia parece ter sido “completada”. Ao longo dos anos de sua construção e reforma, continuou a funcionar na dinâmica do Brás, e quem passasse por ela a caminho de algum outro lugar, especialmente se a pé, deteria-se com a grande fachada em cor cinza-médio, com as pilastras elevando o olhar do pedestre para o céu, os nichos detendo as imagens de São Pedro, São José, São Brás e São Paulo. No centro da composição da fachada está a entrada principal, de maior escala e apuro formal, arrematada por um frontão, sobre o qual repousa a imagem do Bom Jesus de Matosinhos, padroeiro da paróquia.

Esse é o contraste apresentado pela paróquia do Brás: se o seu exterior é grande, imponente, expansivo, em uma via importante e movimentada de automóveis, comerciantes, homens de negócios, no seu interior, por outro lado, é escuro, estimulante à introspecção, e uma porção de decorações como painéis bíblicos de Carlos Oswald, além dos trabalhos de Arnaldo Mecozzi e Waldemar Cordeiro, que decoram o templo.

Ao fim dos seus escritos a respeito da Igreja do Bom Jesus, Arroyo alega que José Correia de Moraes “deveria estar muito satisfeito de ver a sua obra desafiando os anos”, ao contextualizar atualmente a Igreja, por permanecer no local original desde os seus primórdios.

No entanto, a frase de Arroyo traz à tona uma maneira de pensar a respeito do que vem a ser a autoria de uma obra arquitetônica. Segundo o argumento trazido pela professora Beatriz Bueno, uma obra arquitetônica é uma obra coletiva, onde não se tem um único autor, e se faz durante um tempo longo, em partes.

Em se tratando da Paróquia do Bom Jesus, houve a fase projetual, que definiu a nova arquitetura - da taipa de pilão ao tijolo autoportante com reforço de aço; em seguida, edificada em etapas - o frontispício de uma permanece na seguinte - e posteriormente, ornamentada com Krug, além de por ele reforçada. Por fim, ganha sua imponência com as torres de Sacchetti e a ampliação da construção para criar salas de reuniões na paróquia. Definitivamente, o templo visto hoje é uma obra de muitas mãos, de uma história marcada por construções, demolições, modificações.

E assim permanece a Igreja em sua arquitetura até os anos atuais do século XXI (Figura 101). Sacchetti completou a obra começada há dezenas de anos atrás, e hoje é possível contemplar a igreja “quase” finalizada. Ainda atualmente, ao visitar a paróquia em estudo, é possível ver um ou outro andaime, especialmente se for para um reparo técnico. Mas permanece como resultado de todo um processo, uma obra arquitetônica bicentenária, a marcar a paisagem, escondendo na monumental fachada toda uma historicidade que lhe é própria.

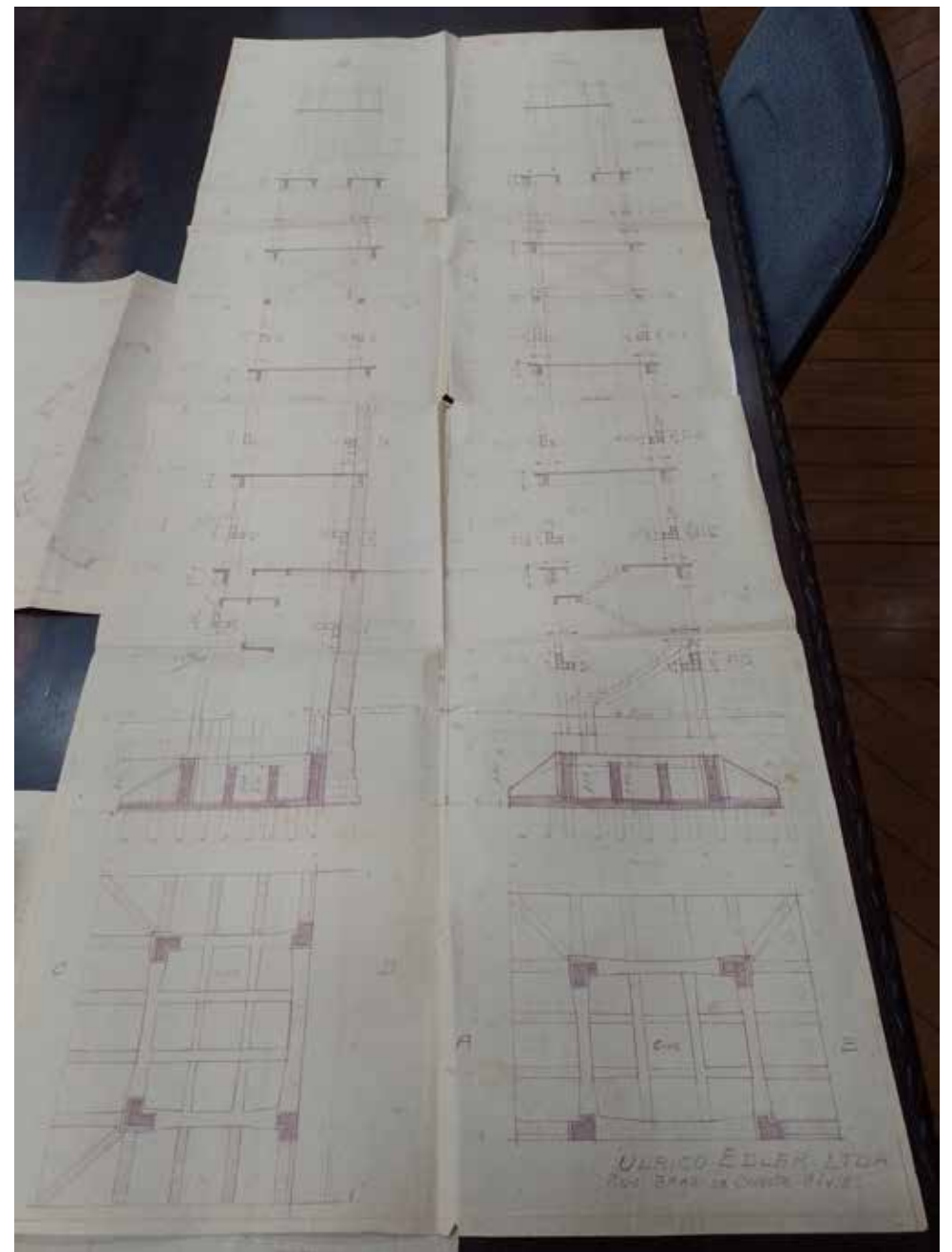
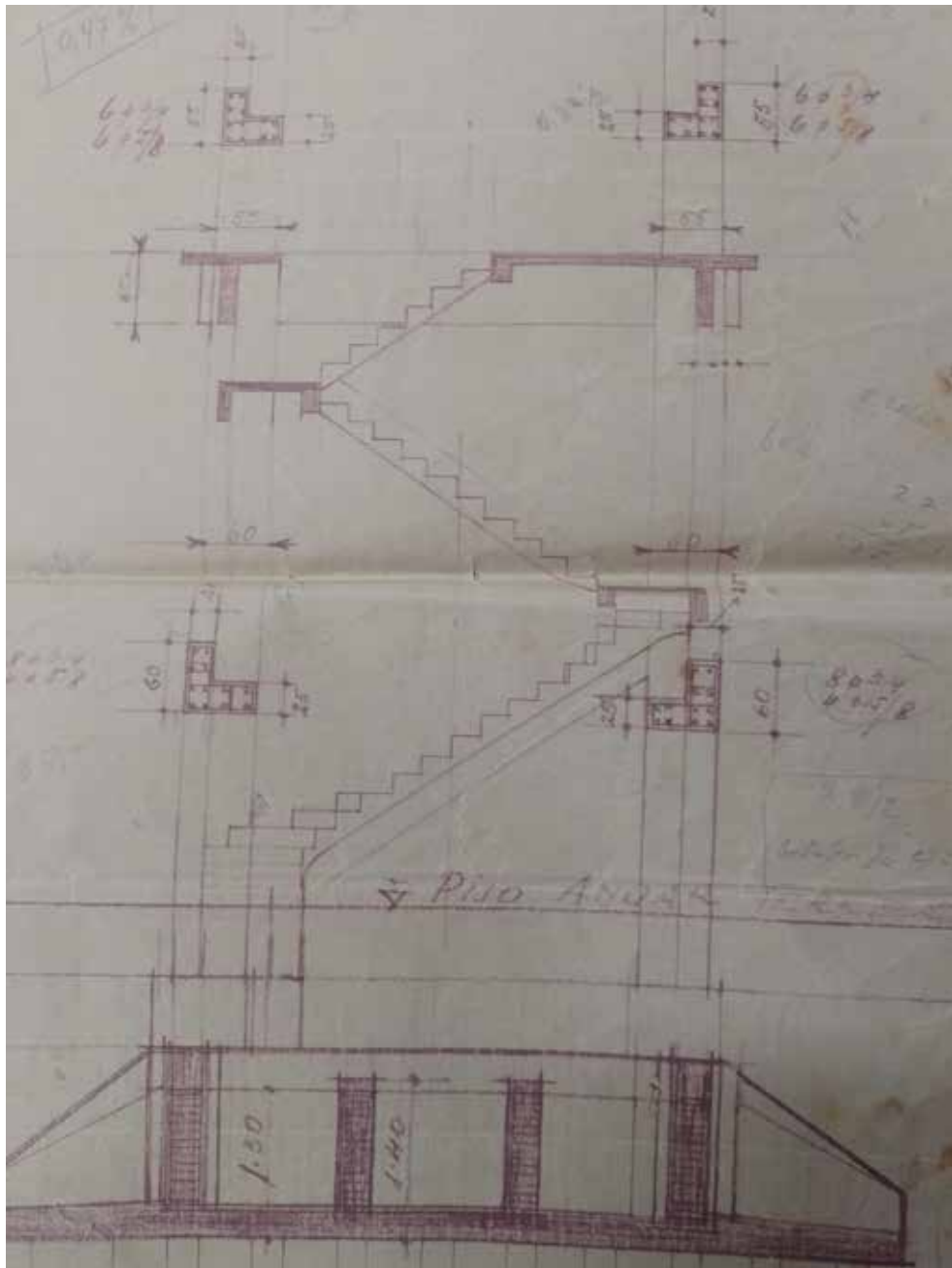


Figura 93 e 94: Cópias heliográficas dos desenhos originais do Ulrico Edler, com o corte estrutural e os cálculos registrados das duas torres adicionadas. Fonte: Arquivo da Cúria.

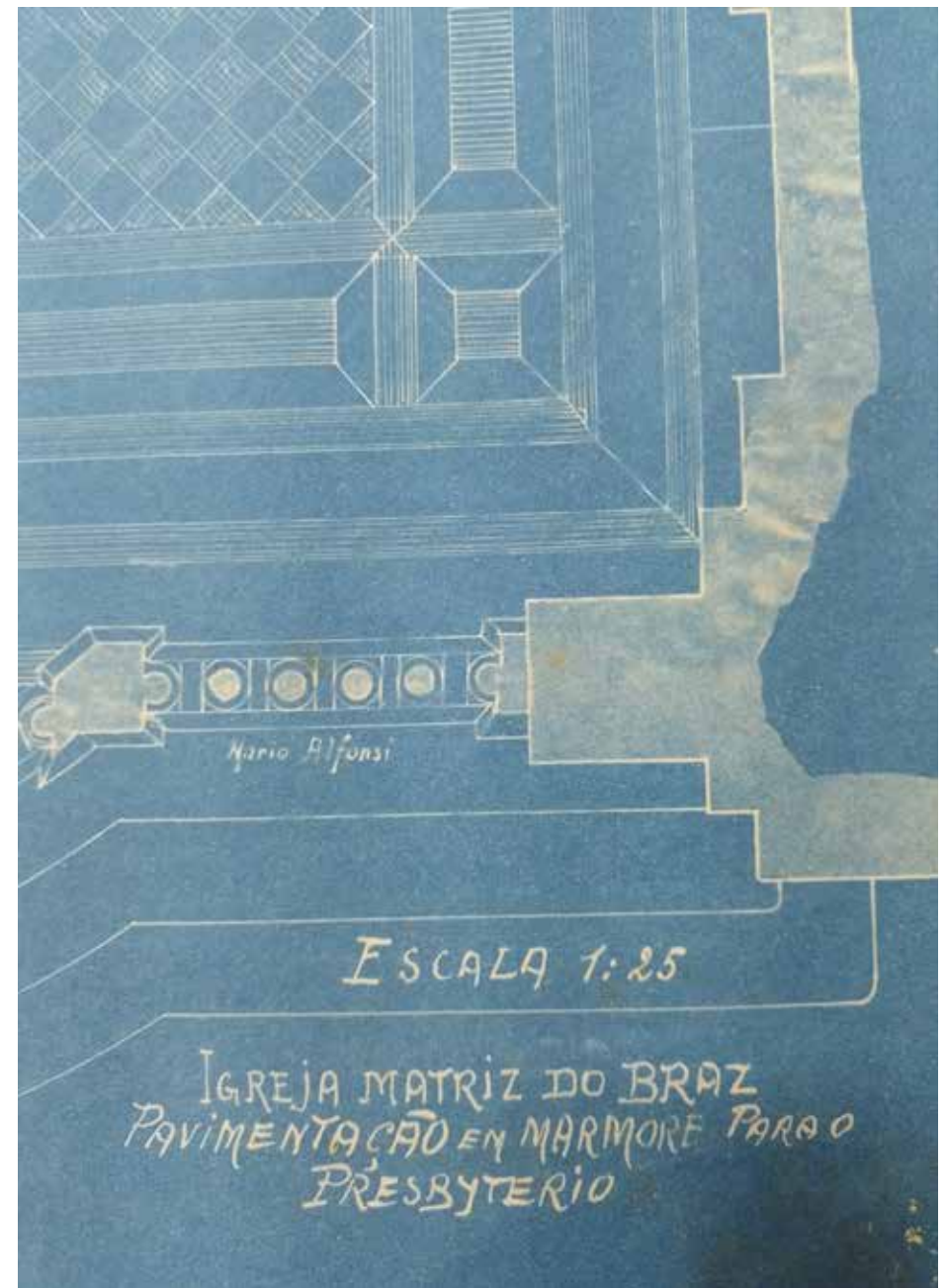


Figura 95 e 96: Cópias heliográficas dos desenhos originais do projeto de marmoraria no presbitério. Fonte: Acervo da Cúria.



Figura 97: Desenho realizado por Giuseppe Sacchetti para detalhamento das portas laterais. Fonte: Acervo da Cúria.

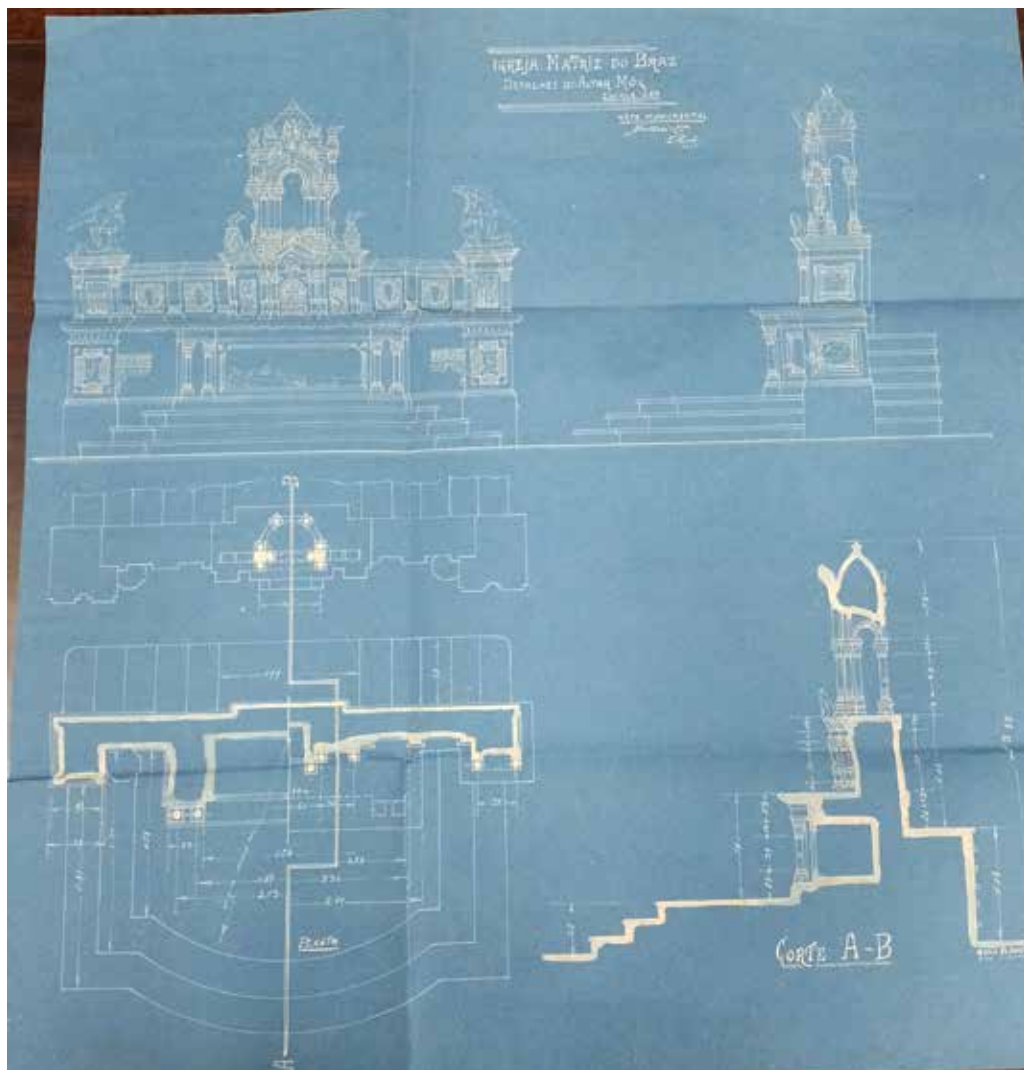


Figura 98: Cópias heliográficas dos desenhos realizados pela marmoraria para o detalhamento do altar-mor. Fonte: Acervo da Cúria.



Figura 99 e 100: Cópias (acima e abaixo) heliográficas dos desenhos realizados pela marmoraria para o detalhamento do altar-mor. Fonte: Acervo da Cúria.

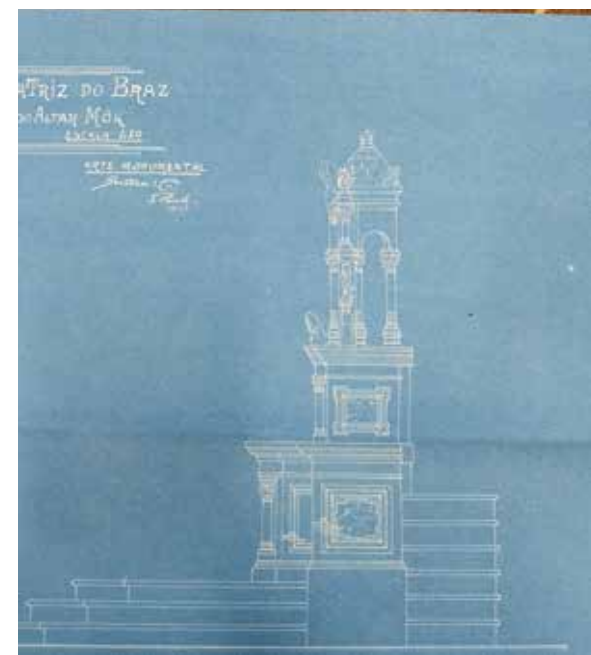




Figura 101: Registro de Alice Barreto, maio de 2021. Retrato do nicho com verga em arco pleno que guarda a imagem de São Pedro. Na foto, é possível observar a rusticação, a ornamentação, e a monumentalidade que a obra resguarda.

2.2. Construída por muitas mãos

A indagação a respeito dos responsáveis diretos pela edificação da Igreja do Bom Jesus nos conduz a uma investigação de todos os nomes relacionados e mencionados nos documentos que estariam relacionados à primeira capela devocional, seguida pela Nova Matriz, e à edificação da atual igreja. Por serem de diferentes contextos e épocas, sabe-se que o conjunto de autores pelo projeto e pela edificação reúne uma porção de nomes, os quais podem vir a ser mais ou menos reconhecidos pelos construtores de cada época.

A documentação patrimonial organizada pelo Departamento do Patrimônio Histórico aponta para quatro nomes: Emílio e Ricardo Ambauer Calcagno, George Krug e Giuseppe Sacchetti. À exceção de Krug, de origem alemã, os demais são de origem italiana, e estão em contextos de atuação muito variados entre si.

A procura dos nomes levou a pesquisa a um importante material, a Série de Obras Particulares, a fim de encontrar algum dos nomes também presentes no Livro de Registro dos Práticos Licenciados. Com o auxílio de Lindener Pareto Neto Jr, em sua tese de mestrado, no qual reúne fichas documentais de inúmeros construtores, de distintas nacionalidades, no período entre 1893 e 1933, foi possível localizar algumas informações específicas dos nomes de cada um.

É possível encontrar, na seção “empreiteiros de obras” registrados entre 1894 e 1904, na mesma Série, o nome dos Irmãos Calcagno, também associados ao título de Práticos Licenciados, denominação que diz respeito à uma classe de construtores populares que não possuíam

diploma como engenheiro e/ou arquiteto, mas que eram reconhecidamente habilitados e competentes para a prática da arquitetura. O nome de Sacchetti, no modo português, José Sacchetti é encontrado nos profissionais registrados pelo CREA, com título de habilitação “Licença de Arquiteto número 03”, natural da Itália e residente em São Paulo.

Essa classe de profissionais não-diplomados tem, por esta condição, menos renome e destaque do que diplomados, por assim dizer. Durante décadas, foi este grupo de profissionais - os construtores licenciados - o principal na produção do espaço urbano na cidade de São Paulo. Foi precisamente a forte e presente atuação destes profissionais nas últimas décadas do século XIX que os fez ser tão importantes para compreender como se deu a prática profissional de arquitetura em São Paulo.

O termo “Práticos Licenciados” deu-se em um âmbito no qual pouco se valorizava a produção realizada pelos construtores “anônimos”, responsáveis pela arquitetura menos “reconhecida”. Poucos eram os nomes dos arquitetos diplomados e dos respectivos escritórios, mas suas obras se tornaram de grande renome. E muitos eram os nomes que foram de fato esquecidos ou apagados da história, dando espaço aos reconhecidos escritórios autorais, especialmente os que detinham um grande número de obras e projetos, e que tinham ainda mais visibilidade na urbe. Os “Práticos” incluíam entre si empreiteiros, mestres de obras e pedreiros habilitados por órgãos públicos como arquitetos. No final do século XIX, com a criação dos cursos de Engenharia no Mackenzie College e na Escola Politécnica, e assim o aumento do número de engenheiros arquitetos recém-formados faz sobressair um discurso mais

teórico e técnico sobre os antigos práticos, ainda mais quando, em 1933, a profissão do arquiteto foi regulamentada.

Ainda, ao abordar a influência e o ofício dos licenciados italianos na produção arquitetônica em São Paulo, no segundo capítulo de sua tese, intitulado “Práticos Licenciados: definições, identificação e perfis de atuação na cidade de São Paulo”, Lindener alega que o modo de trabalho trazido com os imigrantes italianos foi decisivo para o desenvolvimento de uma prática de trabalho que “alterou a maneira de se construir na cidade”, e que seria de igual impacto para a formação do mercado de construção civil. Também a influência seria tal que suscitaria novas discussões a respeito da prática profissional no campo de atuação entre engenheiros e arquitetos.

A importante atuação dos mestres de obras e engenheiros-arquitetos italianos marcou a virada do século XIX para o XX. Fato é que, de acordo com Lindener, entre 1890 e 1910, a Série de Obras Particulares contém uma presença abundante de nomes italianos. Autoras como Anita Salmoni e Emma Debenetti alegam que as ruas dos atuais bairros de Vila Buarque, Bom Retiro, Higienópolis e o Brás, bairros da cidade que estariam em formação neste período, têm um caráter unitário, “monótono” de casas baixas, por terem sido feitas pelas mãos dos italianos.

Evidentemente, por se tratar de uma leva de imigrantes oriundos de distintas regiões da Itália, alguns detiveram-se em um âmbito mais desconhecido enquanto profissionais, enquanto outros alçaram posições de destaque e prestígio, participando do grande circuito de produção arquitetônica paulistana. Sendo a cidade formada pelos monumentos, ruas, grandes praças e principalmente pelas casas comuns, entende-se

mais claramente a importância da atuação dos práticos na produção do espaço urbano no que diz respeito à produção de bairros inteiros residenciais.

Trata-se, portanto, de uma classe de profissionais imigrantes que trazem de suas terras de origem as práticas, costumes, técnicas e conhecimentos, expressão muitas vezes oriunda de uma tradição anterior, aprendida com outros mestres de obra - o próprio pai ou outro indivíduo próximo, e que concorrerá com os modos com que se praticava a produção arquitetônica em São Paulo até o momento. A exemplo da introdução de novos materiais, como a alvenaria de tijolos. São os germânicos, antes dos italianos, os responsáveis por esta introdução, sendo tímida a presença italiana em um primeiro momento, mas quadro esse que mudará radicalmente na passagem do século XIX para o XX.

A documentação observada na Série Obras Particulares, continha inúmeros registros e nomes de mestres-de-obra, construtores, engenheiros-arquitetos, e também acaba por deflagrar outras informações, bem como a transição dos materiais utilizados nas obras, os próprios desenhos (cortes e plantas, elevações de fachada) e os papéis nos quais eram feitos, entre outros aspectos (Figuras 102 a 104). O que nos auxiliará a compreender essa transição de materialidade e prática construtiva aplicada à reedificação da paróquia, somado à experiência dos próprios construtores responsáveis por ela. Complementar a ela, o livro de registro dos Práticos Licenciados deu o nome para muitos desses profissionais envolvidos na construção do bairro.

A história da prática arquitetônica paulistana estava sendo escrita, no contexto da passagem dos séculos, no renome projetual dos

arquitetos mais conhecidos, e no trabalho massivo e mais cotidiano dos não-diplomados, haja visto terem crescido abundantemente no quadro da construção civil, estando os resultados nos bairros residenciais que circundam o centro, como o Bom Retiro e o próprio Brás. Também a Paróquia Bom Jesus do Brás insere-se nesse âmbito, concentrando em si as marcas da temporalidade, seja pela materialidade, técnicas utilizadas, forma projetual, seja por ter sido pensada e construída com a interferência de diplomados e não-diplomados, marcando, portanto, esse momento histórico no circuito de produção arquitetônica em São Paulo.

O estudo de Lindener também traz uma tabela dos construtores italianos registrados entre 1894 e 1950, presentes na documentação da Série de Obras Particulares (Figuras 102 a 104). Separados pela naturalidade, endereço profissional ou residencial e o número de obras realizadas, encontramos os nomes dos irmãos Emílio e Ricardo Ambauer Calcagno, responsáveis pela construção da Nova Matriz da Bom Jesus do Brás, edificada entre 1896 e 1903. De acordo com a Resolução n.º. 20 do CONPRESP, o projeto inicial da nova matriz foi responsável pela dupla de “engenheiros italianos”, e continuada pelo arquiteto George Krug e, posteriormente, por Sacchetti.

De nacionalidades diferentes, tradições arquitetônicas diferentes, os responsáveis pelo projeto e pela construção da Paróquia Bom Jesus do Brás fizeram com que esta tenha em si um caráter aglutinador ao reunir inúmeros aspectos de historicidade e cultura arquitetônica, que podem divergir ou não, e unidos à plasticidade da arquitetura paulistana tornam-se símbolos do patrimônio arquitetônico também pelo seu valor histórico.

PREFEITURA MUNICIPAL DE S. PAULO
SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO — 5.ª SEÇÃO

Registro No. 453-1

Escritório Ar. Briz. Luis Antonio
Residência Ar. Briz. Luis Antonio
Assinatura Ar. Briz. Luis Antonio

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARCHITETURA
CARTEIRA

Carteira No. 795 6.ª REGIÃO
Registro no CREA No. 297
Nome Joli Sacchetti
Nacionalidade Italiana
Naturalidade Cesena. It.
Nascido a 13 de Abril de 1874
Repatrição em que se licenciou Rec. Viacão
Estado S. Paulo
Título de habilitação Lic. de Arquiteto n.º 3

De acordo com o art. 15 do Decreto nº 23.569 a presente servirá de diploma e tem fé publica.

Anotações

ANOTAÇÕES SOBRE MULTAS

PAGAMENTO DE IMPOSTOS (Industrias e Profissões)			
Exibio os recibos referentes aos exercícios de:			
1934	1.º Semestre em	19	Recibo n.º Talão a)
	2.º Semestre em	19	Recibo n.º Talão a)
1935	1.º Semestre em <u>29/3</u>	19	Recibo n.º <u>2330</u> Talão - a)
	2.º Semestre em <u>8/8</u>	19	Recibo n.º <u>2330</u> Talão - a)
1936	1.º Semestre em <u>2/2</u>	19	Recibo n.º Talão a)
	2.º Semestre em	19	Recibo n.º Talão a)
1937	1.º Semestre em	19	Recibo n.º Talão a)
	2.º Semestre em	19	Recibo n.º Talão a)
1938	1.º Semestre em	19	Recibo n.º Talão a)
	2.º Semestre em	19	Recibo n.º Talão a)
1939	1.º Semestre em	19	Recibo n.º Talão a)
	2.º Semestre em	19	Recibo n.º Talão a)

CAMARA MUNICIPAL DE S. PAULO
SECRETARIA DE OBRAS E VIAÇÃO — 5.ª SEÇÃO

Registro No. 453-1

Escritório Ar. Briz. Luis Antonio
Residência Ar. Briz. Luis Antonio
Assinatura Ar. Briz. Luis Antonio

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARCHITETURA
CARTEIRA

Carteira No. 795 6.ª REGIÃO
Registro no CREA No. 297
Nome Joli Sacchetti
Nacionalidade Italiana
Naturalidade Cesena. It.
Nascido a 13 de Abril de 1874
Repatrição em que se licenciou Rec. Viacão
Estado S. Paulo
Título de habilitação Lic. de Arquiteto n.º 3

De acordo com o art. 15 do Decreto nº 23.569 a presente servirá de diploma e tem fé publica.

Anotações

ANOTAÇÕES SOBRE MULTAS

PAGAMENTO DE IMPOSTOS (Industrias e Profissões)			
Exibio os recibos referentes aos exercícios de:			
1934	1.º Semestre em	19	Recibo n.º Talão a)
	2.º Semestre em	19	Recibo n.º Talão a)
1935	1.º Semestre em <u>29/3</u>	19	Recibo n.º <u>2330</u> Talão - a)
	2.º Semestre em <u>8/8</u>	19	Recibo n.º <u>2330</u> Talão - a)
1936	1.º Semestre em <u>2/2</u>	19	Recibo n.º Talão a)
	2.º Semestre em	19	Recibo n.º Talão a)
1937	1.º Semestre em	19	Recibo n.º Talão a)
	2.º Semestre em	19	Recibo n.º Talão a)
1938	1.º Semestre em	19	Recibo n.º Talão a)
	2.º Semestre em	19	Recibo n.º Talão a)
1939	1.º Semestre em	19	Recibo n.º Talão a)
	2.º Semestre em	19	Recibo n.º Talão a)

Figura 102 e 103: Registro de Alice Barreto, data: março de 2022. A partir da documentação disponível no Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, documentação dos conhecidos práticos-licenciados no período da década de 30.

PREFEITURA MUNICIPAL
DIRETORIA DE OBRAS E VIAÇÃO

NOME *José Saccchetti*
Nacionalidade *Italiana*

Em cumprimento do despacho exarado
em *28* de *Março* de 193*5*
no processo No. *29274* de 193*5*,
pelo Sr. Diretor de Obras e Viação, faço
ao lado a averbação da carteira profissional
outorgada pelo Conselho Regional de Enge-
nharia e Arquitetura, da 6.ª Região, em
28 de *Dezembro* de 193*4*, de
acordo com o Decreto Federal No. 23.569
de 14 de Dezembro de 1933, a *José*
Saccchetti

5.ª Secção da Diretoria de Obras e Viação,
em *29* de *Março* de 193*5*
Delagado *Fontes*
escriturário
VISTO

CONSELHO

Carteira No.
Registro no C
Nome *José*
Nacionalidade
Naturalidade
Nascido a
Repatrição
Estado
Título de
De acordo

Figura 104: Registro de Alice Barreto, data: março de 2022. A partir da documentação disponível no Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, documentação dos conhecidos práticos-licenciados no período da década de 30.

Ricardo e Emílio Ambauer Calcagno (Irmãos Calcagno)

Os Irmãos Calcagno foram pioneiros em se auto intitular em “engenheiros-arquitetos” (PARETO JR., 2011). A “autopromoção” para construtor ou arquiteto era comum quando os mestres italianos ganhavam certa credibilidade, e o prestígio e consideração pelo profissional já não se restringia apenas a um grupo que fosse mais conhecido pelas grandes obras. O prestígio dos construtores imigrantes e brasileiros na construção civil era cada vez maior, eram tidos como homens de reconhecida competência, e boa parte das obras arquitetônicas ecléticas produzidas em São Paulo entre 1880 e 1920 foram de suas autorias (PARETO JR., 2011).

Não foi possível obter grande número de informações acerca dos irmãos Calcagno, especialmente sobre outras obras de suas autorias, uma vez que é sabido o fato de terem retornado para a Itália sem completar a obra da Igreja do Brás, deixando para trás apenas os seus desenhos originais para o projeto da nova Matriz. De grande qualificação, os irmãos eram habilidosos na prática construtiva; no entanto, a edificação da nova Matriz iria precisar, posteriormente, de outros conhecimentos técnicos específicos de estrutura para a construção suportar o peso da própria monumentalidade. Não à toa, presenciamos nos desenhos o reforço em aço trazido por Krug, e o auxílio de Ulrico Edler para o cálculo da edificação das torres laterais.

Não sendo possível encontrar informações a respeito da formação dos Irmãos Calcagno, mas a partir do que foi levantado por Lindener, afirma-se que os Irmãos não eram engenheiros diplomados, embora

assim esteja referido em muitos escrito, inclusive na documentação oficial do CONPRESP, mas sim construtores - “práticos licenciados- habilitados para construir, e que detinham credibilidade pelos respectivos trabalhos, também se auto-afirmando engenheiros-arquitetos, o que lhe garantiria ainda mais renome e segurança para assinar projetos e obras.

George Krug

O arquiteto George Krug era formado pela Universidade da Pensilvânia, Estados Unidos. Primeiramente atuante em Campinas e depois em São Paulo, na Empresa Guilherme Krug e Filho estava ligado à Igreja Presbiteriana, além de ter sido professor do curso de Engenharia no Mackenzie College e autor de importantes projetos ligados a comunidade protestante, como por exemplo o Hospital Samaritano (1894) e a residência do Dr. Job Lane (Chácara Lane), entre outras obras residenciais. Foi colaborador do Escritório Ramos de Azevedo entre 1886 e 1907, mesmo sendo atuante da empresa do pai e em 1910 associou-se ao seu colega de escritório Antonio Garcia Moya, transformando a empresa de seu pai em Krug, Moya e Cia. Neste momento, nota-se uma expansão de suas obras, sobretudo no interior do estado. Em 1916, assumiu a direção das obras da Catedral Paulistana, em substituição ao colega Maximilian Hehl, acompanhando este trabalho até sua morte em 1919.

Na obra, Sylvia aponta algumas importantes contribuições de Krug para a arquitetura religiosa em São Paulo, como o Colégio Santo Agostinho, na Vila Mariana, a Igreja de São José do Ipiranga, em Ipameri, e a Igreja de Ventania.

Em sua história familiar, interessa-nos ressaltar a importância da figura paterna, Guilherme Krug, posto que esse veio de uma tradição de ofícios mecânicos, exercendo profissionalmente o cargo de marceneiro, e atuou como “construtor” até o ano de 1907, ano que viria a falecer. Ainda assim, conseguiu ver o filho diplomar-se arquiteto pelo Institute Of Fine Arts, na Pensilvânia.

A empresa na qual trabalhou com seu pai, a “Guilherme Krug e Filho”, foi constituída ao fim da década de 1880. Assim como ocorreram com outras famílias, aos poucos as gerações dos construtores de uma mesma linhagem foram se adaptando à institucionalização da profissão. É exatamente o que se vê na família Krug.

Giuseppe Sacchetti

Sobre o italiano Giuseppe Sacchetti, importante arquiteto e professor, atuou no interior e na capital do estado de São Paulo e em Niterói, cidade onde faleceu em 1955 (PARETO JR., 2016). Segundo os registros da Pós-Graduação da FAU-USP, sua cidade de origem e formação são desconhecidas, sabendo apenas que sua nacionalidade é italiana. Porém, de acordo com o acervo da Hospedaria dos Imigrantes, sabemos que imigrou para o Brasil em 1889, fixando residência na capital de São Paulo ao fim da década de 1910. Aqui, segundo o Registro do CAU, realizou obras particulares e teve participação em concursos de obras públicas, como o conhecido “Castelinho”, na Rua Brigadeiro Luís Antônio. Permaneceu uma década na capital, até retornar para a cidade de Gênova durante um ano, e retorna ao Brasil para afixar-se em Niterói.

Durante a pesquisa do seu nome, foram encontrados alguns documentos que o relacionavam a Samuel das Neves (NASCIMENTO, 2018), atuando como possível colaborador de seus projetos. Contribuiu com os projetos arquitetônicos no escritório de Samuel e também fora, em exposições de caráter nacional e internacional, sendo um dos responsáveis pela construção de monumentos, como o “Monumento a Verdi”, no Anhangabaú. Ainda, recebeu uma nomeação para diretoria do Circolo Italiano (1920) e torna-se membro da Academia de Bellas Artes de Gênova.

Dentre os projetos pelos quais ficou responsável e pelos que ganhou notoriedade pelo seu trabalho, encontram-se salas de cinema, teatros, palacetes, residências operárias, mas a tipologia pela qual ficou mais conhecido foi o das igrejas.

Em seu obituário (Figura 105) é mencionado e homenageado como o “inesquecível mestre da arquitetura religiosa”. Além de sua importante intervenção na Bom Jesus do Brás, também participou do projeto de reforma de outras igrejas, como a Catedral de Santo Antônio, matriz de Guaratinguetá, além da capela votiva no Cemitério do Araçá, em São Paulo, em memória dos soldados italianos e da Igreja de Nossa Senhora Achiropita, na Bela Vista.

Em suma, o estudo dos construtores e arquitetos, sejam diplomados ou não, se colocados lado a lado em vistas da atual construção da Igreja do Brás, pouco se diferenciam quanto à formação. No resultado final da obra, a classificação ou o termo “práticos-licenciados”, termo criado posteriormente apenas com a finalidade da diferenciação, pode implicar na complexidade dos projetos apresentados, mas ao olhar o resultado da obra, vê-se que cada construtor deixou a base fundamentada para ser continuada pelo que viria posteriormente.

A valorização de cada um dos nomes responsáveis pelos projetos acaba por valorizar não os grandes nomes da construção civil, os projetistas de maior renome, mas homens menos conhecidos, com igual ou até mesmo superiores em talento e conhecimento, responsáveis pela edificação de inúmeras construções, aqui apontada pela Igreja do Brás, mas também reconhecidamente responsáveis pela edificação de casas, vilas, bairros. Assim faz a história, ao ressaltar nomes que foram apagados no tempo, e elevá-los às camadas mais recentes para demonstrar a sua significância.

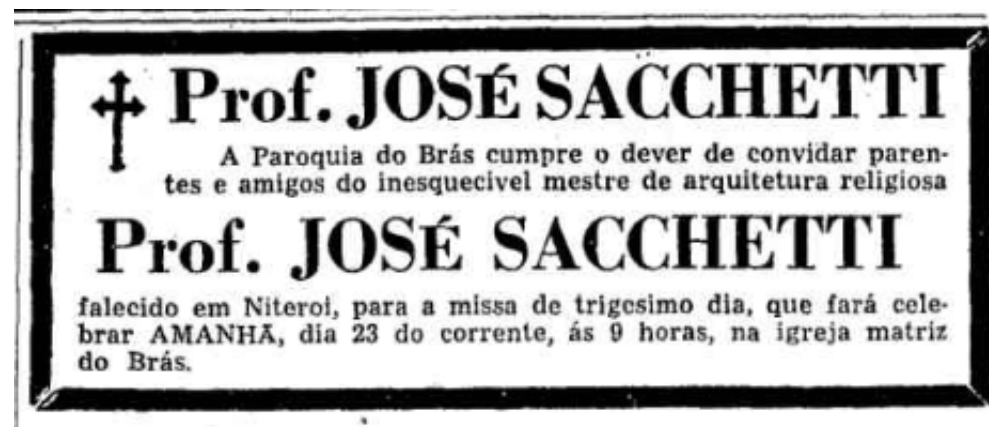


Figura 105: Trecho extraído da página do jornal “O Estado de S. Paulo”, acervo digital, na página 15, edição de 22 de julho de 1955. A Igreja matriz do Brás fez questão de lhe homenagear em sua morte, celebrando uma missa. Acervo do Estado de S. Paulo. Disponível em <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19550722-24604-nac-0015-999-15-not>>

2.3. O edifício da Igreja - o projeto arquitetônico

2.3.1. Acervo artístico - esculturas, afrescos e o patrimônio arquitetônico

A Igreja do Brás possui composição clássica, com características ecléticas (CAMPOS, 2008). Sua fachada, de grande monumentalidade, se destaca na paisagem urbana do Bairro, apesar das grandes edificações ao lado. De planta em forma de cruz latina, possui três naves, uma central e duas laterais, estas compostas por vários altares laterais dedicados aos santos de devoção local. Nos fundos da igreja estão a sacristia e demais áreas de apoio. O estudo da implantação da Igreja Bom Jesus do Brás nos mapas históricos e fotos antigas, permite-nos dizer que este templo sempre contou com edificações vizinhas, desde os remotos tempos da antiga igreja.

No Mapa da Cia Cantareira de Esgotos de 1881, nota-se que existe uma edificação na esquina com a Travessa do Brás (atual Rua Jairo Góes) e vários lotes até a atual Rua Monsenhor Andrade. É possível que o novo templo tenha sido construído nesta lacuna e a demolição da antiga capela justifique o breve vazio no lote vizinho à igreja, como mostram as fotos antigas.

Para a melhor compreensão e análise da parte artística e escultural presente na Igreja do Brás, recorreu-se principalmente ao minucioso arquivo do processo de tombamento da paróquia, iniciado em 2002, o qual reuniu, entre outros documentos, um levantamento detalhado das imagens, ícones, pinturas, autores e artistas de cada um, época em que realizaram suas obras, a fim de posteriormente utilizar o mesmo

levantamento para dar ênfase e justificativa ao tombamento em si. Estes e demais detalhes do processo serão aprofundados no capítulo seguinte.

Internamente, o templo é ricamente ornamentado. Pinturas, murais e decorativas de grande qualidade, ainda que em precário estado de conservação, podem ser ainda observadas em todas as paredes, altares, colunas e teto. Aparecem, ainda que em um estado por vezes descascado ou desgastado, enfeitando a construção. Da mesma forma, o piso em ladrilho hidráulico é igualmente decorado, bem como as colunas e arcos internos contam com revestimento em escaiola de grande qualidade. Ao entrar na Igreja, depara-se com um ambiente escuro, iluminado somente pelos lustres espalhados nos pilares da nave central, e durante o dia, pela luz através dos vitrais. O indivíduo que a visita pela primeira vez, depara-se com uma nave comprida a sua frente, um altar profundamente ornamentado ao fundo e com a imagem do Bom Jesus de Matosinhos no centro de sua visão. E seguindo as pilastras e os pilares, detém-se nas pinturas e escritos das abóbadas e da cúpula central, por onde entra boa parte da iluminação. (Figuras 106 a 109)

A respeito das imagens, a igreja possui a planta em cruz latina, de modo que abarca dois altares dedicados a Nossa Senhora e São José no transepto, uma capela do Santíssimo Sacramento ao lado esquerdo do altar principal e a sacristia na lateral direita. Existem ainda dez outros altares laterais, localizados em absides laterais à nave central. São eles dedicados aos seguintes santos:

Lado da Epístola (direito)

1. Altar de N. Sra do Carmo, São Tarcísio e Sta. Edwiges
2. Altar de São Vicente, São Judas e São Geraldo

3. Altar de Santo Antônio.

4. Altar de Nossa Senhora das Dores, Cristo Crucificado e São João evangelista

5. Altar de São João Batista - com batistério

Lado do Evangelho (esquerdo)

6. Capela de Santa Rita

7. Altar de Nossa Senhora de Fátima

8. Altar de Nossa Senhora Aparecida

9. Altar de Santa Maria Goretti e São Benedito.

10. Altar de São Brás, São Sebastião e Santo Expedito

Os altares laterais possuem sempre a mesma configuração, com planta com chanfros e cobertas por cúpula. Cada uma delas conta com um conjunto de cinco vitrais, um em cada parede, sempre com temas decorativos ou retratando a vida dos santos. As cúpulas são ornamentadas com pinturas murais artísticas e decorativas. Apenas três altares destoam desta configuração, o de Nossa Senhora de Fátima, que cria um ambiente de gruta e os altares dedicados a Santa Rita e São João Batista. As pinturas murais da Igreja de Bom Jesus do Brás são atribuídas aos pintores Arnaldo Mecozi, Carlos Oswald e algumas mais recentes a Waldemar Cordeiro.

Arnaldo Mecozi (1876-1932), pintor italiano formado na Escola de Belas Artes de São Paulo, ao lado do filho, o também pintor Vicente Mecozi, foi autor de importantes pinturas murais e decorativas de várias igrejas em São Paulo e no interior. Além das citadas na Igreja do

Brás, foram também autores dos altares laterais da Igreja da Consolação e no Santuário do Sagrado Coração de Maria em Higienópolis, além da catedral de Jundiáí.

Os trabalhos realizados por Mecozzi foram realizados entre 1921 e 1923 e são os mais presentes na igreja. Sua assinatura se encontra nas pinturas dos altares de Nossa Senhora e no de São José e nas pinturas dos forros. É provável que também tenham executado as pinturas dos demais altares, ou que estas tenham sido realizadas sob sua orientação, mas neles não há nenhuma assinatura que comprove. Ademais, segundo o relato feito pelo CONPRESP, o péssimo estado de conservação destas pinturas e as algumas intervenções posteriores dificultam a leitura completa da obra. Devemos salientar, no entanto, a grande qualidade destas pinturas.

O altar dedicado a Nossa Senhora é composto por um conjunto de seis pinturas murais dispostas simetricamente: duas delas ladeando a escultura da santa, duas outras nas paredes laterais, uma localizada no arco sobre o altar e uma pintura no forro. Neste altar, ainda, existe um vitral em arco sobre a imagem da Virgem e todos os demais elementos arquitetônicos são ricamente ornamentados com pinturas e as colunas decoradas com escaiola de qualidade.

No lado oposto, está o altar dedicado a São José. Também com pinturas murais artísticas de Mecozzi, porém assinadas em 1923, é igualmente formado por um conjunto de seis pinturas murais, seguindo a mesma disposição do altar de Nossa Senhora. Estas pinturas encontram-se em melhor estado de conservação, segundo o relato feito para o processo de tombamento, exceto a pintura localizada sobre o altar.

As pinturas destes dois altares parecem não ter sofrido intervenções posteriores. As pinturas dos forros da nave central são também de autoria de Arnaldo Mecozzi e são compostas por quatro quadros principais retratando temas bíblicos.

O artista plástico italiano Carlos Oswald (1882-1971) era pintor, gravurista, vitralista, desenhista e decorador. Estudou em Florença e viajou para o Brasil e fixou residência no Rio de Janeiro inicialmente em 1906, retornando à Europa em 1910 e novamente para o Brasil em 1913, onde residiu até sua morte em 1971. É considerado o introdutor da gravura no Brasil, sendo um dos gravuristas nacionais de maior relevância. Uma das suas principais obras é, no entanto, o desenho do Monumento ao Cristo Redentor, executada pelo escultor Paul Landowski (1875 - 1961) e instalada no Morro do Corcovado, Rio de Janeiro, em 1931. Entre 1915 e 1946 - Decorou o Palácio de São Joaquim, a Câmara dos Vereadores, a igreja de Santa Teresinha, todos no Rio de Janeiro, e o Panteão dos Imperadores da Catedral de Petrópolis. O tema religioso é uma constante em sua obra.

Na igreja de Bom Jesus do Brás, esse artista foi responsável pelas pinturas do altar principal, doadas para a igreja pelo Conde de Lara, conforme placa afixada neste altar. Tais pinturas, no entanto, apesar de serem possuidoras de grande valor artístico, passaram por intervenções bastante amadoras e encontram-se bastante descaracterizadas. O conjunto é formado por seis grandes pinturas murais localizadas simetricamente no fundo, nas paredes laterais deste altar e pela pintura do forro. A exemplo de toda a igreja, este altar também possui trechos revestidos em escaiola de alta qualidade.

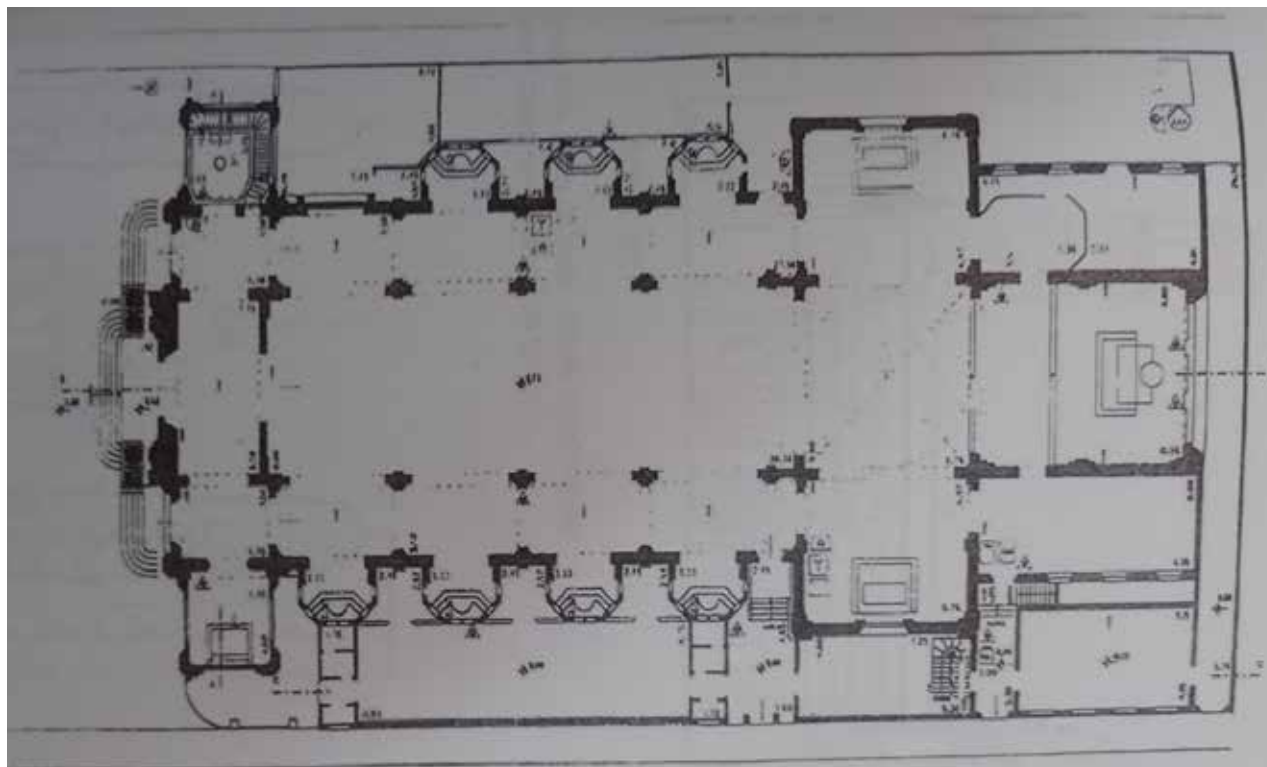


Figura 106 e 107: Desenhos técnicos retirados do processo de tombamento, os quais configuram as plantas e os cortes mais atualizados da edificação. Fonte: DPH.



Figura 108 e 109: Desenhos técnicos retirados do processo de tombamento, os quais configuram as plantas e os cortes mais atualizados da edificação. Fonte: DPH.

Waldemar Cordeiro (1925-1973) também era italiano, porém filho de brasileiro. Transferiu-se para o Brasil em 1946 e se naturalizou brasileiro aos 21 anos. Cordeiro é principalmente conhecido por sua participação no grupo dos artistas concretistas e como crítico de arte. Em 1947, ao lado do pintor Bassano Vacarini (1914-2002), pintou os murais do altar de Santa Rita na Igreja do Brás. Tais pinturas, localizadas logo à entrada da Igreja, encontram-se bastante escurecidas e de difícil leitura, mas é possível identificar a assinatura do artista. O conjunto é formado por três quadros, um em cada parede do altar; o forro recebeu pintura mural decorativa artística, provavelmente realizadas pelo mesmo autor.

Do macro ao pormenor

Dada a deflagração de todo o processo e história de construção da paróquia Bom Jesus do Brás, utilizou-se de início a escala urbana do bairro, aproximou-se para o Largo, posteriormente para o lote, e agora praticamente se adentrou o interior do templo religioso. Esse percurso não se faz anonimamente: diversos nomes vão saltando à medida em que se aprofunda o olhar sobre a paróquia, e com eles, cada um deixa sua importante contribuição para a obra atual. O ofício do arquiteto ou construtor foi até o detalhamento do que é o âmbito da arquitetura, mas o ofício do artista entrou a fim de completar e complementar o que já havia sido feito.

É possível, pois, compreender a quantidade de agentes envolvidos em uma obra arquitetônica como a Igreja do Brás, que resguarda a importância do ornamento nos elementos de fachada, e toda a materialidade externa e aparente se reveste no interno, com as intervenções artísticas das pinturas, esculturas, vitrais.

Dessa maneira, vemos que a dimensão de uma obra vai muito além da construção em si, dos ornamentos e das pinturas, mas no que ali irá ocorrer, no sentido que a paróquia terá para os seus paroquianos, ou para os indivíduos que apenas vagueavam por ali diariamente. A vida presente, as festas litúrgicas, o rito da missa, a rotina do sino que toca ao meio dia e às seis horas, anunciando o Angelus. A paróquia torna-se um elemento vivo, importante, marcando não apenas a paisagem urbana, mas as rotinas, os sentidos. Afinal, a construção de porte monumental não escapa à vista de ninguém, quanto mais o ressoar dos sinos aos

ouvidos dos que perto dali trabalham, nem o “microclima” que há no seu interior para quem resolve adentrá-la, em um dia de sol forte.

Para os pagãos e para os católicos, a paróquia torna-se algo essencial para a paisagem, sem a qual esta não poderia ser completa se não estivesse presente. Essa é, pois, uma das contribuições mais importantes e veladas: uma construção que não diz respeito somente a uma técnica construtiva, a uma intenção projetual, a um movimento ou estilo arquitetônico, mas toda uma cadeia de ideias e pensamentos que acompanharam as mudanças urbanas, o aumento populacional, trazendo consigo as marcas de um tempo longínquo com duração de dois séculos.

2.3.2. O patrimônio religioso - devoção ao Bom Jesus de Matosinhos (origem, propagação, ícones)

Grande parte da curiosidade inicial que levou à decisão de escrever sobre a paróquia do Brás tem como objeto a devoção particular de um indivíduo - aqui mencionando o José Brás, ainda que não se saiba com exatidão quem foi o sujeito, que o fez erguer um altar devocional, e que se assemelha a um oratório. Na época do ocorrido, no século XVIII, sendo a região do Brás ainda muito de passagem, é possível imaginar que ali na imagem deveriam reunir-se alguns fiéis, de tempos em tempos e, ao olhar a imagem, fazer-lhe preces e súplicas.

Não se sabe a quantidade efetiva de quantos moravam na região do Brás, ou quantos por ali passavam diariamente, mas este é o começo de uma devoção popular, cuja origem é portuguesa. “Matosinhos” foi uma povoação marítima milenar no Norte de Portugal, e o nome da imagem “Bom Jesus de Matosinhos” está ligado a uma lenda do século II, segundo a qual foi encontrada em um sítio luso uma imagem de Cristo crucificado, coberto de espessa vegetação marinha, com o braço esquerdo ausente. Tal imagem foi recolhida, e em breve o membro ausente também é encontrado pelo mar. Uma vez recolhida pela população portuguesa, a mesma imagem teria sido posta em uma capelinha para devoção pública. (FALCÃO, 1960)

Uma outra lenda diz respeito à produção da imagem original, que teria sido encontrada em Matosinhos: o artífice Nicodemos, um fariseu converso que dedicou-se, durante um retiro, a esculpir imagens

de Jesus Cristo na sua agonia, chegando a fabricar quatro réplicas da imagem encontrada. O destino de cada uma tem seus pormenores: uma delas teria sido jogada ao mar, para poupá-la de profanações por parte dos perseguidores, e chegaria ao Atlântico, dando à costa na praia de Matosinhos.

Entretanto, não há qualquer comprovação que averigue a verossimilhança de ambas as lendas, o autor Edgard Falcão apenas as traz para povoar a imaginação do que teria sido a origem de tal devoção. Nos seus escritos, entretanto, através de estudos etnográficos, discorre que a devoção ao Senhor de Matosinhos propagou-se amplamente no Brasil, ao longo do século XVIII, trazida pelos portugueses. Um dos exemplos mais conhecidos está em Minas Gerais, na cidade de Congonhas do Campo, em uma época em que diversos portugueses e imigrantes se instalaram nas cidades cuja extração de ouro encontrava-se ativa. Nesse santuário, hoje conhecido como a Basílica Menor, povoada e enriquecida pelo trabalho de Aleijadinho, mas que também já foi uma capela menor, há duas imagens do Senhor Bom Jesus, estando expostas para veneração dos fiéis no altar-mor.

De qualquer modo, tendo como desconhecida a origem da imagem que se encontra na Bom Jesus do Brás, atualmente, sabe-se apenas que a mesma segue sendo cultuada naquela região da cidade de São Paulo desde o século XVIII, e perdura até os dias de hoje. A tradição manteve o orago, mesmo com as modificações na paróquia; manteve o nome do “Brás”, ainda que incerta a sua origem, e hoje conta com São Brás como padroeiro da paróquia; por fim, a tradição manteve um ato devocional que reúne determinado número de pessoas, e este número

foi crescendo ao longo do tempo, não à toa uma construção do tamanho da paróquia não se faz apenas para provar uma monumentalidade na paisagem, mas também para abrigar um maior número de fiéis.

Portanto, o que se vê com a imagem do Bom Jesus de Matosinhos (Figura 110) é a beleza de uma devoção particular, a partir de um indivíduo, o qual, em comunhão com outros fiéis fez de um espaço imaterial um lugar de oração, criando-se ali uma cultura local, para dar lugar a uma construção formal, que oficializa e reforça essa devoção. E seguidamente são feitas reformas, também reafirmando a permanência da fé popular. Até hoje realizam-se festas locais, especialmente relacionadas à culinária italiana, herança forte e presente, além de celebrações e procissões.



Figura 110: Registro de Alice Barreto, julho de 2021. Imagem de devoção do Bom Jesus de Matosinhos, localizada no altar-mor da Igreja do Brás.

ANÁLISE DO ATUAL PROCESSO DE TOMBAMENTO

3.1. Análise do pedido de tombamento pelo CONPRESP

Introdução

A mesma inquietação, curiosidade e surpresa que suscitaram a motivação inicial deste trabalho, a fim de compreender a história e os agentes envolvidos na construção da Igreja do Bom Jesus, também suscitaram reflexões e inquietações a respeito do estado de conservação e preservação da paróquia: se era considerado um bem tombado - caso positivo, em qual instância isto teria ocorrido? - E se havia um processo que estivesse atualmente acompanhando um restauro. Em seguida, foi possível encontrar a resolução do CONPRESP averiguando o tombamento da Igreja e os lotes adjacentes ao Largo do Brás. Quem seriam, portanto, os interessados na preservação do patrimônio e quais as suas justificativas para solicitação do processo? O que estaria sendo considerado?

Este é, portanto, o fim que levou à escrita deste terceiro capítulo, visto como complementar e fundamental à discussão ocorrida até o presente momento. Após uma análise em escala urbana e a nível do lote, compreendendo a dimensão temporal em que se deram, simultaneamente, o desenvolvimento da construção da paróquia e do bairro no qual está inserido, faz-se necessário compreender de que modo tal construção tem subsistido até os dias de hoje. É possível pensar que a obra arquitetônica nunca esteve “acabada”, pois sempre exige a sua manutenção. E, por se tratar de uma obra finalizada no século XX,

necessariamente tem o fator do tempo e das intempéries como contrárias à sua conservação.

A saber a história de construção da paróquia, seus agentes envolvidos - sejam os construtores, arquitetos, engenheiros, artistas, financiadores, paroquianos, nota-se, nos dias atuais, uma constante manutenção, especialmente na parte interna, no que diz respeito às pinturas. Um olhar externo ainda verá a fachada edificada parcialmente em bom estado de conservação, carregando consigo apenas as marcas naturais do desgaste, mas também carrega, em outras partes, o “desgaste antrópico”, fruto das marcas próprias da cultura urbana paulistana, como a pichação.

Para o acesso à documentação a respeito do processo de tombamento, foi preciso consultar a instância na qual o processo estaria ocorrendo, se a nível estadual, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico (CONDEPHAAT), órgão criado na década de 1960, ou municipal, pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), criado na década de 1980 do mesmo século. Após breve consulta digital, encontrou-se a resolução nº 26 (2014), a qual consiste em um termo de formalização do processo de tombamento e a descrição sintética dos detalhes e itens considerados.

Sabendo a instância e o número de resolução do processo, recorreu-se ao acervo do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH-SP), no centro da cidade, e se realizou uma consulta agendada ao arquivo que continha toda a descrição do processo e os documentos relacionados. Todo o processo consistia em um arquivo de quase duzentas páginas, reunindo todas as informações necessárias, atas de reuniões, tabelas, relatórios, imagens, para validação do processo.

O processo de tombamento: andamento, etapas e conclusão

1998

Em ordem cronológica, dentre os arquivos iniciais relacionados ao processo em si, consta o termo de posse do sacerdote Enivaldo Santos do Vale como pároco da Paróquia Bom Jesus do Brás, assinado pela Cúria Metropolitana no dia 12 de fevereiro de 1998, para assumir o cargo no período de 6 anos. O bispo auxiliar e Vigário geral da Arquidiocese de São Paulo era Dom Antônio Gaspar. Como Presidente da Sociedade Amigos Bom Jesus do Brás, o padre Enivaldo será um importante nome relacionado à solicitação do processo de tombamento, e o acompanhará de perto ao longo do andamento. A Sociedade Amigos Bom Jesus do Brás teve fundação em 1999 e deixou de exercer atividades no ano de 2018. Nestes 19 anos de atuação, foram responsáveis pela solicitação de abertura do processo de tombamento, responsáveis, portanto, em manifestar formalmente a intenção de solicitar o tombamento perante o CONPRESP.

2001

Em seguida, no arquivo consta uma Ata de Assembléia Geral realizada no dia 17 de maio do ano de 2001, a respeito de uma Assembléia Geral Extraordinária realizada pelos membros da Sociedade Amigos da Paróquia Bom Jesus do Brás, que era localizada na Rua Monsenhor Andrade, 77. Estavam presentes, entre eles, o Presidente da Comissão Organizadora, o padre Enivaldo Santos do Vale. No que diz respeito ao tombamento nesta referida reunião, no segundo item dos três que foram discutidos no dia, cuja pauta deste item foi nomeada como “Outros assuntos de interesse geral”, o Padre Enivaldo teceu comentários sobre

contatos que estariam em andamento com os empresários e comerciantes locais no restauro e preservação do patrimônio imobiliário e artístico da Paróquia Bom Jesus do Brás. O documento foi assinado pelo Presidente Pe. Enivaldo Santos do Vale e o Secretário Aylton Bekes Cezar.

Neste momento há, portanto, as primeiras trocas e interações para que se desse início ao processo de patrimonialização. Havia a intenção do sacerdote, vigário atuante da paróquia na época, de restaurar e preservar o patrimônio da Paróquia - imobiliário e artístico. E o interesse, pela outra parte, de empresários e comerciantes locais do Brás para subsidiar este processo.

2002

No dia 09 de setembro de 2002, o padre Enivaldo Santos do Vale escreveu à arquiteta Leila Diegoli, Presidente do CONPRESP, uma solicitação formal (página 20) na qual, em nome da Sociedade Amigos da Paróquia do Bom Jesus do Brás, estaria solicitando por parte do CONPRESP o tombamento da Igreja do Bom Jesus do Brás, *“em face do seu valor cultural e de sua presença como referência urbana significativa para a formação do bairro, conforme documentação de instrução anexa à solicitação, conquistando assim o reconhecimento e a proteção institucional que tal valor, ao nosso ver a ao ver de nossa comunidade merece.”*

A presente documentação, citada no texto como em anexa à solicitação, tem como nome *“Elementos justificativos para o Tombamento da Igreja do ‘Senhor Bom Jesus do Brás’”*. Em sequência, o documento traz um texto introdutório de justificção, descrevendo um breve histórico da Igreja e do bairro, as suas características gerais, o estado atual e as conclusões geradas.

O texto referencia, no decorrer da escrita, uma série de fotos, na sua maioria atuais, retratando aspectos específicos da arquitetura externa, dos elementos internos, de aproximações em detalhes artísticos - pinturas, vitrais, além de retratar aspectos danificados que se encontram na edificação, contando 37 registros.

A fim de compreender os motivos e os argumentos levantados para justificar o processo de tombamento por parte do solicitante, foram coletados alguns trechos do excerto elaborado para análise. As alegações, estudos e informações foram fruto de um estudo minucioso que tinha como intenção instruir o processo, elucidar questões e ressaltar a importância de aspectos artísticos e arquitetônicos que poderiam passar despercebidos e fundamentar o argumento da solicitação.

A Justificativa do processo

O início do texto começa por alegar que “*a história do bairro do Brás, se identifica com os primórdios da Igreja da Paróquia do Senhor Bom Jesus*”. O argumento será construído, em sequência, com base na identificação do início da Igreja com todo o desenvolvimento da história do bairro, como se a edificação da paróquia estivesse intrinsecamente ligada ao início da história do seu contexto. Tal pensamento conduz à ideia de que, ao “apagar” ou esquecer a história da edificação da igreja, também estaria se apagando e esquecendo uma parte fundamental da história do Brás.

Em seguida, ressalta a posição relevante no qual a região do Brás se encontrava, posto que, como entrada da cidade para quem chegasse do Rio de Janeiro, necessariamente o público vindo desta cidade ou da região da Penha passaria pelo aglomerado de casas formado em torno da

Igreja. Alguns viajantes foram mencionados, como E. Valim Pereira de Souza (1886-1891) e Zaluar (1826-1882), os quais teriam descrito a região de modo que “*para Leste, a cidade insignificante era. Quem, da encantadora esplanada do Carmo, descesse a íngreme e mal calçada ladeira, transpunha imediatamente o Tamanduateí em colonial ponte e, por estreito aterrado, sobre os igapós existentes no vargado, iria ter à modesta capela do Senhor Bom Jesus de Matosinhos...*”

Também inclui a importância da contribuição dos paroquianos para o erguimento da construção mais atual da Igreja, sendo muitos destes de origem italiana, e a contratação de “*bons arquitetos e artistas para a ereção do novo templo, em terreno atrás da antiga capela de José Brás*”. Após a menção aos projetistas, caracteriza aspectos arquitetônicos da Igreja, alegando “*fortes características italianas*”, como a planta de cruz latina elaborada pelos irmãos Calcagno, a cúpula central e as capelas laterais elaboradas pelo arquiteto Jorge Krug e as duas torres sineiras assinadas pelo arquiteto José Sacchetti, assim como os vários corpos anexos posteriormente acrescentados ao corpo principal.

Em se tratando dos aspectos internos, o texto prossegue alegando que todo o interior foi profusamente tratado com obras pictóricas de qualidade, tais como os painéis bíblicos e a Santa-Ceia de Carlos Oswald, “*atualmente recobertos por pinturas de baixa qualidade, esperando que possam ser recuperadas*”, além dos trabalhos de Arnaldo Mecozi e, modernamente, Waldemar Cordeiro, aos quais se integra um grande acervo de vitrais distribuído por toda a igreja. Aqui já é revelado que as pinturas originais estão recobertas, o que demonstra já haver ocorrido uma intervenção anterior sobre elas e, sendo de baixa qualidade, estariam à espera de uma

segunda intervenção.

Após a descrição da Igreja relacionada ao bairro, o texto se dispõe a deflagrar características gerais, novamente trazendo o aspecto italiano em evidência, ao afirmar que *“tal como a arquitetura, as pinturas murais mostram características plásticas tipicamente italianas, completando a ambientação definida pela arquitetura.”* E que, na verdade, levariam a cabo a função que a pintura mural cumpria à época, quando era verdadeiramente integrante da arquitetura. Ou seja: ambas, arquitetura e pintura mural, eram concebidas pressupondo a mútua complementação. De fato, os projetos arquitetônicos da época previam a existência da pintura mural sobre as superfícies que pretendiam criar, embora o detalhamento sempre fosse feito pelo próprio pintor que a executaria.

A associação da arquitetura e da pintura é feita, portanto, pelo autor, alegando que *“o resultado é um trabalho a quatro mãos, em que as duas linguagens se integram e que estará incompleto sem uma delas”*. Dentro do contexto da análise, esse comentário se faz importante para perceber os níveis em que a intenção de preservação irá chegar, não se detendo sobre uma ou outra instância, na arquitetura ou na pintura, nas imagens ou vitrais, mas compreendendo que todas estas fazem parte de um todo, dependentes e complementares, não havendo como evidenciar umas e desprezar outras, mas levando em consideração o conjunto.

Relacionado à pintura, o texto menciona haver, na Igreja do Brás, dois tipos básicos de pintura mural, que definimos da seguinte forma: a pintura artística, que consiste na obra-de-arte propriamente dita, de elaboração e execução personalizadas, preenchendo alguma intenção criativa e na qual se vêem os traços pessoais e inimitáveis do executor;

a qualquer pintura aplicada com o uso de padrão mecânico fixo (máscaras, régua, guias, etc) ou à mão livre porém caracterizando-se pela ausência de traço ou gesto pessoal do executor, exceto por detalhes de erro ou perfeição na qualidade de execução.

A descrição das pinturas se dá por ambas ocorrerem em todo o interior do templo, e acaba por ser como se *“a pintura decorativa completasse e preparasse o ambiente para a pintura artística, valorizando-a competentemente”*, o que ressalta a importância da análise conjunta da arquitetura e da pintura. Além disso, alega que as superfícies de parede, tetos e complementos arquitetônicos (capitéis, molduras, entablamentos etc.) são totalmente recobertos de pinturas, e que *“criam o ar caracteristicamente italiano da Igreja, em que a solenidade dos espaços convive equilibradamente com a riqueza, que é feita não de exageros, mas do equilíbrio e adequação de formas e cores”*.

Um dado interessante apontado no texto afere que além do aspecto estético, estes murais também se distinguem no plano técnico pois, *“diante das condições ambientais muito adversas constatadas, devem o próprio fato de ainda existirem a excelente qualidade dos materiais e ao uso correto das técnicas de aplicação”*.

As técnicas aplicadas são a pintura a óleo e à têmpera de cal. Ao contrário do que se diz popularmente, não se tratam de afrescos, pois “afresco” é uma técnica específica de pintura mural, que, de acordo com o autor, não existe na Igreja. E além da técnica de pintura, com relação à escultura, vêem-se as grandes portas de entrada (projetadas por Sacchetti), os dois púlpitos (onde o padre faz a homilia e são lidas as leituras) e suas escadas helicoidais, bem como diversos outros elementos internos,

são de madeira maciça artisticamente esculpida. O autor ainda especifica quanto aos pisos, que foram executados com ladrilhos hidráulicos policromados e decorados, em combinação com peças de granitos e mármore.

Sabe-se que o projeto das torres sineiras foi feito em etapa posterior, no projeto de Sacchetti, na década de 1940. As duas torres são cobertas por cúpulas menores, revestidas de telhas que remetem a escamas (telhas escamadas) de cobre, e abrigam cada uma, além dos sinos, os relógios de face, até hoje em funcionamento e comandados por um único mecanismo ainda existente. Esse mesmo tipo de telha remete à cúpula central, projeto anterior de Jorge Krug, porém esta sendo de zinco. O autor ressalta o conjunto das cúpulas, e a tem como elemento impressionante, seja pela grandeza, solidez ou pelo *“refinamento construtivo e pictórico, evidenciando a presença de “capomastri” profundamente conhecedores de seu ofício na execução das obras.”*

A questão da técnica construtiva e do ofício dos homens que edificaram as torres e as cúpulas também acaba, pois, por gerar um valor a mais ao edifício, posto que revelam uma complexidade e um avanço projetual em relação a cúpulas mais simples, ou que não contaram com cálculos tão elaborados quanto a cúpula de Krug. Portanto, também resguarda no seu patrimônio um conhecimento utilizado pelos construtores da época, estes que demonstravam bastante destreza e conhecimento do ofício.

O autor ainda descreve a materialidade das abóbadas, da cúpula, do lanternim, das janelas semicirculares, das estruturas de apoio, revelando a diversidade de materiais envolvidos nas referidas construções e

elementos, a maior parte estando nas estruturas de madeira. Elementos metálicos estão, essencialmente, nas telhas e ferragens.

Por último, o autor do texto apresenta alguns itens de maior valor, no sentido de estarem resguardados na Igreja e que são ressaltados como elementos a serem preservados. Os elementos que integram o acervo da Igreja consistem em um relicário, contendo um fragmento de osso de São Brás, o que costumeiramente resguarda um valor material e espiritual muito grande para a comunidade paroquial, além do atestado original, em pergaminho, do Vaticano, comprobatório da veracidade de relíquia, datado do século XVIII. Além disso, também estão guardados os estandartes dos grupos ou irmandades que participavam das antigas procissões. Estes elementos configuram um patrimônio espiritual, pois além do aspecto material em si, retomam aspectos próprios da fé e da cultura.

E outro patrimônio da Igreja que permanece guardado, tendo alto valor assim como a relíquia e os estandartes, é uma tela isolada de Benedito Calixto (Figura 111), a qual retrata um dos próceres religiosos aos quais a paróquia esteve subordinada.

Dessa maneira o autor finaliza o conjunto do que considera de maior importância no bem da Igreja do Brás. Percebe-se que o texto ressalta e eleva aspectos de diferentes categorias a serem preservados, resultado de anos de uma tradição e história, que incidem sobre as técnicas construtivas, as técnicas decorativas, o conhecimento e aplicação dos materiais, além de incidir sobre aspectos espirituais e devoções particulares dos paroquianos.

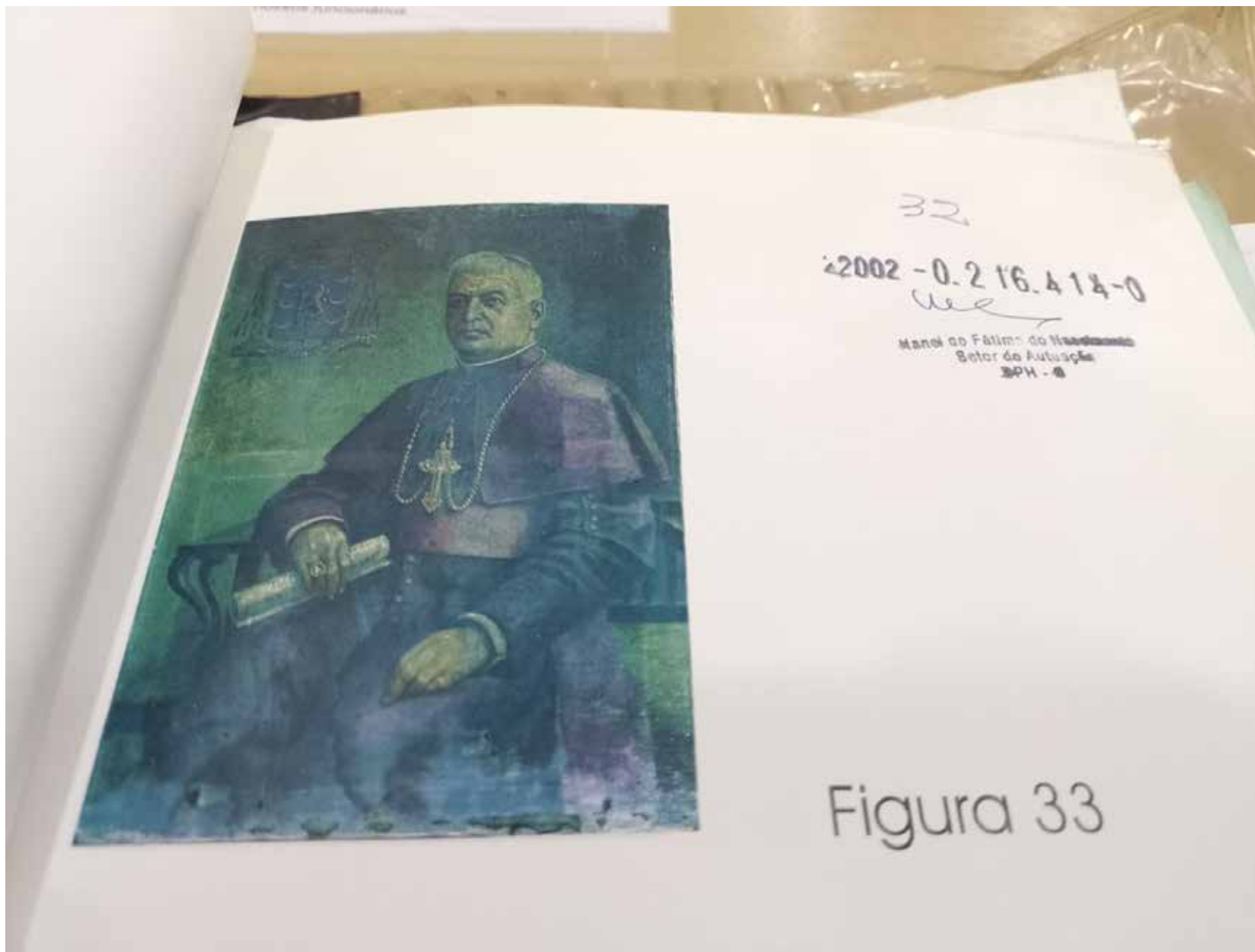


Figura 111: A imagem diz respeito à “Figura 33”, de acordo com a ordem das imagens apresentadas no arquivo. É uma tela isolada de Benedito Calixto, a qual retrata um dos próceres religiosos aos quais a paróquia esteve subordinada. De grande valor, não se tem a informação exata do ano em a obra foi realizada, mas configura um dos patrimônios considerados pela paróquia. Fonte: DPH

O estado atual

Dadas as descrições gerais dos elementos da Igreja, o texto prossegue para outro subcapítulo para averiguar o estado atual de tudo o que foi mencionado e o que eventualmente não o foi. E, logo ao iniciar, o texto aponta que “*a passagem do tempo, porém, deixou severas marcas no conjunto*”. Essa afirmação será justificada logo em seguida, ao mencionar que embora não se note, na maior parte do corpo edificado, em paredes e pilares, os sinais expressivos de instabilidade estrutural, já na parte superior dos arcos do piso do coro e do órgão, em sua junção com corpos das torres, existem trincas expressivas, a 45 graus, mais abertas no topo que nas bases, parecendo indicar ligeira inclinação lateral das torres, por possível recalque já estabilizado, devido à maior concentração de carga nelas ocorrida e à diferença de acomodação entre elas e o corpo principal, quase 40 anos mais velho.

O autor aponta o estado precário e o risco que se encontra o conjunto da cúpula e lanternim, e alguns dos forros da nave e passadiços laterais. A degradação, segundo análise do corpo técnico responsável, se deu principalmente pelo severo ataque de cupins, que acabou por destruir grande parte das peças de madeira (pilares, forro e estrutura de cobertura) do lanternim, estando bastante corroídas também pela poluição, com um rendilhado de furos, as telhas e chapas de zinco, possibilitando a infiltração das águas pluviais e o apodrecimento das madeiras a elas sujeitas. O interior estaria, portanto, praticamente todo degradado pelos cupins, tendo as trincas na superfície em abóbada.

Foi pontuado também que diversas das pinturas murais e de forro

foram afetadas ponderavelmente pelos vários pontos de infiltração de água, tanto a partir dos já mencionados vitrais semicirculares dispostos ao longo das laterais da nave, como de outros pontos dos tetos, por vazamento através das telhas de cobertura, tendo-se constatado grandes trincas no revestimento externo de setores altos das paredes da nave, bem como largos trechos onde o revestimento não mais existe, ocasionados também pela infiltração de água.

No que diz respeito ao estado atual de conservação das pinturas, o texto alega que ele é “bastante desigual”, vendo-se trechos muito mais deteriorados que outros, e devido a causas diferentes, que ocorrem pontualmente.

O texto listou as formas de deterioração mais genericamente conhecidas, sendo elas:

1. Infiltração de água descendente (pela cobertura) ou ascendente (pelas fundações): o que gera perda de adesão da policromia, eflorescência de sais transportados do interior da alvenaria, dissolução da imprimatura (base de preparação) e da própria policromia, todos ocasionando a queda e a perda de policromia;
2. Deterioração de aglutinantes das tintas: resulta na pulverulência das mesmas, que se tornam facilmente removíveis por contato físico ou por movimentos de ar;
3. Falência ou deterioração dos elementos arquitetônicos pintados: com consequente perda da pintura (tetos ruídos, adornos quebrados, paredes rachadas, rebocos soltos, etc.);
4. Falta de conservação rotineira e metódica;

5. Instalações e adaptações feitas ao longo do tempo, sem cuidados e qualidades desejáveis.

6. Tentativas inadequadas de restauro: foram identificados pelo menos três intervenções, datadas de épocas e pessoas diferentes, que apesar de bem-intencionadas causaram grandes prejuízos à autenticidade e à sobrevivência física das pinturas; na verdade são práticas ainda frequentes por parte de pessoas mal-informadas, e têm em comum a característica de consistir numa sumária repintura, que recobre a pintura original por uma cópia espúria do original, que passa a ficar oculto, além de progressivamente deteriorarem o material original, dificultando o futuro resgate.

O último dos tópicos que causa deterioração mencionados no texto diz respeito justamente a uma “tentativa de restauro”, na qual se realizou uma repintura sobre a pintura original, não obtendo informações a respeito de quem o fez, mas o texto aponta ter ocorrido três intervenções desse tipo. Assim, possivelmente pelo efeito que se obteve, posto que causaram “grandes prejuízos à autenticidade e à sobrevivência física das pinturas”, a técnica empregada e o modo como foi realizado foram igualmente inadequados. O que demonstra haver um interesse e uma demanda para preservação do patrimônio, e a desinformação deste tipo de processo acaba por causar mais prejuízos.

A Igreja do Brás conta, também, com um grande órgão, atualmente desativado, parcialmente desmontado, e que “estaria sendo restaurado”, mas o autor não tem certeza de que maneira isso se dá, o que requer verificação e, possivelmente, revisão de procedimentos para que seja recuperado.

As conclusões da justificação

Retirado da processo de tombamento, a conclusão retoma a importância do edifício enquanto uma referência urbana, não apenas na escala da memória particular dos moradores e usuários locais, nem apenas na escala do bairro, mas para toda a cidade, sendo de alto valor enquanto arquitetura e arte, tanto pelos trabalhados vitrais quanto pelo acervo pictórico mural.

“Os dados acima sumarizados caracterizam um edifício extremamente significativo enquanto referência urbana fundamental da cidade, do bairro e de sua memória, de grande valor e riqueza cultural enquanto arquitetura e elementos artísticos a ela agregados, onde, entre os outros, avultam numerosos vitrais e um enorme acervo pictórico mural, em um conjunto ameaçado por crescente degradação.

Assim, urge colocá-lo sob a tutela do tombamento, abrindo caminho para que possa beneficiar-se das leis de incentivo cultural, no sentido de proceder à sua conservação e restauro.”

(Página 15)

Em seguida, o documento prossegue com um anexo, o qual contém principalmente fotos e registros. (Figuras 112 a 117)

A contribuição de Eudes de Campos

E a fim de complementar a documentação, o arquiteto Eudes Campos (STCT - Figuras 118 e 119), autor de muitos artigos e textos a

a respeito do desenvolvimento urbano, contribuiu com um escrito em 17 de outubro de 2002, confirmando que a solicitação de abertura do processo de tombamento da Igreja era proveniente da Sociedade Amigos da Paróquia do Bom Jesus do Brás, sendo esta organização a responsável por elaborar a justificativa, encabeçada pelo padre Enivaldo. Eudes aponta, na introdução, apenas algumas ressalvas de caráter histórico para reparar determinados equívocos de informação.

Entre os “reparos” feitos por Eudes, o primeiro está em assegurar a atribuição ao tenente-coronel José Correia de Moraes a fundação da capela em princípios do século XIX (1800-1803), e afirmar que a tradição relacionada ao José Brás não é comprovável. Além disso, esclarece que o templo visto hoje foi erguido no lugar do antigo cemitério paroquial, aos fundos da velha matriz, esta que foi demolida após a inauguração da nova igreja em 1903.

Eudes afirma que a Igreja do Bom Jesus tem sua história intimamente ligada ao desenvolvimento urbano do bairro paulistano. Surgiu como modesta ermida, localizada na várzea do Rio Tamanduateí, à beira do Caminho da Penha - que conduzia ao Rio de Janeiro, sede do vice-reino do Brasil, foi elevada à condição de matriz de uma freguesia semi-rural no ano de 1818; sendo ampliada em 1871 e substituída pela matriz atual na passagem do século XIX para o XX, quando o terreno de várzea e chácara se transformava em um bairro industrial. Nas palavras de Eudes, as linhas neo-renascentistas da Igreja se erguendo no lugar da construção anterior, de tradição luso-brasileira, estavam em consonância com as mudanças econômicas e sociais vigentes da cidade no início do período republicano, período até de grande influxo migratório.

E da mesma maneira que o autor coloca esse contexto “ascendente” da igreja e do desenvolvimento do bairro, quando, ao mencionar a decadência do bairro, em meados do século XX, alega também a deterioração da igreja e do bairro do Brás como coisas concomitantes. No que diz respeito do contingente populacional, Eudes afirma uma diminuição a partir da década de 1960, cerca de 20 anos após a última reforma da Igreja do Bom Jesus, usando o termo de “*esvaziamento populacional*”, e difusão de uma grande crise socioeconômica no bairro, com diminuição no número dos paroquianos, falta de recursos financeiros etc. E, segundo esse declínio no bairro, também a paróquia estaria passando pelos mesmos problemas, com “*vitrais danificados, pinturas murais esvaecidas, alfaias e imagens sacras extraviadas*”.

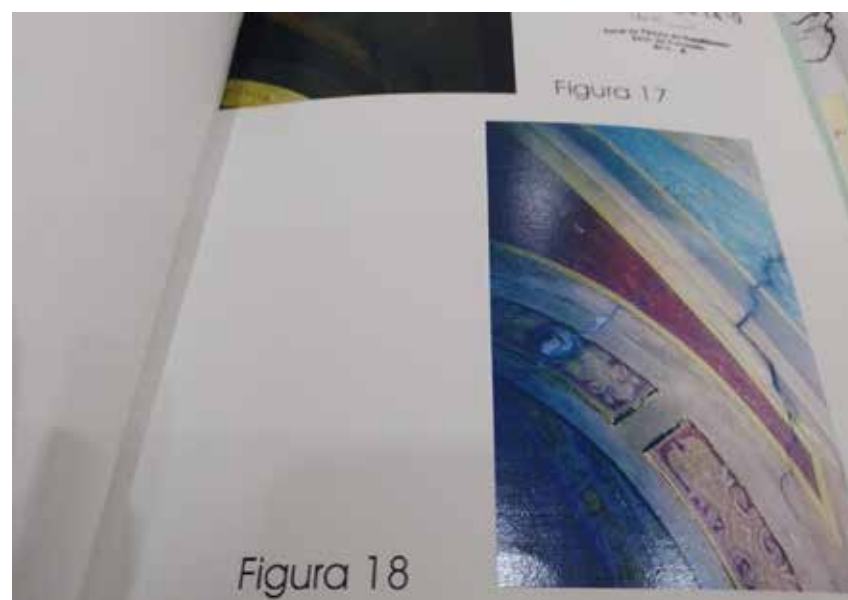
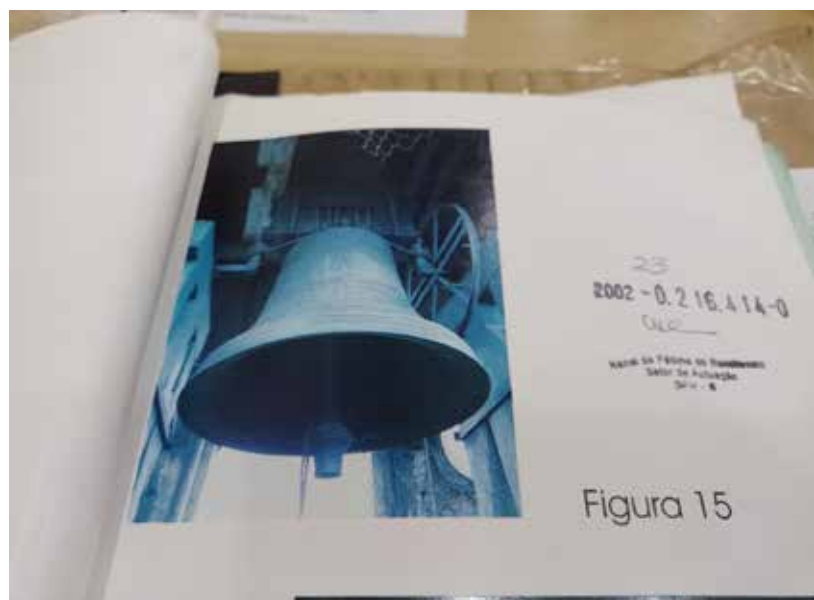
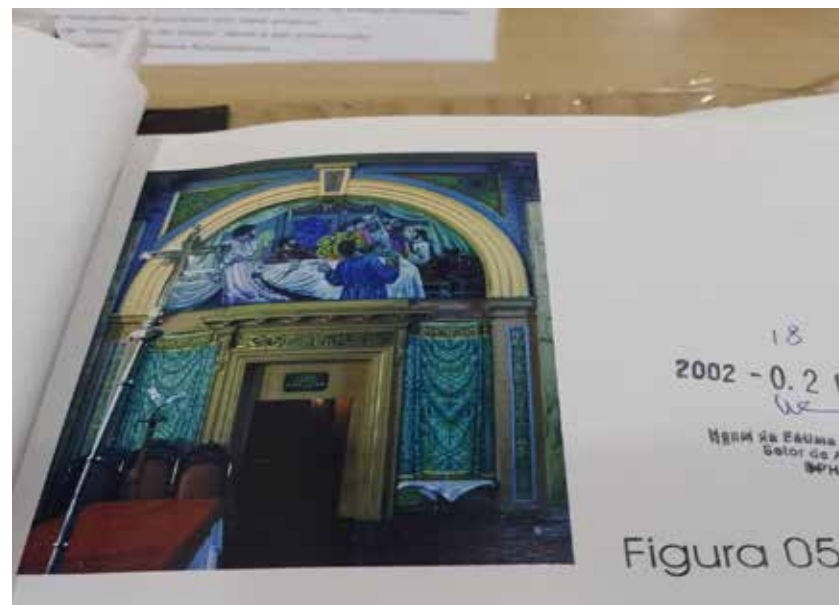
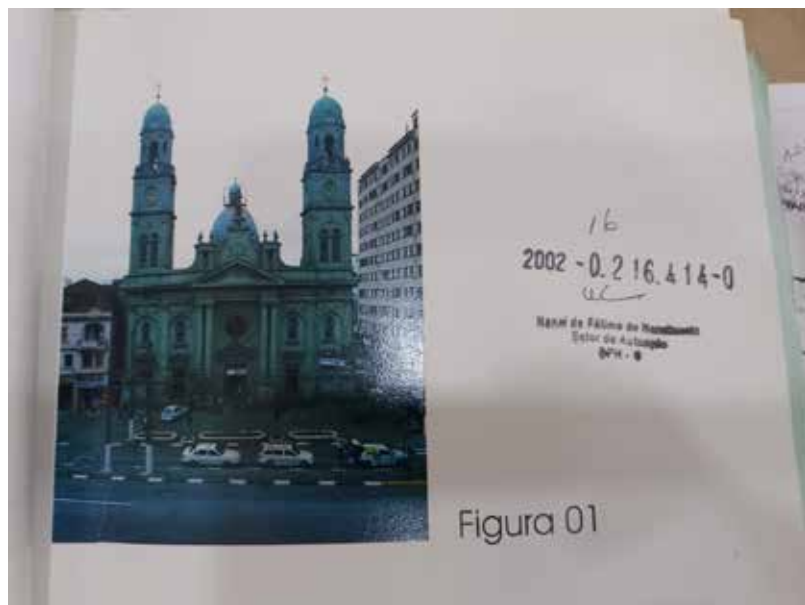
A crise do bairro teria atingido a Igreja do Bom Jesus indicando “*uma vertiginosa espiral de decadência que se abateu sobre o tempo*”; a situação estaria agravada, na visão do autor, também por uma crise própria do catolicismo, especialmente pela perda dos fiéis, que estariam procurando outras vertentes do cristianismo presentes no bairro. Desta maneira, Eudes expõe na sua introdução, em linhas gerais, o organismo do bairro estruturado de tal modo que, uma vez o comércio entrando em crise, a vulnerabilidade social em crescimento, esvaziamento do bairro e etc., também a paróquia estaria sentindo os efeitos da crise no seu estado de conservação.

No que diz respeito ao patrimônio arquitetônico, Eudes a insere no classicismo eclético, que teria sido inaugurado na cidade de São Paulo em quase mesma época, junto à Basílica do Sagrado Coração de Jesus (1888-1901). Esta teria sido, segundo o arquiteto, a primeira basílica,

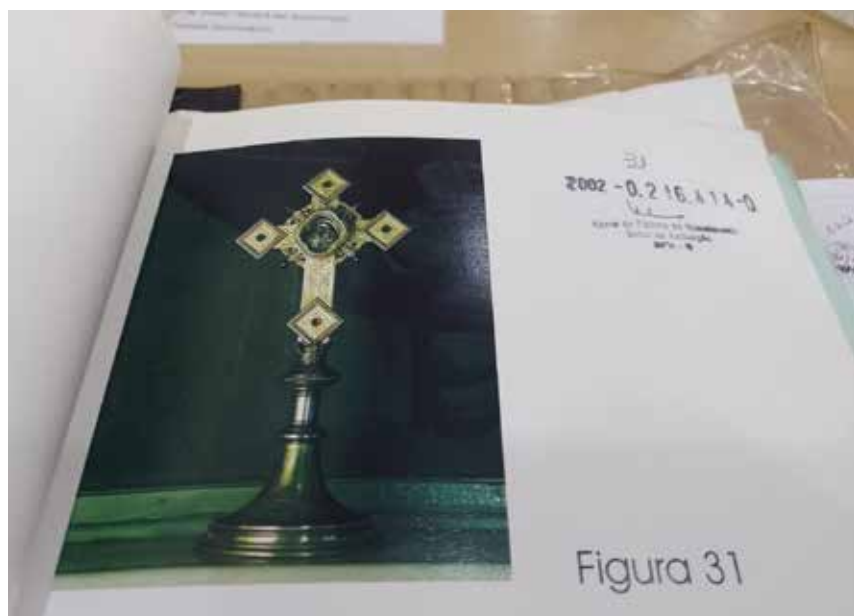
projetada pelo engenheiro italiano Domingos Delpiano, a ostentar formas arquitetônicas inspiradas na Alta Renascença italiana (também chamado, por vezes, como estilo “romano”, até mencionado no Livro do Tombo). Estaria inaugurando uma nova modalidade de templos católicos, junto à Igreja do Bom Jesus do Brás (1896-1903) e a igreja do Imaculado Coração de Maria (1897-1899) em Higienópolis, por Tiziano Luccheta.

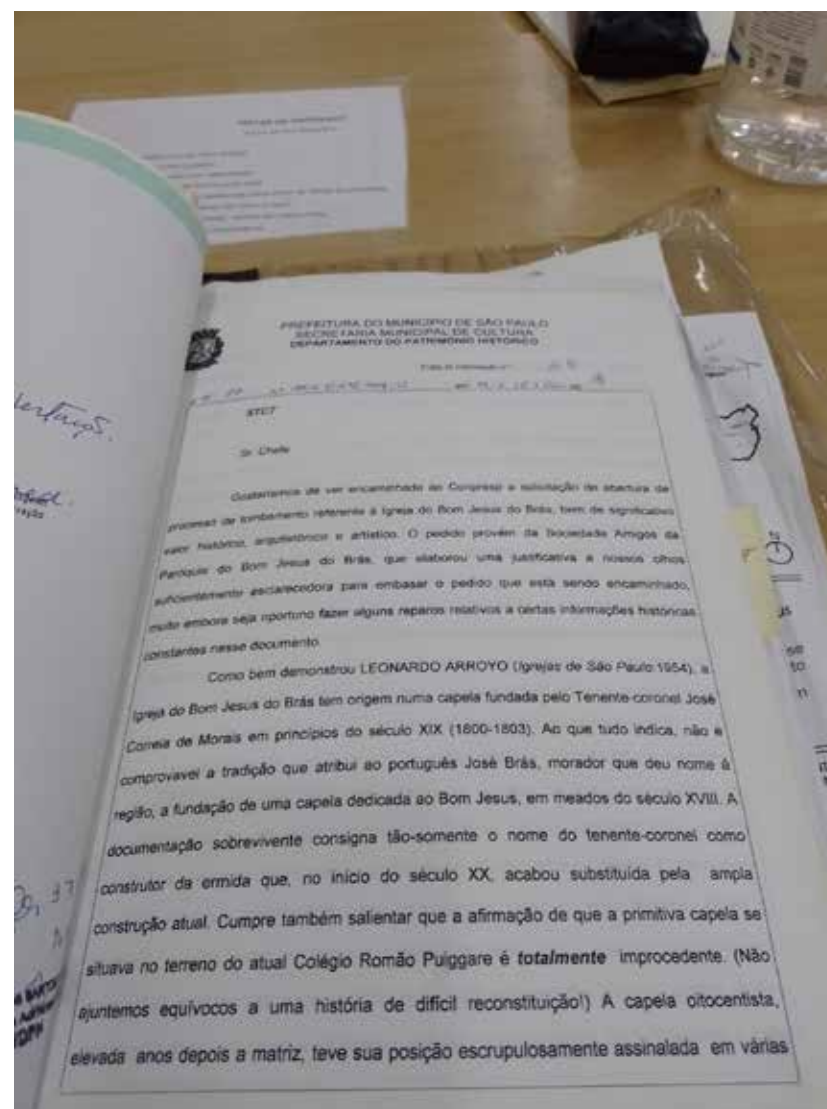
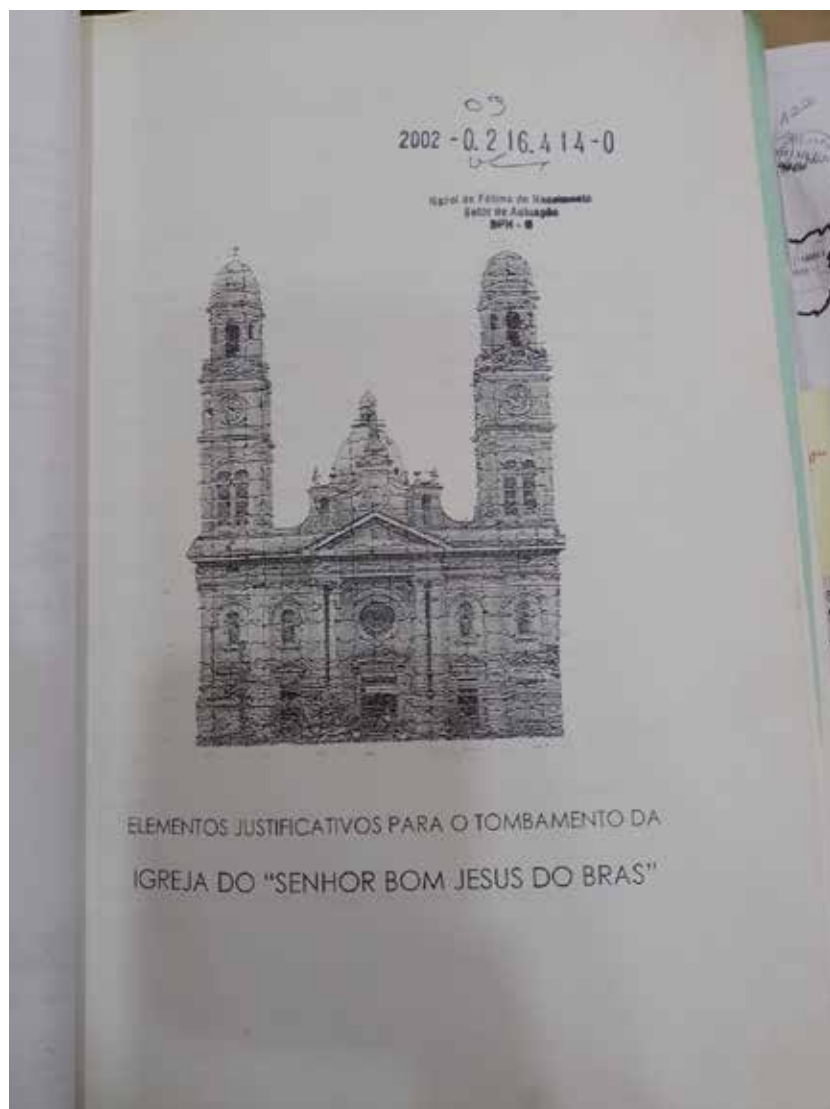
No momento em que Eudes contextualiza a Matriz entre a Basílica mencionada e a igreja em Higienópolis, afirma que as três foram idealizadas por profissionais italianos, e construídas com mão-de-obra de “mesma origem étnica”, além de terem sido ornamentadas por artistas peninsulares, e que resguardam uma grande herança do gênio artístico italiano durante a fase do Ecletismo. E ambas, à exceção da matriz do Brás, já estariam salvaguardadas em processo de tombamento no Condephaat, então faria sentido que a matriz também estivesse tombada para preservar parte de um conjunto arquitetônico próprio.

Portanto, a contribuição de Campos aponta para os sinais visíveis, na edificação, de desgaste e degradação da paróquia à medida que o bairro também passa por esse processo degradativo, em um sentido simbiótico. E que, devido ao alto valor que a paróquia contém em si, do ponto de vista do acervo artístico, arquitetônico, e da importância cultural, religiosa e espiritual, ela resguarda uma importante parte da história do bairro e de seus moradores. O autor faz com que se perceba que o descuido e a não-preservação da paróquia seria um descuido com a própria história da igreja, dos moradores do bairro em geral, dos paroquianos e da cidade como um todo.



Figuras 112 a 117: Fotografias retiradas do arquivo do processo de tombamento, que continha uma série de registros fotográficos contemporâneos da paróquia, servindo de ilustração para o texto justificativo do processo. As quase quarenta fotografias contidas no arquivo são principalmente elementos internos, detalhes de pinturas, vitrais, reparos. Fonte: Acervo DPH





Figuras 118 e 119: à esquerda, a fotografia é da primeira página do estudo que reuniu os elementos justificativos, além de uma série de argumentos e registros, elaborada pela Sociedade Amigos da Paróquia Bom Jesus do Brás, e que dariam o subsídio para o andamento do processo. À direita, a primeira página escrita à Seção Técnica Crítica de Tombamento (STCT), por Eudes Campos, a fim de escrever de modo resumido as motivações para se levar adiante o tombamento da Igreja do Brás. Fonte: Acervo DPH

3.2. O andamento do processo de tombamento

A argumentação de Eudes foi suficiente para que, no dia 17 de outubro de 2002, um mês após a solicitação da Sociedade Amigos da Paróquia Bom Jesus do Brás, o Chefe da Seção Técnica da Crítica e Tombamento, Fernando José Martinelli, alegasse que era possível encaminhar a argumentação do arquiteto Eudes com a qual encontravam-se de acordo e nada a acrescentar. A Presidente do CONPRESP vigente, a arquiteta Leila Regina Diêgoli, no dia 30 de outubro de 2002, fez a solicitação para o encaminhamento da documentação para o relato do Conselheiro Carlos Alberto Cerqueira Lemos, arquiteto, historiador de arquitetura, pintor e professor. Atuou no cargo de conselheiro no período de 2001 a 2003.

O retorno de Carlos Lemos, poucos dias depois do encaminhamento proposto por Leila, no dia 09 de novembro de 2002, consistiu em sua resposta ao afirmar “*estar de firme acordo com as considerações do arquiteto Eudes Campos e, assim, de acordo com a ideia da abertura do processo de tombamento da Igreja matriz do Brás.*” Desse modo, o parecer favorável para que se houvesse o processo já estaria sendo aprovado nas instâncias iniciais.

No dia 12 de novembro de 2002, a Presidente do CONPRESP assinou a votação do Conselho, realizada na reunião nº 276, quanto à solicitação do interessado no processo de tombamento da Igreja do Brás. O conselheiro Carlos Lemos foi solicitado pela presidência a ser o relator da votação. Os presentes na reunião foram os seguintes membros conselheiros: Leila Regina Diêgoli (DPH, secretária executiva do CONPRESP), Gianfrancesco Genoso (SNJ), Carlos A. Cerqueira Lemos (SMC), Sérgio Rubinstein (OAB), Helena Menna Barreto Silva (SEHAB).

Todos votaram favoravelmente. Em seguida, a secretária executiva do CONPRES, Helenice Cupertino, escreve que, em conformidade com a decisão na reunião nº 276, seria possível iniciar a elaboração da Resolução e posterior publicação.

Como formalização, a Presidente do CONPRES, Leila Diêgoli, escreve sobre a decisão unânime dos conselheiros presentes na 276ª Reunião Ordinária, realizada no dia 12/11/2002, mencionando o valor histórico e afetivo dessa igreja no âmbito da comunidade católica do Brás e bairros vizinhos, e o valor arquitetônico e artístico dessa edificação, e pondera a seguinte resolução:

Artigo 1º: *Abrir processo de tombamento da Igreja do Bom Jesus do Brás.*

Artigo 2º: *A Resolução deveria ser aplicada à edificação em sua totalidade, incluindo-se elementos artísticos e decorativos, bem como alfaías e acervo documental de valor histórico.*

Artigo 3º: *A Resolução passaria a vigorar a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município de São Paulo.*

Essa é uma das importantes datas para o tombamento, em que é considerado o dia de abertura do seu processo. Na semana seguinte, no dia 19 de novembro de 2002, Leila Diêgoli escreve para alguns envolvidos a notificação que alega oficialmente, de acordo com as Leis Municipais 10.032/1985 e 10.236/1986, a abertura do processo de tombamento da Igreja do Bom Jesus do Brás, visando preservar o valor arquitetônico e artístico dessa edificação.

“A decisão pautou-se em seu valor histórico e afetivo dessa igreja no âmbito da comunidade católica do Brás e bairros vizinhos.”

“Essa Resolução do CONPRES será publicada no Diário Oficial do Município, implicando na proteção legal desse bem cultural e na prévia autorização deste Conselho para qualquer intervenção física que se pretenda executar na área.”

Foi enviado para os seguintes nomes: Luiz Roberto Proença (Promotoria de Justiça de Meio Ambiente e Capital), Jorge Wilhein (Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano), Paula Maria Motta Lara (APROV/SEHAB), Alfredo José Mancuso (CASE), Luiz Paulo T. Ferreira (SEHAB), Jilmar Tatto (Subprefeitura da Mooca), Sérgio Torrecillas (Subprefeito da Sé), Tâmara Roman (Superintendência do IPHAN), Pe. Enivaldo Santos do Vale (Sociedade Amigos da Paróquia Bom Jesus), Harmi Takiya (Subprefeitura da Moóca) e Joe's Roberto Milhem (Condephaat).

2003

No dia 28 de janeiro de 2003, Leila Diêgoli envia a documentação das atas e das solicitações à Diretoria da Divisão de Preservação do DPH para instrução final de abertura de processo de tombamento.

2006

Durante o processo, em 14 de dezembro de 2006, houve a solicitação de um pedido de abertura para o processo de tombamento de outro bem, situado em lote contíguo à Igreja do Brás, em que se tratava do Hotel Espacial. A arquiteta do DPH Sueli de Bem escreve à STLP (Seção de Levantamento e Pesquisa), para a Chefe da STLP, Maria Lucia Perro-ne Passos, a solicitação da colaboração da Seção Técnica na instrução de estudos de tombamento relacionados ao trecho urbano onde se inserem a Igreja do Bom Jesus do Brás e o Hotel Espacial.

2008

Em resposta, no dia 06 de março de 2008, Maria Lucia Perrone Passos retorna à arquiteta Sueli de Bem, atendendo à solicitação verbal da STCT (Seção Técnica de Crítica e Tombamento), portanto, apresentando uma pesquisa histórica efetuada até o presente, cujas fontes utilizadas para o estudo da Igreja consistiram em:

1. Texto sobre a Matriz do Brás.
2. Xerox do capítulo do livro: ARROYO, Leonardo. Igrejas de São Paulo. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1966).
3. Xerox do capítulo do livro: ARROYO, Leonardo. Memória e tempo das igrejas em São Paulo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971).
4. Bibliografia levantada.
5. Pesquisa digital sobre a vida de São Brás.
6. Convites de época de festas beneficentes em prol da torre da igreja.
7. Pesquisa sobre a técnica da escaiola.
8. Bibliografia de Benedito Calixto, do qual a igreja possui um quadro à óleo.
9. Levantamento fotográfico feito pela Arquiteta Helenice Diamante.

2014

Em 23 de julho de 2014, foi dirigida à arquiteta Lícia Mara uma solicitação feita por Mauro Pereira de Paula Jr., chefe da Seção Técnica de Crítica e Tombamento (STCT), para prosseguir o

estudo do edifício (da paróquia) com vistas a elaborar o processo de tombamento.

Em 03 de julho de 2014, o pároco da Paróquia Bom Jesus do Brás, padre Enivaldo Santos do Vale escreve à presidente do CONPRESP, Nadia Somekh, que haja visto o interesse em viabilizar algumas ações na paróquia, o padre consultou os autos virtuais do cadastro de Imóveis tombados, disponibilizado no site da prefeitura municipal de São Paulo e, pelas informações encontradas, eles haviam interpretado estar aberto o processo de tombamento da igreja, segundo a Resolução 20/2002.

O pároco solicita o acesso ao processo de tombamento e a possível reprodução do material, também sendo importante para compor o acervo Diocesano. Além disso, uma comissão de dois arquitetos, Fabiula Domingues e Lucas Gaspar iriam ser os responsáveis técnicos para fazer a verificação e reprodução das peças constatadas nos autos do processo.

Em 17 de julho de 2014, a arquiteta Fabiula Domingues autoriza outra arquiteta, Mariana Monteiro de Abreu a representar a FormArte Projetos Produção e Assessoria para verificar e, se necessário, reproduzir as peças constantes nos autos do processo de tombamento da Igreja Bom Jesus do Brás. A FormArte é descrita como uma empresa de “gestão de Projetos Culturais, Restauro e Arquitetura”. Essa consulta faz parte, ainda, do estudo mobilizado pela STCT para continuar a elaboração do processo de tombamento, aberto em 2002.

A seguir, é apresentado um estudo histórico do bairro do Brás, o qual se utilizou da cartografia de época também utilizada neste trabalho, além da bibliografia básica da Maria Celestina Torres, autora da obra “O Bairro do Brás”. O texto acompanha a cartografia, sendo o primeiro

mapa datado de 1841 e outros até 1897, nos quais foram selecionadas e apontadas as partes específicas onde a Igreja do Brás se localizava.

Em seguida, o estudo aborda a Igreja do Brás, mencionando desde a devoção ao Bom Jesus, até todas as etapas de construção da paróquia. O texto foi ilustrado tanto pelas fotografias de Militão de Azevedo quanto por de autoria desconhecida, segundo o registro, e com o texto fundamentado na obra de Leonardo Arroyo. As fotos de época, especialmente as que se referem ao começo do século XX, na década de 1910 e 1920, puderam elucidar e demonstrar, junto ao texto, a maneira como a paróquia foi sendo edificada por etapas.

Em sequência, os desenhos técnicos ilustram a Igreja do Brás em sua composição finalizada, após as intervenções de Sacchetti, e consistem nos desenhos mais atualizados que se tem da edificação. Consta: planta do térreo, planta do pavimento superior, e dois cortes, um longitudinal e outro transversal, sendo os desenhos retirados do Caderno de Obras da Igreja, cuja origem não é mencionada. Para explicar a respeito das características internas da igreja, o texto é alimentado por fotos contemporâneas à escrita do mesmo, registrando diversos aspectos da Igreja - imagens, vitrais, esculturas, pinturas, altares. E por último contém um caderno formado a partir de uma seriação de mapas e fotos digitais, sendo utilizados: o Sara Brasil (1930), foto aérea (1940), Vasp Cruzeiro (1952 - 1957), o GEGRAN (1975), foto aérea (2000), e o mapa de Uso e Ocupação do Solo.

A minuta da Resolução, que consiste em uma documentação onde o processo ainda está sendo desenvolvido, é anexada em seguida ao estudo histórico. Na argumentação da minuta, são mencionados

importantes valores a que se atribui à Igreja do Brás: o valor urbanístico e histórico para a formação do bairro, sendo considerada um importante elemento de urbanização local; além disso, o seu valor arquitetônico dentro do quadro da arquitetura religiosa paulistana no século XX; o valor artístico das pinturas murais e decorativas, especialmente pela autoria dos artistas, considerados de relevância no quadro brasileiro das artes plásticas; e, por fim, o valor histórico e afetivo da Igreja para a comunidade católica do bairro e adjacências.

A argumentação segue definindo, portanto, o tombamento da Igreja do Brás, de modo que fossem respeitadas as seguintes diretrizes de preservação:

1. Preservação das características arquitetônicas externas da edificação: fachadas, torres, cúpula, vedos, envasaduras, esquadrias, revestimentos, componentes arquitetônicos e elementos decorativos, incluindo sua volumetria;
2. Preservação das áreas e elementos arquitetônicos internos da edificação, que mantêm a integridade de suas características, incluindo revestimentos, vitrais, ornamentos, pinturas decorativas, com destaque para as pinturas murais artísticas.
3. Preservação de altares, imagens sacras, mobiliário, objetos de culto e outros elementos de interesse artístico e histórico, que integram os ambientes internos: nave central e laterais, altar principal e laterais, sacristia e demais áreas do templo.

Os demais bens móveis incluídos no tombamento, integrantes do acervo da Igreja do Bom Jesus do Brás, por seu valor histórico e artístico, são:

1. Órgão de tubos francês Cavaillé-Coll situado no coro;
2. Conjunto de quadros representando a Via Sacra localizado na nave central;
3. Conjunto de púlpitos localizados na nave central.

Os itens que estariam excluídos do tombamento consistem, basicamente no:

1. Acervo documental: integram, atualmente, o acervo da Arquivo da Cúria;
2. Alfaias: objetos de maior valor histórico e artístico foram doados para o Museu de Arte Sacra.

É apresentada uma tabela com todos os lotes respectivos da área envoltória a ser incluída no tombamento. A elas competem definições para altura máxima de gabarito e recuos, variando entre 7 e 30 metros, e com ausência de recuo frontal, contabilizando aproximadamente 80 lotes a serem considerados.

Além disso, fica declarado que qualquer projeto ou intervenção na edificação tombada, incluindo manutenção ou pequenos reparos, obrigatoriamente deve ser analisado previamente pelo DPH e aprovado pelo CONPRES.

O estudo foi finalizado por volta do dia 28 de agosto de 2014, quando a arquiteta Lícia Mara encaminha ao STCT o material para instruir o processo de tombamento da Igreja de Bom Jesus do Brás. O material, além do que já citado, é composto dos seguintes documentos:

1. Histórico da Igreja de Bom Jesus do Brás
2. Descrição Arquitetônica do bem, com levantamento fotográfico
3. Mapas históricos demonstrando a inserção urbana do bem ao longo dos anos
4. Minuta de Tombamento
5. Mapa da minuta de tombamento contemplando a proposta de regulamentação de área envoltória. (Figura 120)

Tal estudo insere-se na distribuição interna dos processos de tombamento, visando acelerar o tombamento em si. Lícia alega que o estudo se pauta na contextualização histórica e descrição do bem, ressaltando as principais qualidades culturais que justifiquem sua preservação e tombamento. E que considera que o material mencionado seja suficiente para embasar sua preservação. Em relação aos estudos de área envoltória, o estudo limitou-se a averiguar sobre o limite de recuos e gabaritos nos imóveis mais próximos ao bem em questão e que se relacionem diretamente a ele.

Em 03 de setembro de 2014, o chefe da STCT encaminha ao Diretor da Divisão de Preservação do DPH uma carta para endossar o trabalho e a pesquisa realizada, comentando a respeito da proposta de tombamento da Igreja do Bom Jesus do Brás. Alega que o edifício guarda importante valor cultural, histórico, urbanístico, arquitetônico e artístico através de suas pinturas murais dentre outras.

“Obviamente foi considerada a larga experiência acumulada pelos profissionais do DPH, ao longo das três décadas de sua existência que visa compensar possíveis lacunas que, por ventura, venham a ocorrer no desenvolvimento desses estudos realizados dentro desta orientação da administração; garantir o resultado final a ser encaminhado ao CONPRESP com a qualidade necessária para a tomada de decisão dos Senhores Conselheiros; bem como possibilitar a edição e publicação de resoluções de tombamento que contribuam na continuidade do trabalho de preservação do patrimônio cultural paulistano pelos profissionais deste Departamento.”

No dia 26 de setembro de 2014, o Conselheiro Suplente do SMC, Marco A.C. Winther escreve à Presidente do CONPRESP uma carta de justificação do processo de tombamento, e nisto menciona a paróquia como um *“testemunho da urbanização do bairro e tem valor afetivo para a comunidade.”* E esclarece que, considerando que a edificação a ser protegida é referencial na paisagem, a proposta de área envoltória se limita à quadra onde se encontra a igreja e aos lotes das quadras laterais que tenham a sua testada para o bem protegido.

Nas esquinas das quadras vizinhas à igreja, junto à Avenida Celso Garcia, de acordo com o apontamento do conselheiro, há prédios que prejudicam a visibilidade do bem, não sendo cabível a proposta de uma maior área envoltória.

Assim sendo, em nome do corpo de conselheiros, Marco Winther pontua estarem favoráveis à proposta do DPH de tombamento da Igreja do Bom Jesus do Brás e de regulamentação da área envoltória, com a proposta de gabarito de altura máxima de 7 metros na quadra da

igreja, de 12 metros para os lotes com face voltada para a Igreja e, para a delimitação da porção da quadra a ser protegida, a altura máxima de 30 metros para os dois lotes juntos aos edifícios.

No dia 14 de outubro de 2014, realizou-se uma importante e decisiva reunião, sendo a 597ª Reunião Ordinária do Conpresp, onde foi discutido o processo de tombamento da Igreja do Brás, estando presente como relator o Conselheiro Suplente Marco Winther. Por unanimidade de votos dos Conselheiros presentes, acolhendo parecer da Divisão de Preservação, a proposta de tombamento foi deferida, gerando a Resolução 26/CONPRESP/2014. Nesta reunião, portanto, foi aprovada a Resolução e publicada no Diário Oficial da Cidade em 03 de fevereiro de 2015, estando localizada na página 54 do mesmo.

2015

No dia 19 de janeiro de 2015, um importante documento foi emitido pela Sociedade Amigos da Paróquia do Bom Jesus do Brás, que escreveu ao secretário da SMC-G a respeito do assunto do tombamento definitivo da Igreja do Bom Jesus do Brás. Era preciso ainda a efetivação ou homologação do processo, mediante despacho do Secretário Chefe, do tombamento definitivo da Igreja do Brás.

O parecer enviado ao secretário alegou que a análise do processo demonstrou que todos os requisitos da Lei nº 10.032/1985, com as alterações da Lei nº 10.236/1986, foram adotados pelo Conselho, encontrando-se em condições de receber o indispensável despacho de homologação que lhe daria efetividade e vigência. E que o pedido de preservação do imóvel estava bem instruído com fotos, plantas e pareceres,

especialmente o da Divisão de Preservação do DPH.

Apesar de, na época, a Mitra Arquidiocesana de São Paulo (proprietária do imóvel) não ter sido formalmente notificada, o padre Enivaldo Santos do Vale esteve presente na reunião onde se decidiu pelo tombamento definitivo. E o direito de contestar qualquer aspecto da Resolução somente existiria com a real efetividade do tombamento definitivo, isto é, com sua publicação após o ato do Chefe da secretaria. Também os proprietários dos imóveis situados na área envoltória definida seriam notificados após a homologação para conhecimento das restrições.

Portanto, o Procurador do Município e Assessor Jurídico, em nome da Sociedade Amigos da Paróquia do Bom Jesus do Brás, Fábio Dutra Peres, envia o documento no qual descreve a regularidade de todas as etapas do processo, a fim de oficializar e lhe garantir a efetividade, pela secretaria da SMC, após o despacho de homologação.

Assim sendo, no mesmo dia 19 de janeiro de 2015, Guilherme Varella, respondendo pelo cargo de Secretário Municipal de Cultura, assina o termo de despacho, o qual afirma:

No item I: à vista dos elementos constantes do presente, a homologação e efetividade da Resolução nº 26/CONPRESP/2014, que tombou de forma definitiva da Igreja do Bom Jesus do Brás.
No item II: a fixação de área envoltória conforme descrito na Resolução.

No item III: o prazo legal de quinze dias corridos para apresentação de eventual contestação perante o CONPRESP, a contar da data de publicação da resolução no diário oficial.

No item IV: A devolução da Resolução para o CONPRESP, aguardando-se o prazo de contestação e para outras providências subsequentes, inclusive no final o registro no livro de Tombo da paróquia, no capítulo V- Registro de edifícios, sistemas viários, conjuntos arquitetônicos e urbanos representativos e monumento da cidade.

No item V: Os proprietários dos imóveis situados na área envoltória seriam formalmente notificados das restrições existentes. E, por fim, os itens I, II e III deveriam ser publicados pelo CONPRESP.

No dia 03 de fevereiro de 2015, a Presidente do CONPRESP, Nádia Somekh, escreveu ao coordenador de publicidade solicitando à Secretaria Executiva de Comunicação a publicação em jornal de grande circulação, de algumas Resoluções deferidas, dentre elas a referida à Igreja do Brás, devendo ser publicadas no jornal O Estado de S. Paulo.

No mesmo dia, Nádia Somekh escreveu ao Promotor de Justiça, ao Delegado de Polícia titular e a presidência do CONDEPHAAT, Ana Lanna Duarte, uma carta que, em razão das deliberações ocorridas na 597ª e 600ª Reuniões Ordinárias do CONPRESP, publicadas em 14 de outubro de 2014 e 18 de novembro de 2014, respectivamente, tinha o intuito de informar aos respectivos a aprovação oficial da Resolução 26/CONPRESP/2014, sendo publicada no Diário Oficial da Cidade em 03 de fevereiro de 2015, na página 54, referente ao tombamento da igreja do Bom Jesus do Brás.

Nos meses subsequentes, constam na documentação do processo alguns acertos, ainda, a respeito da regularização de IPTU dos lotes da

especialmente na Rua do Gasômetro.

Por fim, nas últimas folhas do documento, no dia 23 de março de 2015, a Presidente do CONPRESP, Nádia Somekh cumprimentou a Mitra, ao subprefeito da Mooca, ao padre Enivaldo pelo reconhecimento público da importância imóvel, e assim notificá-los a respeito da aprovação da Resolução referente ao tombamento da Igreja do Bom Jesus do Brás, publicada no Diário Oficial da cidade em 03 de fevereiro de 2015, página 54 e republicada em 21 de março de 2015, página 76 e 77.

3.3. Considerações críticas do processo

Dentre as várias formas de ação do Estado em prol da manutenção do patrimônio cultural, uma das mais eficientes e antigas é o tombamento. Como instrumento jurídico de preservação e conservação dos bens - materiais e imateriais, natural e cultural - procura-se através da medida evitar que o proprietário intervenha de tal modo que elimine vestígios de fatos, épocas, do interesse da sociedade. E a medida, como vemos, não se direciona apenas ao imóvel tombado, mas pode atingir sua vizinhança, a fim de permitir que o entorno não fique descaracterizado, configurando toda uma área envoltória.

Aqui não se trata de uma crítica a respeito da determinação em tomba ou não a edificação religiosa, mas de analisar as intenções e justificativas. Comprovou-se que, sob direção do padre Enivaldo Santos do Vale, fundou-se uma sociedade a fim de resolver assuntos paroquiais específicos, os quais necessitavam de um corpo de pessoas para decidi-los, e o tombamento foi um deles. Embora encabeçado pelo padre, que atuou como presidente da Sociedade Amigos da Paróquia Bom Jesus do Brás, a sociedade - já extinta - contou com um conjunto de pessoas que auxiliaram diretamente, e durante o processo destacou-se o nome de Eudes de Campos, que embora não tenha sido membro da Sociedade, sua argumentação, segundo os registros do arquivo, foi suficientemente convincente para que os primeiros conselheiros a verificarem seus escritos fossem favoráveis à abertura do processo.

Percebe-se, também, pela repetida citação que se fez, como a história de formação do bairro está associada à construção da igreja

em todos os discursos, o que confirma o seu valor imaterial, além do que diz respeito ao patrimônio espiritual e cultural, não devendo deixar ao descaso a conservação do existente, intervindo para que o patrimônio edificado não se perca às intempéries. Da mesma maneira, o seu valor material assim se faz pela arquitetura e pela arte, como também fortemente mencionado pelos conselheiros, e no que diz respeito à própria Resolução, mencionando os artistas de relevância cujos trabalhos preenchem muitas paredes internas da Igreja do Brás.

Ao longo dos quase quinze anos em que o processo se deu, foram também apresentados estudos comprovando a necessidade de reparos, e até para evitar que futuras intervenções de restauro fossem realizadas sem o devido conhecimento e aparato técnico, como foram relatadas três intervenções que ocasionaram a degradação das pinturas internas, pois haviam sido realizadas repinturas, mas de tal modo mal feitas que nada contribuíram para a conservação do original. É, também, nesse sentido que o instrumento do tombamento atua.

Portanto, os argumentos manifestados e o interesse em querer efetivar a Igreja do Brás tem bastante coerência e respeito aos valores que nela são percebidos, como o valor urbanístico, histórico, arquitetônico, artístico e afetivo para a comunidade local e adjacências. Também se faz perceber o respeito dado aos construtores responsáveis, aos detalhes de construção e da história, e que foi, de fato, realizada uma profunda pesquisa para elucidar e evidenciar o patrimônio que aquele bem móvel representa para o bairro e para a cidade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão colocada neste presente trabalho teve como metodologia o estudo analítico e histórico de um importante bem patrimonial para a arquitetura religiosa de São Paulo. Não sendo importante apenas do ponto de vista material, a mesma também carrega consigo um valor afetivo para os paroquianos e comunidade local: a Igreja do Bom Jesus do Brás - ou também conhecida como Igreja do Bom Jesus de Matosinhos.

O trabalho é um exercício de método. A metodologia infere na compreensão e análise minuciosa de um elemento da paisagem, a partir do revolvimento das camadas de historicidade da paisagem do Brás, explorando as potencialidades heurísticas de documentação primária visual e textual entrecruzada ao estudo da materialidade do edifício em si, e de sua ambiência. Este tipo de metodologia permitiu que o olhar para a construção atual não se detivesse na camada mais superficial e aparente da construção “pronta”, mas avançasse nas camadas mais fundas.

Portanto, como um arqueólogo na paisagem, em que cada escavação revela mais informações a respeito do que está afora, a pesquisa decorreu do mesmo modo, onde se obteve acesso à antiga primária e documentação, dando a conhecer diversos fatos históricos e acontecimentos a respeito da Igreja, os quais eram desconhecidos ou minimamente citados quando em algum escrito. A pesquisa documental foi determinante na construção de uma visão ampla sobre o objeto, a qual demonstrará não apenas suas motivações originais, mas suas transformações e estratos ao longo do tempo. O estudo se iniciou pela cartografia histórica da cidade de São Paulo, desde o início do século XIX até o início do século XX, como um olhar

panorâmico e distante para identificar a inserção da Igreja do Brás no tecido urbano da cidade de São Paulo desde seus limites primitivos, quando o bairro do Brás ainda não era formalmente consolidado, mas somente configurado por um conglomerado de algumas residências e grandes chácaras. Em região alagadiça e de várzea, seccionada do núcleo urbano histórico da cidade pelos meandros do Rio Tamanduateí, identificou-se pela primeira vez a paróquia em um mapa da década de 40, cujo acesso se dava por meras três coloniais pontes, as quais sucessivamente reclamavam reparos, de acordo com as Atas da Câmara. Ao longo da cartografia subsequente, a paróquia seguia pontuada e identificada, permanecendo nos mapas como uma referência na paisagem durante décadas, até estar completamente envolta de urbanização, e estar permeada de outros pontos de referência em seu entorno.

Ao longo dos quase quinze anos em que o processo se deu, foram também apresentados estudos comprovando a necessidade de reparos, e até para evitar que futuras intervenções de restauro fossem realizadas sem o devido conhecimento e aparato técnico, como foram relatadas três intervenções que ocasionaram a degradação das pinturas internas, pois haviam sido realizadas repinturas, mas de tal modo mal feitas que nada contribuíram para a conservação do original. É, também, nesse sentido que o instrumento do tombamento atua.

O estudo a partir da Série Obras Particulares do AHMSP permitiu visualizar a materialidade do bairro, a tipologia das edificações e também os usos respectivos. Constatou-se, analisando as plantas, elevações e cortes disponíveis no acervo do Arquivo Histórico e no acervo do Projeto SIRCA, que se tratavam predominantemente de edificações térreas ou em dois

andares, nos quais em ambas as tipologias, a frente da casa destinava-se ao armazém, ao comércio de fazendas, à loja de ferragens, venda de couros, materiais de construção, ao passo que os “fundos” da casa, ou o segundo andar, eram destinados à residência dos respectivos proprietários. Excetuando os imóveis que resguardavam parte dos fundos para servirem como cocheiros e garagens. Esse olhar para o entorno do Largo do Brás foi desenvolvido a partir do entendimento de que a história do edifício é apenas um fragmento dos processos gerais de construção da paisagem urbana.

O tipo de comércio identificado dizia respeito à demanda existente na região, onde era um local de passagem de carros de bois e animais de tração, mas também de muitos viajantes oriundos, principalmente, do Rio de Janeiro e da Penha. A Penha de França, ainda, tinha uma relação mais estreita e próxima com a Igreja do Brás, posto que era costume popular e tradicional as procissões com a Imagem de Nossa Senhora da Penha passarem à frente da Igreja do Brás, e, a partir do momento em que a capela primitiva estava edificada, serviu como lugar de paragem e pouso para muitos fiéis e homens comuns. O caminho continuava-se até a Sé, o que estreitava, também, a relação do Brás com o núcleo urbano histórico.

Com isso, aos poucos se constrói na memória popular e na história dos bairros envolvidos e da cidade, uma narrativa onde o elemento da Igreja do Brás segue como importante referência na paisagem, especialmente em uma época em que ainda não se havia consolidado um conjunto de residências em seu entorno, até que, em meados do século XIX, no ano de 1818, o mesmo Decreto Imperial que torna o Brás uma Freguesia, eleva a capela primitiva em Paróquia. Desse modo, as obras de redimensionamento e reforma da capela se iniciam

pouco tempo depois, na década de 70, até que fosse completamente reconstruída, na virada do século XIX para o século XX.

Em um segundo momento, o estudo se deteve sobre as diversas etapas em que se deu a construção da Igreja do Brás. A sua reconstrução - que deu início ao que hoje visualizamos na construção atual - tem como ponto de partida inicial o fato interessante de nascer de um projeto elaborado por uma dupla de irmãos construtores e italianos - os Irmãos Calcagno, que antes de viabilizarem suas obras, necessitaram retornar a Itália, deixando a obra nas mãos de George Krug, arquiteto, que se valeu do projeto feito pelos italianos, mas pontuou suas modificações. Vale ressaltar o projeto dos Calcagno, com intenção de erguer uma torre sineira centralizada e logo acima da fachada, que foi substituída por Krug ao retirar a torre e seguir com uma cúpula central, a qual até hoje chama atenção pelo refino técnico-construtivo que requereu e pela grandeza. A mudança projetual foi completada, quarenta anos depois, por Giuseppe Sacchetti, arquiteto italiano, o qual decidiu erguer duas torres na igreja e acrescentar corpos laterais que servissem como salas de reunião e de atividades paroquiais.

Se do ponto de vista arquitetônico, a Igreja do Brás foi um “projeto feito à muitas mãos”, também o seu interior contou com o trabalho minucioso de inúmeros homens que foram citados ao longo deste trabalho, seja no projeto de marmoraria do altar-mor, nas pinturas artísticas e decorativas, no órgão de tubos francês Cavaillé-Coll situado no coro, nas imagens presentes sobre os altares, no ladrilho, vitrais, forros. Esses são alguns aspectos que compõem o patrimônio artístico da Igreja do Brás e são levados em consideração, posteriormente,

na solicitação que se fez para o tombamento da Igreja.

Em um terceiro e último momento, o trabalho se deteve em refletir o processo de patrimonialização e monumentalização da Igreja do Brás como um ícone da paisagem urbana, e assim configurando um vetor de memória. Levou-se em conta, no processo, as diversas instâncias de valor que a paróquia tem - valor urbanístico, histórico, afetivo, artístico, arquitetônico e espiritual. Verificou-se, também, uma preocupação na argumentação do processo de tombamento a qual se referia ao entorno da paróquia, com muitos lotes incluídos na área envoltória tombada, para não serem descaracterizados no decorrer dos anos, pois pouco se restou da camada inicial na tessitura do bairro.

A despeito do tombamento, vê-se o descompasso entre o desejo de conservação e sua efetiva realização. O processo de tombamento partiu de uma iniciativa do pároco e contou com um belíssimo parecer de Eudes Campos, ratificado por Carlos Lemos. Mesmo assim, não ensejou medidas efetivas de restauro e conservação. Esses descaminhos também foram alvo do presente TFG.

Em síntese, o trabalho teve como intenção valorizar sua história material e, finalmente, reconhecer sua função social enquanto patrimônio para a comunidade local, paroquianos, comerciantes e moradores do bairro, para a cidade e para a história da arquitetura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940. Ano de 1938, edição A0094. Disponível no Acervo digital da Biblioteca Nacional

ANTUNES, Alessandra Martins. *A rede ferroviária e a urbanização da freguesia do Brás: estudo onomástico contrastivo*. 2007. 256 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

ARROYO, Leonardo. *Igrejas de São Paulo: introdução ao estudo dos templos mais característicos de São Paulo nas suas relações com a crônica da cidade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

BRUNO, Ernani Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809*. Anais Do Museu Paulista: História E Cultura Material. São Paulo, 2005.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. *A cidade como negócio: mercado imobiliário rentista, projetos e processo de produção do Centro Velho de São Paulo do século XIX à Lei do Inquilinato (1809-1942)*. Tese de Livre Docência. São Paulo, 2018.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Os primeiros Almanques de São Paulo*. Convênio IMESP/DAESP. São Paulo, 1983.

CAMPOS JR., Eudes de Mello. *São Paulo antigo: plantas da cidade*. Informativo do Arquivo Histórico Municipal, São Paulo, n. 20, 25 jul. 2008.

D'ELBOUX, Roseli Maria Martins. *Nos caminhos da história urbana, a presença das figueiras-bravas*. Anais do Museu Paulista. São Paulo, Nova Série, vol. 26, 2018, p. 1-23. e10

FALCÃO, E. de C. *As imagens do Senhor Bom Jesus, veneradas em Matosinhos (Portugal) e em Congonhas do Campo (Brasil)*. Revista de História, [S. l.], v. 20, n. 41, p. 163-169, 1960. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1960.119872. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/119872>. Acesso em: 22 jun. 2022.

LODY, Jorge. *Arquitetura e Cidade: Obras particulares em São Paulo 1906-1915*. Tese de Doutorado – FAUUSP. São Paulo, 2015.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *A paisagem como fato cultural*. In: Turismo e Paisagem, pp. 29-64. São Paulo: Contexto, 2002.

MOURA, Denise Aparecida Soares. *De uma freguesia serra acima à costa atlântica: produção e comércio da aguardente na cidade de São Paulo (1765-1822)*. In: Topoi, v. 13, n. 24, pp. 73-39. São Paulo, 2012.

NASCIMENTO, Ana Paula. *(Quase) Anônimos: colaboradores do Escritório Técnico Samuel das Neves no início dos anos 1910*. Pós, Ver. Programa Pós-Graduação Arquitetura e Urbanismo. FAUUSP. São Paulo, v. 25, n.45, 2018.

PARETO JR, Lindener. *O cotidiano em construção: os “Práticos Licenciados” em São Paulo (1893-1933)*. Dissertação de Mestrado. FAUUSP. São Paulo, 2011.

PARETO JR, Lindener. *Pândegos, rábulas, gamelas: os construtores não-diplomados entre a engenharia e a arquitetura (1890-1960)*. Tese (Doutorado). FAUUSP. São Paulo, 2016.

REIS, Nestor Goulart. *São Paulo: vila, cidade e metrópole*. São Paulo: Bank Boston, 2004.

REIS, Philippe Arthur. *Novos olhares sobre a urbanização da cidade de São Paulo: o bairro do Brás entre a passagem do século XIX para o XX*. Anais do XXIII Encontro Estadual de História. Assis, 2017.

SÃO PAULO (Município). *Annaes da Camara 1910*. São Paulo: Graphica Paulista: 1910. Atas da Câmara da Cidade de São Paulo de 1860 a 1890. São Paulo: Departamento de Cultura, 1946. v. 62.

SCHNECK, Sheila. *Formação do bairro do Bexiga em São Paulo: loteadores, proprietários, construtores, tipologias edículas e usuários*. Dissertação FAUUSP, 2010.

SCHNECK, Sheila. *Bexiga: cotidiano e trabalho em suas interfaces com a cidade (1906-1931)*. Tese (Doutorado), FAUUSP, 2016.

TORRES, Maria Celestina. *O livro do Brás: História dos Bairros de São Paulo*. São Paulo, 1985.

VIANA, Gabriela Petter. *Construindo o bairro e a cidade: formação do Bom Retiro em São Paulo (1910-1914)*. Trabalho Final de Graduação. Orientação: Prof.^a Dr.^a Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno. FAUUSP, São Paulo, 2021.